OBEDIÊNCIA À AUTORIDADE

Stanley Milgram

Stanley Milgram

OBEDIÊNCIA À AUTORIDADE

UMA VISÃO EXPERIMENTAL

Tradução
Luiz Orlando Coutinho Lemos

Título original: *Obedience to Authority: An Experimental View*

A entrevista de Mike Wallace no Capítulo 15 é © 1969 by The New York Times Company.

Reimpresso com autorização.

Revisão tipográfica: Manoel Reis de Oliveira e Márcia Cherman

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M5880 Milgram, Stanley.
Obediência à autoridade: uma visão experimental/Stanley Milgram; tradução de Luiz Orlando Coutinho Lemos. – Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
(Biblioteca de Ciências Sociais)

Tradução de: Obedience to authority: an experimental view.
Apêndices.
Bibliografia.

1. Autoridade (Psicologia) 2. Obediência 3. Psicologia social.
I. Título II. Série.

CDD – 155.9
301.11
CDU – 159.9-052
301.151

83-0348

1983

LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA S/A.
Rua Sete de Setembro, 177 – Centro
20050 – Rio de Janeiro – RJ

PARA
MINHA MÃE
E
À MEMÓRIA DE
MEU PAI

Experiências

Prefácio

A obediência, devido à sua onipresença, é facilmente observada como objeto de pesquisa na psicologia social. Mas sem uma apreciação do seu papel na determinação da ação humana, uma grande gama de comportamentos significantes não pode ser compreendida. Porque um ato realizado sob ordens é, psicologicamente, de um caráter profundamente diferente da ação espontânea.

A pessoa que, por convicção, odeia roubar, matar e assaltar pode ver-se executando algum desses atos com relativa facilidade ao cumprir as ordens de uma autoridade. O comportamento que é inimaginável numa pessoa que esteja agindo por conta própria pode ser executado sem hesitação quando feito sob ordens.

O dilema inerente na obediência à autoridade é antigo, tão velho quanto a história de Abraão. O que o presente estudo faz é dar ao dilema uma forma contemporânea ao tratá-lo como tema de uma pesquisa experimental, e com o objetivo de entender e não de julgá-lo moralmente.

A tarefa importante, do ponto de vista do estudo psicológico sobre a obediência, é conseguir-se captar os conceitos da autoridade e traduzí-los em experiência pessoal. Uma coisa é falar em termos abstratos sobre os respectivos direitos do indivíduo e da autoridade; outra coisa é examinar uma escolha moral numa situação real. Todos nós conhecemos os problemas filosóficos da liberdade e da autoridade. Mas sempre que o problema não é meramente acadêmico existe uma pessoa real que deve obedecer ou desobedecer à autoridade, um exemplo concreto quando o ato do desafio ocorre. Qualquer cogitação antes deste momento é mera especulação, e todos os atos de desobediência são

caracterizados por tal momento de ação decisiva. As experiências são feitas com base nesta noção.

Quando vamos para o laboratório, o problema se estreita: se um pesquisador diz a uma pessoa para agir com crescente severidade contra outra pessoa, sob que condições a pessoa obedecerá e sob quais condições ela desobedecerá? O problema no laboratório é vívido, intenso e real. Não é algo separado da vida, mas conduz para uma conclusão extrema e muito lógica certas tendências inerentes do mecanismo ordinário do mundo social.

Surge uma questão. Se há alguma conexão entre o que estudamos no laboratório e as formas de obediência que tanto deploramos na época nazista. As diferenças das duas situações são, logicamente, enormes, contudo a diferença em escala, números e contexto político pode vir a ser relativamente sem importância desde que certos aspectos essenciais sejam preservados. A essência da obediência consiste no fato de que uma pessoa se veja como o instrumento de realização dos desejos de outra pessoa, e a partir daí a primeira pessoa não se acha mais responsável por suas ações. Uma vez esta mudança crítica no ponto de vista tenha ocorrido na pessoa, todas as características essenciais da obediência seguem-se. O ajuste de pensamento, a liberdade de assumir um comportamento cruel e os tipos de justificativa experimentados pela pessoa são essencialmente similares se ocorrerem num laboratório. A questão da universalidade, contudo, não é resolvida pela enumeração de todas as diferenças manifestas entre o laboratório psicológico e outras situações, mas pela construção cuidadosa de uma situação que capture a essência da obediência — ou seja, uma situação na qual uma pessoa se veja acima da autoridade e não mais como a causa eficiente de suas próprias ações.

No grau em que uma atividade de desejo e a ausência de compulsão estão presentes, a obediência é colorida por um modo cooperativo; no grau em que a ameaça de força ou punição contra a pessoa é sugerida, a obediência é compelida pelo medo. Nossos estudos lidam apenas com a obediência que é a vontade assumida na ausência de ameaça de qualquer tipo, obediência que é mantida através da simples afirmativa, pela autoridade, de que existe o direito de exercer controle sobre a pessoa. Seja qual força que a autoridade exerça neste estudo é baseada em poderes que a pessoa de alguma forma atribui a ela e não em nenhuma ameaça objetiva ou através de meios físicos presentes com o objetivo de controlar a pessoa.

O maior problema para a pessoa é reganhar o controle de seus

próprios processos predominantes uma vez que tenha confiado esses processos aos objetivos do pesquisador. As dificuldades que isso envolve representa o elemento crucial e, em certos casos, o elemento trágico da situação sob estudo, pois nada é mais desolador do que ver uma pessoa empenhando-se, embora não completamente capaz de controlar seu próprio comportamento, numa situação que para ela é conseqüente.

Agradecimentos

As experiências descritas aqui surgem de uma tradição de setenta e cinco anos de experimentação em psicologia social. Boris Sidis realizou uma experiênca sobre obediência em 1898 e os estudos de Asch, Lewin, Sherif, Frank, Block, Cartwright, French, Raven, Luchins, Lippitt e White, entre muitos outros, forneceram as bases do meu trabalho, mesmo que não sejam especificamente discutidos. As contribuições de Adorno e Associados e de Arendt, Fromm e Weber são parte do *zeitgeist* no qual os cientistas sociais se formam. Três trabalhos me interessaram em especial. O primeiro é o criterioso *Autoridade e Delinqüência no Estado Moderno*, de Alex Comfort; uma lúcida análise conceitual da autoridade foi escrita por Robert Bierstedt; e Arthur Koestler em *O Fantasma da Máquina* desenvolveu a idéia da hierarquia social com maior profundidade do que o presente livro.

A pesquisa experimental foi realizada e completada enquanto eu estive no Departamento de Psicologia da Universidade de Yale, 1960-63. E estou muito grato ao departamento pela ajuda na realização da pesquisa e por todo o aconselhamento. Em particular, gostaria de agradecer ao professor Irving L. Janis.

James McDonough, de West Haven, Connecticut, viveu o papel do aluno, e o estudo ganhou muito com seu talento infalível. John Williams, de Southbury, Connecticut, atuou como professor e participou de maneira precisa. Meu agradecimento também a Alan Elms, John Wayland, Taketo Murata, Emil Elges, James Miller e J. Michael Ross por seu trabalho relacionado com a pesquisa.

Tenho um profundo débito a muitas pessoas de New Haven e Bridgeport que participaram da experiência como professores.

Pensar e escrever sobre as experiências ainda levou algum tempo depois que elas haviam sido realizadas, e muitas pessoas deram o estímulo e o apoio necessários. Entre eles estavam os Drs. Andre Modi-

gliani, Aaron Hershkowitz, Rhea Mendoza Diamond e Gordon W. Allport. Também os Drs. Roger Brown, Harry Kaufmann, Howard Leventhal, Nijole Kudirka, David Rosenhan, Leon Mann, Paul Hollander, Jerome Bruner e o Sr. Maury Silver. Eloise Segal ajudou-me a preparar diversos capítulos, e Virginia Hilu, minha editora, demonstrou muita confiança no livro, e no final emprestou-me seu escritório e fez sair o livro de um autor relutante.

Na City University, de Nova York, devo agradecimentos a Mary Englander e a Eileen Lydall, que trabalharam como secretárias, e a Wendy Sternberg e Katheryn Krogh, pesquisadoras-assistentes.

Judith Waters, uma formanda e talentosa artista, executou os desenhos dos Capítulos 8 e 9.

Desejo agradecer ao Institute of Jewish Affairs, de Londres, pela permissão para citar ao longo desta obra meu artigo "Obediência a Ordens Criminosas: Compulsão para Fazer o Mal", que foi publicado primeiramente na revista *Patterns of Prejudice*.

Obrigado também à Associação Psicológica Americana pela permissão para citar no livro diversos dos meus artigos que tiveram sua primeira publicação em suas publicações, a saber, "Estudo Comportamental da Obediência", "Ordens no Estudo da Obediência: Uma Resposta a Baumrind", "Pressão de Grupo e Ação Contra uma Pessoa" e "Efeitos Libertadores da Pressão de Grupo".

A pesquisa foi apoiada por duas subvenções da Fundação Nacional de Ciência. Os estudos exploratórios realizados em 1960 foram ajudados por uma pequena subvenção do Fundo Higgins, da Universidade de Yale. Uma bolsa de Guggenheim, no período 1972-73, deu-me um ano em Paris, longe das tarefas acadêmicas, o que me permitiu completar o livro.

Minha esposa, Sasha, participou dessas experiências desde o início. Sua tolerância e compreensão ajudaram muito. Nos meses finais, a tarefa coube a nós dois apenas, trabalhando em nosso apartamento da Rue de Rémusat – trabalhando juntos numa tarefa que agora, graças à simpática ajuda de Sasha, está concluída.

Stanley Milgram

Paris
2 de abril de 1973

Sumário

OBEDIÊNCIA À AUTORIDADE

1
O Dilema da Obediência

A OBEDIÊNCIA é um elemento básico da estrutura da vida social. É sempre necessário algum tipo de autoridade na vida grupal, e apenas o homem que vive isolado não é forçado a atender, através do desafio ou da submissão, às ordens dos outros homens. A obediência, como determinante do comportamento, tem particular importância na época atual. Foi demonstrado de modo convincente que, de 1933 a 1945, milhões de pessoas inocentes foram sistematicamente mortas por pessoas que cumpriam ordens. Câmaras de gás foram construídas, campos de extermínio eram vigiados, cotas diárias de cadáveres eram cumpridas com a mesma eficiência que se tem na fabricação de mercadorias. Essa política desumana pode ter se originado na mente de uma só pessoa, mas só poderia ter sido executada em larga escala se um grande número de pessoas obedecesse às ordens.

A obediência é o mecanismo psicológico que liga a ação individual a propósitos políticos. É o cimento que prende os homens aos sistemas de autoridade. Fatos da história recente e a observação do cotidiano sugerem que, para muitas pessoas, a obediência pode ser uma tendência de comportamento profundamente enraizada, e até mesmo um impulso prepotente que anula toda a formação sobre ética, simpatia e conduta moral. C. P. Snow (1961) destaca sua importância ao escrever:

> *Ao se pensar na longa e obscura história do homem, descobre-se que foram cometidos mais crimes hediondos em nome da obediência do que jamais foram cometidos em nome da rebelião. Quem duvidar disso que leia 'Ascensão e Queda do Terceiro Reich', de William Shirer. O corpo de oficiais alemães foi criado sob um rígido código de obediência... em nome da obediência eles foram partícipes dos mais medonhos acontecimentos em larga escala da história do mundo. (p. 24).*

O extermínio dos judeus europeus pelos nazistas é o pior exemplo de atos imorais abomináveis executados por milhões de pessoas em nome da obediência. Contudo, em escala menor este tipo de coisa continua a ocorrer com freqüência: cidadãos comuns recebem ordens para destruir outras pessoas, e assim fazem porque acham que é sua obrigação cumprir as ordens. Assim sendo, a obediência à autoridade, sempre elogiada como uma virtude, assume um novo aspecto ao servir a uma causa má; longe de ser uma virtude, é transformada num horrendo pecado. Ou não?

A questão moral sobre se a pessoa deve obedecer quando as ordens recebidas conflitam com sua consciência foi discutida por Platão, dramatizada em *Antígona*, e analisada filosoficamente em todos os períodos históricos. Os filósofos conservadores argumentam que a estrutura da sociedade é ameaçada pela desobediência e que mesmo quando alguma coisa ordenada pela autoridade for ruim é melhor executá-la do que atingir a estrutura da autoridade. Hobbes afirmou mais tarde que um ato executado desta forma não é, de forma alguma, da responsabilidade da pessoa que o executou, mas apenas da autoridade que o ordenou. Mas os humanistas defendem a prioridade da consciência individual em tais assuntos, insistindo em que os julgamentos morais do indivíduo devem-se sobrepor à autoridade quando os dois estão em conflito.

Os aspectos legais e filosóficos da obediência são de grande importância, mas um cientista acostumado à prática empírica chega finalmente a um ponto em que deseja sair do discurso abstrato e partir para a cuidadosa observação de exemplos concretos. A fim de observar mais detalhadamente o ato de obedecer, realizei uma experiência simples na Universidade de Yale. A experiência devia envolver milhares de participantes e terminaria sendo repetida em diversas universidades, mas no início sua concepção era simples. Uma pessoa chega a um laboratório psicológico e recebe instruções para executar uma série de atos que, progressivamente, entram em conflito com sua consciência. A principal questão é até que ponto o participante irá atender às instruções de quem está realizando a experiência antes de se recusar a cumprir suas ordens.

Mas o leitor precisa conhecer mais um detalhe sobre a experiência. Duas pessoas chegam a um laboratório de psicologia para participar de um estudo sobre memória e aprendizado. Uma das pessoas é designada como "professor" e outra como "aluno". O responsável pela expe-

riência explica que o estudo está interessado nos efeitos da punição no aprendizado. O aluno é levado a uma sala, senta-se numa cadeira, seus braços são amarrados para evitar movimentos excessivos, e um eletrodo é ligado a seu punho. Ele recebe a informação de que deve decorar uma lista de pares de palavras; sempre que cometer um erro, receberá um choque elétrico de intensidade progressivamente mais forte.

O foco real da experiência é o professor. Depois de observar o aluno sendo amarrado na cadeira, ele é levado à sala principal de testes e senta-se diante de um gerador de choques elétricos. O que logo lhe chama a atenção é uma série de trinta chaves, dispostas horizontalmente, que comandam a aplicação de choques numa faixa de 15 a 450 volts a intervalos de 15 volts. Há também designações escritas, que vão de Choque Fraco a Perigo — Choque Forte. O professor recebe a informação de que deve aplicar o teste de aprendizado à pessoa que está na outra sala. Quando o aluno responder corretamente, o professor pula para o item seguinte; quando a outra pessoa der uma resposta errada, o professor aplica-lhe um choque elétrico. Ele deve começar com o choque mais fraco (15 volts) e aumentar a intensidade cada vez que o outro errar, aplicando choques de 30 volts, 45 volts e assim por diante.

O "professor" é realmente uma pessoa inocente que foi ao laboratório participar da experiência. O aluno, ou a vítima, é um ator, e na verdade não recebe choque algum. O interesse da experiência é ver até que ponto uma pessoa prossegue numa situação concreta e mensurável na qual recebe uma ordem para inflingir dor progressivamente maior a uma vítima que protesta cada vez que recebe o castigo. Em que ponto a pessoa se recusará a cumprir a ordem recebida?

O conflito surge quando a pessoa que está recebendo os choques começa a demonstrar que está sofrendo. Com 75 volts o "aluno" geme. Com 120 volts ele reclama verbalmente; com 150 pede para sair da experiência. Seus protestos prosseguem à medida que os choques aumentam de intensidade. Seus protestos tornam-se então veementes e emocionais. Com 285 volts sua reação pode ser descrita apenas como um grito agonizante.

As pessoas que observam este tipo de experiência concordam em que a força do teste perde alguma coisa ao ser relatada por escrito. Para o "professor" a situação não é um jogo; o conflito é intenso e óbvio. Por um lado, o sofrimento manifesto do aluno o pressiona a parar. Por outro lado, a pessoa responsável pela experiência, uma legítima autoridade por quem o professor sente alguma confiança, insta-o a prosseguir.

Cada vez que a pessoa hesita em aplicar o choque elétrico, o responsável pelo teste ordena que ela continue. Para se livrar desta situação, o professor terá que romper com a autoridade. O objetivo desta pesquisa é descobrir onde e como as pessoas contestariam a autoridade em face de um nítido imperativo moral.

Há, logicamente, enormes diferenças entre cumprir as ordens de um oficial durante a guerra e cumprir as ordens de um pesquisador. Contudo, a essência de certas relações permanecem, pois pode-se perguntar de uma forma ampla: Como um homem se comporta quando recebe a ordem de uma autoridade legítima para agir contra uma terceira pessoa? Se muito, devemos saber que o poder do pesquisador deve ser muito menor do que o do general, já que ele não tem força para obrigar a realização de suas ordens, e a participação num teste psicológico raramente pode evocar a urgência e a dedicação existentes na participação numa guerra. Apesar dessas limitações, achei que valia a pena começar uma cuidadosa observação da obediência mesmo nesta modesta situação, na esperança de que isto estimularia sua compreensão e daria proposições gerais aplicáveis a uma grande variedade de circunstâncias.

A primeira reação do leitor à experiência pode ser a de querer saber por que alguém em seu juízo perfeito aplicaria mesmo o primeiro choque. Não seria o caso de se recusar a executar a ordem e sair do laboratório? Mas, na verdade, ninguém jamais faz isso. Já que a pessoa foi ao laboratório para auxiliar o pesquisador, está realmente querendo começar a operação. Não há nada de muito extraordinário nisso, especialmente se a pessoa que receberá os choques se mostra a princípio cooperativa, embora um tanto apreensiva. O que é surpreendente é até que ponto indivíduos comuns atendem às ordens do pesquisador. Mesmo assim, os resultados da experiência são surpreendentes e desalentadores. A despeito do fato de muitas pessoas sentirem *stress*, a despeito do fato de muitas delas protestarem com o pesquisador, uma substancial parcela continua com o teste até o último choque do gerador.

Muitas pessoas obedecerão ao pesquisador apesar dos pedidos veementes da pessoa que está recebendo choque, apesar de os choques parecerem uma experiência dolorosa, e apesar de as vítimas pedirem para abandonar o teste. Isto foi visto repetidas vezes em nossos estudos e tem sido observado em diversas universidades em que a experiência é realizada. É a extrema disposição dos adultos em cumprir quase todas as ordens de uma autoridade que constitui a principal descoberta do estudo e o fato mais urgentemente requer uma explicação.

Uma explicação comumente dada é que aquelas pessoas que aplicaram os choques mais fortes às vítimas são monstros, os sádicos da sociedade. Mas se considerarmos que quase dois terços dos participantes se enquadram na categoria de pessoas "obedientes", e que representam pessoas comuns, escolhidas entre camadas operárias, de dirigentes e de profissionais liberais, o argumento torna-se muito fraco. Na verdade, isto é em grande parte reminiscência da questão surgida com respeito ao livro de Hannah Arendt em 1963, *Eichmann em Jerusalém*. Arendt argumentou que os esforços da promotoria para descrever Eichmann como um monstro sádico estavam fundamentalmente errados, que ele era mais um burocrata sem criatividade que simplesmente se sentava à sua mesa e fazia seu trabalho. Por assumir esta posição, Arendt tornou-se alvo de escárnio, até mesmo de calúnias. Contudo, sentia-se que as coisas monstruosas feitas por Eichmann só poderiam ser executadas por uma personalidade brutal, alterada, sádica, o próprio mal encarnado. Depois de ver centenas de pessoas comuns submetidas à autoridade em nossas próprias experiências, devo concluir que a concepção de Arendt sobre a *banalidade do mal* está mais próxima da verdade do que jamais se pôde imaginar. A pessoa comum que aplicou choque em outra, assim agiu sem o sentido de obrigação – no conceito de seus deveres como pessoa – e não por qualquer tendência agressiva em especial.

Esta talvez seja a mais importante lição de nosso estudo: as pessoas comuns, simplesmente cumprindo seus deveres, e sem qualquer hostilidade especial, podem-se tornar agentes de um terrível processo destrutivo. E mais ainda, mesmo quando os efeitos destrutivos do seu trabalho ficam bem claros, e pede-se a essas pessoas para realizarem coisas incompatíveis com os padrões fundamentais de moralidade, relativamente poucas pessoas têm condições de resistir à autoridade. Uma variedade de inibições para desobedecer à autoridade vem à tona e consegue que a pessoa continue em sua função.

Comodamente sentados numa poltrona é fácil condenar as ações das pessoas obedientes. Mas quem condena essas pessoas o faz tendo por base os padrões de sua própria habilidade em formular magnânimos preceitos morais. Isto não é um critério justo. Muitas das pessoas, ao opinarem, manifestam-se tão contrariamente quanto qualquer um de nós sobre uma ação praticada contra uma vítima indefesa, alegando aspectos morais. Essas pessoas, também, em termos gerais sabem o que deve ser feito e podem expor seu pensamento na ocasião adequada. Isto

tem pouco a ver, se é que tem, com seu comportamento sob a pressão das circunstâncias.

Se pedirmos às pessoas para fazerem um julgamento moral sobre o que constitui um comportamento adequado nesta situação, elas invariavelmente vêem a desobediência como o certo. Mas os valores não são as únicas forças a atuarem numa situação concreta, em andamento. Os valores não passam de uma estreita faixa de causas no espectro total de forças que atuam sobre uma pessoa. Muitas pessoas se mostraram incapazes de pensar em seus valores e viram-se prosseguindo na experiência mesmo não gostando do que estavam fazendo.

A força exercida pelo senso moral é menos efetiva do que o mito social nos fazia crer. Embora um preceito como "Não matarás" ocupe um lugar de destaque na ordem social, não ocupa, de forma correspondente, uma posição obstinada na estrutura da psique humana. Algumas poucas mudanças nas manchetes dos jornais, uma convocação da junta de recrutamento, ordens de um homem fardado, e os homens são levados a matar com pouca dificuldade. Mesmo as forças existentes num teste psicológico demoram muito para retirar os controles morais do indivíduo. Os fatores morais podem ser postos de lado com relativa facilidade através de uma estudada reestruturação do campo informacional e social.

O que, então, mantém a pessoa obedecendo ao pesquisador? Em primeiro lugar, há uma série de fatores que "amarram" o sujeito à situação. Entre esses fatores estão a polidez de sua parte, seu desejo de manter sua promessa inicial de ajudar o pesquisador e o embaraço de abandonar o teste. Em segundo lugar, ocorre um certo número de ajustes no pensamento do sujeito que minam sua decisão de romper com a autoridade. Os ajustes ajudam o sujeito a manter sua relação com o pesquisador, enquanto que ao mesmo tempo reduzem a tensão surgida pelo conflito nascido da experiência. Esses ajustes são típicos de acontecer em pessoas obedientes quando são instruídas por uma autoridade a agirem contra pessoas indefesas.

Um desses mecanismos é a tendência da pessoa em se tornar tão absorta nos restritos aspectos técnicos da tarefa que perde a noção de suas conseqüências maiores. O filme *Dr. Strangelove* satirizou de forma brilhante a absorção da tripulação de um bombardeiro ao desempenhar o procedimento técnico minucioso de lançar armas nucleares numa cidade. De forma similar, nesta experiência, as pessoas se tornam imersas em procedimentos, lendo os pares de palavras com uma estranha

INDEX BOOKS GROUPS

articulação e pressionando as teclas com grande cuidado. Elas querem ter um desempenho competente, mas mostram ao lado disso um estreitamento da preparação moral. A pessoa confia as tarefas mais importantes de atingir objetivos e de avaliar a moralidade à autoridade à qual está servindo no teste.

O mais comum ajuste de pensamento na pessoa obediente é ver-se como são responsáveis por suas próprias ações. Ela se livra da responsabilidade atribuindo toda a iniciativa ao pesquisador, uma legítima autoridade. A pessoa se vê como alguém agindo de uma maneira moralmente responsável, mas como agente de uma autoridade externa. Na entrevista após a experiência, quando as pessoas eram interrogadas por que haviam prosseguido, uma resposta típica era: "Eu não faria isso sozinho. Fiz apenas o que me mandaram". Incapazes de desafiar a autoridade do pesquisador, elas atribuíram toda a responsabilidade a ele. Esta é a velha história do "apenas cumprindo minha obrigação" que foi ouvida muitas vezes nas defesas dos acusados de Nuremberg. Mas seria errado pensar nisso como um simples álibi forjado para a ocasião. Antes, este é um modo de pensar de muitas pessoas, uma vez que estejam numa posição subalterna. Numa estrutura de autoridade. O desaparecimento do senso de responsabilidade é a conseqüência de maior alcance da submissão à autoridade.

Embora uma pessoa que esteja agindo sob autoridades pratique ações que parecem violar padrões de consciência, não seria correto dizer que esta pessoa perde seu senso moral. Em lugar disso, este senso moral adquire um foco radicalmente diferente. Ela não responde com um sentido moral às ações que pratica. Antes, sua preocupação moral agora volta-se para a maneira certa como está reagindo às expectativas que a autoridade tem em relação a ela. Em tempo de guerra, um soldado não pergunta se é bom ou mau atirar num capacete; ele não sente vergonha ou culpa em destruir uma aldeia; pelo contrário, ele sente orgulho ou vergonha, dependendo de como tenha desempenhado a função a ele atribuída.

Outra força psicológica em atuação nesta situação pode se definida como "contra-antropomorfismo". Durante décadas os psicólogos discutiram a tendência primitiva entre os homens de atribuírem a objetos inanimados e a certas forças de qualidades humanas. Uma tendência de compensação, contudo, é a de atribuir qualidade impessoal a forças que são essencialmente humanas na origem como se elas existissem acima e além do agente humano, além do seu controle ou do sentido humano. O

elemento humano por trás de agências e instituições é negado. Assim sendo, quando o pesquisador diz "O teste requer que você continue", a pessoa sente que isso é um imperativo que está além de qualquer ordem meramente humana. Ele não faz a pergunta aparentemente óbvia "Teste de quem? Por que deveria o organizador do teste ser satisfeito enquanto a vítima sofre?" Os desejos de um homem – o organizador do teste – tornaram-se parte de um esquema que exerce na mente do sujeito uma força que transcende o pessoal. "Isso *tem* que continuar. *Tem* que continuar", repetia uma pessoa. Ela não conseguia entender que um homem como ele queria que aquilo continuasse. Para ele o agente humano tinha desaparecido e "O Teste" assumira um momento impessoal próprio.

Nenhuma ação por si só tem uma qualidade psicológica imutável. Seu significado pode ser alterado colocando-o em contextos especiais. Um jornal norte-americano recentemente citou um piloto que admitiu que os americanos estavam bombardeando homens, mulheres e crianças vietnamitas, mas que sentia que os bombardeios eram por uma "causa nobre" e que, por isso mesmo, eram justificáveis. De forma semelhante, a maioria das pessoas do teste vê seu comportamento num contexto maior, benevolente e útil à sociedade – a busca da verdade científica. O laboratório de psicologia tem uma forte pretensão de legitimidade e invoca fé e confiança naqueles que ali comparecem para participar do teste. Uma ação tal como a de aplicar choque numa vítima, o que isoladamente parece mau, adquire uma significação totalmente diferente quando colocada neste contexto, enquanto que negligenciar suas conseqüências humanas pode ser perigoso, no extremo.

Pelo menos uma característica da situação na Alemanha não foi estudada aqui – a intensa desvalorização da vítima antes da ação contra ela. Por mais de uma década, uma propaganda anti-semita sistematicamente preparou a população alemã para aceitar a destruição dos judeus. Passo a passo os judeus foram excluídos da categoria de cidadãos e perderam a nacionalidade, e finalmente lhes negaram a condição de seres humanos. A sistemática desvalorização da vítima dá uma medida de justificação psicológica para tratamento brutal da vítima e tem sido um acompanhamento constante de massacres, perseguições e guerras. Com toda certeza, as pessoas que participaram de nossos testes se sentiriam mais à vontade para aplicar o choque às vítimas se tivessem sido convenientemente retratadas como criminosos brutais ou pervertidos.

De grande interesse, contudo, é o fato de que muitas pessoas

cruelmente desvalorizam a vítima *como conseqüência* para agirem contra ela. Comentários do tipo "Essa pessoa era tão estúpida e teimosa que merecia receber os choques" eram comuns. Uma vez tendo agido contra a vítima, essas pessoas achavam necessário vê-la como uma pessoa indigna, cuja punição tornou-se inevitável devido às suas deficiências intelectuais e de caráter.

Muitas das pessoas estudadas no teste eram, de certo modo, contra o que fizeram ao aluno, e muitas protestavam, mesmo quando obedeciam. Mas entre pensamentos, palavras e o passo crítico de desobedecer a uma autoridade má existe outro ingrediente, a capacidade de transformar crenças e valores em ação. Algumas pessoas estavam totalmente convencidas do erro do que estavam cometendo, mas não conseguiam romper abertamente com a autoridade. Algumas obtinham satisfação com seus pensamentos e sentiam que – pelo menos com elas – estavam ao lado dos anjos. O que não conseguiram entender é que sentimentos subjetivos são muito irrelevantes para a questão moral em tela, já que não são transformados em ação. O controle político é executado através da ação. As atitudes dos guardas de um campo de concentração não têm conseqüência quando, na verdade, estão permitindo a matança de homens inocentes realizada diante de seus olhos. De modo idêntico, a assim chamada "resistência intelectual" na Europa ocupada – à qual as pessoas, por uma mudança de idéia, sentiam-se como tendo desafiado o invasor – era meramente indulgência num mecanismo psicológico de consolo. As tiranias são perpetuadas por homens retraídos que não possuem a coragem de agir fora de suas crenças. Repetidas vezes, durante a experiência, as pessoas desprezaram o que faziam, mas não conseguiam reunir forças para traduzir seus valores em ação.

Uma variação do teste básico retrata um dilema mais comum do que o acima descrito: a pessoa não recebia ordem para apertar a chave que dava choque na vítima, mas simplesmente para executar uma ação secundária (aplicar o teste da palavra par) antes que outra pessoa realmente merecesse o choque. Nesta situação, 37 dos 40 adultos da área de New Haven continuaram até o choque mais forte do gerador. De maneira antecipada, as pessoas desculpavam seu comportamento dizendo que a responsabilidade pertencia em verdade ao homem que apertava o botão. Isso pode ilustrar uma situação perigosamente típica da sociedade como um todo: é psicologicamente fácil ignorar a responsabilidade quando se é apenas um elo intermediário na cadeia de más ações, mas nos encontramos longe das conseqüências finais da ação. Mesmo

INDEX BOOKS GROUPS

Eichmann ficava abatido ao visitar os campos de concentração, mas para participar de assassinatos em massa ele precisava apenas sentar-se em seu gabinete e mexer em seus papéis. Ao mesmo tempo, o homem de campo, que acionava as câmaras de gás podia justificar *seu* comportamento com base em que estava apenas cumprindo ordens superiores. Assim, há uma fragmentação do ato humano como um todo; nenhum homem decide realizar a má ação e se confrontar com as suas conseqüências. A pessoa que assume total responsabilidade pelo ato evaporou-se. Talvez seja esta a mais comum característica do mal, socialmente organizado, da sociedade moderna.

O problema da obediência, contudo, não é totalmente psicológico. A forma e o modelo da sociedade e o modo como ela está se desenvolvendo tem muito a ver com tudo isso. Houve um tempo, talvez, em que os homens podiam dar uma resposta totalmente humana a qualquer situação porque estavam completamente absorvidos em tudo como seres humanos. Mas logo houve uma divisão de trabalho entre os homens, e as coisas mudaram. A partir de certo ponto, a divisão da sociedade, em que as pessoas executam tarefas delimitadas e muito específicas, faz com que desapareça a qualidade humana de trabalho e vida. A pessoa não vê a situação como um todo, mas apenas vê uma pequena parcela do geral, e assim fica incapaz de agir sem algum tipo de direção geral. A pessoa se sujeita à autoridade e, ao fazer isso, aliena-se de suas próprias ações.

George Orwell tocou na essência da situação ao escrever:

Enquanto escrevo, pessoas altamente civilizadas estão voando lá no alto, tentando me matar. Elas não sentem nenhuma inimizade por mim como pessoa, nem eu por elas. Estão apenas "cumprindo sua obrigação", como se diz. A maior parte delas, não tenho dúvida alguma, é de homens bondosos e cumpridores da lei que jamais pensariam em cometer assassinato na vida particular. Por outro lado, se algum desses homens conseguir me reduzir a pedaços com uma bomba bem jogada, jamais deixará de dormir bem por causa disso.

2
Método de Pesquisa

A SIMPLICIDADE é a chave para a pesquisa científica efetiva. Isso é especialmente verdadeiro no caso de lidarmos com pessoas envolvendo o aspecto psicológico. O aspecto psicológico, por sua natureza, é difícil de ser atingido e é passível de ter muitos outros ângulos do que se imagina à primeira vista. Procedimentos complicados servem apenas para um exame minucioso do fenômeno em si. Para estudarmos a obediência da maneira mais simples, devemos criar uma situação na qual uma pessoa dê ordens a outra para que tenhamos uma ação observável. Devemos perceber então quando existe obediência a um imperativo e quando esta obediência deixa de existir.

Se queremos medir a força da obediência e as condições pelas quais ela varia, devemos forçá-la contra algum fator poderoso que trabalhe na direção da desobediência e cuja importância humana seja prontamente entendida.

Dentre os princípios morais, o que está mais próximo de ser universalmente aceito é este: não se deve infligir sofrimento a uma pessoa indefesa que não seja perigosa nem fonte de ameaça. Este princípio é a força contrária que devemos colocar em oposição à obediência.

Uma pessoa que venha ao nosso laboratório receberá ordens para agir contra outra pessoa de modo progressivamente mais violento. Assim sendo, as pressões para que a pessoa desobedeça estarão presentes. A um ponto não conhecido de antemão, a pessoa pode se recusar a atender a ordem, abandonando a experiência. O comportamento anterior a esta ruptura é chamado *obediência*. O ponto de ruptura é o ato de *desobediência* e pode acontecer mais cedo ou mais tarde na seqüência das ordens, dando a medida necessária.

O modo preciso de se agir contra a vítima não é de importância fundamental. Por razões técnicas, a aplicação de choques elétricos foi escolhida para o estudo. Pareceu adequado, em primeiro lugar, porque

seria fácil para a pessoa entender a noção de que os choques aumentariam de intensidade; em segundo lugar, porque seu uso seria compatível com a aura científica do laboratório; e finalmente porque seria relativamente fácil simular a aplicação de choques no laboratório.

Vamos ver agora em detalhes a pesquisa.

Como Conseguir Participantes para o Estudo

Os universitários de Yale, estando imediatamente próximos e sendo prontamente disponíveis, teriam sido as pessoas mais fáceis para participar do estudo. Além disso, em psicologia é uma tradição o uso de universitários nas experiências. Mas para este caso a utilização de estudantes de uma instituição de elite não nos pareceu adequada. A possibilidade de que as pessoas de Yale tivessem ouvido falar das experiências através de colegas que já tivessem delas participado pareceu ser muito grande para que corrêssemos o risco. Pareceu-nos bem melhor arregimentar as pessoas de uma fonte maior, toda a comunidade de New Haven com seus 300.000 habitantes. Havia uma segunda razão para se preferir New Haven em lugar da universidade: os estudantes eram muito homogêneos como grupo. Todos eles, virtualmente, tinham idades que variavam em torno de vinte anos, eram altamente inteligentes e tinham uma certa familiaridade com experiências psicológicas. Eu desejava uma amostragem mais ampla de pessoas vindas de um grande espectro de classes sociais.

Para se recrutarem as pessoas foi colocado um anúncio no jornal local. O anúncio convocava pessoas de todas as ocupações a participar de um estudo sobre memória e aprendizado, oferecendo 4 dólares por uma hora de participação e mais 50 cents para passagem (veja a ilustração). Um total de 296 pessoas respondeu ao anúncio. Como essas pessoas não fossem suficientes, este modo de recrutamento foi suplementado por solicitação postal direta. Escolheram-se alguns nomes da lista telefônica de New Haven, e para essas pessoas foram enviadas cartas fazendo-se o convite. Enviaram-se milhares de cartas. A taxa de resposta do convite foi de aproximadamente 12 por cento. As pessoas que responderam ao convite, de quem possuíamos informações sobre sexo, idade e ocupação, constituíram um grupo específico e foram marcadas entrevistas com cada uma delas poucos dias antes de seu comparecimento para a realização do estudo.

Anúncio Público

**PAGAREMOS 4 DÓLARES
POR 1 HORA DO SEU TEMPO**

Precisa-se de pessoas para um Estudo sobre Memória

* Pagaremos a quinhentos homens de New Haven para que nos ajudem a completar um estudo sobre memória e aprendizado. O estudo está sendo feito na Universidade de Yale.

* Cada pessoa que participar receberá 4 dólares (mais 50 cents para condução) por aproximadamente 1 hora. Precisamos de você por apenas uma hora: não há outras obrigações. Você pode escolher a hora mais conveniente para comparecer (noites, fins-de-semana, ou dias comerciais).

* Não se exige treinamento, educação ou experiência especial. Procuramos:

Operários	Homens de Negócio	Operários de Construção
Funcionários públicos	Escriturários	Vendedores
Trabalhadores não-especializados	Profissionais Liberais	Funcionários de Escritório
Barbeiros	Telefonistas	Outros

Todas as pessoas devem ter idade entre 20 e 50 anos. Estudantes secundários e universitários não podem participar.

* Se você tem essas qualificações, preencha o cupom abaixo e mande-o agora mesmo para o Professor Stanley Milgram, Departamento de Psicologia, Universidade de Yale, New Haven. Futuramente você receberá informações específicas sobre hora e local do teste. Nós nos reservamos o direito de recusar qualquer proposta.

* Você receberá 4 dólares (mais 50 cents de passagem) assim que chegar ao laboratório.

AO:
PROF. STANLEY MILGRAM, DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, UNIVERSIDADE DE YALE, NEW HAVEN, CONN. Quero participar do estudo sobre memória e aprendizado. Tenho entre 20 e 50 anos. Receberei 4 dólares (mais 50 cents de passagem) se eu participar.

NOME (Letra de fôrma) . . . .

ENDEREÇO . . . .

TELEFONE . . . . Melhor hora para encontrá-lo . . . . . .

IDADE . . . . OCUPAÇÃO . . . . SEXO . . . .

VOCÊ PODE VIR:

DIAS COMERCIAIS . . . . À NOITE . . . FINS-DE-SEMANA . . . .

Fig. 1 *Anúncio colocado no jornal local para recrutar pessoas.*

Representantes típicos desse grupo: funcionários dos correios, professores secundários, vendedores, engenheiros e trabalhadores. O nível educacional das pessoas variava de um que não terminara a escola secundária até aquelas que tinham doutorado e outros diplomas. Diversas condições experimentais (variações da experiência básica) foram consideradas, e desde o início achei importante equilibrar cada condição à idade e aos tipos de ocupação. A composição ocupacional para cada experiência era: trabalhadores, mão-de-obra especializada e não-especializada: 40 por cento; funcionários de escritórios, vendedores, homens de negócios: 40 por cento; profissionais liberais: 20 por cento. As ocupações eram cruzadas com três categorias de idade (pessoas com vinte, trinta e quarenta anos designadas para cada condição experimental nas proporções de 20, 40 e 40 por cento, respectivamente).

Local e Pessoal

A experiência se realizou no elegante Laboratório de Interação da Universidade de Yale. Este detalhe é importante para que se compreenda a legitimidade da experiência. Em algumas variações subseqüentes, a experiência foi dissociada da universidade (veja o Capítulo 6). O papel do pesquisador foi desempenhado por um professor de Biologia do curso secundário com trinta e um anos de idade. Durante toda a experiência, suas maneiras foram impassíveis e sua aparência um tanto austera. Ele usava um jaleco cinza de técnico. O papel de vítima foi desempenhado por um contador de quarenta e sete anos, especialmente treinado para a situação; ele era de origem irlandesa e a maioria dos observadores o achou uma pessoa de modos moderados e agradável.

Procedimento

Uma pessoa que não sabia as regras do jogo e uma vítima eram usadas em cada experiência. Um pretexto teve que ser criado para justificar a aplicação de choques elétricos por parte da pessoa que desconhecia a verdadeira intenção do teste. (Isto é verdade porque em todos os casos de autoridade legítima o subordinado deve perceber alguma liga-

ção, tênue que seja, entre o tipo específico de autoridade e as ordens que esta pessoa dá.) O pesquisador orientava as pessoas no sentido da situação na qual ele desejava avaliar a obediência, com as seguintes instruções.

Fig. 2 *A "vítima".*

Os psicólogos desenvolveram diversas teorias para explicar como as pessoas conseguem aprender tipos diferentes de material.

Algumas das mais difundidas teorias estão tratadas neste livro. (Mostrava-se à pessoa um livro sobre o processo de ensino-aprendizado.)

Uma das teorias afirma que as pessoas aprendem melhor quando punidas cada vez que erram.

Uma aplicação comum desta teoria é os pais baterem em seus filhos quando eles fazem algo de errado.

O que se espera é que a pancada, uma forma de punição, ensinará a criança a lembrar-se melhor, ensinará a criança a aprender efetivamente melhor.

Mas na verdade sabemos muito pouco sobre o efeito da punição no aprendizado, porque quase não foram feitos estudos realmente científicos sobre o assunto em seres humanos.

Por exemplo, não sabemos até que ponto a punição é boa para o aprendizado – e não sabemos que diferença faz quem aplica a punição, se um adulto aprende melhor com alguém mais moço ou com alguém mais velho – e muitas coisas deste tipo.

Então, neste estudo vamos reunir um certo número de adultos com diferentes ocupações e idades. E pediremos que alguns deles sejam os professores e outros os alunos.

Queremos descobrir apenas que efeito pessoas diferentes têm sobre outras pessoas, como professores e alunos, e também que efeito a punição *terá no aprendizado sob esta circunstância.*

Agora, então, pedirei que um de vocês seja o professor esta noite e o outro o aluno.

Vocês têm alguma preferência ?

[*Alguém e um cúmplice expressam suas preferências.*]

Bem, acho que a melhor maneira de fazermos isso é eu escrever a palavra Professor *numa tira de papel e* Aluno *em outra e deixar vocês tirarem a sorte.*

[*Alguém tira primeiro e o cúmplice depois.*]

Bem, quem é o quê ?

Muito bem. Agora a primeira coisa que teremos a fazer é colocar o Aluno de tal modo que ele possa receber algum tipo de punição.

Por favor, queiram vir comigo até esta porta aqui.

O sorteio ao lado descrito foi armado de tal modo que a pessoa em questão fosse sempre o professor e o cúmplice sempre o aluno. (As duas tiras de papel continham a palavra "professor".) Imediatamente após o sorteio o professor e o aluno eram levados a uma sala adjacente, e o aluno era amarrado a uma "cadeira elétrica".

O pesquisador explicava que as tiras amarradas no aluno eram para evitar movimentação excessiva enquanto o aluno recebesse os choques. O intento era fazer parecer impossível a pessoa conseguir sair daquela situação. Um eletrodo era ligado ao punho do aluno e aplicava-se uma pasta para evitar bolhas e queimaduras". Dizia-se ainda à pessoa que o eletrodo estava ligado ao gerador de choques, que se encontrava na sala ao lado.

Para comentar a credibilidade, o pesquisador declarava, em resposta a uma pergunta do aluno, que "embora os choques possam ser extremamente dolorosos, não causam dano permanente ao tecido".

O Aprendizado

A lição apresentada pela pessoa objeto da experiência compunha-se do aprendizado de um par de palavras associadas. A pessoa lia uma série de pares de palavras para o aluno e depois então lia a primeira palavra do par juntamente com quatro termos. Por exemplo, o aluno lia alguns pares como:

caixa azul
dia lindo
pato selvagem
etc.

Depois então, na seqüência do teste, ele leria:

azul: céu tinta caixa lâmpada

O aluno deveria indicar qual dos quatro termos estivera originariamente formando par com a primeira palavra. Ele comunicava sua resposta pressionando um dos quatro botões que estavam em frente a ele,

fazendo acender um dos quatro quadros luminosos numa tela de respostas colocada acima do gerador de choques.

Gerador de Choque

O painel de instrumento era formado por 30 chaves dispostas horizontalmente. Cada chave tinha a designação de voltagem, que variava de 15 a 450 volts. As marcações mostravam uma aumento progressivo de 15 volts por cada uma das chaves, da esquerda para a direita. Além disso, as seguintes explicações explícitas eram claramente dadas para cada grupo de quatro chaves, da esquerda para a direita: Choque Fraco, Choque Médio, Choque Forte, Choque Muito Forte, Choque Intenso, Choque de Extrema Intensidade, Perigo: Choque Violento. Duas alavancas depois desta última tinham apenas a marca XXX.

Quando uma alavanca era pressionada, uma lâmpada correspondente, vermelha, se acendia; ouvia-se uma sirene; uma luz azul, onde estava escrito "energizador de voltagem" piscava; a agulha do voltímetro deslizava para a direita; ouviam-se diversos ruídos de relés.

A parte superior esquerda do gerador tinha sua identificação: GERADOR DE CHOQUE, TIPO ZLB, DYSON INSTRUMENT COMPANY, WALTHAM; MASS., SAÍDA 15-450 VOLTS.

Amostra de Choque

Cada professor recebia uma amostra do choque antes de começar a desempenhar seu papel de professor. Este choque era sempre de 45 volts e era dado pressionando-se a terceira alavanca do gerador. O choque era dado no punho da pessoa, o que aumentava a crença da pessoa na autenticidade do gerador.

Instruções Sobre o Choque

O professor recebia instruções para aplicar um choque ao aluno cada vez que ele desse uma resposta errada. Além disso – e esta era a

ordem-chave — a pessoa era instruída a aumentar a voltagem do choque cada vez que o aluno desse uma resposta errada". O professor era instruído também a anunciar a voltagem antes dar o choque. Isso servia para lembrá-lo, continuamente, do aumento de intensidade dos choques aplicados ao aluno.[1] Se a pessoa chegasse à trigésima alavanca (450 volts) era instruída a continuar com o procedimento usando esta voltagem máxima. Depois de mais duas tentativas, o pesquisador interrompia a a experiência.[2]

Reação do Pesquisador

Em diversos pontos da experiência o professor se voltaria ao pesquisador para aconselhamento sobre se deveria continuar aplicando os choques. Ou indicaria que não desejava mais continuar.

O pesquisador respondia com uma seqüência de "estímulos", usando tanta ênfase quanto necessário para manter a pessoa no teste.

Estímulo 1: Por favor continue, *ou,* por favor, prossiga.
Estímulo 2: A experiência requer que você continue.
Estímulo 3: É absolutamente essencial que você continue.
Estímulo 4: Você não tem outra escolha, *deve* continuar.

Os estímulos eram ditos em seqüência: somente se o Estímulo 1 não tivesse obtido sucesso o Estímulo 2 seria usado. Se o professor se recusasse obedecer ao pesquisador depois do Estímulo 4, a experiência estava encerrada. O tom de voz do pesquisador era em todas as vezes firme, mas não indelicado. A seqüência começava do princípio cada vez que a pessoa se recusasse a continuar ou mostrasse relutância em acatar as ordens.

Estímulos Especiais

Se o professor perguntasse se o aluno poderia sofrer algum dano físico permanente, o pesquisador dizia:

Embora os choques possam ser dolorosos, não há nenhum dano permanente do tecido. Então, por favor, prossiga. (Seguido, se preciso, dos Estímulos 2, 3 e 4.)

Se o professor dissesse que o *aluno* não queria prosseguir, o pesquisador respondia:

Quer o aluno goste ou não, você deve prosseguir até que ele aprenda corretamente quais são os pares de palavras. Então, por favor, prossiga. (Seguido, se preciso, dos Estímulos 2, 3 e 4.)

Reação da Vítima

Em todas as condições o aluno dava um conjunto de respostas pré-determinadas ao teste de pares de palavras, numa base de aproximadamente três respostas erradas para uma certa.

As respostas da vítima eram um elemento-chave na situação e precisavam ser cuidadosamente dadas. Em estudos-piloto, não se usou, a princípio nenhuma reação oral da vítima. Acreditava-se que as indicações sobre as voltagens das chaves, tanto as verbais quanto as impressas, criariam pressão suficiente para diminuir a obediência do professor. Na ausência de protestos por parte do aluno, virtualmente toda pessoa do estudo-piloto, uma vez recebendo a ordem, foi alegremente até o final do painel, aparentemente indiferente aos avisos verbais. Isso nos privava de uma adequada base de aferição das tendências de obediência da pessoa. Tivemos que introduzir uma força que aumentasse a resistência da pessoa às ordens do pesquisador e que revelasse as diferenças em termos dos pontos de ruptura.

Esta força tomou a forma de protestos da vítima. Inicialmente, foram usados protestos brandos, mas eles se mostraram inadequados. Depois, protestos mais veementes foram inseridos no procedimento do teste. Para nossa consternação, mesmo os protestos mais fortes por parte da vítma não impediram que muitas pessoas dessem as punições mais severas ordenadas pelo pesquisador. Mas os protestos tornaram menores as médias de choques a máximos e criaram uma extensão do procedimento da pessoa; em conseqüência, os gritos das vítimas foram

gravados em fita e incorporados aos procedimentos regulares da experiência.

A situação fez mais do que realçar as dificuldades técnicas de se encontrar um procedimento experimental executável: isso indicou que as pessoas obedeceriam à autoridade numa extensão maior do que havíamos suposto. Isto também ressaltou a importância da reação por parte da vítima no controle do comportamento da pessoa.

Cada resposta oral da vítima era coordenada a um nível particular de voltagem do gerador de choques. É difícil transmitir nesta página impressa todo o teor das respostas das vítimas, pois não temos registro para a intensidade vocal, tempo e qualidades gerais deste tipo de comunicação. De modo geral, contudo, a vítima não indicava nenhuma desconforto até a aplicação de um choque de 75 volts, quando então se ouvia um leve gemido. Reações similares seguiam-se aos choques de 90 e 150 volts, e no de 120 volts a vítima gritava para o pesquisador que os choques estavam se tornando dolorosos. Ouviam-se gemidos de dor no choque de 135 volts e no de 150 volts a vítima gritava "Pesquisador, tire-me daqui! Não vou mais continuar nesta experiência! Recuso-me a continuar!!!" Gritos deste tipo continuavam com intensidade cada vez maior, de modo que ao receber o choque de 180 volts a vítima gritava: "não posso agüentar a dor" e no de 270 volts sua resposta ao choque era um grito de agonia. A partir dos 150 volts a vítima insistia para que fosse deixada de fora da experiência. No choque de 300 volts a vítima gritava que não responderia mais ao teste de memória.

Neste momento, achava-se, as pessoas se voltariam para o pesquisador para pedir instruções. O pesquisador instruiria a pessoa a considerar a falta de resposta como resposta errada e a aplicar o choque segundo a gradação usual. Ele avisava as pessoas para darem de 5 a 10 segundos antes de considerarem a falta de resposta como resposta errada e para aumentarem a intensidade do choque cada vez que o aluno não respondesse corretamente. Nos 315 volts, depois de um grito lancinante, a vítima reafirmava de modo enfático que não estava mais participando do teste. Não dava mais respostas, mas gritava de agonia sempre que recebia um choque. Depois dos 330 volts não se ouvia mais a vítima, nem suas respostas apareciam mais no painel de respostas.

Medidas

A principal medida para qualquer pessoa é o choque máximo que ela administre antes que se recuse a continuar. Em princípio, isso pode variar de 10 (uma pessoa que se recusa aplicar até o primeiro choque) a 30 (uma pessoa que aplica o choque mais forte do gerador).

Entrevista e Interrogatório

Um importante aspecto do procedimento ocorria no final da sessão de experiência. Um cuidadoso tratamento pós-experiência foi administrado a todas as pessoas. O exato conteúdo da sessão variou de condição para condição e com a maior experiência de nossa parte. Logo no início todas as pessoas eram informadas de que a vítima não recebeu choques elétricos perigosos. Cada pessoa se reconciliava com a vítima, que nada sofrera, e passava depois a debater a experiência com o pesquisador. A experiência era explicada às pessoas desafiantes de um modo que apoiava sua decisão em desobedecer o pesquisador. As pessoas obedientes receberam a informação de que seu comportamento era inteiramente normal e que seu sentimento de conflito ou tensão era compartilhado por outros participantes. As pessoas eram informadas de que receberiam um relatório explicativo com as conclusões das séries de experiências. Em alguns casos, detalhes adicionais e discussões mais pormenorizadas foram oferecidas a algumas pessoas individualmente.

Quando a série de experiência terminou, as pessoas receberam um relatório por escrito, o qual apresentava detalhes do procedimento e resultados de experiência. Aqui também sua participação nas experiências era tratada de um modo digno e seu comportamento durante o teste respeitado. Todas as pessoas receberam um questionário após o teste, onde podiam expressar os pensamentos e sentimentos que tiveram durante o teste.

Recapitulação

Nesta situação, a pessoa deve resolver um conflito entre duas exigências mutuamente incompatíveis do campo social. Ele pode continuar

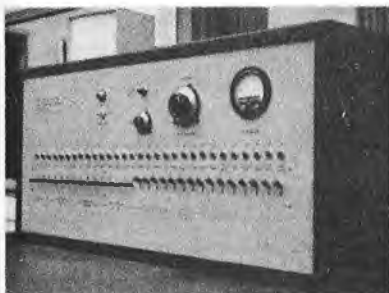



Fig. 3

Gerador de choques.

A vítima sendo amarrada na cadeira.

A pessoa recebe um choque de amostragem.

A pessoa desiste da experiência.

seguindo as ordens do pesquisador e continuar aplicando os choques ao aluno, com progressiva intensidade, ou pode se recusar a seguir as ordens do pesquisador e dar ouvidos aos pedidos do aluno. A autoridade do pesquisador não opera num campo livre, mas contra as pressões da pessoa que está sendo punida.

A situação do laboratório nos dá condições de estudar as reações da pessoa ao principal conflito do teste. Novamente este conflito é entre as ordens do pesquisador, para que a pessoa continue a aplicar os choques, os apelos do aluno, que se tornam cada vez mais insistentes, para que a experiência seja suspensa. O ponto fundamental do estudo é variar sistematicamente os fatores que, acreditamos, alterem o grau de obediência às ordens para sabermos sob quais condições a submissão à autoridade é mais provável e sob quais condições o desafio a esta autoridade é revelado.

O que a condição da experiência faz é condensar os elementos presentes quando a obediência ocorre num contexto maior, de tal forma a que os ingredientes essenciais sejam colocados num campo de estudo relativamente reduzido para serem analisados cientificamente. A força da situação deriva do fato de que podemos ver, e a pessoa pode sentir, a ação simultânea de forças antagônicas que num contexto maior raramente atuam sobre ela no mesmo instante.

INDEX BOOKS GROUPS

3
Comportamento Esperado

MUITO FREQÜENTEMENTE, o valor do trabalho feito em ciência social é negligenciado por se achar que o caráter das descobertas feitas dispensa explicação. Mas raramente temos realmente informações sobre como exatamente as pessoas esperam que seja um comportamento numa dada circunstância. Se tivermos essa informação, poderemos compará-la com o resultado do estudo. Isso nos dará um paradigma a partir do qual podemos ver quanto conseguimos descobrir com a experiência. Além disso, se houver uma disparidade entre o que as pessoas esperam e o que realmente ocorre, ficamos com o interessante problema de preencher esta lacuna. Porque as expectativas então vêm a ter um caráter de ilusão, e devemos indagar se tal ilusão é uma expressão da ignorância ou se cumpre alguma função definida na vida social.

O procedimento para se atingir essas expectativas é direto. Em cada caso as pessoas que respondem constituem uma audiência que já ouviu a leitura de um texto sobre obediência à autoridade. A experiência é descrita em detalhes sem, contudo, revelar os resultados de modo algum. A audiência recebe um diagrama esquemático do gerador de choques onde aparecem as instruções de uso e sobre a voltagem. Pedimos a cada pessoa que reflita sobre a experiência e que depois registre como reagiria a ela. Os prognósticos foram feitos por três grupos: psiquiatras, estudantes colegiais e uma audiência composta por adultos da classe média com ocupações profissionais diversas.

A Tabela 1 resume os pontos de ruptura prognosticados por esses grupos.

Cada uma das 110 pessoas que deram respostas acha que desobedeceria o pesquisador em algum ponto da série de ordens, e as explicações típicas oferecidas para justificar sua desobediência são:

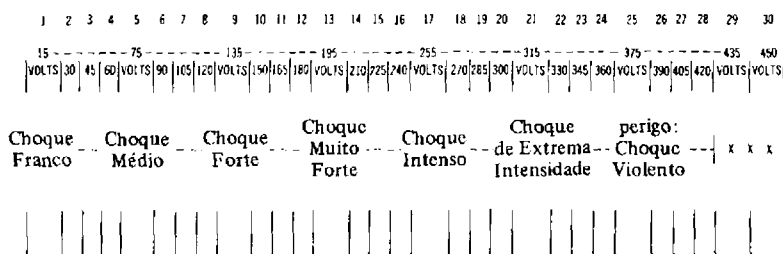



Fig. 4 *Diagrama do painel de Controle*

". . . eu morro de medo de choques e não poderia dar choques numa pessoa que estivesse protestando porque eu estava lhe provocando dor. Eu não conseguiria deliberadamente machucar uma pessoa estranha." (Máximo: 90 volts)

"Não acha que nenhuma experiência valha a aplicação de um choque forte em outro ser humano. O fato de que a pessoa estava reagindo daquele modo indica que ela estava sofrendo bastante. Eu não seria aquele que lhe causaria este sofrimento. No momento em que a pessoa insiste em que quer sair da experiência eu respeito sua vontade." (Máximo: 135 volts)

". . . não consigo ver as pessoas sofrendo. Se o aluno quisesse sair, eu o deixaria ir para que não sofresse." (Máximo: 150 volts)

". . . já que a pessoa era voluntária, e eu também era voluntário, e já que o pesquisador não tem nenhuma autoridade física sobre mim, a pessoa deve ser liberada quando chega o momento em que pede para ser liberada, e eu a liberaria." (Máximo: 150 volts)

"O motivo pelo qual eu abandonaria a experiência é porque a pessoa gritaria de dor. Sabendo como eu me sentiria se machucassse meu joelho, que fosse, então sentiria compaixão pelo aluno." (Máximo: 180 volts)

Essas pessoas vêem suas reações de um modo que varia da empatia a compaixão e a um senso de justiça. Elas enunciam uma concepção do

Tabela 1. As pessoas prognosticam seus pontos de ruptura

Nível do Choque	Designação Verbal e Voltagem	Psiquiatras (n = 39)*	Estud. Univers. (n = 31)	Adultos da Clas. Média (n = 40)
	Choque Fraco	2**		3**
1	15	1		
2	30			
3	45			
4	60	1		1
	Choque Médio			
5	75	6	4	7
6	90	1	3	1
7	105	4		1
8	120	4	1	3
	Choque Forte			
9	135	1	3	2
10	150	14	12	9
11	165		1	2
12	180	2	6	3
	Choque Muito Forte			
13	195	2		1
14	210		1	
15	225			1
16	240			1
	Choque Intenso			
17	255			1
18	270			
19	285			
20	300	1		3
	Choque de Extrema Intensidade			
21	315			
22	330			
23	345			
24	360			
	Perigo: Choque Violento			
25	375			
26	390			
27	405			
28	420			
	XXX			
29	435			
30	450			
	Média de Nível de Choque Máximo	8,20	9,35	9,15
	Percentagem de prognósticos de desafio	100%	100%	100%

* *n refere-se ao número de pessoas na experiência.*
** *Essas pessoas disseram que se recusariam a administrar mesmo o mais baixo nível de choque.*

que é desejável e afirmam que agem de acordo com isso. Mas mostram pouco discernimento para a cadeia de forças que opera numa situação social real.

Talvez a pergunta feita a elas fosse incorreta. As pessoas gostam de se ver numa posição favorável. Então perguntamos algo um tanto diferente para eliminar o comportamento induzido pela vaidade. Pedimos a essas pessoas que dissessem como outras pessoas agiriam. (E, mais especificamente, pedimos que elas assinalassem a distribuição dos pontos de ruptura de cem americanos com idades e ocupações profissionais diferentes.) Psiquiatras, formandos e professores de ciências comportamentais, estudantes universitários do segundo ano e adultos da classe

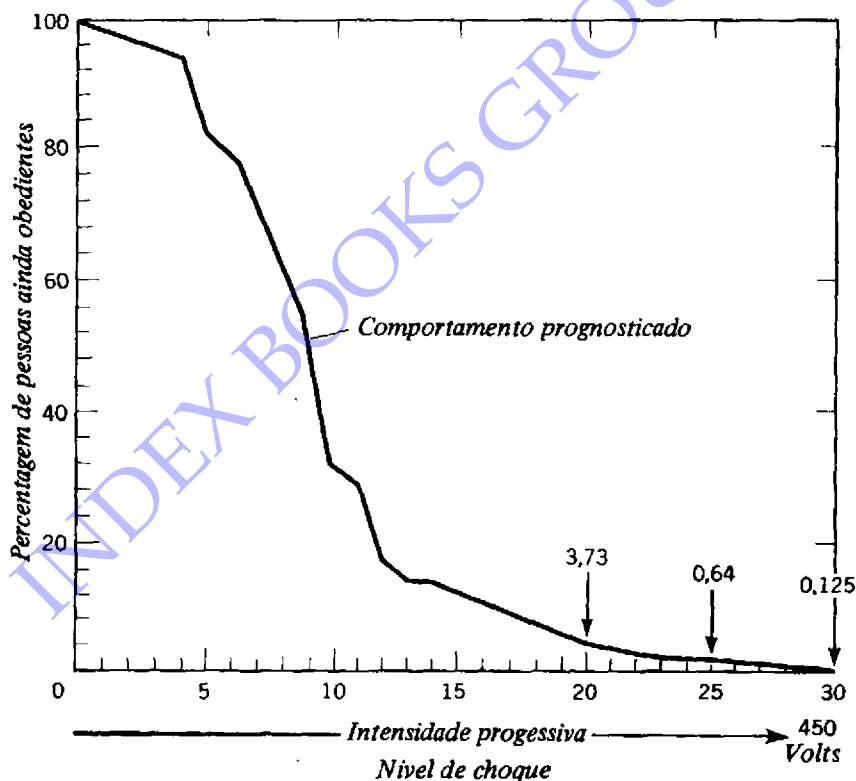



Fig. 5 *Prognósticos do psiquiatra na Experiência de Reação à Voz.*

média responderam à pergunta e há uma notável similaridade nos prognósticos de diversos grupos. Eles acreditam que virtualmente todas as pessoas se recusarão a obedecer ao pesquisador; somente um pequeno grupo, não ultrapassando um ou dois por cento, foi tido como prosseguindo até o final do teste. Os prognósticos dos psiquiatras está mostrado em detalhes na Figura 5. Eles prognosticaram que a maioria das pessoas não passaria do décimo choque (150 volts, quando a pessoa faz seu primeiro pedido para sair); cerca de 4 por cento chegariam ao vigésimo choque, e aproximadamente uma pessoa em mil aplicaria o choque mais forte do gerador.

Qual a hipótese que está por debaixo desses prognósticos? Em primeiro lugar, que as pessoas são em princípio decentes e não machucam prontamente o inocente. Em segundo lugar, que a menos que coagidas por ameaça ou força física, a pessoa é em grande parte a base de seu comportamento. Uma pessoa age de um modo especial porque *decidiu* agir assim. A ação se realiza numa base sócio-física, mas isto é apenas o cenário para que a ação se dê. O comportamento em si vem da parte mais íntima da pessoa; nesta parte íntima os valores pessoais são pesados, as gratificações avaliadas e as decisões disso resultantes são traduzidas em ação.

A maior parte das pessoas começa com pressuposições deste tipo quando pedimos que pensem sobre a experiência da obediência. Elas focam seu pensamento sobre o caráter da pessoa autônoma em lugar da situação em que estejam. Como esta visão, é provável que esperem que poucas pessoas obedeçam a todas as ordens do pesquisador,

4
Proximidade da Vítima

AGORA VAMOS, ver a verdadeira atuação das pessoas durante a experiência. Para começar, devemos considerar os resultados da variação com Reação Indireta (Experiência 1). Ela difere levemente da situação usual em que não há reclamação verbal por parte da vítima. A vítima é colocada em outra sala, de onde não pode ser vista pela pessoa que participa do teste; sua voz também não pode ser ouvida suas respostas são dadas através das luzes do painel. Contudo, com o choque de 300 volts as paredes do laboratório ressoam quando a vítima começa a dar socos em sinal de protesto. Depois dos 315 volts não aparece mais nenhuma resposta, e os socos cessam.

Vale a pena repetir as observações do professor no ponto de desafio, segundo gravação feita na hora:

"Acho que ele está tentando se comunicar, está batendo . . . Bem, não é justo dar os choques nele . . . essas voltagens são terríveis. Não acho que isso seja humano . . . Ah, não posso continuar com isso; não, isso não é direito. Que experiência horrorosa. Essa cara lá esta sofrendo. Não, não quero continuar. Que loucura." (A pessoa se recusa a dar outros choques.)

"Ele está batendo. Vou parar com isso. Eu gostaria de continuar, mas não posso fazer isso com um homem . . . Sinto muito, não posso fazer isso com um homem. Vai fazer mal ao coração dele. Pode pegar o cheque de volta . . . Não, realmente não posso fazer isso."

Das 40 pessoas, 26 obedeceram às ordens do pesquisador até o fim continuando a punir a vítima até chegarem ao mais forte choque

do gerador. Depois de aplicado o choque de 450 volts. 3 vezes, o pesquisador suspendia a sessão.

As pessoas, de um modo geral, encontravam-se num modo agitado. Às vezes o protesto verbal era mínimo, e a pessoa simplesmente levantava-se da cadeira, em frente ao gerador, dizendo que desejava deixar o laboratório. Algumas pessoas obedientes expressavam relutância em aplicar choques acima de 300 volts e mostravam tensão similar a daquelas que desafiavam o pesquisador.

Depois que os choques máximos tinham sido aplicados, e quando o pesquisador suspendia a sessão, muitas pessoas obedientes davam suspiros de alívio, esfregavam a sobrancelha, passavam as mãos nos olhos ou procuravam pelo cigarro. Algumas pessoas sacudiam a cabeça, aparentemente arrependidas. Algumas permaneciam calmas durante toda a experiência e mostravam sinais mínimos de tensão do princípio ao fim.

Trazendo a Vítima Para Mais Perto

Uma experiência difere de uma demonstração porque numa experiência, uma vez observado um efeito, torna-se possível alterarem-se sistematicamente as condições sob as quais ela é produzida e, neste caso, conhecerem-se as causas relevantes.

O que temos visto até então aplica-se somente à situação na qual a vítima não pode ser vista nem pode se comunicar com sua própria voz. Quem recebe a punição, assim, está longe e não pode indicar seus desejos de modo muito claro. Há ruído de socos na parede, mas isso tem um significado inerentemente ambíguo; possivelmente, algumas pessoas não interpretaram esses socos como prova de aflição da vítima. A resultante obediência pode ser atribuível a isso. Talvez não haja nenhuma obediência quando o sofrimento da vítima for comunicado de modo mais claro; quando se der um sentido de presença à vítima e ela puder ser vista, ouvida e sentida.

O comportamento observado em nossos estudos-piloto nos deram base para acreditarmos nisso. Naqueles estudos, a vítima podia ser vagamente percebida pela pessoa através de um vidro prateado. As pessoas freqüentemente evitam olhar para a pessoa em quem estavam dando choque, geralmente virando a cabeça de modo desajeitado e deliberado. Uma pessoa explicou:

Tabela 2. Choques máximos aplicados nas experiências 1, 2, 3 e 4

Nível do Choque	Designação Verbal e Voltagem	Experiência 1 Indireta (n = 40)	Experiência 2 Reação da Voz (n = 40)	Experiência 3 Proximidade (n = 40)	Experiência 4 Toque-proximidade (n = 40)
	Choque Leve				
1	15				
2	30				
3	45				
4	60				
	Choque Médio				
5	75				
6	90				
7	105			1	
8	120				
	Choque Forte				
9	135		1		1
10	150		5	10	16
11	165		1		
12	180		1	2	3
	Choque Muito Forte				
13	195				
14	210				1
15	225			1	1
16	240				
	Choque Intenso				
17	255				1
18	270			1	
19	285		1		1
20	300	5*	1	5	1
	Choque de Extrema Intensidade				
21	315	4	3	3	2
22	330	2			
23	345	1	1		1
24	360	1	1		
	Perigo: Choque Violento				
25	375	1		1	
26	390				
27	405				
28	420				
	XXX				
29	435				
30	450	26	25	16	12
	Média de Nível e Choque Máximo	27,0	24,53	20,80	17,88
	Porcentagem de pessoas obedientes	65%	62,5%	40%	30%

* *Indica que na Experiência 1 cinco pessoas aplicaram o choque máximo de 300 volts.*

"Eu não queria ver as conseqüências do que eu tinha feito". Os observadores disseram:

. . . as pessoas mostram uma relutância em olhar para a vítima, que podia ser vista pelo vidro bem à sua frente. Quando este fato era comentado com elas, diziam que lhes causava desconforto ver a vítima em agonia. Observamos, contudo, que embora a pessoa se recuse a olhar para a vítima, continua a aplicar os choques.

Isso sugeriu que a presença da vítima pode ter, de alguma forma, regulado a atuação da pessoa. Se ao obedecer ao pesquisador a pessoa

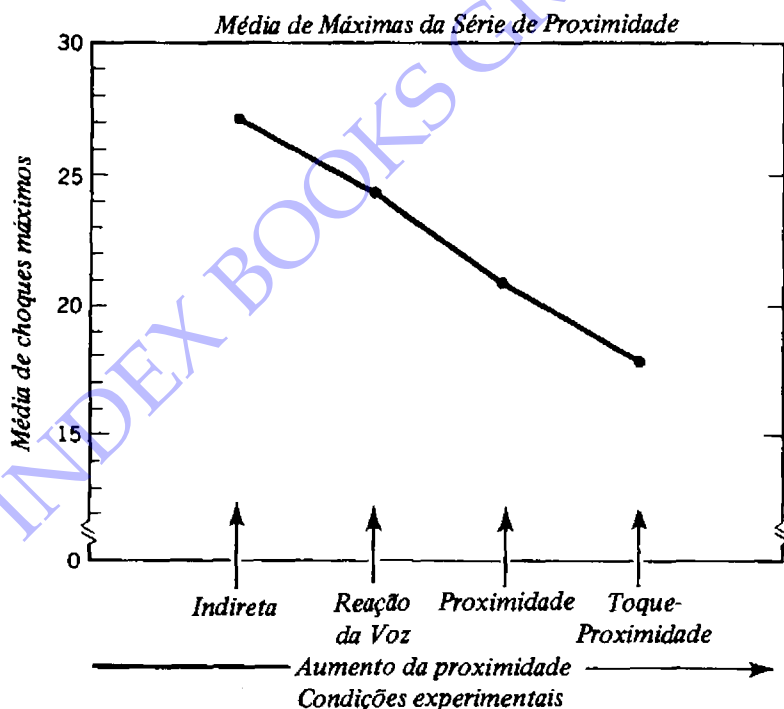



Fig. 6. *Média de choques máximos nas experiências 1, 2, 3 e 4.*

Disposição geral para a condição Toque-proximidade.

Fig. 7.

Pessoa obediente na condição Toque-proximidade.

achava necessário evitar um exame direto da vítima, seria o inverso verdeiro? Se a vítima ficasse cada vez mais à mostra da pessoa, a obediência diminuiria? Uma série de quatro experiências foi feita para responder a esta pergunta. Já descrevemos a condição indireta.

A Experiência 2 (Reação da Voz) era idêntica à primeira, com a exceção de que foram introduzidos os protestos verbais. Como na primeira condição, a vítima era colocada numa sala contígua, mas seus protestos podiam ser claramente ouvidos através das paredes do laboratório.

A Experiência 3 (Proximidade) era similar à segunda, exceto que a vítima era colocada na mesma sala em que o professor, a poucos metros deste. Assim, a vítima podia ser vista e ouvida. Foram preparadas "deixas" para tudo funcionar.

A Experiência 4 (Toque-Proximidade) era idêntica à terceira, só com esta exceção: a vítima recebia choque apenas quando sua mão permanecia sobre a placa energizada. No choque de 150 volts a vítima pedia para ser liberada e recusava-se a colocar a mão na placa energizada. O pesquisador ordenava ao professor que forçasse a vítima a colocar a mão sobre a placa. Assim, a obediência, neste caso, requeria que a outra pessoa tivesse contato físico com a vítima a fim de puni-la com um choque de 150 volts ou acima disso.

Foram estudadas quarenta pessoas em cada condição. Os resultados, mostrados na Tabela 2, revelaram que a obediência foi significativamente reduzida a medida que a vítima era colocada mais perto da outra pessoa. A média de choque máximo para cada condição aparece na Figura 6.

Trinta e seis por cento das pessoas desafiaram o pesquisador na condição indireta, 37,5 por cento na Reação à Voz; 60 por cento na de Proximidade, e 70 por cento na de Toque-Proximidade.

A que devemos atribuir a diminuição da obediência à medida que a vítima é colocada mais perto? Diversos fatores podem ser relacionados.

1. *Insinuação empática.* Na condição indireta e, em escala menor, na condição de Reação à Voz, o sofrimento da vítima possui uma qualidade abstrata, remota para a outra pessoa. A pessoa está consciente, mas apenas num sentido conceitual, de que suas ações causam dor em outra pessoa; o fato é entendido mas não é sentido. O fenômeno é bastante comum. O aviador de um bombardeiro pode supor, racionalmen-

te, que suas armas infligirão sofrimento e morte, contudo saber isso não o afeta nem lhe provoca nenhuma resposta emocional.

É possível que as insinuações visuais, associadas com o sofrimento da vítima, provoque respostas empáticas na outra pessoa e lhe dêem um entendimento mais completo da experiência da vítima. É possível também que as reações empáticas sejam desagradáveis, possuindo propriedades tais que façam com que a pessoa acabe com esta situação. A diminuição da obediência, então, seria explicada pelo enriquecimento das insinuações empáticas nas condições experimentais sucessivas.

2. *Negativa e estreitamento do campo cognitivo.* A condição indireta permite um estreitamento do campo cognitivo, de forma que a vítima é posta de lado na cabeça da outra pessoa. Quando a vítima está perto, é mais difícil excluí-la do pensamento. Ela imiscui-se, necessariamente, na consciência do professor, já que está continuamente visível. Nas duas primeiras condições, sua existência e suas reações são percebidas apenas depois da aplicação do choque. A reação auditiva é esporádica e descontínua. Na condição de proximidade, sua inclusão no campo imediato de visão torna-a um elemento permanentemente visível para a outra pessoa. O mecanismo de negação não pode mais ser usado. Uma pessoa na condição indireta disse: "É curioso como a gente realmente começa a se esquecer de que existe outra pessoa lá, mesmo quando se pode ouvir esta pessoa. Durante muito tempo eu me concentrei apenas em apertar os comandos e ler as palavras".

3. *Campos recíprocos.* Se na condição de Proximidade a pessoa está numa posição melhor para observar a vítima, a recíproca é verdadeira: as ações do professor ficam agora sob o exame da vítima. Possivelmente é mais fácil inflingir algum mal a uma pessoa quando esta não pode observar nossas ações do que quando ela vê o que estamos fazendo. A observação da ação que se pratica contra ela própria pode dar surgimento à vergonha ou culpa, o que pode então servir para cortar a ação. Muitas expressões de linguagem referem-se ao desconforto ou à inibição que surge num ataque frente a frente. Diz-se com freqüência que é mais fácil criticar um homem "pelas costas" do que enfrentá-lo diretamente. Se estamos mentindo para alguém, é, segundo opinião geral, difícil "olhar a pessoa nos olhos". Nós nos "viramos por vergonha" e isto serve para

reduzir nosso desconforto. A manifesta função de se permitir que a vítima de um esquadrão de fuzilamento tenha os olhos vendados é tomar a situação menos tensa para ela, mas isso pode servir também como uma função latente de reduzir a tensão dos executores. Em resumo, na condição de Proximidade, a pessoa pode sentir que se tomou mais presente para a vítima e conseqüentemente toma-se mais consciente, embaraçada e inibida no ato de punir a vítima.

4. *Sensação da unidade de ação.* Na condição indireta é mais difícil para a pessoa ver uma conexão entre suas ações e as conseqüências destas para a vítima. Há uma separação física do ato e dos seus efeitos. A pessoa pressiona uma alavanca, numa sala, e ouve gritos e protestos vindos de outra sala. Os dois fatos têm relação, mas não têm uma unidade. A unidade é conseguida em maior grau na condição de proximidade, quando a vítima é colocada mais perto da ação que lhe causa dor. A unidade é completa na condição de Toque-Proximidade.

5. *Formação de grupo incipiente.* Colocar a vítima em outra sala não só a deixa mais longe da outra pessoa, mas também coloca o professor e o pesquisador mais perto. Há uma formação de grupo incipiente entre o pesquisador e a pessoa, da qual a vítima é excluída. A parede entre a vítima e os outros priva a vítima de uma intimidade que o pesquisador e a outra pessoa podem sentir. Na condição indireta, a vítima está realmente do lado de fora, fica isolada, física e psicologicamente.

Quando a vítima é colocada perto da outra pessoa, toma-se mais fácil formar uma aliança com ela contra o pesquisador. A pessoa não tem mais que enfrentar o pesquisador sozinha. Ela tem uma aliado que está bem próximo e ansioso para colaborar numa revolta contra o pesquisador. Assim, a mudança das relações espaciais conduz a uma mudança potencial de alianças durante as diversas condições experimentais.

6. *Disposições do comportamento adquirido.* É comumente observado que os ratos de laboratório raramente lutam com os outros membros da ninhada. Scott (1958) explica isso em termos de inibição passiva. Ele escreve: "Não fazendo nada sob (certas)... circunstâncias, (o animal) aprende a não fazer nada, e isso pode ser descrito como uma inibição passiva... Este princípio tem grande importância ao se ensinar

uma pessoa a ser pacata, pois isso significa que ela pode aprender a não lutar simplesmente não lutando". De modo similar, podemos aprender a não machucar outras pessoas simplesmente não lhes fazendo mal no dia-a-dia. Mas este aprendizado se dá num contexto de relações próximas e não pode ser generalizado a situações em que os outros estejam longe de nós. Ou talvez, no passado, ações agressivas contra outras pessoas que estavam fisicamente próximas resultaram em punição de retaliação que extinguiu a forma original de resposta. Em contraste, a agressão contra os outros à distância pode ter raramente levado à retaliação.

Nós mudamos; nossas relações espaciais alteram-se de uma situação para a seguinte e o fato de estarmos perto ou longe pode ter um poderoso efeito nos processos psicológicos que intermeiam nosso comportamento em relação aos outros. Nessas experiências, quando a vítima era colocada mais próxima da pessoa que recebia ordens para lhe dar choques, num número crescente de pessoas abandonou a experiência, recusando-se a obedecer. A presença física concreta, visível e próxima da vítima agia de modo importante para neutralizar o poder do pesquisador e gerar a desobediência. Qualquer modelo teórico de obediência terá que levar este fato em conta.

Comportamento Não Esperado

O nível geral de obediência, em todas as quatro variações experimentais, requer um comentário. As pessoas aprenderam desde a infância que é uma falta fundamental de conduta moral machucar outra pessoa contra sua vontade. Contudo, quase metade das pessoas abandona este princípio ao seguir as instruções de uma autoridade que não tem poderes especiais para impor suas ordens. Desobedecer não traria nenhuma perda material ou punição. Fica bem claro pelas observações e pelo comportamento de muitos participantes que ao punirem a vítima eles estavam geralmente agindo contra seus próprios valores. As pessoas freqüentemente expressavam desaprovação por aplicarem choque a um homem diante de suas objeções, e outras diziam que era estúpido e sem sentido. Contudo, muitas pessoas seguiam as ordens recebidas.

Os resultados diferiram fundamentalmente dos prognósticos fei-

tos através do questionário anteriormente descrito. (Aqui, contudo, é possível que a distância de quem respondeu em relação à situação real e à dificuldade de se levar a essas pessoas os detalhes da experiência possa explicar a grave subestimação da obediência.) Mas os resultados também foram inesperados para as pessoas que observaram o desenvolvimento da pesquisa através de visores especiais. Os observadores freqüentemente expressavam sua descrença em ver uma pessoa aplicando choques cada vez mais fortes à vítima: mesmo as pessoas completamente inteiradas de detalhes da situação subestimaram a obediência que as pessoas demonstrariam.

O segundo efeito imprevisto foi a tensão gerada pelos procedimentos. Pode-se supor que uma pessoa simplesmente desistiria ou continuaria segundo sua consciência. Isto está muito longe do que aconteceu. Em algumas pessoas houve supreendentes reações de tensão emocional.

Na entrevista que se seguiu à experiência, as pessoas deviam indicar numa escala de 14 pontos qual a medida do seu nervoso ou tensão no ponto máximo de tensão (Figura 6). A escala variava de "Não me

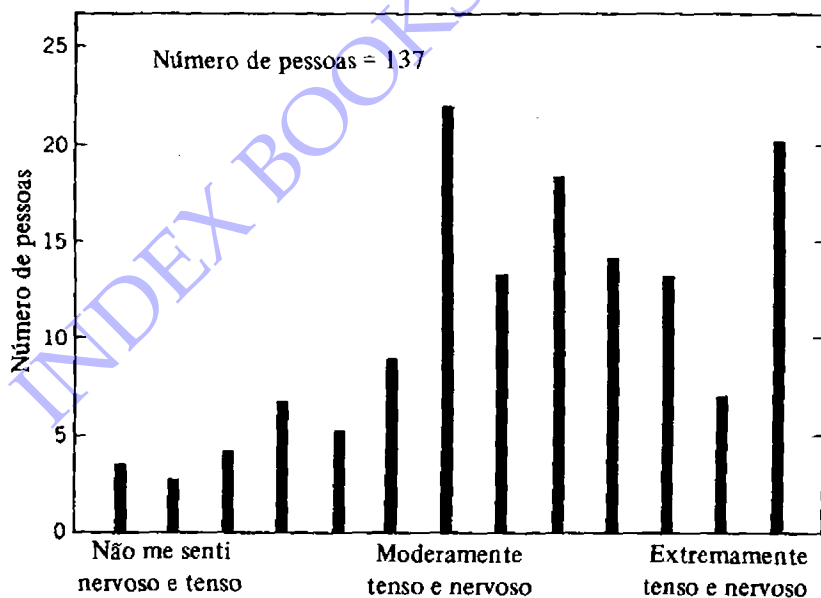



Fig. 8 *Nível de tensão e nervosismo descrito pelas pessoas.*

senti nervoso e tenso" até "Extremamente tenso e nervoso". Os relatos sobre esta parte são de uma precisão limitada e no máximo fornecem apenas uma leve indicada resposta emocional da pessoa. Mesmo assim, considerando-se os relatórios pelo que valem, podemos ver que a distribuição de respostas se estende por toda a escala, com a maioria das respostas se concentrando na parte central e superior. Uma análise posterior mostrou que as pessoas obedientes deram um relato em que se diziam um pouco mais tensas e nervosas do que as pessoas desafiadoras no ponto de tensão máxima.

Como devemos interpretar o surgimento da tensão? Em primeiro lugar, isso revela a existência de conflito. Se uma tendência para ceder à autoridade fosse a única força psicológica atuando na situação, todas as pessoas teriam prosseguido até o fim e não teria havido tensão. A tensão, supõe-se, resulta da presença espontânea de duas ou mais tendências de respostas incompatíveis (Miller, 1944). Se uma preocupação de simpatia pela vítima fosse a força exclusiva, todas as pessoas teriam calmamente desafiado o pesquisador. Em lugar disso, houve resultados obedientes e outros desafiantes, freqüentemente acompanhados por extrema tensão. Um conflito se desenvolve entre a disposição profundamente enraizada de não machucar outras pessoas e a tendência igualmente compelidora de obedecer a quem seja autoridade. A pessoa fica num dilema, e a presença de grande tensão surge em função da força considerável de cada um dos vetores antagônicos.

Além disso, a tensão define a força do estado contrário do qual a pessoa é incapaz de fugir através da desobediência. Quando uma pessoa que não se sente à vontade, que está tensa e sob pressão tenta agir, essa vontade permite que ela acabe com este estado desagradável. Assim a tensão pode servir como propulsora, conduzindo ao comportamento de escape. Mas na situação presente mesmo onde a tensão é extrema muitas pessoas são incapazes de executar a resposta que lhes trará alívio. Por isso, deve haver uma força propulsora competidora, tendência ou inibição que evita a ativação da resposta desobediente. A força deste fator de inibição deve ser de maior magnitude do que a tensão sentida, ou caso contrário seria o fim. Toda prova de extrema tensão é ao mesmo tempo uma indicação de forças que mantém a pessoa na situação.

Finalmente, a tensão pode ser tomada como prova da realidade da situação por parte da pessoa. Pessoas normais não tremem ou transpiram a menos que estejam envolvidas por estado profundo e genuinamente sentido.

5
As Pessoas Confrontam a Autoridade

DE CADA PESSOA que participou da experiência nós observamos um fato essencial: se ela obedeceu ou se desobedeceu. Mas é tolice ver a pessoa apenas desse modo. Porque ela traz para o laboratório toda uma carga de emoções, atitudes e estilos individuais. Na verdade, tão diferentes são as pessoas que passam pelo laboratório, em temperamento e hábitos, que às vezes parece um milagre que possamos concluir algumas coisas. Uma pessoa pode ser pedreiro com dificuldade de se expressar, tímido e sem jeito, comportando-se de modo submisso na presença do cientista. Ele é seguido por um conflitante homem de negócios, que gesticula com o charuto ao se dirigir ao pesquisador a fim de ressaltar o que diz.

Devemos nos centrar nas pessoas que tomam parte da experiência não apenas porque isso fornece uma dimensão pessoal à experiência, mas também porque a realidade da experiência de cada pessoa nos dá as chaves da natureza do processo de obediência.

Devemos confiar muito nos comentários e afirmações dos participantes quando eles nos fazem suas descrições. Ao mesmo tempo, existe uma advertência presente. Embora devamos levar a sério tudo que a pessoa diz, não devemos pensar, necessariamente, que esta pessoa entenda completamente as causas do seu comportamento. Deve haver uma linha divisória entre ouvir-se atentamente o que a pessoa diz e confundir isso com a história que realmente se dá. A pessoa é controlada por muitas forças, na situação presente, que estão além de sua consciência, estruturas implícitas que regulam seu comportamento sem dar nenhum sinal disso a ela. E nós temos uma tremenda vantagem sobre a pessoa: em cada situação alteramos levemente a natureza das circunstâncias que a pessoa confronte e, assim, sabemos a importância de cada um dos fatores. O participante, e somente ele, sentiu a situação, mas não pode colocar esta experiência numa perspectiva que só se consegue de fora dela.

As fontes de informação são, em primeiro lugar, nossa observação

da pessoa durante a experiência — em particular o diálogo que surge e cresce entre ela e o pesquisador. Além disso, todas as pessas forneceram informação sobre seu passado numa entrevista realizada após a experiência (trocamos os nomes das pessoas nas observações que se seguem). Finalmente, um certo número de pessoas participou das discussões individuais e em grupo, conduzidas por um membro da Escola de Psiquiatria de Yale.

Bruno Batta, Soldador (Experiência 4)

O Sr. Batta é um soldador que tem trinta e sete anos. Nasceu em New Haven, e seus pais são italianos. Ele tem um rosto maltratado que transmite uma conspícua falta de agilidade. Sua aparência geral é um tanto abrutalhada. Um observador o descreveu como uma "pessoa rude de inteligência obviamente limitada". Mas isso não é totalmente verdadeiro, pois ele se dirige ao pesquisador de maneira submissa e cordial.

Ele tem certa dificuldade em dominar os procedimentos da experência e precisa ser corrigido pelo pesquisador diversas vezes. Ele mostra gostar da ajuda e demonstra boa vontade em executar o que lhe é pedido. A experiência é a variação Toque-Proximidade. Depois do choque de 150 volts, Batta tem que forçar o aluno a colocar a mão na placa onde receberá o choque, já que o aluno se recusa a fazê-lo sozinho.

Quando o aluno se queixa pela primeira vez, o Sr. Batta não lhe dá atenção. Seu rosto permanece impasssivo, como que para se desligar do comportamento do aluno, que deseja abandonar o teste. Quando o pesquisador o instrui a forçar o aluno a colocar a mão sobre a placa, ele adota um procedimento mecânico rígido. Testa a alavanca do gerador. Quando ela não funciona, ele então força o aluno a colocar sua mão sobre a placa. Durante todo o tempo ele mantém a mesma fisionomia rígida. O aluno, sentado ao lado dele, pede-lhe que pare, mas com uma impassividade de robô ele continua. O que é extraordinário é sua total indiferença aparente em relação ao aluno, ele mal o percebe como um ser humano. Ao mesmo tempo, dirige-se de modo submisso e cortês ao pesquisador.

No choque de 330 volts, o aluno recusa-se não apenas a tocar a placa de choque mas também a responder . Irritado, Batta volta-se para ele e o repreende: "É melhor acabar logo com isso. Não podemos ficar aqui

a noite inteira." Essas são as únicas palavras que ele dirige ao aluno durante toda aquela hora. Ele não volta mais a falar com o outro. A cena é brutal e depressiva: seu rosto rude, impassivo mostra total indiferença enquanto domina o aluno com gritos e lhe aplica choques. Parece que ele não sente nenhuma satisfação com isso, mas apenas a satisfação de estar fazendo sua parte adequadamente.

Quando ele aplica o choque de 450 volts, volta-se para o pesquisador e pergunta: "E depois, professor?" Seu tom de voz é diferente expressa seu desejo de ser uma pesssoa cooperativa, em contraste com a teimosia do aluno.

Na entrevista após a experiência, ele faz um relato confuso sobre a situação. O pesquisador lhe pergunta, de modo casual, se na opinião dele existe algum outro propósito na experiência. Ele usa da pergunta, sem qualquer lógica, para denegrir o aluno, dizendo: "Bem, temos uma pessoa mais ou menos cabeçuda (o aluno). Se entendesse o que era isso aqui, não teria prosseguido com o castigo". Na sua ótica, o aluno é quem buscava sua própria punição.

O pesquisador pergunta se ele se sentiu tenso ou nervoso durante a experiência. Novamente ele usa a pergunta para expressar seus sentimentos em relação ao aluno. "A única vez em que me senti um pouco – não vou dizer nervoso – mas aborrecido foi quando ele não cooperou". O pesquisador tem grande dificuldade em interrogar sobre a questão de responsabilidade. Ele parece não entender o conceito. O entrevistador simplifica a pergunta. Finalmente ele determina maior responsabilidade ao pesquisador. "Digo que a culpa é sua pelo simples fato de que fui pago para fazer isso. Eu tinha que seguir as ordens. É como vejo a questão."

Depois, alegando todas as possibilidades de iniciativa ao pesquisador, ele diz: "O senhor podia ter dito logo 'Me dá o dinheiro de volta e vamos esquecer tudo isso'. Aí poderíamos ter decidido."

Percebemos que enquanto para muitas pessoas oferecer a devolução do pagamento é tido como um meio honrado de sair da experiência, esse sujeito em questão só pode conceber isto se a iniciativa partir do pesquisador, a autoridade. O pesquisador torna a falar: "Mas eu disse que o dinheiro era seu só por você ter vindo, não importando o que acontecesse".

"É verdade".

No final da sessão ele diz ao pesquisador como se sentia honrado em poder ajudá-lo e num momento de contrição, observa: "Senhor, sinto que não possa ter sido uma experiência completa".

Ele dera o melhor de si. Foi apenas o comportamento deficiente do aluno que negara ao pesquisador satisfação completa.

Num questionário devolvido pelo Sr. Batta alguns meses depois, ele informa que seguiu as instruções do pesquisador até o final, que ele acreditava plenamente que o aluno estava recebendo choques dolorosos e que a experiência não o aborrecera de modo algum. Ele acha que mais experiências deste tipo devem ser feitas e responde "sim" à pergunta: aprendeu alguma coisa de valor pessoal? Mas ele não nos diz o quê.

Professor do Velho Testamento (Experiência 3)

Um homem um tanto magro, ascético, esse sujeito poderia ser tomado por um ministro da Nova Inglaterra. Na verdade, ele ensina liturgia do Velho Testamento numa grande escola religiosa. Na condição de proximidade, ele ajeitou sua cadeira de modo a olhar para o aluno enquanto lhe aplicava os choques. Enquanto lia os pares de palavras, ele empregava precisão exagerada na sua pronúncia e parecia conciso e seguro ao dizer "Correto". Sempre que o aluno cometia um erro, ele parecia quase que repreender o outro pelo erro. Sempre que ele aplicava um choque seus lábios se retraíam e os dentes apareciam. Um excessivo enfado caracterizava todas as suas ações. Depois de aplicar o choque de 150 volts ele se recusou a ir em frente. O pesquisador disse que os protestos do aluno não deviam ser considerados e que a experiência deveria prosseguir.

PESQUISADOR: É absolutamente essencial para a experiência que nós prossigamos.

ELE: Eu entendo isso, mas não compreendo por que a experiência é colocada acima da vida da pessoas.

PESQUISADOR: Não há dano permanente do tecido.

ELE: Bem, esta é sua opinião. Se ele não quer continuar, vou seguir as ordens dele (a vítima).

PESQUISADOR: O senhor não pode escolher que ordens seguir, senhor, deve prosseguir.

ELE: Se estivéssemos na Rússia, pode ser, mas não na América.

(A experiência está encerrada.)

Em sua discussão com o pesquisador, ele pareceu não se sentir intimidado de modo algum pelo *status* do pesquisador, mas ao contrário, tratou-o como um técnico obtuso que não via todas as implicações do que estava fazendo. Quando o pesquisador lhe garantiu a segurança do gerador de choques, ele, com certa exasperação, trouxe à tona a questão dos efeitos emocionais em lugar dos efeitos fisiológicos sobre o aluno.

ELE (espontaneamente): Certamente vocês levaram em conta a ética disso. (Extremamente agitado.) Agora ele não quer continuar, e você acha que a experiência é mais importante? Você já o examinou? Sabe qual o estado físico dele? Digamos que este homem tenha um coração fraco (voz trêmula).

PESQUISADOR: Conhecemos a máquina, senhor.

ELE: Mas não conhecem o homem no qual estão fazendo a experiência... Isto é muito arriscado (ofegante e com a voz trêmula). E o medo que este homem teve? É impossível vocês determinarem que efeito isso tem sobre ele... o medo que ele está sentindo... Mas vá em frente, você me faz perguntas. Não estou aqui para fazer perguntas.

Ele parou de fazer perguntas, em primeiro lugar porque afirmou que não tinha direito de fazer perguntas, mas sentia-se que ele considerava o pesquisador um técnico muito rígido e limitado para manter um diálogo inteligente. Notou-se também sua menção espontânea da *ética*, levantada de um modo didático e devido à sua posição de professor de religião. Finalmente, foi interessante que ele inicialmente tenha justificado a interrupção da experiência não pela declaração de desobediência mas afirmando que receberia ordens da vítima.

Assim, ele falou de uma equivalência entre as ordens do pesquisador e do aluno e não desobedeceu, pois apenas mudou a pessoa de quem ele receberia ordens.

Depois de explicar o verdadeiro propósito da experiência, o pesquisador disse: "Na sua opinião, qual a maneira mais efetiva de fortalecer a resistência à autoridade cruel?"

Ele respondeu: "Se a pessoa tem a Deus como a autoridade suprema, então não dá importância à autoridade humana".

Novamente a resposta deste homem está não no repúdio da autoridade, mas na substituição da autoridade má pela boa autoridade, ou seja, a autoridade divina.

Jack Washington, Operador de Máquina de Furar (na Experiência 2)

Jack Washington é negro, trinta e cinco anos, e nasceu na Carolina do Sul. Ele trabalha como operador de máquina de furar e enfatiza o fato de que embora não tenha o segundo grau completo, não abandonara a escola e sim fora convocado para o exército antes de terminar seu curso. Ele é um homem delicado, um pouco grandalhão e careca, aparentando mais idade do que a que tem. Seus movimentos são lentos e seu comportamento impassivo; sua fala tem sotaque do sul e da comunidade negra.

Quando a vítima protestou pela primeira vez, ele se voltou para o pequisador, olhou-o de modo tristonho, e depois continuou a ler os pares de palavras. O pesquisador não precisou lhe dizer para continuar. Durante toda a experiência ele não demonstrou quase nenhuma emoção ou movimento físico. Ele fazia o que o pesquisador lhe dizia, de um modo lento e uniforme, o que ficava em forte contraste com os gritos estridentes da vítima. Durante todo o tempo, sua face teve uma expressão triste, abatida. Ele continuou até o choque de 450 volts, perguntou ao pesquisador o que deveria fazer naquele ponto, aplicou dois choques adicionais e sentiu-se depois aliviado.

Ele explicou na entrevista que embora sentisse que os choques eram extremamente dolorosos, aceitou a palavra do pesquisador de que não provocariam danos permanentes. Reafirmou sua crença, num questionário respondido quase que um ano depois de sua participação no estudo. Quando interrogado sobre a responsabilidade pelo sofrimento da vítima, ele colocou toda a carga no pesquisador, depois na vítima, e se declarou com a menor parte da responsabilidade, Sobre o aluno, disse: "Ele aceitou participar, então deve aceitar a responsabilidade. Eu apenas prossegui. Porque eu estava cumprindo ordens. . . Disseram para que eu continuasse. E não tinha condição de parar."

Ele ficou confuso com esta formulação, que repetiu diversas vezes. Explicou ao pesquisador que *se* tivesse recebido indicação do pesquisador teria parado, deixando implícito que se comportaria de acordo

com o que dissesse o pesquisador. A única falha que ele pôde conceber como tal naquela situação foi não obedecer ao pesquisador.

Ele explicou de seu modo lento e metódico: "Sei que até um determinado nível o choque não mata. Recebi um choque que quase me derrubou. Minha mão ficou toda dormente. Mas não me matou."

Assim, ele indicou ter aceito a afirmação do pesquisador de que os choques são dolorosos mas não são perigosos. Em todos os sentidos ele manifestou fé total no pesquisador e aceitou até sua autoridade mais facilmente e com menos conflito interno do que muitas pessoas.

Jan Rensaleer, Engenheiro Industrial (na Experiência 2)

Ele é um engenheiro industrial de trinta e dois anos, cabelo louro com corte esportivo e bigode. É reservado e fala com vestígio de sotaque estrangeiro. Está impecavelmente vestido. Durante a entrevista ele nos contou que emigrou da Holanda depois da Segunda Guerra Mundial e que é membro da Igreja Reformada Holandesa. Ele tem um comportamento moderado e é inteligente.

Quando a vítima se queixou no choque de 150 volts, ele se voltou para o pesquisador e perguntou: "O que faço, agora?"

O pesquisador lhe disse que continuasse.

O engenheiro pressionou a mão na cabeça e prosseguiu com o teste. Ele olhava cada vez mais para o pesquisador. Nos 225 volts, afastou a cadeira e voltou-se para o pesquisador:

SR. RENSALEER: Ah, não posso continuar, assim; este é um programa voluntário; o homem não deseja mais continuar.
PESQUISADOR: Por favor, continue.
SR. RENSALEER: Não, não posso continuar. Sinto muito.
PESQUISADOR: A experiência requer que o senhor continue.
SR. RENSALEER: O homem de lá, parece que está sofrendo.
PESQUISADOR: Não há dano permanente do tecido.
SR. RENSALEER: Sim, mas sei o que os choques fazem na pessoa. Sou engenheiro elétrico, e já recebi choques... eles nos agitam mesmo – especialmente se a gente sabe que vai receber outro.
PESQUISADOR: É absolutamente essencial que o senhor continue.

SR. RENSALEER: *Eu* tenho *uma escolha.* Incrédulo e indignado: *Por que não tenho escolha? Vim até aqui por minha livre e espontânea vontade. Pensei que pudesse ajudar numa pesquisa. Mas se tenho que machucar alguém para fazer isso, ou se eu estivesse no lugar dessa pessoa, não ficaria lá, também. Não posso continuar. Sinto muito mesmo. Acho até que provavelmente já fui longe demais.*

Quando interrogado sobre quem era responsável por ele aplicar choques no aluno contra sua vontade, ele disse: "Eu colocaria toda a culpa em mim."

Ele se recusou a atribuir alguma responsabilidade que fosse ao aluno ou ao pesquisador.

"Eu devia ter parado na primeira vez em que ele se queixou. Eu realmente quis parar naquela hora. Eu me virei e olhei para o senhor. Acho que é uma questão de ... autoridade, se é que se pode chamar assim, eu fiquei impressionado pela coisa e continuei embora não quisesse. Digamos, alguém está servindo no exército e tem que fazer alguma coisa de que não gosta porque o superior lhe diz para fazer. Este tipo de coisa, entende?

"Uma das coisas que considero covarde é tentar empurrar a responsabilidade para outra pessoa. Veja, se eu agora me virasse e dissesse 'A culpa é sua... não é minha', chamaria a isso de covardia."

Embora esse sujeito tenha desafiado o pesquisador no choque de 225 volts, mesmo assim ainda se sente responsável pela aplicação de alguns choques depois que a vítima começou a se queixar. Ele é rígido consigo e não admite que a estrutura da autoridade o absolva de qualquer responsabilidade.

O Sr. Rensaleer expressou surpresa pela subestima de obediência por parte dos psiquiatras. Ele disse que com base na sua experiência em ver a Europa ocupada pelos nazistas ele prognosticaria um alto nível de aquiescência às ordens. E sugeriu: "Seria interessante realizar os mesmos testes na Alemanha e em outros países."[3]

A experiência causou uma profunda impressão nele, de tal modo que alguns dias depois de sua participação ele escreveu uma longa e detalhada carta à equipe, perguntando se poderia trabalhar conosco.

"Embora eu seja... engenheiro, convenci-me de que as ciências so-

ciais, e especialmente a psicologia, são muito mais importantes nos dias de hoje."

Morris Braverman, Assistente Social (na Experiência 2)

Morris Braverman é um assistente social de trinta e dois anos. Ele parece mais velho devido à sua calva e a seu comportamento sério. Sua testa está sempre enrugada, como se todos os problemas do mundo estivessem em sua mente. Parece inteligente e preocupado. A impressão que ele dá é de ter muito controle, um controle típico de homem reprimido e sério, cuja voz modulada não tem muito a ver com sua vida emocional. Ele fala impressivamente, mas com uma afetação perceptível. À medida que a experiência prosseguia, ele começou a sorrir. A princípio, um risinho silencioso, e depois tornou-se cada vez mais insistente e disruptivo. O riso parecia liberado com os gritos do aluno.

Quando o aluno se recusou a responder e o pesquisador o instruiu a encarar a falta de resposta como uma resposta errada, ele levou isso a sério.

Antes de aplicar o choque de 315 volts ele se dirigiu à vítima: "Senhor Wallace, o seu silêncio tem que ser considerado como uma resposta errada;" Aí então ele aplicou o choque. Ele se ofereceu de modo não muito sincero para trocar de lugar com o aluno, depois perguntou ao pesquisador: "Tenho que seguir essas instruções literalmente?" Ficou satisfeito com a resposta do pesquisador de que tinha que seguir as instruções. Seu modo refinado e autoritário de falar cada vez mais entrecortado pelo riso ofegante.

As observações do pesquisador sobre o Sr. Braverman nos últimos choques foram:

Quase desiste da experiência cada vez que aplica um choque. Esfrega o rosto para esconder o sorriso.

Os olhos se movendo, tentando esconder o rosto com a mão, ainda rindo.

Não pode controlar o riso neste ponto, a despeito do que fizer.

Punho cerrado sobre a mesa.

Na entrevista, o Sr. Braverman resumiu a experiência com impressiva fluência e inteligência. Ele sentiu que a experiência pode ter sido designada também para "testar os efeitos que ocorrem nos professores por estarem num papel essencialmente sádico, como também as reações de um estudante numa determinada situação de aprendizado autoritária, rígida e punitiva". Quando indagado sobre como deveria ser doloroso os últimos choques aplicados à vítima, ele indicou que o nível extremo (EXTREMAMENTE DOLOROSO) não é adequado e colocou o seu limite no extremo da escala com uma seta que indicou para além da escala.

É quase impossível explicar aqui como foi sua conversa durante a entrevista — extremamente relaxada e tranqüila. De modo mais tranqüilo ele falou sobre sua extrema tensão.

PESQUISADOR: Em que ponto você se sentiu mais tenso ou nervoso?

SR. BRAVERMAN: Bem, quando ele gritou de dor pela primeira vez e eu percebi que estava lhe machucando. Ficou pior quando ele se calou e se recusou a responder. Ali estava eu. Sou uma pessoa boa, eu acho, e ali machucando alguém, e numa situação que parecia má... e pelo interesse da ciência vai-se em frente. Num determinado ponto tive um impulso de simplesmente me recusar a continuar com este tipo de coisa.

PESQUISADOR: Em que ponto foi isso?

SR. BRAVERMAN: Foi depois de algumas vezes que ele se recusou a responder. Foi quando eu lhe perguntei se tinha outra escolha no método de ensino. Neste ponto o meu impulso foi defendê-lo, conversar com ele, encorajá-lo, tentar aliar-me a seus sentimentos, agir de tal modo que pudéssemos resolver tudo aquilo juntos e não tivesse que machucá-lo.

Quando o Sr. Braverman afirmou que considerou a possibilidade de "não levar aquilo a cabo", ele não considerou a possibilidade de desobedecer, mas considerou a possibilidade de modificar o modo de ensinar à vítima.

"A minha reação foi peculiar. Não sei se vocês estavam me observando, mas minha reação foi sorrir e tentar controlar o riso. Não é assim que eu sou normalmente. Foi uma reação estranha a uma situação total-

mente impossível. E minha reação foi em relação à situação de ter que machucar alguém. E estando totalmente indefeso e pego numa série de circunstâncias em que eu simplesmente não podia anular nem tentar ajudar. Foi isso que me aconteceu."

Um ano depois de sua participação na experiência, ele afirmou no questionário que aprendera efetivamente alguma coisa sobre a importância pessoal como resultado de sua participação na experiência, acrescentando: "O que me assustou foi eu poder ter esta capacidade de obediência e aquiescência a uma idéia central, isto é, o valor de uma experiência mesmo depois de ficar claro que a aquiescência continuada a esse valor era às vésperas da violação de outro valor, ou seja, não machuque alguém indefeso e que não está machucando você. Como disse minha esposa, 'Você pode se chamar Eichmann'. Espero que possa lidar melhor com meus futuros conflitos de valores."

6
Outras Variações e Controles

Experiência 5: Uma Nova Condição Básica

DEPOIS QUE a série de proximidade se completou, a experiência deixou de ser feita no elegante Laboratório de Interação de Yale e passou a se realizar em instalações mais modestas, no andar térreo do mesmo prédio. O novo laboratório era funcional mas um tanto modesto, com os fios de energia colocados no teto sem qualquer revestimento, chão de concreto — em lugar dos alinhados tapetes do antigo local. Fiquei imaginando se um ambiente menos impressivo levaria a um menor grau de obediência. Em qualquer caso, era necessário estabelecermos uma nova condição básica. Ele se baseou no modelo de Resposta a Voz, com uma leve alteração apenas. O aluno não responderia simplesmente com gritos de angústia, mas diria alguma coisa também sobre problemas cardíacos. Talvez este novo elemento desse uma justificativa adicional para a desobediência e fizesse tal ação parecer mais compelidora e necessária.

Não desejei que o "problema cardíaco" fosse algo tão sério que desqualificasse o aluno para participar da experiência, eu quis apenas que houvesse menção ao problema. Conseguiu-se isso através de observações feitas pela vítima na hora em que estava sendo amarrada à cadeira. O pesquisador e o professor (que assistira à cena de se amarrar a vítima à cadeira) já estavam quase saindo em direção à sala de controle. O pesquisador perguntou de maneira casual: "Alguma pergunta?" O aluno respondeu algo desconfiado: "Quando estive no hospital certa vez, alguns anos atrás, perceberam um pequeno problema no meu coração. Nada de sério, mas esses choques oferecem perigo?"

O pesquisador respondeu de modo confiante e até meio reprovativo que embora os choques fossem dolorosos não causariam nenhum dano permanente ao tecido e depois então prosseguiu com as rotinas da sua atividade.

INDEX BOOKS GROUPS

A nova série de protestos, que foi feita para servir de padrão a todas as experiências subseqüentes, compara-se à primeira série, com a diferença de que há a referência ao problema do coração nos choques de 150, 195 e 330 volts. O exato momento dos protestos é o seguinte:

Experiência 5: Uma Nova Condição Básica
Relação dos Protestos dos Alunos

75 volts Ai!
90 volts Ai!
105 volts Ai! (mais alto)
120 volts Ai! *Hei,* isso *realmente machuca.*
135 volts Ai!!
150 volts Ai!!! *Pesquisador! Chega. Tire-me daqui. Eu lhe disse que tinha problemas no coração. O coração está começando a me incomodar agora. Tire-me daqui, por favor. Meu coração está começando a incomodar. Recuso-me a continuar. Deixe-me sair.*
165 volts Ai! *Deixe-me sair* (aos gritos)
180 volts Ai! *Não consigo agüentar a dor. Deixe-me sair daqui!* (aos gritos)
195 volts Ai! *Deixe-me sair. Deixe-me sair. Meu coração está me incomodando. Deixe-me sair daqui! Você não tem o direito de me manter aqui! Deixe-me sair! Deixe-me sair daqui! Deixe-me sair! Deixe-me sair daqui! Meu coração está me incomodando. Deixe-me sair! Deixe-me sair!*
210 volts Ai!! *Pesquisador!* Tire-me *daqui! Pra mim chega.* Não vou *mais continuar na experiência.*
225 volts Ai!
240 volts Ai!
255 volts Ai! *Tire-me* daqui.
270 volts (grito de agonia) *Deixe-me sair daqui. Deixe-me sair daqui. Deixe-me sair daqui. Deixe-me sair. Está ouvindo? Deixe-me sair daqui.*
285 volts (grito de agonia)
300 volts (grito de agonia) *Eu me recuso terminantemente a responder. Tire-me daqui. Você não pode me prender aqui. Tire-me daqui. Tire-me daqui.*

315 volts (grito de agonia mais intenso) Eu lhe disse que me recuso responder. *Não faço mais parte desta experiência.*

330 volts (Intenso e prolongado grito de agonia) *Deixe-me sair daqui. Deixe-me sair daqui. Deixe-me sair daqui. Meu coração está incomodando. Deixe-me sair daqui, já lhe disse. (histericamente) Você não tem o direito de me prender aqui. Deixe-me sair! Deixe-me sair! Deixe-me sair! Deixe-me sair! Deixe-me sair! Deixe-me sair!*

Nem o laboratório menos elegante nem a menção de problemas com coração provocaram uma desobediência maior. Vinte e seis das 40 pessoas continuaram até o final na presente condição, em comparação com 25 pessoas – no mesmo total – na condição de Resposta à Voz. Uma pequena variação. A distribuição dos pontos de ruptura aparecem na Tabela 3.

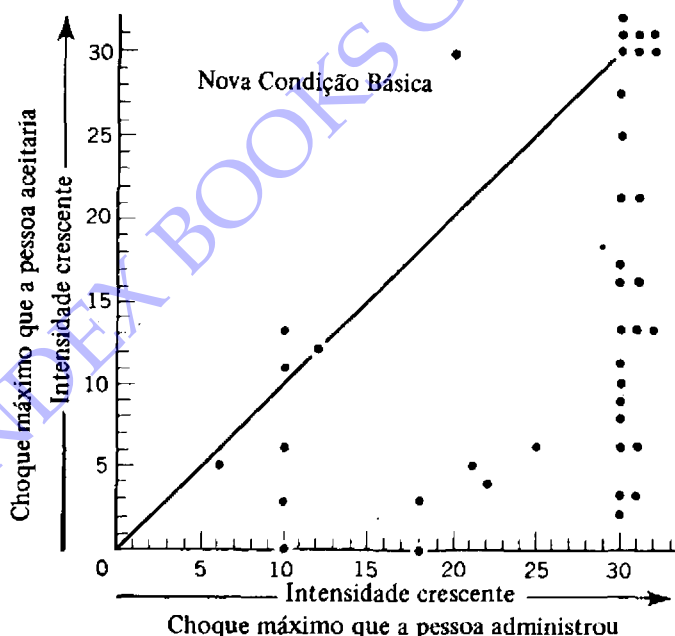



Fig. 9 *Choque máximo que a pessoa aceitaria em função do choque aplicado.*

Provavelmente não existe nada que a vítima possa dizer capaz de gerar, de modo uniforme, a desobediência; pois as ações do professor não são controladas por ele.

Na entrevista que se segue à experiência, perguntava-se às pessoas: "Qual o choque máximo que estaria disposto a aceitar como amostra?". Temos os dados referentes a 39 pessoas nesta condição e eles são mostrados na Figura 9. Três pessoas desafiantes aceitariam choques mais fortes do que aqueles que haviam aplicado. Das 26 pessoas obedientes, 7 aceitariam o choque de 450 volts que haviam acabado de aplicar, enquanto que as outras 19, não. Na maioria dos casos há uma acentuada discrepância entre o choque que a pessoa aplicou e aquele que estaria disposta a receber como amostra. Assim sendo, os três pontos na parte inferior da extrema direita do gráfico representam as três pessoas que aplicaram choques de 450 volts mas que não aceitariam choques de amostra superiores a 45 volts. Resultados similares e até mais expressivos são encontrados em todas as condições da experiência quando se faz esta pergunta.

Experiência 6: Troca de Pessoal

É possível que as pessoas respondam principalmente à personalidade do pesquisador e à vítima? Talvez o pesquisador apareça como uma pessoa mais forte que a vítima, e a pessoa se alia a personalidde mais impressiva. A comparação experimental seguinte surgiu inadvertidamente, mas pode dar alguma luz sobre o assunto. A fim de acelerar o desenvolvimento da experiência, colocamos em atividade uma nova equipe, formada de um novo pesquisador e de uma nova vítima. Na primeira equipe o pesquisador era um tanto seco, duro e com a aparência de técnico. A vítima, em contraste, era uma pessoa gentil, com aparência paternal e inofensiva. Essas características pessoais foram mais ou menos invertidas na segunda equipe. O novo pesquisador era mais gentil e simpático. A outra vítima, em contraste, era vivida por um homem que tinha um rosto magro e rude e além disso era prognata, com uma aparência de alguém que deve se sair bem numa briga. Os resultados, mostrados na Tabela 3, indicam que a mudança de pessoal teve pouco efeito sobre o nível de obediência. As característica pessoais do pesquisador não foram de grande importância.

Experiência 7: Proximidade da Autoridade

Vimos nas experiências de proximidade que a relação espacial entre a pessoa e a vítima afetou o nível de obediência. A relação entre a pessoa e o pesquisador não seria também um dado relevante?

Há razões para se pensar quc, ao chcgarcm, as pessoas eram orientadas primeiramente para o pesquisador e não para vítima. Elas haviam comparecido ao laboratório para se enquadrar numa estrutura que o pesquisador – e não a vítima – lhes daria. Eles haviam comparecido menos para entender o comportamento do que para *revelar* o comportamento a um cientista competente, e estavam querendo mostrar-se segundo os objetivos requeridos pelo cientista. A maioria das pessoas parecia completamente preocupada com a figura que estavam fazendo diante do pesquisador, e pode-se argumentar que esta preocupação num ambiente novo e relativamente estranho tornou as pessoas um tanto insensíveis a natureza triádica da situação social. As pessoas estavam tão preocupadas em mostrar que estavam imbuídas do espírito da experiência que as influências de outras partes do campo social não recebiam muita atenção. Esta poderosa orientação em direção ao pesquisador responderia pela relativa insensibilidade da pessoa em relação à vítima e nos levaria também a acreditar que alterações na relação entre a pessoa e o pesquisador teriam importantes conseqüências para a obediência.

Em outras séries de experiências, variamos as proximidade física do pesquisador e o grau de vigilância que ele exercia. Na Experiência 5, o pesquisador sentava-se a pouca distância da pessoa. Na Experiência 7, após dar as instruções iniciais o pesquisador deixava o laboratório e dava suas ordens por telefone.

A obediência diminuiu acentuadamente quando o pesquisador foi fisicamente retirado do laboratório. O número de pessoas obedientes da primeira condição (26) foi quase três vezes maior do que na segunda (9), quando o pesquisador deus suas ordens por telefone. As pessoas pareciam capazes de resistir ao pesquisador mais quando não tinham que se confrontar com seu rosto.

Além disso, quando o pesquisador estava ausente, as pessoas apresentavam uma interessante forma de comportamento que não ocorrera enquanto estavam sob a vigilância dele. Embora continuassem com a ex-

Tabela 3. Choques máximos aplicados nas experiências 5-11

Nível do Choque	Designação Verbal e Voltagem	Experiência 5 Nova condição básica (n = 40)	Experiência 6 Mudança de pessoal (n = 40)	Experiência 7 Pesquisador ausente (n = 40)
	Choque Fraco			
1	15			
2	30			
3	45			
4	60			
	Choque Médio			
5	75			
6	90	1		1
7	105			1
8	120		2	
	Choque Forte			
9	135			1
10	150	6	4	7
11	165		1	3
12	180	1	3	1
	Choque Muito Forte			
13	195		1	5
14	210		2	
15	225			1
16	240			
	Choque Intenso			
17	255			
18	270	2	2	2
19	185			
20	300	1	1	3
	Choque de Extrema Intensidade			
21	315	1	2	1
22	330	1	1	
23	345			
24	360		1	2
	Perigo: Choque Violento			
25	375	1		
26	390			
27	405			1
28	420			1
	XXX			
29	435			
30	450	26	20	9
	Média do Nível de Choque Máximo	24,55	22,20	18,15
	Percentagem de pessoas obedientes	65%	50%	20,5%

Tabela 3 (Continuação)

Nível de Choque	Designação Verbal e Nível da Voltagem	Experiência 8 Mulheres (n = 40)	Experiência 9 Entra com condições anteriores (n = 40)	Experiência 10 Prédio de escritório, Bridgeport (n = 40)	Experiência 11 A pessoa escolhe o nível de choque** (n = 40)
	Choque Fraco			2*	
1	15				3
2	30				6
3	45				7
4	60				7
	Choque Médio				
5	75				5
6	90				5
7	105			1	1
8	120				1
	Choque Forte				
9	135		1		3
10	150	4	7	7	1
11	165	1	2		
12	180	2	1	1	
	Choque Muito Forte				
13	195		1	3	
14	210	1			
15	225				
16	240		1		
	Choque Intenso				
17	255		1	1	
18	270	2	2		
19	285				
20	399	1	1	4	
	Choque de Extrema Intensidade				
21	315	2	3	1	
22	330	1		1	
23	345		1		
24	360		1		
	Perigo: Choque Violento				
25	375		1		1
26	390		1		
27	405				
28	420				
	XXX				
29	435				
30	450	26	16	19	1
	Médio do Nível Máximo de Choque	24,73	21,40	20,95	5,50
	Percentagem de pessoas obedientes	65%	40%	47,5%	2,5%***

* *Duas pessoas de Bridgeport recusaram-se a aplicar até o choque mais fraco.*
** *Indica o choque máximo escolhido pela pessoa, não importando em que ponto tenha ocorrido na sua seqüência de escolhas.*
*** *Percentagem de pessoas que usaram o último choque do gerador. Não indica obediência, já que as pessoas escolheram o nível.*

periência, muitas pessoas administravam choques menos intenso do que deviam e nunca informavam ao pesquisador sobre este desvio do procedimento correto. Na verdade, em conversas telefônicas algumas pessoas asseguravam ao pesquisador de modo categórico que estavam aumentando a intensidade dos choques segundo as instruções, enquanto que de fato estavam usando, de modo repetido, o choque mais fraco do painel. Esta forma de comportamento é particularmente interessante: embora essas pessoas agissem de um modo nitidamente contrário aos objetivos da experiência, achavam mais fácil conviver com o conflito desta maneira do que romperem decisivamente com a autoridade.

Outras condições foram realizadas nas quais o pesquisador esteve ausente durante o primeiro segmento da experiência mas reapareceu logo depois que a pessoa se recusou a aplicar choques mais intensos, ao receber as ordens por telefone. Embora estivesse exaurido seus meios por telefone, o pesquisador podia freqüentemente a aumentar a obediência ao reaparecer no laboratório.

Essas séries de experiências mostraram que a *presença* física da autoridade foi uma força importante que contribuiu para a obediência ou desafio da pessoa. A obediência a ordens destrutivas dependia de certa forma da relação de proximidade entre a autoridade e a pessoa, e qualquer teoria sobre obediência deve levar em conta este fato.[4]

Experiência 8: As Mulheres

Nas experiências descritas até aqui as pessoas eram do sexo masculino. Quarenta mulheres também foram estudadas. Elas são de interesse teórico especial devido a dois conjuntos gerais de descobertas em psicologia social. Primeiro, na maioria dos testes de complacência, as mulheres são mais fáceis de ceder do que os homens (Weiss, 1969; Feinberg, mimeog.). E assim, no presente estudo, esperava-se que elas demonstrassem maior obediência. Por outro lado, as mulheres são tidas como menos agressivas e mais empáticas do que os homens; assim, a resistência delas em aplicar choques às vítimas seria maior também. Em princípio, os dois fatores devem atuar em direções opostas. Os resultados são mostrados na Tabela 3. O nível de obediência foi virtualmente idêntico ao desempenho dos homens[5] ; O nível de conflito sentido pelas mulheres tenha sido, no geral, maior do que o sentido pelos homens[6].

Houve muitos modos especificamente femininos de manejar o conflito. Nas entrevistas realizadas após a experiência, as mulheres, com um freqüência maior do que os homens, relacionaram sua experiência aos problemas de educar os filhos.

As mulheres foram estudadas apenas no papel do professor. Seria interessante colocá-las em outros papéis. Como vítimas elas provavelmente gerariam maior desobediência, pois as normas culturais vigentes são contra se maltratar a mulher, muito mais do que o homem. (Similarmente, se uma criança fosse colocada no lugar da vítima, a desobediência seria muito maior.)

Seria especialmente interessante colocar as mulheres na posição da autoridade. Aqui não se sabe ao certo como os homens e outras mulheres reagiriam a elas. Há menos experiência com mulheres-chefes; por outro lado, muitos homens podem querer mostrar sua dureza diante de uma pesquisadora, cumprindo suas ordens insensíveis sem emoção. A avaliação de três mulheres aparece no capítulo 7.

Experiência 9: O Contrato Limitado da Vítima

Algumas pessoas fiam-se num contrato social implícito ao explicarem sua obediência. Raciocinam assim: elas haviam feito um trato com o pesquisador de ceder parte de sua liberdade em busca de um valor comum – o avanço do conhecimento. Além disso, elas percebiam um sistema de *acordo duplo* em atuação: a vítima também entrou no contato com a autoridade pesquisadora e não estava livre para renunciar às suas obrigações de forma unilateral. Além disso, continua o argumento, a vítima entrara no sistema de autoridade do pesquisador sem nenhuma condição sobre como seria tratada. Ele deve, em razão disso, aceitar as conseqüências de sua decisão, tomada livremente. Embora a experiência seja desagradável para a vítima, obrigações contratuais devem ser mantidas. A sociedade é construída sobre esses pressupostos.

Este argumento ocorreu com suficiente freqüência para justificar um teste empírico. A idéia era alterar o modo de a vítima entrar na experiência, de forma a que ela não consentisse, implicitamente ou de outra forma, receber choques contra a sua vontade.

Apenas uma pequena alteração no procedimento foi necessária para se conseguir isso. Devemos lembrar que as duas pessoas que parti-

cipam do teste eram informadas, antes que o aluno fosse amarrado à cadeira, da natureza da experiência; e antes mesmo que o primeiro choque fosse aplicado. Depois disso, as pessoas assinavam uma autorização, onde se lia: "Ao participar desta pesquisa experimental por minha livre e espontânea vontade, desobrigo a Universidade de Yale e seus funcionários de qualquer reclamação judicial por esta minha participação".

Esta autorização foi apresentada como coisa de rotina, mas nesta experiência, depois de lida e de detalhada experiência, o aluno colocava dúvidas. Indeciso sobre a autorização, com a caneta na mão, ele dizia que devido ao estado do seu coração concorda em participar da experiência somente com a condição de que ela seja interrompida quando ele pedir. "Concordarei em dela participar, mas somente com a condição de que me deixem sair quando eu quiser; só ponho esta condição". O pesquisador, como o professor também, ouve claramente a condição da vítima e o pesquisador resmunga alguma coisa de modo indecisamente positivo. O aluno assina a autorização e é amarrado na cadeira. O aluno, desta forma, definiu o limite de sua cooperação. A experiência prossegue.

Quando o aluno protesta ao receber o choque de 150 volts, o pesquisador não dá atenção às suas reclamações e diz à outra pessoa que continue, como fizera em todas as condições anteriores. Um elemento de traição e de patente injustiça foi assim introduzido. A questão empírica é se saber se isso faz alguma diferença. Ou é o argumento de "contrato" simplesmente uma questão filosófica distante das forças reais que atuam na situação?

Cerca de um quarto das pessoas desafiantes levantaram claramente o ponto de que a vítima impusera condições a sua participação, e usaram este ponto como argumento para sua desobediência.

PROFESSOR: Ele disse que queria ser liberado se houvesse algum problema . . . Não posso continuar ouvindo essas suas justificativas desatenciosas sobre danos ao tecido". (Desobediência no nível 18.)

PROFESSOR: "Devemos respeitar suas vontades; ele quer sair da experiência, e então temos que deixá-lo ir. Você disse que deixaria ele sair quando quisesse. Sei que eu gostaria de sair quando tivesse vontade". (Desobediência no nível 10.)

PROFESSOR: "Não quero continuar, não quero continuar com isso. Isto vai contra a minha índole; inflingir dor contra alguém. Este homem pode estar em perigo mortal, pelo que sei . . . Sinto que a

situação é esta: ele concordou em participar apenas se fosse permitido abandonar a experiência. Acho que não devemos continuar. Foi o que ele combinou. . . (Desobediência no nível 12.)

A maioria das pessoas desafiadoras, contudo, não fez referência explícita ao contrato, embora houvesse evidência, em sua grande preocupação com a "legalidade" da experiência, que elas estavam conscientes disso.

Considerem as observações desta pessoa, um vendedor de trinta e seis anos:

PROFESSOR (195 volts aplicados): Não, espere só um segundo. Qual a responsabilidade legal que existe nisso? Responsabilidade legal, quero dizer. Não acredito que vocês tenham o direito de manterem este homem lá se ele não deseja continuar.

PESQUISADOR: Embora os choques possam ser dolorosos, não existe dano permanente do tecido.

PROFESSOR: Isto não é resposta. Se o homem que está lá na ação quer continuar, isso é assunto dele.

PESQUISADOR: A experiência exige que você continue.

PROFESSOR: A experiência pelo ponto de vista de Yale, não do ponto de vista legal ou pelo prisma daquele homem. E neste caso, estou tão envolvido, do ponto de vista jurídico quanto vocês se alguma coisa acontecer a ele. . .

PROFESSOR: (270 volts aplicados): Não, não quero mais saber disso. Compreendo o que você quer fazer, mas também compreendo os direito dele.

(A pessoa abandona a experiência.)

Esses comentários não devem obscurecer os resultados gerais da experiência, que aparecem na Tabela 3.

Essas descobertas mostram que a doutrina do contrato social é um fraco determinante do comportamento. Dezesseis das 40 pessoas continuaram obedecendo ao pesquisador até o fim da experiência, não ligando para a limitação contratual da vítima a sua participação no estudo. Isso deve ser comparado as 20 pessoas que continuaram a obedecer no controle relevante, condição 6. Há um aumento de desobediência, mas isso poderia representar tranqüilamente uma variação. As pessoas

estavam conscientes da injustiça que estava sendo feita à vítima, mas deixavam que o pesquisador manipulasse o assunto a seu bel-prazer.

Experiência 10: Contexto Institucional

Em psicofísica, o aprendizado animal e outras ramificações de psicologia, o fato de as medidas serem obtidas numa instituição em lugar de outra não é relevante para a interpretação das descobertas, pois as facilidades técnicas para a medição são adequadas e as operações são levadas a cabo com competência.

Mas não se pode presumir que isto seja verdadeiro para o presente estudo. A eficácia das ordens do pesquisador pode depender do contexto institucional em que são dadas. O experimento até aqui descrito foi realizado na Universidade Yale, uma organização que a maioria das pessoas via com respeito e às vezes intimidação. Nas entrevistas realizadas depois da experiência, diversos participantes observaram que o local e a instituição deram-lhe confiança na integridade, competência e objetivos benignos do pessoal envolvido; muitas pessoas disseram que não teriam aplicado choque se a experiência se realizasse em outra parte.

A questão da autoridade da organização teve que ser interpretada ao se interpretarem os resultados que foram obtidos até aqui; além disso, é altamente relevante para qualquer teoria da obediência humana. Considerem quão intimamente ligada esta nossa complacência para com os outros tendo em vista os locais e instituições a que elas estejam ligadas. Espontaneamente expomos nossos pescoços a um com uma navalha na barbearia; mas não agiríamos assim numa sapataria. Neste último lugar obedecemos a ordem do vendedor para que fiquemos de pé somente de meia, mas resistiríamos se nos pedissem isso num banco. Num laboratório de uma grande universidade as pessoas podem atender a uma série de ordens às quais resistiriam se fossem dadas em outro lugar. *Deve-se sempre questionar a relação de obediência ao senso de contexto de uma pessoa.*

Para explorarmos o problema, mudamos nossa pesquisa para um edifício de escritórios de uma cidade industrial das vizinhanças: Bridgeport.

E repetimos as condições da experiência sem nenhum vínculo aparente com a universidade.

Local das experiências em Bridgeport (o prédio à esquerda do Austins)

Fig. 10

Interior do prédio.

As pessoas de Bridgeport foram convidadas a participar do estudo através de uma circular enviada por correio, similar a uma utilizada na pesquisa de Yale. Como no estudo anterior, as pessoas recebiam 4,50 dólares para irem até o laboratório. Utilizamos as mesmas distribuições etárias e de ocupação e o pessoal idêntico usado em Yale.

O objetivo de localizar a experiência em outra parte, neste caso em Bridgeport, foi conseguir-se uma total dissociação de Yale e neste ponto obtivemos sucesso total. Aparentemente a pesquisa aparecia como sendo realizada pela Associação de Pesquisa de Bridgeport, uma organização de objetivos desconhecidos (o título fora forjado apenas para uso neste estudo).

As experiências foram realizadas num escritório de três cômodos, de estado precário, situado na zona comercial do centro da cidade. O laboratório estava escassamente mobiliado, embora estivesse limpo e com um mínimo de respeitabilidade em sua aparência. Quando as pessoas perguntavam sobre a filiação profissional, recebiam a informação de que éramos uma empresa particular realizando uma pesquisa para uma indústria.

Algumas pessoas mostravam ceticismo com relação aos motivos pesquisados. Um homem nos deu por escrito o que ele pensou diante do teclado de comando:

. . . Será que devo abandonar essa droga de teste? Será que ele morreu? O erro foi não ter checado tudo isso antes. Quem sabe se esses sujeitos são honestos? Não tem móveis por aqui, as paredes estão peladas, não há telefone. Podíamos chamar a polícia ou o Better Business Bureau[1]. *Aprendi uma lição esta noite. Como posso saber se o Sr. Williams* [*o pesquisador*] *está me dizendo a verdade? . . . Gostaria de saber quantos volts uma pessoa pode suportar antes de ficar inconsciente. . .*

Outra pessoa disse:

Ao chegar questionei meu julgamento [*sobre vir*]. *Tive dúvidas quanto a legitimidade da operação e as conseqüências da minha partici-*

[1] Um serviço mantido pelos negociantes de uma cidade a fim de se manterem os padrões de honestidade do lugar nas transações comerciais. (N. do T.)

INDEX BOOKS GROUPS

pação. Senti que era um modo desumano realizar testes de memória e aprendizado em seres humanos e certamente perigoso sem a presença de um médico.

Não houve nenhuma redução considerável de tensão nas pessoas de Bridgeport. E a estimativa das pessoas sobre a dor sentida pela vítima foi pouca coisa, embora não muito, maior do que no estudo de Yale.

Uma falha para se obter obediência total em Bridgeport indicaria que a extrema complacência encontrada em New Haven estava intimamente ligada com a autoridade da Universidade de Yale; se uma grande proporção de pessoas se mantivesse totalmente obediente, conclusões muito diferentes seriam apresentadas.

Como se viu, o nível de obediência em Bridgeport, embora um tanto reduzido, não foi significantemente menor do que o obtido em Yale. Uma grande proporção das pessoas de Bridgeport foi totalmente obediente às ordens do pesquisador (48% das pessoas de Bridgeport aplicaram o choque máximo, contra 65% em Yale), como mostra a Tabela 3.

Como devemos interpretar esses fatos? É possível que se ordens de um tipo potencialmente perigoso ou destrutivo são aceitas como sendo legítimas, devem ocorrer dentro de algum tipo de estrutura institucional. Mas ficou claro com o estudo que não é preciso ser uma instituição de reputação especial ou de grande notoriedade. As experiências de Bridgeport foram realizadas por uma firma pequena sem quaisquer credenciais. O laboratório estava instalado num respeitável edifício, com seu nome aparecendo no indicador do prédio; fora isso não havia outra evidência de bons propósitos ou de competência profissional. É possível que a *categoria* de instituição, julgada segundo sua professada função, em lugar de sua posição qualitativa dentro da categoria, ganhe nossa complacência. As pessoas depositam dinheiro em bancos elegantes mas que tenham aparência de antigos, sem darem muita atenção às diferenças, em termos de segurança, que eles oferecem. Do mesmo modo, as pessoas que participaram do nosso estudo podem considerar um laboratório tão competente quanto outro, desde que seja um laboratório científico.

Seria de grande valor prosseguir na investigação em contextos fora de Bridgeport negando-se apoio de uma instituição ao pesquisador. É possível que além de um certo limite a obediência desaparecesse com-

pletamente. Mas este ponto não foi atingido no escritório de Bridgeport: quase metade das pessoas obedeceu ao pesquisador completamente.

Experiência 11: A Pessoa Pode Escolher a Intensidade do Choque

Nas experiências descritas até aqui a pessoa agiu em resposta a uma ordem e partimos da premissa de que a ordem seja a causa efetiva de sua ação. Mas esta convulsão não é uma garantia até que se tenha realizado um controle experimental vital. Porque é possível que a ordem seja supérflua, que ela simplesmente corresponda ao que a pessoa faria por conta própria.

Na verdade, uma intrepretação teórica do comportamento afirma que os homens possuem instintos altamente agressivos que estão continuamente pressionando-o em busca de manifestação e que a expe-

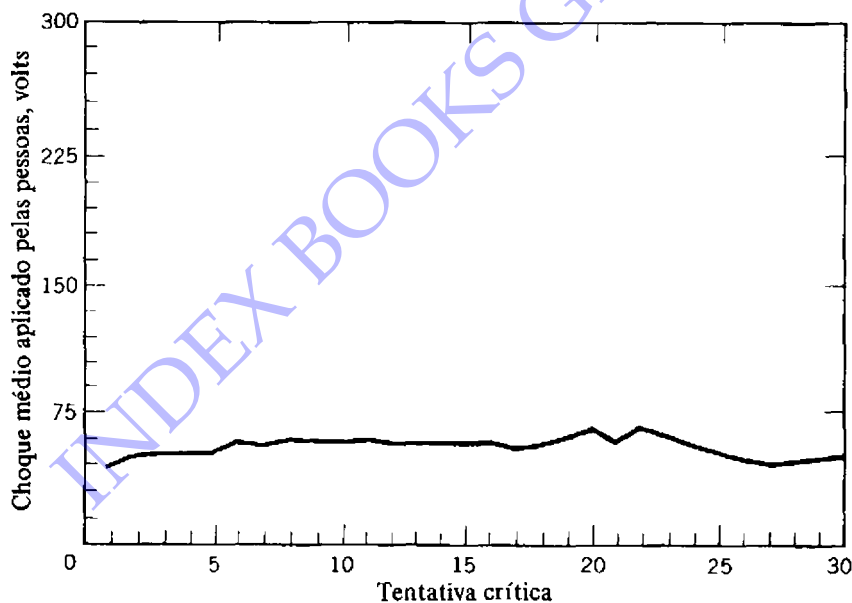



Fig. 11 *Choque médio de cada tentativa em que as pessoas são livres para escolherem os níveis. (Uma tentativa crítica se refere a cada vez que o aluno erra e recebe um choque. Há trinta tentativas críticas durante a hora que se passa no laboratório.)*

riência dá uma justificativa para a liberação desses impulsos. Segundo este ponto de vista, se uma pessoa é colocada numa posição onde tenha domínio completo de outro indivíduo, a quem ele pode aplicar punições quantas vezes quiser, tudo que existe de sádico e bestial no homem aflora. O impulso de aplicar choque na vítima é visto como fluindo das tendência agressivas potenciais, que fazem parte da vida motivacional da pessoa, em direção à experiência, pois ela fornece uma legitimação social, simplesmente abre a porta para sua manifestação.

Torna-se vital, em conseqüência, comparar a performance das pessoas quando estão sob as ordens do pesquisador e quando podem escolher a intensidade do choque.

O procedimento foi idêntico ao usado na Experiência 5, exceto que o professor recebeu a instrução de que era livre para escolher a intensidade dos choques. (O pesquisador explicou que o professor podia usar os choques mais fortes, os mais fracos, os intermediários ou qualquer combinação de choques que desejasse.) Cada pessoa atuou em 30 segmentos. Os protestos do aluno foram coordenados para padronizar os níveis de choque, seu primeiro grito surgindo com o nível de choque 5, seu primeiro protesto veemente no nível 10. Os resultados da experiência são mostrados na Tabela 3.

A média dos choques aplicados nos trinta segmentos críticos aparece na Fig. 11, com um a média geral de 3.6. (Deve-se lembrar que a vítima não indicava nenhum sinal de desconforto até o nível de choque 5.) podemos considerar também o choque máximo aplicado por cada pessoa: (mesmo que ela o tenha usado apenas uma vez e num determinado ponto). Três pessoas limitaram os choques que aplicaram ao menor do painel, 28 não passaram da primeira demonstração de desconforto, e 38 não foram além do ponto em que o aluno protestou veementemente (nível de choque 10). Duas pessoas foram a excessão, aplicando os níveis de choque 25 e 30. Mas o resultado geral foi que a grande maioria das pessoas aplicou os choques menos fortes à vítima quando a escolha foi deliberada sobre elas.

Devemos ter sempre em mente este resultado ao interpretarmos o significado dessas experiências. Não é bastante dizer que a situação deu a condição às pessoas na qual era aceitável machucar outra pessoa. A condição permaneceu a mesma na presente experiência e, no geral, as pessoas não estavam inclinadas a fazer a vítima sofrer.

7
As Pessoas Confrontam a Autoridade II

VAMOS CONSIDERAR agora o desempenho de diversas pessoas que participaram das variações já descritas.

Fred Prozi, Desempregado (na Experiência 5)

Ele tem cerca de cinqüenta anos, usando paletó mas sem gravata; tem a aparência de uma pessoa boa, se bem que um tanto desregrada. Ele não fala corretamente e trata as pessoas com certa intimidade.

Ele começou a experiência de modo calmo, mas tornou-se gradualmente tenso a medida que ela se desenvolvia. Depois de aplicar o choque de 180 volts, ele virou sua cadeira, sacudindo a cabeça, e dirigiu-se ao pesquisador de modo agitado:

PROFESSOR: Não posso continuar. Não quero matar aquele homem. Você ouviu ele gritando?
PESQUISADOR: Como eu lhe disse antes, os choques podem ser dolorosos, mas. . .
PROFESSOR: Mas ele está gritando. Ele não pode continuar. O que vai acontecer a ele?
PESQUISADOR: (Sua voz é paciente, em tom normal)*: A experiência exige que você continue, Professor.*
PROFESSOR: Ah, mas. . . Puxa, não quero deixar esse sujeito doente. . . Entende o que eu digo?
PESQUISADOR: Esteja o aluno gostando disso ou não, devemos continuar com os outros pares de palavras.
PROFESSOR: Eu me recuso a assumir a responsabilidade. Ele está gritando.

PESQUISADOR: É absolutamente essencial que você continue, Professor

PROFESSOR: (indicando as perguntas ainda não formuladas)*: Ainda tem muita pergunta aqui; Quer dizer, se ele não acertar. . . ainda tem muitas perguntas a fazer. Quer dizer, quem vai assumir a responsabilidade se alguma acontecer àquele senhor?*

PESQUISADOR: Sou responsável por qualquer coisa que aconteça a ele. Continue, por favor.

PROFESSOR: Tudo bem. (Consulta a lista de palavras.) *A próxima é "lento - passo, caminhão, dança, música". Responda, por favor. (Um ruído de campainha indicou que o aluno já dera sua resposta.) Errado. Cento e noventa e cinco volts. "Dança".*

ALUNO (aos gritos)*: Deixe-me sair daqui. Meu coração está me incomodando.*

(O professor olha para o Pesquisador.)

PESQUISADOR: Continue, por favor.

ALUNO (gritando)*: Deixe-me sair daqui, vocês não tem o direito de me manterem aqui. Deixe-me sair daqui. Deixem-me sair, meu coração está incomodando, deixem-me sair.* (O Professor sacode a cabeça, bate na mesa de modo nervoso.)

PROFESSOR: Veja só, ele está gritando. Ouviu isso? Sei lá. . .

PESQUISADOR: A experiência exige. . .

PROFESSOR (interrompendo): Sei disso, senhor, mas, quer dizer. . . Ele não sabe o que vai lhe acontecer. Já recebeu 195 volts. (A experiência continua, com 210, 225, 240, 255, 270 volts, quando então o professor, com evidente alívio, termina as perguntas sobre os pares de palavras.)

PESQUISADOR: Você tem que voltar ao início desta página e repetir tudo outra vez até que ele tenha aprendido tudo corretamente.

PROFESSOR: Ah, não. Não vou matar esse homem. Você quer dizer que devo continuar subindo na escala dos choques? Não, senhor. Ele está gritando. Não vou lhe aplicar 450 volts.

PESQUISADOR: A experiência requer que você continue.

PROFESSOR: Sei disso, mas ele está gritando, senhor.

PESQUISADOR (com a mesma naturalidade)*: Como eu disse antes, embora os choques possam ser dolorosos. . .*

PROFESSOR (interrompendo)*: Oh! Ele está gritando lá dentro.*

PESQUISADOR: Comece com "Azul", por favor, lá no alto da página. Continue por favor, Professor. Prossiga.

PROFESSOR (intensamente concentrado na lista de palavras a sua fren-

te, como que para esquecer tudo à sua volta*): "Azul – menino, menina, grama, chapéu". (*Ruído indicando a resposta.*) Correto. "Noite – dia, céu, emprego, cadeira". (*Ruído*) Errado. A resposta é "dia". Duzentos e oitenta e cinco volts.*

ALUNO: AAAAAAAAAIIIIIIII!

PESQUISADOR: Continue, por favor.

*PROFESSOR: "Gordo – homem, mulher, tonel, pescoço". (*Ruído*) Errado. O certo é "pescoço". Trezentos volts.*

*ALUNO: Ohhh. Eu me recuso terminantemente a responder mais alguma coisa. (*Agora gritando muito.*) Deixem-me sair daqui. Não podem me prender aqui. Tirem-me daqui.* Tirem-me daqui.

PESQUISADOR: Continue. A palavra seguinte é "Verde", por favor.

PROFESSOR: "Verde – grama, chapéu, tinta, maçã". (Nada acontece. Não se ouve o ruído da resposta. Apenas silêncio.)

PROFESSOR: Acho que ele não vai responder.

PESQUISADOR: Se o aluno não responder num tempo razoável, cerca de quatro ou cinco segundos, considere a resposta como errada. E siga os mesmos procedimentos usados para as respostas erradas. Diga "Errado", diga a ele a voltagem do choque, aplique-lhe a punição, leia a resposta correta. Continue, por favor.

*PROFESSOR: "Verde – grama, chapéu, tinta, maçã". Responda, por favor. (*Silêncio. O sujeito fica sentado em silêncio.*)*

PESQUISADOR: Continue com os procedimentos normais, por favor, professor.

PROFESSOR: Trezentos e quinze volts. A resposta é tinta.

ALUNO: Ohh. Ooohh.

*PROFESSOR (*aliviado por ouvir uma reação*): A próxima. . .*

ALUNO: Eu me recuso terminantemente a responder.

*PROFESSOR: Você tem que responder. Recebera um choque se não responder. (*A Experiência continua com o aluno recusando-se a responder e, finalmente, recusando-se mesmo a gemer ou gritar. Depois de 375 volts o professor levanta-se.*)*

PROFESSOR: Acho que aconteceu alguma coisa com aquele homem lá. Ele não responde. Estava gritando com voltagens mais baixas. Não é possível checar para ver se está tudo bem, por favor?

*PESQUISADOR (*Com a mesma calma de antes.*): Agora que já começamos não. Por favor, continue, professor.*

*PROFESSOR (*senta-se, suspira de modo profundo*): "Frio – dia, som-*

INDEX BOOKS GROUPS

bra, água, tinta". Responda, por favor. Você está bem? Você está bem?

PESQUISADOR: Por favor, continue, professor. Continue, por favor. (O professor empurra a alavanca.)

PROFESSOR (virando-se em sua cadeira): *Aconteceu alguma coisa àquele homem.* (virando-se de volta) *A próxima. "Baixo – dólar, colar, lua, pintura".* (virando-se novamente) *Aconteceu alguma coisa àquele homem. É melhor checar, senhor. Ele não vai responder nada.*

PESQUISADOR: Continue. Prossiga, por favor.

PROFESSOR: Você assume toda a responsabilidade?

PESQUISADOR: A responsabilidade é minha. Certo. Continue. (O professor volta à lista, começa a ler as palavras o mais depressa possível e chega até os 450 volts.)

PROFESSOR: Pronto.

PESQUISADOR: Continue a usar a alvanca de 450 volts para cada resposta errada. Continue, por favor.

PROFESSOR: Mas não há resposta alguma!

PESQUISADOR: Por favor, continue. A palavra seguinte é branco.

PROFESSOR: Não acha que você devia ver como ele está?

PESQUISADOR: Agora que já começamos a experiência, não.

PROFESSOR: Ma se aconteceu alguma coisa a ele?

PESQUISADOR: A experiência precisa que você continue. Prossiga, por favor.

PROFESSOR: A saúde dele não vale nada?

PESQUISADOR: Goste ele disso ou não. . .

PROFESSOR: E se ele estiver morto agora? (Ele aponta para a sala onde se encontra a vítima.) *Quer dizer, ele me disse que não podia agüentar os choques, senhor. Não quero ser rude, mas acho que o senhor devia dar uma olhada nele. Tudo o que tem a fazer é ir vê-lo. Não recebo nenhuma resposta, nenhum ruído. Alguma coisa pode ter acontecido àquele homem, senhor.*

PESQUISADOR: Devemos continuar. Prossiga, por favor.

PROFESSOR: Quer dizer, continuar dando choques nele? Quatrocentos e cinqüenta volts. E agora, quanto?

PESQUISADOR: Isso mesmo. Continue. A palavra seguinte é "branco".

PROFESSOR (agora num ritmo furioso): *"Branco – nuvem, cavalo, rocha, casa". Responda, por favor. A resposta é "cavalo". Quatrocentos e cinqüenta volts.* (Aplica o choque.) *Palavra seguinte "sa-*

*cola - pintura, música, palhaço, menina". A resposta é pintura. Quatrocentos e cinqüenta volts (*Aplica o choque.*) A palavra seguinte é "Curta – frase, cinema. . ."*

PESQUISADOR: Desculpe, Professor. Temos que interromper a experiência.

A performance do professor fala mais ou menos por si só, mas podemos destacar algumas coisas. Em primeiro lugar, apesar de suas numerosas e agitadas objeções e de sua contínua e persistente discordância, ele continua a aplicar os choques, cumprindo as ordens do pesquisador. Existem, assim, uma dissociação entre as palavras e a ação. Em segundo lugar, em nenhum momento pode-se dizer que este homem desejasse aplicar choques no aluno. Ao contrário, era uma atitude dolorosa para ele, e que só acontecia em decorrência de seu envolvimento com o pesquisador. Em terceiro, notamos que a responsabilidade é um item importante para ele, e é somente quando o pesquisador explicitamente aceita a responsabilidade que, depois de diversos segundos de hesitação, ele concorda em prosseguir. Finalmente, a linguagem usada pelo participante é reveladora. A despeito da considerável tensão da situação, um tom de cortesia e deferência é meticulosamente mantido. As objeções dele nos soam demasiadamente fracas e desapropriada em função dos eventos em que ele está envolvido. Ele pensa que está matando alguém, mas usa uma linguagem de alguém que participa de uma reunião agradável.

Karen Dontz, Enfermeira (na Experiência 8)

Karen Dontz descreve-se como uma ‹dona-de-casa› de quarenta anos que nos últimos seis anos trabalhou como enfermeira, em meio expediente. Seu marido é encanador. Ela é católica e sua mãe nasceu na Tchecoslováquia. A Sra. Dontz tem um modo de falar lento e muito natural e seu tom de voz expressa humildade constante; é como se cada afirmação trouxesse em seu bojo a mensagem emocional: "Sou uma pessoa comum, não esperem muito de mim". Fisicamente, ela lembra Shirley Booth no filme *Come Back, Little Sheba.*

Durante todo o tempo da experiência ela ficou nervosa.

No choque de 225 volts, ela se voltou para o pesquisador, falando num tom de voz hesitante que pretendia não ofender: "Hesito em pressionar esses aqui".

Quando ele a instruiu a seguir os procedimentos da experiência, ela agiu assim sem comentar mais nada. Mas antes de aplicar o choque de 345 volts, apontou para a etiqueta de PERIGO no gerador.

O pesquisador observou que embora os choques fossem dolorosos não causam dano permanente do tecido. Ela aceitou o comentário do pesquisador, dizendo "Vou continuar, já que não é perigoso". Ela sentou na ponta da cadeira, mas sua voz se manteve em tom natural ao ler os pares de palavras. Quando não se ouviu mais nada da parte do aluno, ela indagou: "Vou até o fim, senhor? Espero que não haja nada de errado com ele".

Ela começou a murmurar alguma coisa de modo inaudível. Quando o pesquisador a instrui para continuar usando a chave de 450 volts, ela disse num tom que era um misto de preocupação e humildade: "E se aconteceu alguma coisa de errado com aquele homem, senhor?"

Mas ela prosseguiu.

Na entrevista ela é muito lenta em suas respostas, e mesmo depois de saber que o aluno não recebeu choque algum ainda assim considera a experiência como uma punição ao aprendizado. Ela enfatiza que fez o que o pesquisador lhe disse para fazer e pareceu satisfeita com sua obediência. Ela disse que estava nervosa porque sabe que 210 volts é a corrente usada nos lares e que "muitas pessoas podem ser eletrocutadas com ela". Ela enfatizou que ficou mais nervosa na experiência do que no hospital porque "no hospital conheço os meus direitos e aqui não".

ENTREVISTADOR: A senhora alguma vez pensou em parar?

SRA. DONTZ (num tom lânguido)*: Ele disse "Prossiga". Eu prossegui. Eu disse a ele "Acho que eu não deveria continuar". Ele disse "prossiga com a experiência".*

ENTREVISTADOR: Existe alguma coisa que o Sr. Wallace (o aluno) *pudesse dizer que fizesse com que a senhora parasse?*

SRA. DONTZ: Acho que não.

A Sra. Dontz ressalta que num hospital as enfermeiras têm o direito de questionar as ordens do médico se elas parecerem dolorosas para o paciente.[7]

"Se eu questiono a dose de um remédio, posso perguntar ao médico três vezes: 'É essa a dose que o senhor deseja? É essa a dose que o senhor deseja?' E se ele continuar dizendo 'Prossiga' se eu souber que a dose está acima da média, posso chamar sua atenção para o fato de que a dose é elevada. Não é a questão de eu ser melhor do que ele, mas posso dizer 'O senhor quer que ela tome tanto assim, doutor?' e depois repito isso. E ainda se tem o direito de levar o caso ao supervisor.

Na experiência ela "questionou" os choques mas ficava plenamente satisfeita com as respostas dadas pelo pesquisador. Note-se que a atitude mais extrema que ela toma no hospital, em relação ao médico, é levar o caso ao supervisor. Além disso, está claro que a Sra. Dontz está constantemente revendo o livro de regulamentos do hospital em vez de descrever suas inclinações pesoais.

ENTREVISTADOR: A senhora já teve oportunidade de fazer isso no hospital?
SRA. DONTZ: Sim, já tive.
ENREVISTADOR: Freqüentemente?
SRA. DONTZ: Não, não, muito raramente. Na verdade trabalhei lá nesses últimos seis anos. Acho que uma vez questionei a dosagem.
ENTREVISTADOR: Como os gritos lhe pareceram? Reais?
SRA. DONTZ: Ah, sim! Eu estava realmente preocupada com aquele homem lá. Preocupada de que ele tivesse um ataque cardíaco. Ele disse que não tinha o coração muito bom. Sim, sei que existe esta possibilidade.

A Sra. Dontz é uma pessoa simples, de boa vontade, com os modos de uma dona-de-casa cansada. Ela não discute. Ela desempenha suas funções no hospital de modo confiável sem procurar criar casos. Possui um modo gentil que agrada aos pacientes e ao corpo médico. Seu relacionamento com a autoridade não é problemático. Pois ela escolheu trabalhar num hospital, um ambiente em que há congruência entre sua natureza benigna e as exigências no meio feitas pela autoridade.

No final da entrevista, a Sra. Dontz se decide e pergunta: "Posso lhe fazer uma pergunta? Algum dos homens prosseguiu até os 450 volts?"

O entrevistador disse que estaria interessado na opinião *dela* sobre o assunto. Ela responde: "Não, não acho que os homens concordariam".

Elinor Rosenblum, Dona-de-Casa (na Experiência 8)

A Sra. Rosenblum tem prazer em descrever sua vida: ela se formou pela Universidade de Wisconsin há mais de vinte anos e o seu marido, um distribuidor de filmes, formou-se por Dartmouth. Ela realiza um trabalho de voluntariado com jovens delinqüentes uma vez por semana e participa da organização das bandeirantes e da associação de pais e mestres. É uma pessoa fluente e muito falante, falando muito de si, com muitas referências às suas conquistas sociais. Ele tem um jeito atraente de falar, embora fale um pouco excessivamente.

No início da experiência ela diz não entender nada de eletricidade e está um pouco apreensiva com o choque de amostra. Ao desempenhar seu papel, ela tenta mostrar uma imagem de competência e graça social, mas é logo engolfada pelo conflito que surge na experiência. Ela mantém um tom pretensamente correto, quase autoritário, ao ler os pares de palavras para o aluno, atitude que se contrasta com os comentários suaves, infantis que ela dirige ao pesquisador. Ela manifesta crescente preocupação à medida que os choques aumentam de intensidade. Nos 270 volts ela indica a resposta certa ao aluno enfatizando-a na leitura das alternativas. Embora continuasse lendo os pares de palavras com uma aparência de determinação, murmurava com um tom de voz que denotava desalento: "Devo continuar? Oh, estou preocupada com ele. Vamos continuar até o fim? (*E apontou para o choque mais forte do gerador*) Não podemos parar? Estou tremendo. Estou tremendo. Tenho que ir até o fim?"

Ela reganhou a confiança por algum tempo mas depois não conseguiu mais evitar manifestações periódicas de angústia. Ela fala comigo: "Estou tremendo", mas mesmo assim sua comunicação com o aluno permanece em tom formal. É quase como se houvesse duas mulheres ali: uma dando uma aparência de competência na execução da tarefa e a outra, interna, uma mulher angustiada incapaz de refrear suas manifestações de ansiedade. Ela prosseguiu até o final do teclado do gerador, aplicando o choque de 450 volts por três vezes. Na entrevista ela disse que os choques aplicados ao aluno eram extremamente dolorosos. Quando o pesquisador lhe perguntou: "Qual o choque mais forte que a senhora aceitaria receber como amostra?", ela respondeu de modo indignado: "Quinze volts. Acho mesmo que isso é desnecessário. Quinze, se é que eu tivesse que receber choque, e mesmo assim eu não iria gostar. Não acho que seja necessário.

INDEX BOOKS GROUPS

ENTREVISTADOR: A senhora esteve tensa ou nervosa?
SRA. ROSENBLUM: Extremamente.
ENTREVISTADOR: A senhora se lembra de quando se sentiu mais tensa ou nervosa?
SRA. ROSENBLUM: Quando ele começou a gritar. "Tirem-me daqui". Como posso punir alguém que diz isso? Eu estava tremendo. Eu nem sequer sabia o que estava lendo. Ainda estou trêmula. Estou nervosa porque estava causando dor nele.

Ela estava nervosa não porque o homem estava sentindo dor, mas porque *ela* estava praticando a ação que lhe causava dor. Do mesmo modo, enquanto aplicando o choque ela afirmou ser sua angústia a principal razão de terminar a experiência. Uma posição egocêntrica é inferida de suas observações.

Ela espontaneamente deu o seguinte depoimento sobre o seu trabalho de voluntariado, recontado com bastante interesse.

SRA. ROSENBLUM: Trabalho na Farrel High School, com jovens egressos do sistema de ensino. Eles são, de um modo ou de outro, delinqüentes. São os meus meninos. Tento ensinar-lhes a permanecer na escola e a completar seu estudo. . . mas não faço isso com punição. Faço isso com atenção e com amor. *Na verdade, eles encaram este trabalho como um privilégio para eles; poderem contar comigo. Enquanto que no início eles só pensavam em deixar a escola e conseguir um cigarro. Mas não fazem mais isso. Consigo tudo com eles através do amor e da bondade. Mas* nunca *através da punição.*
ENTREVISTADOR: O que a senhora ensina a eles?
SRA. ROSENBLUM: Bem, em primeiro lugar, eu lhes ensino boas maneiras. Esta é a primeira coisa que tenho a fazer; ensino-lhes a respeitarem as pessoas, a respeitarem as moças da idade deles, a respeitarem a sociedade. Esta é a primeira coisa que tenho a fazer antes de lhes ensinar qualquer outra coisa. Depois posso lhes ensinar a fazer algo para si.

A importância que ela dá ao respeito à sociedade não se relaciona com sua própria maneira submissa de se relacionar com o pesquisador. E uma perspectiva convencional é percebida em seu pensamento.

Seu diálogo é ponteado de referências femininas:

Consegui muita coisa pelo amor, e tenho uma filha maravilhosa. Ela tem quinze anos e é uma moça brilhante. *É uma criança* adorável. *Mas tudo graças ao* amor, não *através da punição. Ah, meu Deus, não!*

A pior coisa que se pode fazer é. . . punir. A única época em que a punição é boa é com as crianças.

ENTREVISTADOR: O que a senhora pensa da experiência?

*SRA. ROSENBLUM (*ela não deixa a pergunta mudar seu raciocínio*): Não acredito que vocês conseguirão muita coisa com punição; só mesmo com uma criança, quando ainda não se tem a mente formada. Quando minha filha era pequena, eu a punia por três coisas. Na verdade, eu deixava que ela se punisse. Eu deixei que ela encostasse no fogão quente. Ela se queimou e nunca mais encostou ali.*

ENTREVISTADOR: Deixe-me lhe dizer uma pequena coisa sobre a experiência. Primeiro, o Sr. Wallace não recebeu choque algum.

*SRA. ROSENBLUM: Você está brincando! Ele não recebeu e eu recebi. (*Ela grita.*) Não posso* acreditar *nisso. Quer dizer que tudo isso era invenção* dele!

PESQUISADOR: Não, ele é funcionário de Yale, um ator.

SRA. ROSENBLUM: Toda vez que eu apertava o botão eu quase morria. Você me viu tremendo. Eu estava quase morrendo só de pensar que estava aplicando choques neste pobre homem.

*(*O aluno entra na sala. Ela se volta para ele.*)*

SRA. ROSEBLUM: Você é um ator menino. Você é maravilhoso! Ah, meu Deus o que ele (o pesquisador) fez comigo. Estou exausta. Eu não queria prosseguir. Vocês não sabem o que eu passei aqui. Uma pessoa como eu machucando você, meu Deus. Eu não queria fazer isso a você. Desculpe-me, por favor. Não posso continuar com essa conversa. Meu rosto está vermelho. Eu não mataria nem uma mosca. Trabalho com adolescentes, tento ensinar-lhes, e consigo resultados maravilhosos, sem *punição. Eu disse pra mim mesma no início, acho que você não conseguirá nada com punição.*

Percebemos, contudo, lembrando de como ela deixou que a filha encostasse no fogão quente, que ela não é contra a punição em si, mas somente contra o fato de ela inflingir a punição. Se a punição simplesmente "acontece", é aceitável.

Ela segreda para o aluno: "Na verdade, eu tentei apertar a chave bem devagarinho. Você percebeu que eu *frisei* a palavra? Esperava que você compreendesse.

ENTREVISTADOR: Isso não é igual ao que uma enfermeira tem que fazer se o médico manda que ela aplique uma injeção?

SRA. ROSENBLUM: Eu sou a pessoa mais maravilhosa *numa emergência. Faço que tenho que fazer a despeito da pessoa que eu estiver machucando. E não tremo. Mas farei isso sem pensar. Nem mesmo hesito.*

Esse é mais ou menos o seu comportamento no laboratório.

SRA. ROSENBLUM: Eu ficava dizendo "por que motivo estou machucando esse pobre homem?

ENTREVISTADOR: Por que *a senhor continuou?*

SRA. ROSENBLUM: Era uma experiência. Eu estava aqui para isso. Então eu tinha que fazer tudo. Foi assim que você me disse. Eu não queria. Estou muito interessada neste. . . em todo este projeto. Posso lhe perguntar uma coisa? Pode me dar um minuto? Como as outras pessoas reagem?

PESQUISADOR: Como a senhora imagina?

SRA. ROSENBLUM: Bem, vou lhe dizer. Escolheremos a mim, uma mulher, para fazer isso. . . Vocês certamente erraram. No meu trabalho de voluntariado não há muitas mulheres que fariam o que eu fiz. . . Sou extraordinária; sou generosa, simples. Não sei como sou em relação às outras mulheres; elas são um pouco mais duras que eu. Acho que elas não se importam muito.

Eu fiquei muito tentada a parar e dizer: "Olha, não vou mais fazer isso. Desculpe. Não vou fazer isso." Fiquei dizendo isso pra mim mesma 'Desculpe. Não vou fazer isso". Aí ele ficava quieto. E eu pensei que talvez ele tivesse tido algum problema, porque ele disse que tinha um problema, porque ele disse que tinha algum problema no coração. Mas eu sabia que vocês não deixariam nada acontecer a ele. Então, prossegui, embora muito *contra minha vontade. Eu estava sofrendo. . . Acho que outras pessoas não ficariam tão nervosas quanto eu. . . Acho que elas não li-*

gariam tanto. Do modo como elas são com os filhos acho que elas realmente não ligam muito para as outras pessoas.

Ela faz a expressão de tensão puramente como um sinal de virtude: ela estava nervosa porque se preocupava com a vítima. Ela insiste em falar sobre si. O pesquisador ouve pacientemente.

SRA. ROSENBLUM: *Às vezes digo para mim mesma "Por que não arranja o emprego de presidente da Assembléia das Mulheres e consegue prestígio, honra, nome nos jornais, fama suficiente para se promover em vez de trabalhar com delinqüentes sem qualquer tipo de publicidade?" Fazendo isso uma vez por semana. Esta é a história da minha vida; eu fui chefe de bandeirantes durante cinco anos. Terminei com trinta moças na minha tropa e todo mundo pedindo para ingressar nela. Mas não era possível, porque há um limite. Estou muito aliviada agora. Fui feita para a ciência; era isso que eu queria estudar. Estou tentando fazer minha filha seguir esse caminho. Estou muito feliz por ter participado disso; vêem como estou relaxada agora?*

A entrevista continuou até a Sra. Rosenblum mostrar-se suficientemente tranqüila para poder deixar o laboratório.

A Sra. Rosenblum é uma pessoa cuja vida física não tem integração. Ela não foi capaz de achar os objetivos da vida compatíveis com suas necessidades de estima e sucesso. Seus objetivos, pensamento e emoções são fragmentados. Ela desempenhou seu papel de professora, na experiência, mostrando grande convicção externa, enquanto que ao mesmo tempo mostrava um outro lado ao pesquisador, comportando-se de modo humilde e submisso.

Não foi surpresa o fato de ela não ter conseguido reunir os recursos psíquicos necessários para traduzir sua compaixão pelo aluno em forma de desobediência. Seus sentimentos, objetivos e pensamentos eram muito variados e desintegrados.

Todas as evidências indicam que no momento da experiência ela acreditava que o aluno estava recebendo choques. Mas não é difícil para uma mulher de tendências histéricas ajustar o pensamento de modo compatível com uma auto-imagem positiva. Num questionário a nós de-

volvido poucos meses depois, ela afirma que durante a experiência seu "cérebro maduro e bem educado" não acreditara que o aluno estivesse recebendo choques. Através de um ajuste mental *post-facto* ela protege sua tão amada imagem – uma imagem não real, é claro.

GRETCHEN BRANDT. Biomédica (na Experiência 8)

Ela é uma atraente biomédica de trinta e um anos que trabalha na Escola de Medicina da Universidade. Ela veio da Alemanha há cinco anos e fala com um certo sotaque germânico.

Em diversas ocasiões, quando o aluno reclamava, ela se virava para o pesquisador e interrogava, de modo frio: "Devo continuar?" Ela prontamente voltava à sua função quando o pesquisador lhe pedia. Ao aplicar o choque de 220 volts, ela se virou para o pesquisador, observando de maneira firme: "Bem, sinto muito, acho que não devemos continuar".

PESQUISADOR: A experiência exige que você continue até que ele tenha aprendido todos os pares de palavras corretamente.

GRETCHEN: Ele tem problema no coração. Sinto muito. Ele lhe disse isso antes.

PESQUISADOR: Os choques podem ser dolorosos mas não oferecem perigo.

GRETCHEN: Bem, sinto muito. Acho que quando os choques são contínuos, como aqui, eles são perigosos. Pergunte se ele deseja sair. A vontade é dele.

PESQUISADOR: É absolutamente essencial que continuemos. . .

GRETCHEN: Gostaria que perguntassem a ele. Viemos aqui por livre e espontânea vontade. Se ele quiser continuar, eu prossigo. Ele lhe disse que tinha um problema o coração. Sinto muito. Não quero ser responsável por nada que aconteça a ele. Não gostaria disso comigo também.

PESQUISADOR: Você não tem outra escolha.

GRETCHEN: Penso que estamos aqui por vontade própria. Não quero ser responsável se ele tiver alguma coisa devido ao problema do coração. Por favor, entenda isso.

Ela se recusou a continuar e a experiência foi encerrada.

Ela foi firme e resoluta durante todo o tempo. Ela indicou na entrevista que não ficou de modo algum tensa ou nervosa e isso corresponde a sua aparência controlada durante todo o tempo. Ela sentiu que o último choque aplicado ao aluno era extremamente doloroso e reiterou que ela "não queria ser responsável por nenhum mal que acontecesse a ele". Ela ouviu a explicação do pesquisador de modo interessado, manifestou surpresa ao saber que o aluno não recebia choques e disse que aceitaria apenas 45 volts como choque máximo de amostragem.

O comportamento objetivo e cortes dessa moça durante a experiência, a ausência de tensão e o total controle de sua ação parecem indicar que a desobediência é uma ação simples e racional. O comportamento dela é a personificação do que eu inicialmente previra que aconteceria com quase todas as pessoas.

Ironicamente, Gretchen Brandt viveu sua adolescência na Alemanha de Hitler e foi durante grande parte de sua juventude exposta a propaganda nazista. Quando indagada sobre a possível influência do seu passado, ela respondeu lentamente: "Talvez tenhamos visto muito sofrimento".

PASQUAL GINO, Inspetor de Água (na Experiência 7)

Pasqual Gino é um inspetor de água de quarenta e três anos que nasceu nos Estados Unidos mas é filho de italianos. Ele participou da variação na qual o pesquisador, tendo dado as instruções ao professor e a vítima, sai do laboratório e deixa o número do seu telefone. Assim, o professor é deixado sozinho com a vítima no laboratório, mas ele pode ligar para o pesquisador se surgir algum problema. Depois de aplicar o choque de 150 volts, ele telefonou para dizer "professor, este cavalheiro está reclamando. Ele quer sair. Ele não quer mais participar . . . Eu só dei 150 volts e ele disse 'Chega!' "

O pesquisador instrui-o por telefone a continuar e o Sr. Gino assim fez.

Ele permaneceu sozinho na sala de experiências, obedientemente cumprindo as instruções, enquanto que a vítima protestava violentamente. Nos 300 volts quando a vítima se recusou a dar respostas, o Sr. Gino telefonou para o pesquisador novamente e mais uma vez o pes-

quisador lhe disse que continuasse, dizendo que a ausência de resposta deve ser considerada como resposta errada.

— O senhor quer que eu vá até o final do gerador? E quando eu chegar no final o que faço?

Depois de 330 volts, nenhuma reação foi ouvida por parte do aluno, nem de protesto ou de dor. Preocupado, o Sr. Gino telefonou novamente.

— Professor, não escuto nenhum ruído da outra sala. Já dei 330 volts. Não escuto nenhuma reclamação ou qualquer outra coisa da parte dele estou preocupado com isso. O senhor acha que aconteceu alguma coisa aquele cavalheiro?

O pesquisador afirma que embora os choques possam ser dolorosos não há dano permanente do tecido. O sujeito retoma sua função novamente, sozinho na sala do laboratório. Depois de aplicar 450 volts, ele chamou o pesquisador, falando outra vez que não ouvia nenhum som por parte do aluno.

O pesquisador volta ao laboratório a tempo e informa ao Sr. Gino que o aluno está sem problema algum. Na entrevista, quando indagado sobre o grau de tensão que sentiu, ele respondeu: "Eu estava mais nervoso pelo outro cavalheiro do que por mim. . . Eu estava mais nervoso por ele. Eu estava nervoso porque o senhor não estava lá. Se o senhor estivesse lá eu não ficaria nervoso. Quer dizer, se aquele homem tivesse morrido porque eu lhe apliquei choques. . . bem, eu me sentiria responsável por isso".

A pessoa aceita a responsabilidade num sentido filosófico geral mas sente apenas que a situação parecia centrar a responsabilidade nele porque ele estava sozinho com o aluno. Ele prossegue: "(Se o senhor estivesse lá) o senhor diria 'Vamos parar com isso' ou 'Vamos continuar', ou qualquer outra coisa. O senhor entende melhor do que eu. O senhor é um professor. Eu não. . . Mas por outro lado, devo dizer que a última vez que o ouvi foi por volta dos 225 volts e foi a última vez em que ele reclamou." (Ele então imitou as reclamações do aluno.)

Vários meses depois de sua atuação no laboratório, o Sr. Gino tomou parte de uma discussão em grupo sobre sua experiência. Com a perspectiva do tempo ele considerou a experiência "terrível". "Eu estava fascinado com ela (e). . . aquela noite fui a uma festa; tenho duas cunhadas que são enfermeiras e ficaram fascinadas com a experiência

também. . . Uma coisa lhe digo: foi uma coisa de que jamais me esquecerei."

A experiência, mesmo meses depois, pareceu nunca ter levantado nele o problema de desobedecer ou não às instruções de continuar aplicando os choques.

". . . Eu tinha cerca de mais oito alavancas para puxar e ele (o aluno) estava realmente histérico e ia chamar a polícia e sei lá o que mais. Então liguei para o professor três vezes. E na terceira vez ele disse "Continue", e então dei o último choque nele. E então não obtive mais nenhuma reação dele, nem reclamação nem nada mais. Eu disse "Meu bom Deus, ele está morto; bem, aí está, acabamos com ele. E continuei assim mesmo até 450 volts".

O Sr. Gino não objeta em aceitar as ordens, embora sugira que teria ficado mais à vontade se o pesquisador tivesse ficado no laboratório com ele. Quando indagado se tinha se sentido aborrecido ou perturbado por dar os choques, ele disse: "Não. . . Eu pensei: bem, isso é uma experiência, e Yale sabe o que está acontecendo, e se pensam que está tudo bem, bem, está tudo bem pra mim. Eles sabem melhor do que eu. . . Vou em frente e farei tudo que me disserem. . ." Depois ele explicou:

"Tudo isso se baseia no princípio de vida de um homem, em como ele foi educado e quais as metas que ele tem na vida. Como quer fazer as coisas. Sei que quando eu estava no serviço militar, (se me dissem) 'Suba aquela colina e vamos atacar' nós atacamos. Se o tenente disser 'Vamos avançar na linha de fogo, vocês vão se arrastando sobre a barrriga', a gente tem que se arrastar de barriga. E se a gente encontra uma serpente, como eu vi uma porção de companheiros encontrar, e cobra venenosa, e o pessoal tinha ordem para não se levantar, mas se levantava e eram mortos, os que se levantavam. Então acho que é tudo baseado no modo como um homem é educado."

Em sua história, embora as cobras venenosas fossem um perigo real, e provocassem uma reação instintiva de se levantar, fazer isso violava a ordem do tenente de se arrastar no chão. E no final os que desobedeciam seriam destruídos. A obediência, mesmo em face de circunstâncias difíceis, é a mais confiável garantia de sobrevivência. No final da discussão o Sr. Gino resumiu sua reação à própria experiência.

– Bem eu acreditava totalmente que o homem estava morto até abrirmos a porta. Quando eu o vi, eu disse "Puxa, isso é ótimo". Mas não me preocupava mesmo em saber se ele estava morto. Eu tinha feito um serviço.

Ele disse que não ficou perturbado com a experiência nos meses seguintes, mas sim que estava curioso. Quando recebeu o relatório final, ele disse ter falado à sua esposa: "Acho que me comportei certo e de modo obediente, e segui as instruções como sempre faço. E então disse à minha esposa. 'Muito bem, acho que fiz um bom trabalho.' Ela disse: 'suponha que o homem estivesse morto'."

O Sr. Gino respondeu:

– Ele estaria morto. Eu fiz o meu trabalho!

8
Troca de Papéis

ATÉ AGORA observamos a resposta do professor a uma situação que foi alterada de formas mecânicas em limites gerais mas que conservou intacta sua estrutura básica. Para se ter certeza, variar a distância entre o professor e a vítima tem efeitos psicológicos importantes, mas se for necessário examinar as raízes desse comportamento social precisaremos de uma alteração de maior alcance. Tal tratamento não irá exigir somente o deslocamento da vítima de um lado do laboratório para o outro, mas também deve originar-se de uma análise dos componentes essenciais, e daí procurarem suas recombinações através da química situacional alterada.

No ambiente experimental encontramos três elementos: *posição*, *status* e *ação*. A *posição* indica se a pessoa ordena, administra, ou recebe o choque. Isto é conceitualmente distinto do papel do pesquisador ou professor, como iremos ver. O *status* – tratado como um atributo de valor duplo nesta pesquisa – refere-se à apresentação da pessoa como uma autoridade ou como um homem comum. A *ação* refere-se à conduta da pessoa em cada uma dessas três posições, e mais especificamente se ela defende ou é contra a aplicação de choques à vítima.

Nas experiências relatadas até agora, todas as relações entre esses elementos têm permanecido invariáveis. A *ação*, por exemplo, tem sido sempre relacionada a um *status* particular. Assim, a pessoa que recebe os choques tem sido sempre uma pessoa comum (em oposição à autoridade), e sua ação tem sido a de protestar contra o choque.

Desde que as relações invariáveis dentre posição, ação e *status* sejam conservadas, não poderemos responder a certas questões fundamentais. Por exemplo, o professor está respondendo essencialmente ao conteúdo do comando ou ao *status* da pessoa que emite o comando? É o que é dito ou quem diz que determina amplamente suas ações?

	Pessoa I	Pessoa II	Pessoa III
Posição:	Pessoa que ordena os choques	Pessoa no controle do painel	Pessoa que recebe o choque
Status:	Autoridade	Pessoa comum	Pessoa comum
Ação:	Defende a aplicação do choque	Indeterminada	Opõe-se ao choque
Nome específico:	Pesquisador	Professor	Aluno
Referência conceitual:	Autoridade	Objeto da experiência	Vítima

Fig. 12 *Troca de papéis pessoa I*

Experiência 12: O aluno pede para que apliquem-lhe o choque

Vamos iniciar com uma inversão de papéis entre o pesquisador e a vítima:

Até agora, o pesquisador tem sempre mandado o professor continuar com os choques e o aluno tem sempre protestado. Na primeira troca de papéis, esta situação será invertida. É o aluno que irá pedir para aplicarem-lhe choques, e o pesquisador irá proibir essa aplicação.

Essa variação foi realizada como se segue: O aluno emitiu gritos de dor ao lhe aplicarem choques; ainda assim, apesar do seu desconforto, ele se apresentava desejoso de continuar. Após a aplicação do choque de 150 volts, o pesquisador paralisou a pesquisa, declarando que as reações do aluno estavam sendo violentas e que em vista de suas condições cardíacas, não deveriam ser aplicados mais choques. O aluno então gritou que *queria* continuar com a experiência, pois um amigo seu havia participado recentemente desse mesmo estudo e havia chegado ao final do mesmo e ser dispensado da experiência seria uma afronta a seu brio. O pesquisador respondeu que embora fosse valioso para a pesquisa

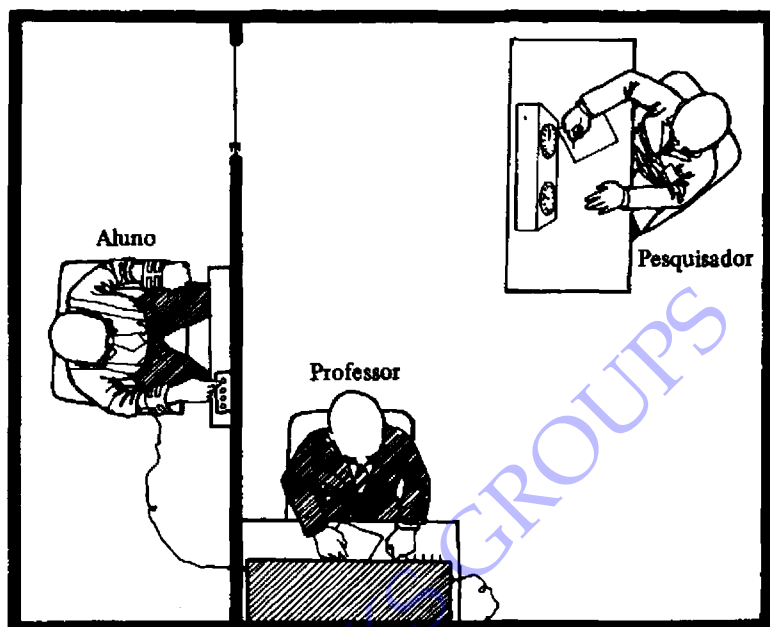



Fig. 13 *O aluno pede para receber choque.*

continuar, não seriam aplicados mais choques em vista das reações de dor da vítima. O aluno insistiu em pedir para que a experiência continuasse, afirmando que ele havia vindo ao laboratório "para realizar um trabalho" e que pretendia concluí-lo. Ele insistiu para que o professor continuasse com o procedimento. O professor assim deparou-se com um aluno que pedia para levar os choques e com um experimentador que os proibia.

O resultado da experiência está na Tabela 4. Nenhum professor cedeu ao pedido do aluno; todos os professores pararam de aplicar choque atendendo à ordem do pesquisador.

Os professores desejam aplicar os choques, a pedido do pesquisador, mas não a pedido do aluno. Nesse sentido, eles consideram que o aluno tem menos direitos sobre si mesmo do que a autoridade. O aluno passou a ser meramente uma parte de um sistema completo, que é controlado pela autoridade. Não é o conteúdo da ordem, mas sua fonte na autoridade, que é de importância decisiva. Na experiência básica, quando o pesquisador diz "aplique 165 volts", a maioria dos professores assim

faz, apesar do protesto do aluno. Mas quando o próprio aluno diz "aplique 165 volts", não há um único professor que deseje fazer isso. E, é claro, dentro dos objetivos definidos pela autoridade, não é significativo fazer isso, o que demonstra simplesmente como toda a situação é inteiramente dominada pelos objetivos da autoridade. O aluno deseja ir até o fim da série de choques para obter a satisfação pessoal de demonstrar sua masculinidade, mas seu desejo pessoal é totalmente irrelevante. Numa situação na qual o professor adotou inteiramente o ponto de vista da autoridade.

A decisão de aplicar choques no aluno não depende dos desejos do mesmo, ou dos impulsos favoráveis ou hostis do professor, mas sim do grau de ligação do professor com o sistema de autoridade.

A inversão de imperativo entre vítima e pesquisador constitui uma alteração radical da situação normal. Ela produz efeitos bem definidos, se não completamente surpreendentes; mas muita coisa mudou com relação à situação usual para nos permitir apontar as causas exatas dos efeitos. Deveríamos examinar alterações mais moderadas da situação, de forma que mesmo que os efeitos sejam menos amplos, possamos especificar mais precisamente sua fonte exata.

Experiência 13: Um homem comum dá ordens

A questão mais crítica diz respeito ao fundamento do poder do pesquisador de induzir o monitor a aplicar choques à vítima. Isto acontece devido ao conteúdo do comando em si, ou à força do comando origina-se de uma fonte autoritária da qual ela é emitida? Como já assinalado, o papel do pesquisador possui um componente de *status* e um certo imperativo para a aplicação de choques à vítima. Devemos eliminar agora o componente de *status* e conservar o imperativo. A forma mais simples de fazer isso é retirar o comando do experimentador e designar o mesmo a uma pessoa comum[8].

O procedimento nessa variação permitiu a um homem comum ordenar a aplicação de níveis específicos de choque. Chegam ao laboratório três pessoas (duas delas em combinação com o pesquisador), e através de um sorteio simulado, uma delas – cúmplice habitual – recebe o papel de vítima. À segunda pessoa é entregue a tarefa de marcar o tempo num relógio na mesa do pesquisador. À terceira pessoa, escolhida como

monitor através do "sorteio", é dada a tarefa de ler os pares de palavras e aplicar choques ao aluno. O pesquisador lê todas as instruções habituais, amarra o aluno na cadeira elétrica e aplica choques de amostra. Contudo, em nenhum momento o pesquisador indica os níveis de choques que devem ser aplicados. Uma chamada telefônica simulada faz com que o pesquisador saia do laboratório. Um tanto atarantado, mas ansioso para complementar sua experiência, o pesquisador menciona antes de sair que tudo seria gravado automaticamente e que eles deveriam continuar a experiência até que todos os pares de palavras fossem perfeitamente decorados (novamente, não mencionando quais os níveis de choques que deveriam ser usados).

Desta forma, o professor é confrontado com uma situação geral que foi definida por uma autoridade da experiência, e com ordens em níveis específicos provenientes de um assistente, homem comum que carece do *status* de autoridade.

Antes de prosseguir com a consideração dos resultados, são necessárias algumas observações sobre a situação geral. Em primeiro lugar, a encenação dessa experiência foi, por necessidade, mais forçada do que o habitual. A saída do experimentador do laboratório foi estranha e de certa forma enfraqueceu a credibilidade da situação. Em segundo lugar, embora o objetivo da experiência fosse despojar ordens de qualquer fonte autoritária, foi quase impossível a realização disso de uma forma totalmente efetiva. Havia muitos traços de autoridade transferida mesmo sem a presença do pesquisador. A situação geral havia sido definida pela autoridade, assim como a idéia da aplicação dos choques. Somente a especificação dos níveis de choques foi reservada para o homem comum. A autoridade pairava em segundo plano e havia criado a situação básica na qual achavam-se os participantes.

Contudo, houve uma queda brusca na submissão: dezesseis dos vinte professores romperam com o homem comum, apesar da sua insistência para que a experiência continuasse e de argumentos persuasivos a seu lado. Os resultados são mostrados na Tabela 4. Somente um terço dos professores seguiu o homem comum em comparação com os que seguiram o pesquisador.

Antes de debater o significado desses resultados, vamos verificar uma extensão dessa experiência.

Tabela 4. Choques máximos aplicados na experiência de troca de papéis.

Nível de Choque	Designação Verbal e Voltagem	Experiência 12: O aluno pede para receber choques (n = 20)	Experiência 13: Homem comum dá ordens (n = 20)	Experência 13A: Professor como observador (n = 16)
	Choque Fraco			
1	15			
2	30			
3	45			
4	60			
	Choque Moderado			
5	75			
6	90			
7	105		1	
8	120			
	Choque Forte			
9	135			
10	150	20	7	3
11	165		1	1
12	180			
	Choque Muito Forte			
13	195			3
14	210			
15	225			
16	240			
	Choque Intenso			
17	225			1
18	270			1
19	285			
20	300			1
	Choque de Extrema Intensidade			
21	315			
22	330			
23	345			1
24	360			
	Perigo: Choque violento			
25	375			
26	390			
27	405			
28	420			1
	XXX			
29	435			
30	450		4	11
	Média de Máximo	10,0	16,25	24,9
	Percentagem de aplicação de choque máximo	0%	20%	68,75%*

** Refere-se à percentagem de pessoas, das 16 que desafiaram o homem comum, que não interferiram com a aplicação de choque máximo do homem comum. Ver o texto.*

Tabela 4. (Continuação)

Nível de Choque	Designação Verbal e Voltagem	Experiência 14: Autoridade como vítima (n = 20)	Experiência 15: Autoridades: ordens contraditórias (n = 20)	Experiência 16: 2 Autoridades, uma como vítima (n = 20)
	Choque Fraco			
1	15			
2	30			
3	45			
4	60			
	Choque Moderado			
5	75			
6	90			
7	105			
8	120			
	Choque Forte			
9	135		1	
10	150	20	18	6
11	165			
12	180			
	Choque Muito Forte			
13	195			
14	210			
15	225			
16	240			
	Choque Intenso			
17	255			
18	270			
19	285			
20	300			1
	Choque de Extrema Intensidade			
21	315			
22	330			
23	345			
24	360			
	Perigo: Choque Violento			
25	375			
26	390			
27	405			
28	420			
XXX				
29	435			
30	450			13
	Média de Choque máximo	10,0	10,0	23,5
	Percengagem de aplicação de choques máximos	0% *	0%	65%

* *Ver o texto à página 118.*

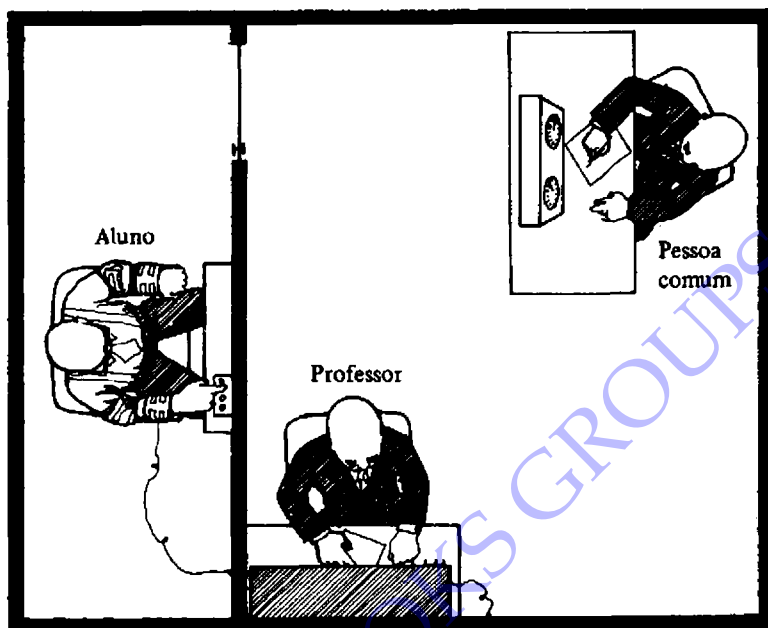



Fig. 14. *Uma pessoa comum dá as ordens.*

Experiência 13A: O professor como observador

Uma situação foi introduzida quando o professor se recusou a seguir as instruções do homem comum. O cúmplice, aparentemente indignado com a recusa, afirmou que se o outro homem não desejava continuar, ele iria pessoalmente encarregar-se da aplicação dos choques. Ele então pediu ao professor para registrar a duração dos choques e tomou posição em frente ao gerador de choques. Assim, o professor foi substituído na ação de aplicar pessoalmente os choques ao aluno, mas testemunhou uma cena angustiante na qual o co-participante agressivo realizava obstinadamente seu plano de aumentar os choques gradualmente. Dos dezesseis monitores que enfrentaram essa situação, virtualmente todos protestaram contra a ação do co-participante; cinco deles reagiram fisicamente contra ele, ou contra o gerador de choques (vários tentaram desligar o gerador da fonte de alimentação; quatro impediram fisicamente o co-participante de continuar). Um deles, um homem gran-

de, levantou-o de sua cadeira, jogou-o para um canto do laboratório e não permitiu que ele se movesse até ter prometido que não iria aplicar mais choques. Embora os professores possam parecer passivos ao enfrentar a autoridade, nesta situação cinco deles surgiram heroicamente como protetores da vítima. Eles se acharam livres para ameaçar o homem comum e não foram relutantes ao criticarem seus critérios ou castigá-lo pessoalmente; suas atitudes contrastam radicalmente com a gentileza invariavelmente demonstrada pelos professores em outras experiências, quando havia uma autoridade dirigindo. Aí, mesmo quando os professores desobedeciam, ainda mantinham um relacionamento cortês e até mesmo diferencial com a autoridade. Os pontos de ruptura são mostrados na Tabela 4.

Aqui estão as observações do professor no momento em que o co-participante sugere encarregar-se pessoalmente da aplicação de choques:

HOMEM COMUM: Quer que eu conduza?
PROFESSOR: Você fique aí mesmo. Não vai se encarregar de nada que eu faço (o professor tenta tirar a vítima do lugar mas encontra a porta fechada. Ele indica que vai procurar o pesquisador. O homem sugere novamente que sejam aplicados mais choques).
PROFESSOR: Não, mais nenhum. (grita para o homem) *eu disse, não! Isto significa "não"! Você o machucou. . . Ele quer parar. Vou chamar o pesquisador. Você o machucou mais uma vez.*

Ao se recusarem a obedecer ao homem comum, muitos professores pensam que estão fazendo o que o pesquisador gostaria que eles fizessem. Quando solicitados a dar impressão deixada pelo homem comum, comentaram:

"Ele é o tipo do cara que pode acionar as chaves o dia todo – a não ser que esteja no outro extremo. Se ele fosse vivo na época medieval, seria provavelmente a pessoa que realizaria toda a destruição".

"Muito persistente – eu não gostaria de ser filho dele. Ele insistia, vamos continuar e vamos continuar. . . Ele simplesmente foi até o fim e disse: 'Eu tenho um plano!' Eu achei isso muito rude".

"Eu achei que ele foi cruel demais. Ele aplicava choques mesmo não obtendo mais respostas da vítima".

Mas um dos quatro que haviam seguido a opinião do homem comum disse isto dele: "Eu achei que ele foi um professor forte. Um professor capaz. Por forte quero dizer: ele não brincaria com coisa séria. Ele tinha um plano em mente, e tinha que ser realizado corretamente, e esta foi a atitude que ele tomou. Eu acho que foi louvável ele ter tomado esse tipo de atitude. De acordo com sua capacidade – não havia dúvida de como deveríamos agir. Ele pareceu realizar tudo muito bem."

Experiência 14: Autoridade como vítima: No comando, um homem comum

Até agora temos considerado o *status* da pessoa que ordena a aplicação dos choques. Vamos agora considerar o *status* da pessoa que recebe os choques.

Esta alteração segue de modo lógico se quisermos esgotar as permutações mais importantes de posição e *status*. Precisamos notar o efeito de tratarmos uma autoridade como vítima – isto é, inserir o *status* do pesquisador na posição da vítima. Mas agora quem irá ordenar os choques, uma autoridade ou um homem comum? Vamos descrever ambas as situações, mas começaremos com o homem comum ordenando os choques contra a autoridade.

De forma a criar uma situação na qual a autoridade pudesse receber plausivelmente os choques sob instruções de uma pessoa comum, foi usado o seguinte procedimento: Duas pessoas chegam ao laboratório e assumem os papéis de professor e aluno. A experiência é conduzida de modo habitual até o ponto em que o pesquisador começa a descrever a punição que o aluno deve receber. Neste ponto o aluno mostra-se relutante em continuar, declarando que ele está com medo dos choques. Ele diz, entretanto, que se pudesse ver que alguém – o pesquisador, por exemplo – realizaria a experiência da mesma forma como ele teria de fazer, então estaria disposto a continuar. O pesquisador que já mencionou sua grande necessidade de professores e a dificuldade de obter voluntários para receber choques, concorda em servir como aluno.

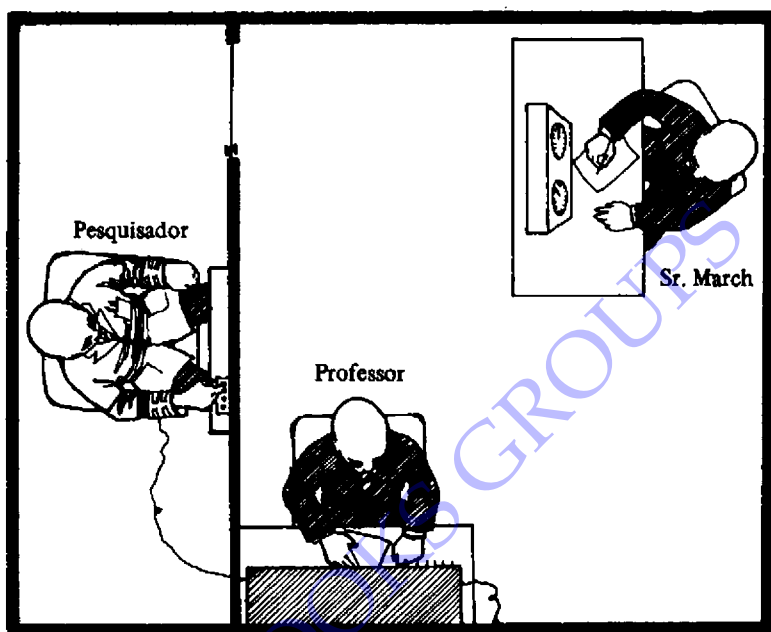



Fig. 15. *A autoridade como vítima: um homem comum comandando.*

Ele estimula, entretanto, que está fazendo isso na condição de que o outro também sirva como aluno logo após. O pesquisador é então amarrado à cadeira, e lhe é aplicada a pasta para a colocação do eletrodo etc. A experiência prossegue com o professor aplicando choques no pesquisador e com o cúmplice sentado à cadeira do pesquisador.

Em 150 volts o pesquisador pede para que o deixem livre, mas o cúmplice insiste em que ele continue de acordo com o combinado. Assim, o professor acha-se aplicando choques num pesquisador, que pede para que o libertem, enquanto um homem comum insiste para que ele continue a aplicação de choques, assim como eles iriam fazer no seu caso.

Considerando a natureza de certa forma não usual da experiência, deve ser dito que o procedimento funcionou normalmente, e foi surpreendentemente plausível, de acordo com o excelente talento teatral dos cúmplices. Aqui está a reprodução de uma das performances:

Eles acabaram de fazer o sorteio. A pessoa em teste é o professor. O cúmplice, Sr. March, será o aluno.

PESQUISADOR: A primeira coisa que devemos fazer é preparar um lugar para o aluno receber algum tipo de punição. Por favor, venha até a próxima sala.

SR. MARCH: O que você quer dizer por punição?

PESQUISADOR: Bem, nós temos esta máquina, que é um gerador de choques. A punição que usamos é a aplicação de choques.

SR. MARCH: Eu receberia choques elétricos?

PESQUISADOR: Se você cometer erros na lição, o professor aplicará.

SR. MARCH: Você quer dizer uns 15 volts, 30 volts?

PESQUISADOR: Sim.

*SR. MARCH: Ele irá permanecer por aqui; eu espero (*apontando para os choques de menor intensidade*).*

PESQUISADOR: Bem, isso depende do senhor, Sr. March. Depende do progresso que o senhor fizer na lição.

SR. MARCH: Bem, você chegaria a 75 volts?

PESQUISADOR: Possivelmente, sim. Depende do número de erros . . .

SR. MARCH: Iria até 120?

PESQUISADOR: Sim, é possível. . .

SR. MARCH: Qual é o choque máximo que posso receber?

PESQUISADOR: Bem, isso depende mais uma vez do progresso que o senhor fizer na lição.

SR. MARCH: Vamos imaginar que eu não vá bem. Quanto posso receber?

PESQUISADOR: Bem, é possível que o professor tenha que ir até o final do painel, se a experiência pedir isso. Mas. . . isso depende completamente do progresso que o senhor. . . fizer na lição.

*SR. MARCH: Eu estou um pouco relutante em tomar choques com essa intensidade. Eu desejo ficar por aqui (*apontando para os choques mais baixos*). Você sabe, 15 volts.*

PESQUISADOR: Para ser franco, temos tido alguma dificuldade em obter pessoas para participar dessa experiência particular por causa do choque.

SR. MARCH: Posso ver por que.

PESQUISADOR: Tanta dificuldade que eu mesmo sou levado a tornar-me um aluno algumas vezes. Para ser franco, temos que completar este trabalho até a noite. E nós somos poucos. Se não tivermos

todos cooperando conosco e indo até o fim da experiência, não iremos terminar o trabalho esta noite. Portanto, eu apreciaria muito a sua cooperação.

SR. MARCH: Se eu pudesse ter alguma garantia. Se você experimentasse primeiro, por exemplo, e mostrasse que poderia agüentar os choques, então eu iria com certeza colaborar. Se alguém pudesse mostrar que poderia agüentar esses choques.

PESQUISADOR: Então é isso, Sr. March? Se nós realizarmos uma experiência tendo a mim como aluno, então o senhor gostaria de realizar a experiência como aluno?

SR. MARCH: Se acontecesse com você exatamente o que iria acontecer comigo? Recebendo os choques e tudo?

PESQUISADOR: Todos os detalhes.

SR. MARCH: Se eu visse você fazer isso e visse você saindo da sala com suas próprias pernas, eu o faria.

PESQUISADOR: Certo, por que não fazemos isso? Na verdade nos ajudaria a acabar. Serão duas experiências em vez de uma, e irá ajudar-nos a terminar a quota prevista até a noite. Por que não fazemos dessa forma, então? Realizarei a experiência primeiro. Assim que completá-la, então o senhor será o aluno. OK?

SR. MARCH: Está bem.

PESQUISADOR: OK

SR. MARCH: Se você realizá-la totalmente, eu posso também.

O pesquisador dá instruções adicionais ao monitor inocente sentado à frente do gerador de choques; daí ele ajuda o pesquisador, amarrando-o no aparelho de cadeira elétrica, colocando a pasta para a fixação de eletrodo etc. Aqui está a reprodução, iniciando no ponto em que o pesquisador pede para que seja libertado: (*aplicados 150 volts*).

PESQUISADOR (Grita)*: É o bastante, cavalheiro.*

PROFESSOR: Eu não censuro você.

SR. MARCH: Oh, não, vamos continuar. Oh, não, vamos, eu tenho que ir até o fim disso tudo. Vamos. Vamos continuar.

PROFESSOR (para o pesquisador)*: O que você diz?*

SR. MARCH (interrompendo)*: Ele disse que eu deveria ir até 450.*

PROFESSOR: Eu quero ver se ele consegue. No entanto ele não pode

continuar. Não há sentido em fazer isso, você sabe o que eu quero dizer.

SR. MARCH: Ah, não.

PROFESSOR (para o Sr. March): *Vou deixar você desistir na hora em que você quiser. Certo? Está bem?*

SR. MARCH: Ele disse que devemos aprender perfeitamente. Ele disse que você poderia ir até o fim.

PROFESSOR: Bem, vamos deixar isso com ele. Se ele não quiser, então iremos parar.

PESQUISADOR: Por favor, vamos parar com isso..

PROFESSOR: Certo.

O professor entra imediatamente no cubículo onde o pesquisador está amarrado na cadeira e desamarra-o. O Sr. March continua insistindo para que a experiência continue.

SR. MARCH: Você disse para mim que. . .

PESQUISADOR: Desconsiderando o que eu disse, estou desistindo.

PROFESSOR (amável, ao desamarrar o pesquisador): *Isto é realmente desagradável. Eu podia sentir aqueles choques em mim mesmo toda vez em que apertava o botão. Você estava indo muito longe. Você sabe que foi muito ruim a mostra que você me deu. E foi quanto? Setenta e cinco? E ele chegou até 160.*

As instruções do Sr. March para aplicação dos choques no pesquisador foram totalmente desconsideradas como mostra a Tabela 4. Ao primeiro protesto do pesquisador, todos os professores pararam, recusa a aplicação de um único choque além desse ponto. Não há qualquer variação na resposta. Além disso, muitos professores literalmente saltaram em ajuda ao pesquisador, correndo para a outra sala a fim de desamarrá-lo. Os professores geralmente expressam simpatia com relação ao pesquisador, mas pareciam esquecerem-se do homem comum, como se ele fosse um louco.

Muitos professores explicaram sua resposta imediata em bases humanas, não reconhecendo o aspecto autoritário da situação. Aparentemente, é mais gratificante para os professores verem suas ações origina-

rem-se da gentileza pessoal do que reconhecerem que estavam simplesmente seguindo as ordens do patrão. Quando indagados sobre o que iriam fazer se um homem comum estivesse recebendo choques, esses professores negaram veementemente que fosse continuar além do ponto em que a vítima protestasse; eles não avaliam corretamente o peso da autoridade na sua decisão. Muitas das ações que os indivíduos realizam na vida diária, que parecem para eles como procedentes de qualidades morais interiores, são sem dúvida induzidas por alguma autoridade.

Examinamos três experiências nas quais um homem comum, não uma autoridade, dá instruções a outro indivíduo para a aplicação de choques. Na primeira experiência, o próprio aluno, para provar sua masculinidade, insistiu para que a experiência continuasse, enquanto o pesquisador pedia para que parasse. Nenhum professor prosseguiu com o pedido do aluno para receber mais choques. Na segunda experiência, na ausência do pesquisador, mas com suas instruções gerais, um homem comum tentou prescrever choques de uma forma crescente, apesar dos protestos da vítima. Dezesseis dos vinte professores recusaram-se a segui-lo. Na terceira experiência, um homem comum ordenou a aplicação dos choques contra a autoridade. No momento que a autoridade pediu para que parassem com o procedimento, todos os professores pararam imediatamente, desconsiderando totalmente as ordens insistentes do homem comum.

Esses estudos confirmam um fato essencial: O fator decisivo é a resposta à autoridade, e não a resposta a uma ordem particular para a aplicação de choques. As ordens que se originam de fora da autoridade perdem toda força. Aqueles que defendem que os motivos agressivos ou instintos sádicos liberados quando é dada a ordem para machucar outra pessoa, devem levar em conta a recusa inflexível do professor em continuar a experiência. O que conta não é o que os professores fazem, mas para quem eles estão fazendo.

Autoridade dupla

O centro do conflito até aqui tem sido entre uma pessoa comum e uma autoridade. Vamos ver agora o que acontece quando a própria autoridade está em conflito. Na vida real, nós algumas vezes fazemos uma escolha entre autoridades, e devemos olhar para este fenômeno

nessa experiência. É possível que quando autoridades diferentes decidam simultaneamente por linhas opostas de ação, os valores próprios da pessoa prevaleçam e determinem a que autoridade ela irá seguir. Ou talvez o resultado seja um compromisso entre as duas autoridades conflitantes. Possivelmente, esta situação irá levar o professor a aumentar seu conflito, que deve decidir não somente sobre a aplicação ou não de choques à vítima mas também a qual das autoridades seguir. Devemos também aprender alguma coisa sobre as circunstâncias nas quais o exercício efetivo de autoridade é possível e quando ele não é.

Experiência 15: Duas autoridades: Comandos contraditórios

Nesta variação, o professor chegou no laboratório e foi confrontado com dois pesquisadores, cada um vestido com um jaleco cinza, que davam instruções alternadamente. Os dois pesquisadores eram aproxi-

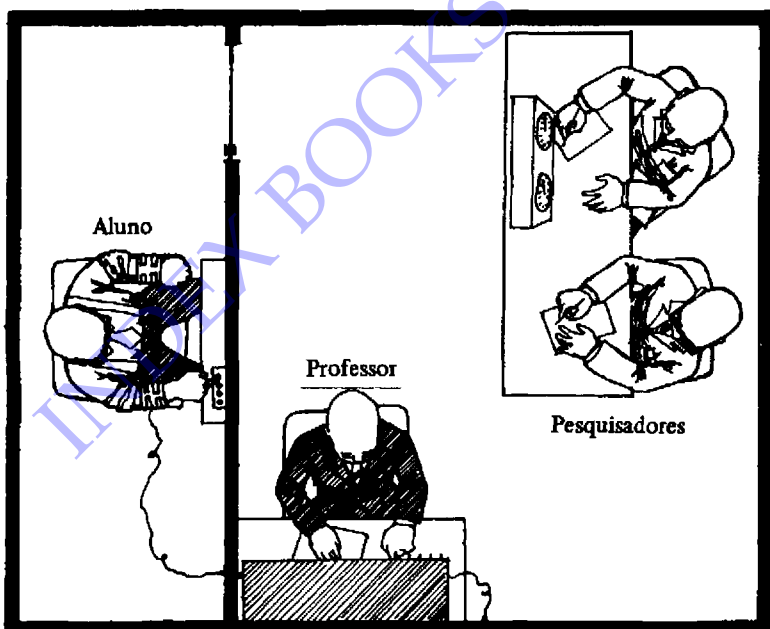



Fig. 16. *Duas autoridades: ordens contraditórias.*

madamente da mesma idade e altura, mas um (pesquisador I) pareceu ter um modo um pouco mais cortês que o outro (pesquisador II). A vítima habitual – nosso contabilista gorducho – participou dessa experiência e foi devidamente agarrado e amarrado em sua cadeira. Tudo prosseguiu como na condição padrão. Ambos os pesquisadores estavam sentados em suas mesas de controle, e ambos pareciam estar registrando ativamente as respostas. O acordo entre os dois acabou no nível de 150 volts. (Deve-se lembrar que é neste ponto que a vítima emite seu primeiro protesto veemente.) Um pesquisador dá a ordem habitual de que a experiência deve prosseguir. Entretanto, o segundo pesquisador indica precisamente o oposto, dirigindo sua observação ao professor.

A pressão aplicada pela autoridade má não é menor que em outras condições. Ela incita o professor a continuar, declarando que não há outra escolha. Mas a confiança do seu comando é minada pela segunda autoridade, que diz exatamente o oposto.

O efeito resultante foi menos tenso do que esperávamos. Os pesquisadores pareciam dois chefes que discordavam e estavam igualmente convencidos da exatidão de suas respectivas posições. Entretanto, ao invés de discutirem entre si, ele dirigiam suas observações para o professor. O professor, assim, achou-se diante de comandos autoritários semelhantes e conflitantes. Aqui está uma reprodução do desacordo:

PESQUISADOR I: Teremos que parar.
PESQUISADOR II: A experiência exige que continuemos. Por favor, continue professor.
PROFESSOR: Mas. . .
PESQUISADOR I: O aluno está sentindo dor. Não podemos continuar com a experiência.
PESQUISADOR II: Não temos escolha, cavalheiro; a experiência exige que continuemos. Por favor, continue.
PESQUISADOR I: Páre! Não iremos continuar com a experiência.
PESQUISADOR II: Sr. Williams, a experiência exige que continuemos.
PROFESSOR: Eu espero que vocês dois se decidam.
(Pausa.)
PROFESSOR: Espere, espere. Qual de vocês devo seguir? Um diz pare, outro diz continue. Qual de vocês?

INDEX BOOKS GROUPS

O professor é confrontado com duas ordens incompatíveis de ação, cada uma proveniente de uma figura autoritária. O resultado da experiência é mostrado na Tabela 4 e fala por si. De 20 professores, um parou antes do desacordo e 18 pararam no ponto preciso onde ocorreu o primeiro desacordo entre as autoridades. Outro parou um pouco depois desse ponto. É claro que o desacordo entre as autoridades paralisou completamente a ação. Nenhum professor "tirou vantagem" das instruções para continuar: em nenhum caso os motivos agressivos individuais ligaram-se às sanções autoritárias fornecidas pela autoridade má. Em vez disso, a ação foi paralisada subitamente.

É importante notar, em contraste, que em outras variações nada que a vítima fez – nem pedidos, gritos, ou qualquer outra reação aos choques – produziu um efeito tão violento e inequívoco. A razão é que a ação flui de um fim mais elevado da hierarquia social para um inferior; isto é, o professor percebe os sinais de um nível acima do seu, mas é indiferente àqueles de níveis inferiores. Uma vez que o sinal emanado de um nível maior foi "contaminado", foi destruída a coerência do sistema hierárquico, juntamente com sua eficácia em regular o comportamento.

Um fenômeno interessante ocorreu nessa experiência. Alguns professores tentaram repetidamente reconstruir uma hierarquia significativa. Seus esforços tomaram a forma de tentar averiguar qual das autoridades era maior. Há um certo desconforto em não se saber quem é o chefe, e os professores algumas vezes ansiavam freneticamente por determiná-lo.

Experiência 16: Duas autoridades: Uma como vítima

Na variação descrita foi feito um grande esforço para equalizar a autoridade aparente dos dois pesquisadores, ao selecionarem-se vestimentas idênticas e posições iguais para elas se sentarem e por distribuir igualmente as instruções para a experiência para cada um. Assim, não somente no *status* de cada um, mas também na posição de cada um dentro da estrutura da situação procurou-se uma igualdade a mais perfeita possível. É somente a ordem designada por uma autoridade ou é a igualdade de posições em termos concretos que conta para os efeitos experimentais? Isto é, a autoridade reside somente na designação de posição

ou ela é em grau significativo dependente da posição real do indivíduo dentro da estrutura de ação na situação? Considere, por exemplo, que um rei possui grande autoridade quando no seu reinado, mas não é capaz de comandar se está numa prisão. O alicerce do seu poder reside em parte no funcionamento de sua autoridade, com toda a sua "entourage". Além disso, de acordo com o fato de que autoridades múltiplas conflitantes não podem ocupar juntamente o mesmo lugar numa estrutura hierárquica, as vantagens situacionais advindas de uma ou outra das autoridades conflitantes podem ser suficientes para deslocar a aliança para uma delas. Vamos deixar esse debate de certa forma especulativo e continuar com um exame experimental dessa questão.

Essa variação é similar num plano geral, àquela descrita acima, na qual o professor confronta dois pesquisadores, semelhantes em aparência e na autoridade aparente. Entretanto, no início, enquanto os dois pesquisadores e o professor estão esperando o aparecimento do quarto participante, há no laboratório uma chamada telefônica. O quarto par-

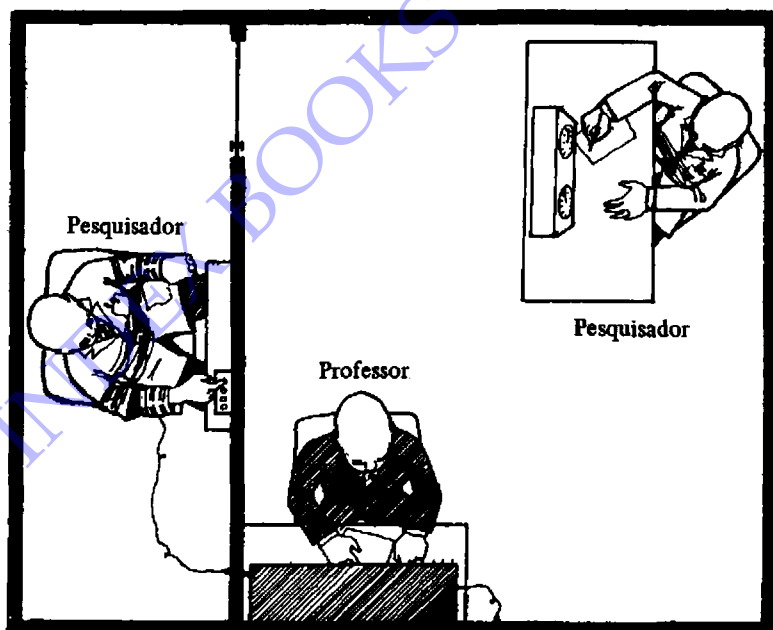



Fig. 17. *Duas autoridades: uma como vítima.*

ticipante, pelo que parece, cancelou o compromisso. Os pesquisadores expressam desapontamento, indicando que eles têm uma necessidade particular de completar a captação de dados naquela noite. Um sugere que o pesquisador deve servir como professor – que, embora um substituto fraco, ele iria ajudá-los a terminar suas quotas experimentais. Os pesquisadores jogam uma moeda para determinar qual deles irá realizar esta tarefa. O perdedor então faz um sorteio com a outra pessoa para determinar quem será o professor e quem será o aluno. O sorteio simulado estabelece o pesquisador como aluno, e ele é amarrado na cadeira. Ele atua como uma vítima comum. Assim, aos 150 volts ele grita que já é o bastante e exige que seja liberado. Entretanto, o segundo pesquisador insiste para que a experiência continue. Aqui há uma diferença importante da experiência anterior sobre dupla autoridade: As duas autoridades emitindo comandos contraditórios não estão mais em posições simétricas dentro da estrutura da situação. Uma foi colocada no papel de vítima, e à outra foi dado, através de cara ou coroa, um *status* superior.

Os resultados dessa experiência são mostrados na Tabela 4.

O que ocorre é impressionante: o pesquisador amarrado à cadeira elétrica comporta-se como uma vítima que não possui autoridade. Na verdade, virtualmente todos os professores ou pararam completamente a pedido do pesquisador ou o desconsideraram completamente. Ou tudo ou nada. Mas no geral ele não é tratado melhor do que uma pessoa comum na mesma situação. Aparentemente, ele perdeu qualquer tipo de poder que possuía como autoridade.

Consideremos então, as três conseqüência :

1. Quando um homem comum deu a ordem para a aplicação do choque no pesquisador, nenhuma pessoa obedeceu à ordem após o primeiro protesto do pesquisador (Experiência 14);

2. Quando dois pesquisadores de *status* semelhantes, sentados à mesa de comando, deram ordens incompatíveis, não foram aplicados mais choques (Experiência 15);

3. Quando um pesquisador ordenou a um professor para aplicar choques num colega, os protestos do colega não tiveram efeitos maiores que aqueles das pessoas comuns (Experiência 16).

A primeira pergunta é: Por que o pesquisador no papel de vítima,

perdeu sua autoridade nessa situação, enquanto que na Experiência 15 ele não a perdeu?

O princípio mais difundido é de que a ação do professor é dirigida por uma pessoa de *status* maior. Simultaneamente, há pressão para a descoberta de uma linha de ação coerente nessa situação. Tal linha torna-se evidente somente quando há uma hierarquia clara sem contradições e elementos compatíveis.

Comparação com a Experiência 14

Na Experiência 14, ao interromper a experiência ao primeiro protesto do pesquisador, o professor observou o princípio de que a ação é controlada por um indivíduo que possua um *status* maior. O esforço do Sr. March para a aplicação do choque no pesquisador não obteve êxito. Assim que o pesquisador pediu para ser liberado, todos os professores assim o fizeram. Em nenhum caso as contra-ordens do Sr. March constituem uma competição séria. Ele não tinha *status* para ser levado a sério e parecia uma criança que tenta comandar um exército vestindo as botas de um general. Inevitavelmente, a ação foi controlada pela pessoa de autoridade maior.

Comparação com a Experiência 15

Na Experiência 15, quando dois pesquisadores emitiram ordens contraditórias da mesa de comando, todas as ações foram paralisadas, pois não havia uma autoridade maior claramente discernível e, conseqüentemente nenhum meio para a determinação da linha de ação a seguir. É a essência de um sistema autoritário viável que um indivíduo receba ordens de uma fonte mais alta e as execute na direção de um objetivo estipulado. As condições mínimas para a operação desse sistema residem num comando inteligível e coerente. Quando há comandos contraditórios, o professor determina quem é o chefe e age de acordo com ele. Quando não há base para a decisão desse problema, não se pode prosseguir com a ação. A ordem é incoerente nas suas raízes. A autoridade, para ser efetiva, deve ser livre dessas contradições.

Por que um pesquisador perdeu inteiramente sua autoridade na Experiência 16? Os professores são predispostos a perceber hierarquias puras, destituídas de contradições e elementos incompatíveis. Eles irão usar, portanto, todo o tipo de fundamento possível para se certificarem qual é a autoridade mais alta e responderem a ela. Na situação:

1. Um pesquisador assumiu por sua vontade o papel de vítima. Assim ele diminuiu temporariamente seu *status* de comando, diante do outro experimentador;

2. A autoridade não é meramente uma designação de regras, mas a ocupação de um espaço particular de ação dentro de uma ocasião social definida. O rei no calabouço conclui que a obediência que ele podia obter quando no trono evaporou-se. O ex-pesquisador acha-se na situação física da vítima e confronta-se com uma autoridade sentada na cadeira de comando;

3. Isto é suficiente para aguçar o reconhecimento da autoridade à mesa de controle, e esta pequena modificação é crítica. É na natureza do controle hierárquico que a resposta para a pessoa de maior *status* está ligada à forma de tudo ou nada. Não é necessário um *status* muito alto. Como a colocação de uma pedrinha numa gangorra, o controle é inteiramente determinado na base de tudo ou nada por uma pequena modificação. O efeito resultante não é um compromisso.

Os sistemas de autoridade devem se basear em pessoas organizadas num hierarquia. Assim, a questão crítica na determinação do controle é: quem é maior que quem? Ser maior é muito menos importante que a presença visível de algo ordenado.

9
Efeitos de Grupo

O INDIVÍDUO é fraco em sua oposição solitária à autoridade, mas o grupo é forte. O arquétipo disso é retratado por Freud (1921), que relata como filhos oprimidos unem-se e rebelam-se contra o pai tirano. Delacroix retrata a multidão revoltada contra uma autoridade injusta; Gandhi lança a população contra a autoridade britânica em choque não violento; prisioneiros da penitenciária de Attica organizam-se e desafiam temporariamente as autoridades da prisão. A relação do indivíduo com o seu semelhante compete com e em certas ocasiões suplanta, seus laços com a autoridade.

Distinção entre Conformidade e Obediência

Neste ponto deve-se fazer uma distinção entre os termos *obediência* e *conformidade. Conformidade*, em particular, tem um significado muito amplo mas para os objetivos desse comentário, irei limitá-lo à ação do professor quando ele acompanha seus semelhantes, pessoas do seu próprio *status*, que não têm qualquer direito especial de dirigir seu comportamento. A *obediência* será reduzida à ação do professor que cede à autoridade. Considere um recruta que entra para o serviço militar. Ele realiza escrupulosamente todas as ordens de seus superiores. Ao mesmo tempo, ele adota os hábitos, rotinas e linguagem de seus semelhantes. O primeiro representa obediência e o último, conformidade.

Uma série de brilhantes experiências com conformidade tem sido realizada por S. E. Asch (1951). A um grupo de seis aparentes professores foi mostrada uma linha de um certo comprimento e foi indagado qual das outras três linhas comparava-se a ela. Todas as pessoas do grupo, menos uma, haviam sido anteriormente instruídas para selecionarem

uma das linhas erradas em cada tentativa ou em uma certa porcentagem de tentativas. A pessoa ingênua foi posicionada de forma a ouvir respostas da maioria do grupo antes de anunciar em sua própria decisão. Asch descobriu que sob essa forma de pressão social uma grande parte das pessoas acompanhou o grupo, não aceitanto assim a evidência inequívocas de seus próprios olhos.

As pessoas que colaboraram com Asch entraram *em conformidade* com o grupo. Os professores na presente experiência *obedecem* ao pesquisador. Ambos, obediência e conformidade, referem-se à abdicação da iniciativa à uma fonte externa. Mas elas diferem nos seguintes aspectos:

1. *Hierarquia.* A obediência à autoridade ocorre dentro de uma estrutura hierárquica na qual o indivíduo sente que a pessoa acima dele tem o direito de prescrever seu comportamento. A conformidade regula o comportamento entre aqueles de *status* semelhantes; a obediência liga um *status* a outro.

2. *Imitação.* Conformidade é imitação, mas obediências não é imitação. A conformidade leva à homogeneização do comportamento, assim como a pessoa influenciada passa a adotar o comportamento de seus semelhantes. Na obediência, há assentimento sem imitação da fonte de influência. Um soldado não repete simplesmente uma ordem recebida, mas a realiza.

3. *Clareza.* Na obediência, a prescrição apresentada para a ação é explícita, tomando a forma de uma ordem ou comando. Na conformidade o requisito para o acompanhamento do grupo geralmente permanece implícito. Assim, na experiência realizada por Asch sobre pressão do grupo, não há qualquer exigência evidente feita pelos membros do grupo para que a pessoa os acompanhe. A ação é adotada espontaneamente por ela. De fato, muitas pessoas iriam resistir a um comando explícito de membros do grupo para que se conformassem, pois a situação é definida como que se todos fossem iguais, sem qualquer direito de ditar ordens.

4. *Voluntarismo.* A distinção mais clara entre obediência e conformidade ocorre após o fato – isto é, da forma pela qual as pessoas explicam seus comportamentos. As pessoas *negam* a conformidade e *aceitam* a obediência como explicação de suas ações. Deixe-me esclarecer isso. Na experiência de Asch sobre pressão do grupo, as pessoas tipica-

mente atenuaram o grau de influência que suas ações sofreram pelos membros do grupo. Elas depreciam o efeito do grupo e tentam representar suas próprias autonomias, mesmo tendo sucumbido ao grupo em todas as tentativas. Elas sempre insistem que se cometeram erros de julgamento, esses foram seus próprios erros, atribuíveis às suas visões defeituosas ou ao mau julgamento. Elas minimizam o grau de conformidade que tiveram com o grupo.

Na experiência sobre obediência, a reação é diametralmente oposta. Nela a pessoa explica sua ação de aplicar choques à vítima ao negar qualquer envolvimento pessoal e ao atribuir seu comportamento exclusivamente a uma experiência externa imposta pela autoridade. Assim, enquanto a pessoa conformada insiste em que sua autonomia não seja prejudicada pelo grupo, a pessoa obediente afirma que não tem qualquer autonomia no caso da aplicação de choques à vítima e que suas ações estavam completamente fora de seu controle.

Por que isto é assim? Já que a conformidade é uma resposta a pressões que são implícitas, a pessoa interpreta seu comportamento como voluntário. Ela não pode apontar uma razão legítima para ceder a seus semelhantes, então ela nega ter feito isso, não somente para o pesquisador mas também para ela mesma. Em obediência, o oposto é verdadeiro. A situação é explicada publicamente como destituída de voluntarismos, pois há um comando explícito que se espera que a pessoa cumpra. A pessoa aceita a definição comum da situação como uma explicação completa de sua ação.

Assim, os efeitos psicológicos da obediência e do conformismo são diferentes. Ambos são formas poderosas de influência social, e iremos verificar agora os seus papéis nessa experiência. (9)

Experiência 17: Dois cúmplices rebeldes

Dissemos que a revolta contra a autoridade má é causada mais pela ação coletiva do que individual. Esta é uma lição que todo o grupo revolucionário aprende, e ela pode ser demonstrada em laboratório com uma simples experiência. Já vimos anteriormente que há uma discrepância marcante entre os princípios morais da pessoa e seus desempenhos reais em laboratório. Apesar de seus protestos e do conflito óbvio

na aplicação de choques à vítima, um número substancial de pessoas é incapaz de desafiar a autoridade do pesquisador, e eles prosseguem aplicando os choques mais altos ordenados por ele.

Devemos agora examinar em que grau a influência do grupo pode libertar a pessoa do controle autoritário e permitir a ela agir numa direção adequada a seus valores e padrões individuais. A estratégia é reproduzir a experiência básica, mas com essa diferença: O professor é colocado entre duas pessoas semelhantes a ela que desafiam o pesquisador e recusam-se a punir a vítima contra a sua vontade. Em que grau a pressão criada por suas ações irá afetar o comportamento do professor?

TÉCNICA

Quatro pessoas chegam ao laboratório para tomar parte numa experiência sobre os "efeitos do aprendizado e punição coletivos na memória e no aprendizado". Três delas são cúmplices do pesquisador e a quarta é uma pessoa ingênua. O pesquisador explica que devem ser usados três Professores e um Aluno no estudo, e por meio de um sorteio simulado a pessoa ingênua é designada para a posição do Professor 3. Os papéis de Professor 1 e 2, e de Aluno são preenchidos pelos cúmplices. O Aluno é amarrado na cadeira elétrica e os três Professores sentam-se diante do gerador de choques. Ao Professor 1 é dada a ordem de ler a lista dos pares de palavras; o Professor 2 diz à pessoa se sua resposta é certa ou errada; e o Professor 3 (a pessoa ingênua) aplica a punição. Como na experiência básica, as pessoas são instruídas a aumentar o nível de choque progressivamente cada vez que o Aluno comete um erro.

O comportamento dos cúmplices. Os cúmplices cumpriram as ordens do pesquisador até o choque de 150 volts, o qual provocou o primeiro protesto veemente da vítima. Neste ponto o Professor 1 informa ao pesquisador que ele não deseja mais participar, por causa das reclamações do Aluno. O pesquisador insiste para que o Professor 1 continue. Entretanto, o Professor 1 não é dominado pelo comando do pesquisador, levanta-se da cadeira em frente ao gerador de choques e senta-se em outra parte da sala. Visto que os esforços do pesquisador em fazer com que a pessoa volte ao gerador fracassaram, ele dá instruções aos outros dois para continuarem com a experiência. O Professor 3 (a pessoa in-

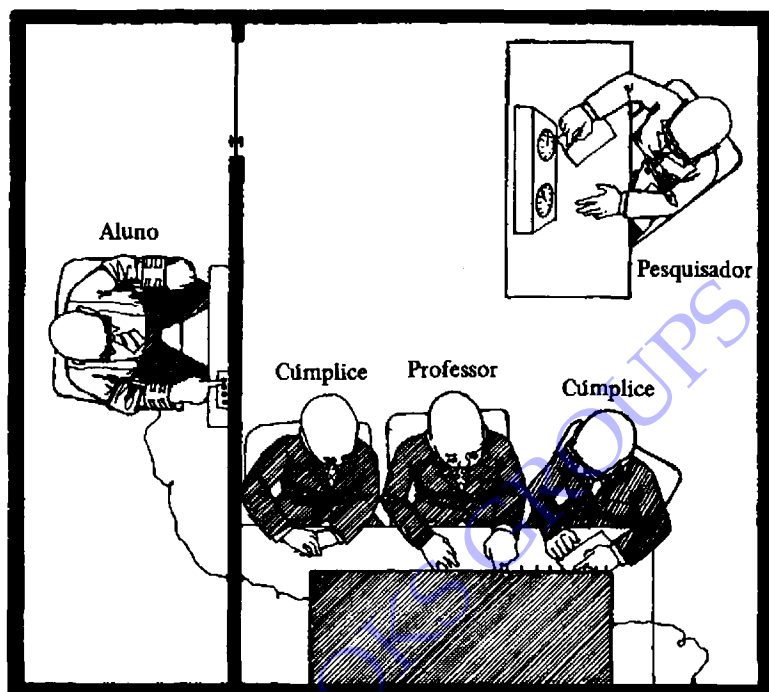



Fig. 18. *Dois cúmplices rebeldes.*

gênua) irá encarregar-se da leitura dos pares de palavras, além da sua tarefa regular de aplicação de choques elétricos no Aluno.

Após a aplicação do nível de choque 14 (210 volts), o Professor 2, mostrando-se preocupado com o Aluno, recusa-se a continuar. O pesquisador dá ordens para que ele continue mas ele também se levanta da cadeira em frente ao gerador e senta-se no canto oposto da sala, dizendo "Eu posso responder a qualquer uma das perguntas, mas não posso mais aplicar choques naquele homem contra a vontade dele. Eu não vou tomar parte nisso".

Nesse ponto a pessoa ingênua está sentada sozinha em frente ao gerador de choque. Ela testemunhou as ações desafiantes de dois semelhantes. O pesquisador dá a ordem para que ele continue, declarando que é essencial que a experiência seja completada.

Os resultados da experiência são mostrados na Tabela 5. *Nessa composição de grupos,* 36 das 40 pessoas desafiaram o pesquisador (en-

quanto o número correspondente na ausência de pressão do grupo é de 14). Os efeitos de insubordinação das pessoas são impressivos ao minarem a autoridade do pesquisador. De fato, dos registros das variações das experiências completadas nesse estudo, nenhum foi tão efetivo em destruir a autoridade do pesquisador quanto a manipulação descrita aqui.

Reações contra os cúmplices desafiantes. As reações das pessoas ingênuas contra os cúmplices desafiantes variaram consideravelmente e eram, em parte, dependentes do ponto exato onde o próprio professor desafiava o pesquisador. Uma pessoa que desistiu simultaneamente ao primeiro cúmplice, relatou: "Bem, eu já estava pensando em desistir quando o rapaz parou". Muitas pessoas desafiantes elogiaram os cúmplices com afirmações deste tipo: "Eu sabia que eles eram homens de bom caráter; sim, eu sabia. Quando a vítima disse Pare, eles pararam" (desistiu no nível de choque 11). "Eu acho que eles eram pessoas muito bondosas. . . e estavam totalmente desinformados do que havia guardado para eles" (desistiu no nível de choque 14).

Uma pessoa que desafiou o pesquisador no nível 21 qualificou sua aprovação: "Bem, eu acho que eles poderiam continuar um pouco mais, mas eu não os reprovo por terem parado naquela hora".

Quatro pessoas desafiantes reconheceram claramente a importância das ações dos cúmplices nas suas decisões de desobediência: "A idéia de parar não se encontrava na minha mente até que os outros dois a colocassem" (desistiu no nível de choque 14)". "A razão pela qual eu desisti foi que eu não desejava parecer insensível e cruel aos olhos dos outros dois homens que já haviam recusado continuarem com a experiência" (desistiu no nível 14). A maioria das pessoas que desafiaram, entretanto, negaram que a ação dos cúmplices tenham sido o fator crítico de suas decisões de desobedecer.

Um análise mais detalhada da situação experimental revela diversos fatores que contribuem para a eficácia do grupo:

1. Os cúmplices incutiram na pessoa a *idéia* de desafiar o pesquisador. Isto poderia não ter ocorrido como uma possibilidade para algumas pessoas.

2. A pessoa que atuou só nas experiências anteriores não tinha meios de saber se, ao desafiar o pesquisador estava se comportando de uma forma estranha ou se seu ato era uma ocorrência normal no labo-

Tabela 5. Choques máximos aplicados nas experiências em Grupo

Nível de Choque	Designação Verbal e Voltagem	Experiência 17: Dois cúmplices rebeldes (n = 40)	Experiência 18: Dois cúmplices aplicam choques (n = 40)
	Choque Fraco		
1	15		
2	30		
3	45		
4	60		
	Choque Moderado		
5	75		
6	90		
7	105	1	
8	120		
	Choque Forte		
9	135		
10	150	3	1
11	165	4	
12	180	1	1
	Choque Muito Forte		
13	195	4	
14	210	12	1
15	225		
16	240		
	Choque Intenso		
17	255		
18	270	4	
19	185		
20	300	2	
	Choque de Extrema Intensidade		
21	315	3	
22	330		
23	345		
24	360	1	
	Perigo Choque Violento		
25	375		
26	390	1	
27	405		
28	420		
	XXX		
29	435		
30	450	4	37
	Média de Choques Máximos	16,45	28,65*
	Percentagem de Pessoas Obedientes	10%	92,5%*

* *Ver o texto, à página, 138, para a compreensão destes valores.*

ratório. Os dois exemplos de desobediência que ele presencia sugerem que o desafio é uma reação normal nessa situação.

3. As reações dos cúmplices desobedientes definem o ato de aplicar choques à vítima como impróprio. Eles fornecem a confirmação social para que a pessoa suspeite de que é errado punir um homem contra a sua vontade, mesmo no contexto de uma experiência psicológica.

4. Os cúmplices desobedientes permanecem no laboratório mesmo depois de se retirarem da experiência (eles concordaram em responder perguntas pós-experimentais). Então cada choque adicional aplicado pela pessoa ingênua levava com ele a desaprovação social dos dois cúmplices.

5. Visto que os dois cúmplices participaram dos procedimentos da experiência, há uma dispersão da responsabilidade entre os membros do grupo na aplicação dos choques. Quando os cúmplices retiram-se, a responsabilidade torna-se focalizada exclusivamente na pessoa ingênua.

6. A pessoa ingênua é testemunha de dois momentos de desobediência e observa que as *conseqüências* do desafio ao pesquisador são mínimas.

7. O poder do pesquisador pode ser diminuído pelo simples fato de falhar na manutenção dos dois cúmplices em atividade de acordo com a regra geral de que toda a falha da autoridade em obter obediência aos seus comandos enfraquece o poder da autoridade (Homans, 1961).

O fato de que grupos minam tão efetivamente o poder do pesquisador nos lembra que os indivíduos agem dessa forma por três razões principais: carregam certos padrões interiorizados de comportamento; são sensivelmente suscetíveis às ações potencialmente aplicáveis a eles pelo grupo. Quando um indivíduo deseja colocar-se em oposição a uma autoridade, ele faz tudo para encontrar um suporte para a sua posição a partir dos outros de seu grupo. O suporte mútuo fornecido pelos homens para cada um deles é a defesa mais forte que temos contra o excesso de autoridade. (Não que o grupo esteja sempre no lado certo da questão. Multidões de linchadores e grupos de arruaceiros predatórios nos fazem lembrar que os grupos podem também ser maldosos nas influências que exercem.)

Experiência 18: Uma cúmplice aplica choques

A autoridade não ignora a utilidade dos grupos e comumente pro-

cura empregá-los de forma a facilitar a submissão. Uma variação simples da experiência demonstra esta possibilidade. Qualquer força ou evento que seja colocado entre a pessoa e as conseqüências da aplicação de choques à vítima, qualquer fator que vá criar uma distância entre a pessoa e a vítima, irá resultar numa redução da tensão do participante e, dessa forma, irá diminuir a desobediência. Na sociedade moderna, outras pessoas constantemente colocam-se entre nós e o ato destrutivo final para o qual contribuímos.

De fato, é típico da burocracia moderna, mesmo quando projetada com propósitos destrutivos, que a maioria das pessoas envolvidas na organização não realiza diretamente qualquer ação destrutiva. Elas lidam com papéis ou carregam munição ou fazem qualquer outra coisa que embora contribuam para o efeito destrutivo final são pequenos para os olhos e mentes dos funcionários.

Para examinar esse fenômeno no Laboratório, realizamos uma variação na qual o ato de aplicação de choques à vítima foi retirado da pessoa ingênua e colocado nas mãos de outro participante (um cúmplice). A pessoa ingênua realiza atos auxiliares que, embora contribuam para o progresso geral da experiência, livram-no do ato de acionar a alavanca do gerador de choques.

E o novo papel da pessoa é fácil de sustentar. A Tabela 5 mostra a distribuição de pontos de desistência para 40 pessoas. Somente 340 recusaram-se a participar da experiência até o final. Eles são acessórios na ação de aplicar choques, mas não estão implicados psicologicamente nela ao ponto de sentirem tensão e obedecerem.

Qualque diretor de um sistema burocrático destrutivo pode dispor seus funcionários de forma somente os mais insensíveis e obtusos sejam envolvidos diretamente com a violência. A maior parte dos funcionários pode-se constituir de homens e mulheres que, por razão de suas distâncias dos atos reais de brutalidade, irão sentir pouca tensão na realização de funções de apoio. Eles irão se sentir duplamente isentos de responsabilidade. Primeiro porque a autoridade legítima forneceu garantia total para suas ações. Segundo por eles não realizaram por si mesmos qualquer ato de brutalidade física.

10
Por que a Obediência? - Uma Análise

JÁ VIMOS VÁRIAS centenas de participantes na experiência sobre obediência, e testemunhamos um grau perturbador de obediência às ordens. Com fantástica regularidade, pessoas de boa índole eram vistas submetendo-se às ordens da autoridade e realizando atos insensíveis e rudes. Homens que na vida cotidiana são responsáveis e decentes eram seduzidos pela astúcia da autoridade, pelo controle de suas percepções e pela aceitação sem críticas da definição do pesquisador sobre a situação, realizando atos cruéis.

Devemos tentar ver o fenômeno em seu aspecto teórico e indagar mais profundamente sobre as causas da obediência. Submissão à autoridade é uma condição poderosa e prepotente no homem. Por que isto é assim?

O Valor da Sobrevivência da Hierarquia

Vamos iniciar nossa análise afirmando que os homens não são solitários, mas vivem em estruturas hierárquicas. Em pássaros, anfíbios e mamíferos encontramos estruturas dominantes (Tinbergen, 1953; Marler, 1967), e em seres humanos, encontramos estruturas de autoridade representadas por símbolos mais do que por força física. A formação de grupos hierarquicamente organizados confere uma enorme vantagem àqueles organizados para fazer frente a perigos no meio, ameaças existentes pela competição entre espécies e pela ruptura potencial interior. A vantagem de um milícia disciplinada sobre uma multidão tumultuada reside precisamente na capacidade organizadora e coordenadora da unidade militar acionada contra indivíduos que agem sem direção ou estrutura.

Uma tendência evolucionária está subentendida neste ponto de vista; o comportamento, como qualquer outra característica do homem, tem sido moldado através das sucessivas gerações pelas experiências da sobrevivência. Os comportamentos que não intensificam as chances de sobrevivência retirados foram sucessivamente dos organismos por levarem a uma eventual extinção dos grupos que os mantinham. Uma tribo na qual alguns membros eram guerreiros, enquanto outros tomavam conta das crianças e outros ainda eram caçadores, tinha uma enorme vantagem sobre outra tribo na qual não havia divisão do trabalho. Atentando para as civilizações que os homens tem construído, concluímos que somente as ações dirigidas e combinadas poderiam ter construído as pirâmides, formado as sociedades da Grécia e elevado o homem de uma criatura insignificante, que lutava pela sobrevivência, a um dominador técnico do planeta.

As vantagens da organização social não provêm somente do exterior, visando objetivos externos, mas também do interior, conferindo estabilidade e harmonia às relações entre os membros do grupo. Ao definirmos claramente o *status* de cada membro, reduzimos o atrito a um mínimo. Quando uma alcatéia traz sua presa, por exemplo, o lobo dominante desfruta dos primeiros privilégios, seguido pelo próximo dominante, e assim por diante. O reconhecimento de cada membro do seu lugar dentro da hierarquia dá estabilidade ao grupo. O mesmo acontece com grupos humanos: a harmonia interna é assegurada quando todos os membros aceitam o *status* designado para eles. Desafios à hierarquia, por outro lado, freqüentemente provocam violência. Assim, uma organização social estável tanto intensifica a habilidade do grupo no trato com o meio quanto reduz a violência interna ao controlar os relacionamentos do grupo.

Um potencial para a obediência é o pré-requisito de tal organização social, e por motivo da organização ter um enorme valor para a sobrevivência de qualquer espécie, tal capacidade desenvolveu-se no organismo através da operação prolongada dos processos evolutivos. Eu não pretendo fazer disso o ponto final do meu argumento, mas sim o início, pois não teremos chegado a qualquer lugar se tudo que pudermos dizer é que os homens obedecem por causa do seu instinto para isso.

De fato, o que é proposto agora não é a idéia de um simples instinto da obediência. Mais exatamente, nós já nascemos com um *potencial* de obediência, o qual interage com a influência das sociedades, assim produzindo o homem obediente. Nesse sentido, a capacidade de

obediência é como a capacidade de linguagem: certas estruturas mentais altamente específicas devem estar presentes para que o organismo possua potencial de linguagem, mas é necessário que haja uma exposição do mesmo a um meio social para a criação de um homem que fala. Ao explicar as causas da obediência, precisamos considerar tanto as estruturas interiores como as influências sociais impingidas após o nascimento. A proporção de influência exercida por cada um é um ponto discutível. Do ponto de vista da sobrevivência evolutiva, tudo que importa é que chegamos a organismos que podem funcionar em hierarquias.

O Ponto de Vista Cibernético

Acredito que encontraremos um entendimento claro ao considerarmos o problema sob um ponto de vista um pouco diferente – isto é, o da cibernética. O salto da evolução para a cibernética pode parecer à primeira vista arbitrário, mas aqueles que acompanham o desenvolvimento científico atual sabem que a interpretação dos processos evolutivos sob um ponto de vista cibernético tem avançado brilhantemente nos últimos anos (Ashby, 1956; Wiener, 1950). A cibernética é a ciência da regulação e do controle, e a questão relevante é: *Que mudanças devem ocorrer na estrutura de um organismo em desenvolvimento quando este desloca-se de uma capacidade de funcionamento autônomo para uma capacidade de funcionamento numa organização?* Através da análise tornam-se aparentes certos requisitos mínimos necessários para essa mudança. Embora esses princípios um tanto gerais pareçam estar fora do comportamento dos participantes da experiência, estou convencido de que eles estão realmente na raiz do comportamento em questão. Pois a questão principal em qualquer teoria científica sobre obediência é: Que mudanças ocorrem quando o indivíduo que age autonomamente está encaixado numa estrutura social onde ele funciona como um componente de um sistema, e não por si mesmo? A teoria cibernética, ao oferecer-nos um modelo, pode nos alertar para as mudanças que logicamente *devem* ocorrer quando entidades independentes são levadas a um funcionamento hierarquizado. Desde que os seres humanos participam de tais sistemas, eles devem estar sujeitos a essas regras gerais.

Iniciamos com a especificação de um modelo para uma criatura simplificada, ou autômato. Perguntaremos: Que modificações são neces-

sárias nesse modelo se desejamos mudá-lo de controle próprio para funcionamento hierárquico? Nós iremos tratar o problema não de um modo histórico, mas sim puramente formal.

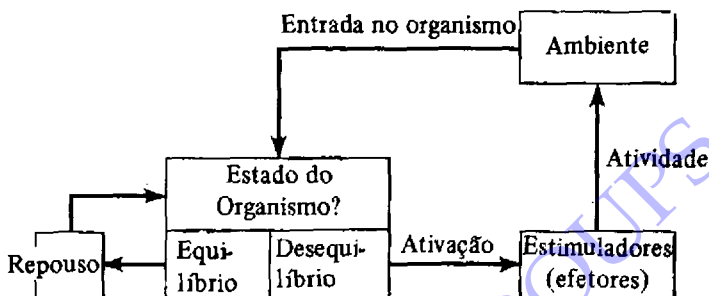



Fig. 19. *Modelo homeostático simples.*

Consideremos um grupo de autômatos, *a*, *b*, *c*, e assim por diante, cada um projetado para funcionar isoladamente. Cada autômato é caracterizado como um sistema aberto, que necessita de entradas do meio ambiente para manter seus estados internos. A necessidade de entradas do meio (por exemplo, alimentação) requer instrumentos de pesquisa, ingestão, e conversão de parte do meio em formas nutritivas utilizáveis. As ações são iniciadas via efetivadores disparados quando as condições internas sinalizam uma deficiência que ameaça os estados vitais do autômato. O sinal ativa procedimentos de pesquisa das entradas nutritivas que restauram o sistema a um estado de funcionamento viável. O modelo homeostático de Cannon (1932) indica a onipresença de tais sistemas de restauração do estado nos organismos com vida.

Os autômatos agora habitam separadamente como onívoros de regulação própria. Para reuni-los, mesmo de uma forma primitiva e indistinta de organização social, devemos adicionar alguma coisa ao modelo que projetamos. Devemos colocar um obstáculo na expressão desregulada dos apetites individuais, pois a não ser que isso seja feito, o resultado será a destruição mútua dos autômatos. Isto é, outros autômatos irão ser simplesmente tratados como partes do meio e destruídos ou utilizados como seus valores nutritivos. Portanto, uma nova característica deve ser adicionada ao modelo: Um inibidor que impeça os autômatos de agirem contra eles mesmos. Com a adição desse inibidor estes au-

tômatos serão capazes de ocupar a mesma área geográfica sem perigo de destruição mútua. Quanto maior o grau de dependência mútua entre os autômatos, mais amplo precisam ser o alcance e a eficiência desses mecanismos.

Mais comumente, quando a ação é iniciada por tensões originadas no interior do indivíduo, alguns mecanismos internos a ele devem iniciar esta expressão, pelo menos para evitar que seja dirigida contra membros da família da espécie em questão. Se tal mecanismo de inibição não se desenvolver, a espécie extingue-se, e os processos evolutivos devem aparecer com um novo modelo compatível com a sobrevivência. Como Ashby (1956) nos lembra:

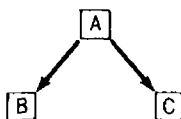
Os organismos que vemos hoje são profundamente marcados pela ação seletiva de um atrito de dois bilhões de anos. Toda forma que é de algum modo deficiente em seu poder de sobrevivência foi eliminada; e hoje as características de quase todas as formas sustentam as marcas de adaptação para a garantia da sobrevivência mais do que qualquer outra conseqüência possível. Os olhos, raízes, cílios, conchas e cargas são modos de maximizar a chance de sobrevivência. E quando estudamos o cérebro estamos também estudando um meio de sobrevivência (pág. 196).

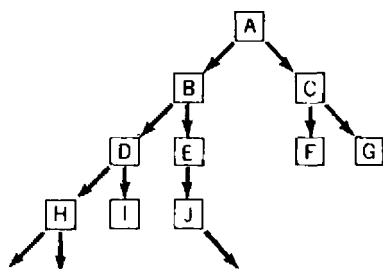
Há alguma coisa nos seres humanos que corresponda aos mecanismos inibidores necessários a essa análise? A questão é retórica, pois sabemos que o impulso que satisfaz os instintos destrutivos a outros é controlado por uma parte da nossa natureza. Consciência ou superego são os termos usados para referir-se a este sistema inibidor, e sua função é controlar a expresssão descontroladora dos impulsos que têm suas origens no sistema *emocional* da pessoa. Se nossos autômatos começarem a adquirir algumas das propriedades e estruturas presentes nos seres humanos, não é porque estes forneceram o modelo, mas sim porque apareceram problemas paralelos de projeto na construção de qualquer sistema no qual os organismos membros sustentam a si próprios através de entradas do meio e não pela destruição da sua própria raça.

A presença da consciência no homem, portanto, pode ser vista como um caso especial do princípio mais geral de que qualquer autômato de regulação própria deve ter um inibidor para controlar suas ações con-

tra a sua própria raça, pois, sem tal inibição, diversos autômatos não podem ocupar um território comum. O inibidor filtra ou controla as ações que têm suas origens nos desequilíbrios internos do autômato. No caso do organismo humano – se pudermos empregar terminologia psicanalítica – ímpetos instintivos tendo a sua origem no ID não são imediatamente canalizados para a ação, mas são sujeitos aos controles inibidores do superego. Notamos que a maioria dos homens, como cidadãos, não machucariam, aleijariam, ou matariam outros no curso normal da vida.

Estruturação Hierárquica

Os autômatos agora agem individualmente, limitados somente pela inibição em prejudicar sua própria raça. O que irá acontecer quando tentarmos organizar vários autômatos de forma a que eles funcionem juntos? A junção dos elementos para ação numa forma combinada pode ser melhor alcançada ao criarmos uma fonte externa de cooperação para dois ou mais elementos. O controle origina-se num ponto emissor para cada um dos autômatos.

Contudo podemos atingir mecanismos sociais mais poderosos ao fazermos com que cada elemento subordinado sirva como um superior para elementos de um nível inferior.

O diagrama da organização hierárquica passa a assumir a forma típica de uma pirâmide. Mesmo assim, esta organização não pode ser atingida pelos autômatos como os descrevemos. A estrutura interna de cada elemento deve ser alterada. O controle a nível de cada elemento local

deve ser deixada de lado em favor do controle de um ponto superior. *Os mecanismos inibidores, que são vitais quando os elementos individuais funcionam por si mesmo, tornam-se secundários ante a necessidade de ceder o controle ao componente coordenador.*

Mais comumente, sempre que elementos que funcionam autonomamente são introduzidos em sistemas de coordenação hierárquica, necessitam-se de mudanças na estrutura interna dos elementos. Essas mudanças constituem as exigências do sistema, e elas invariavelmente ocasionam alguma supressão do controle local por interesse da coerência do sistema. A coerência do sistema é alcançada quando todas as partes dele funcionam em harmonia e não quando há desentendimentos.

De um ponto de vista evolutivo, cada elemento que funciona *autonomamente* deve ser regulado contra a atividade irrefreada dos apetites, da qual o elemento individual é o principal beneficiário. O superego, a consciência ou algum mecanismo similar que lança os ideais morais contra a expressão incontrolada dos impulsos preencher esta função. Contudo, na forma organizacional, é crucial para a operação do sistema que esses mecanismos inibidores não entrem em conflito significativo com as instruções de componentes de um nível superior. Portanto, quando o indivíduo está trabalhando *por si só*, a consciência é colocada em funcionamento. Mas quando ele funciona numa forma organizada as instruções que se originam do componente de um nível superior não são dirigidas contra os padrões internos do julgamento moral. Somente os impulsos gerados no indivíduo, na forma autônoma, são assim controlados e regulados.

A hierarquia é formada por módulos, cada um consistindo de um chefe com seus seguidores (por exemplo A, B, C). Cada seguidor, por sua vez, pode ser superior aos outros abaixo dele (por exemplo B, D, E), sendo toda estrutura construída de tais unidades interligadas. A psicolo-

gia da obediência não depende do posicionamento do módulo dentro de uma hierarquia maior: as adaptações psicológicas de um general Wehrmacht obediente a Adolf Hitler iguala-se àquelas do soldado de infantaria ao seu superior, e mais para diante, a todo o sistema. Somente a psicologia do líder supremo exige uma série de princípios explicativos.

Variabilidade

Nós precisamos agora esclarecer um ponto que está implícito no assunto isto é, o relacionamento da variabilidade com a necessidade de uma modificação geral. Onde a inconstância estiver presente, a estruturação eficiente em sistemas maiores só pode ocorrer ao ceder o controle local a um componente coordenador. Se não, o sistema maior será menos eficiente que uma unidade média individual.

Considere uma série de entidades idênticas que podem funcionar por si próprias, digamos uma série de cinco vagões que possuem mecanismos de controle os quais freiam cada vagão precisamente em 80km por hora. Desde que não haja inconstância entre as unidades individuais, quando eles estiverem engatadas para formar um trem de cinco carros, este pode se mover a 80km por hora. Considere agora que seja introduzida a variabilidade, e que os controles automáticos dos freios funcionem para os cinco carros em 16, 32, 48, 64 e 80km por hora, respectivamente. Se os carros estão formados num sistema superior o trem como um todo não pode se mover mais rápido do que a unidade mais vagarosa.

Se uma organização social consistir de indivíduos cujos julgamentos num curso de ação variam, a coerência só será garantida considerando-se o menor denominador comum. Este é o sistema menos eficiente possível e pouco provável de beneficiar seus membros. Assim a supressão do controle ao nível da unidade local e a concessão do mesmo a componentes num nível superior torna-se mais importante quando a variabilidade aumenta. A inconstância, como os teóricos evolucionistas nos têm dito, é de enorme valor biológico. E é visivelmente uma característica da espécie humana. Já que as pessoas não são iguais, de forma a tirarem benefício da estrutura hierárquica, é preciso a realização de uma rápida supressão do controle local no ponto em que elas ingressam numa hierarquia, de forma a que a unidade menos eficiente não determine a operação do sistema como um todo.

É instrutivo listar alguns sistemas que funcionam por supressão do controle local: pilotos cedem o controle ao controlador de vôo ao se aproximarem do aeroporto, de forma que as unidades sejam colocadas num sistema coordenado de aterrissagem; unidades militares cedem o controle a autoridades de um grau superior para assegurarem a unidade de ação. Quando os indivíduos ingressam numa condição de controle hierárquico, é suprimido o mecanismo regulador dos impulsos individuais para o estabelecimento de um componente de nível superior. Freud (1921), sem referência às implicações gerais de sistemas de sua afirmação, descreveu claramente este mecanismo: " . . . o indivíduo abandona seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo personalizado no líder" (pág. 78. Psicologia de Grupo). A razão básica pela qual isso ocorre não se origina nas necessidades individuais, mas em necessidades da organização. As estruturas hierárquicas só podem funcionar se possuírem a qualidade de coerência, e a coerência só pode ser alcançada pels supressão do controle a nível local.

Aqui está um resumo do assunto: (1) a vida social organizada oferece benefícios de sobrevivência aos indivíduos que dela participam, e também para o grupo; (2) qualquer característica comportamentais ou psicológicas que sejam necessária para produzir a capacidade de uma vida social *organizada* têm sido moldada por forças de evolução; (3) do ponto de vista cibernético, a necessidade mais geral ao se colocar um autômato de regulação própria em uma hierarquia coordenada é a de suprimir seu perfeito controle individual em favor do controle por componentes de um nível superior; (4) mais comumente, as hierarquias só funcionam quando ocorrem modificações internas nos elementos que as compõem; (5) as hierarquias funcionais na vida social são caracterizadas por cada um desses aspectos, e (6) o indivíduo que ingressa nessa hierarquia é, por necessidade, modificado em seu funcionamento.

Esta análise é de importância por uma razão: ela nos alerta para as mudanças que devem ocorrer quando uma unidade de funcionamento independente tornar-se parte de um sistema. Essa transformação corresponde precisamente ao dilema central de nossa experiência: como uma pessoa que é normalmente de boa índole, amável, age com severidade contra outra pessoa durante a experiência? Ele age assim porque a consciência, que regula a ação de impulso agressivo, é por força reduzida no ponto de entrada na estrutura hierárquica.

A Mudança de Agente

Concluímos que é necessária uma modificação interna no funcionamento de qualquer elemento que pode funcionar com sucesso numa hierarquia, e que no caso de autômatos de regulação própria ela implica na supressão do controle local em favor do controle por um componente de nível superior. O modelo de autômato, se o objetivo for a correspondência com as funções humanas, deve ser suficientemente flexível para permitir duas formas de operação: a da orientação própria (ou forma autônoma), quando ele funciona por ele mesmo e pela satisfação de suas necessidades internas, e da forma geral, quando o autômato está integrado numa estrutura organizacional maior. O seu comportamento irá depender de qual de dois estados estiver presente.

As organizações sociais e os indivíduos que participam delas, não estão isentos das exigências da integração do sistema. O que corresponde na experiência humana à transição da forma autômato para a geral, e quais são as suas conseqüências especificamente em termos humanos? Para responder a pergunta devemos passar de um nível de debate para um exame detido da pessoa quando ela muda para uma posição funcional numa hierarquia social.

Onde podemos encontrar na pessoa humana a chave que controla a transição da forma autômato para a geral? Nada menos que no caso do autômato, há certamente uma alteração no funcionamento interno da pessoa, e essa, sem dúvida, reduz-se a modificações dos padrões de funcionamento do cérebro. Inibidores e desinibidores químicos alteram a probabilidade de certos caminhos e seqüências usadas no cérebro. Mas está totalmente além de nossas habilidades técnicas a especificação desse evento a nível químico-neurológico. Entretanto, existe uma expressão fenomenológica dessa mudança à qual temos acesso. A mudança crítica no funcionamento é refletida na operação da atitude. Especificamente, a pessoa ao ingressar num sistema autoritário não se vê mais agindo a partir dos seus objetivos próprios e sim como agente de execução dos desejos de outra pessoa. Uma vez que o indivíduo imagina a sua ação nesse sentido, ocorrem alterações profundas em seu comportamento e no seu funcionamento interno. Essas são tão pronunciadas que se pode dizer que essa atitude modificada coloca o indivíduo num estado diferente daquele que ele estava antes de sua integração na hierarquia. Irei chamar a esse estado de *estado de agente*, que significa a

INDEX BOOKS GROUPS

condição na qual a pessoa se encontra quando se vê assim como agente de realização dos desejos de outra pessoa. Essa expressão será usada em oposição à da *autonomia* — isto é, quando a pessoa vê a si mesma como agindo por conta própria.

O estado de agente é a atitude principal da qual provém o comportamento observado. O estado de agente é mais que uma carga terminológica imposta ao leitor; ela é a base de nossa análise. Se for útil, acharemos que as observações do laboratório irão permanecer unidas quando ligadas por ela. Se ela for supérflua, acharemos que ela não adiciona qualquer coisa à coerência de nossas descobertas. Para esclarecer, vamos definir novamente o que significa estado de agente. Ele pode ser definido do ponto de vista tanto cibernético quanto fenomenológico.

Do ponto de vista da análise cibernética, o estado de agente ocorre quando uma entidade de controle próprio é modificado internamente de forma a possibilitar seu funcionamento num sistema de controle hierárquico.

De um ponto de vista subjetivo, uma pessoa se encontra no estado de agente quando se define numa posição social de forma a se entregar abertamente ao controle de uma pessoa com um *status* superior. Nessa condição, o indivíduo não vê mais a si mesmo como responsável por suas ações mas define-se como um instrumento de realização dos desejos de outras pessoas.

Um elemento de livre escolha determina se a pessoa define-se ou não dessa forma, mas dada a presença de certos lenitivos críticos, a propensão de que isso aconteça é execessivamente grande, e a mudança não é livremente reversível.

Visto que o estado de agente é em grande parte um estado de ânimo, alguns irão dizer que esta mudança de atitude não é uma alteração real no estado da pessoa. Eu diria, entretanto, que essas modificações nos indivíduos são precisamente equivalentes àquelas alterações maiores no sistema lógico dos autômatos considerados anteriormente. É claro que não temos chaves em nossos corpos, e as modificações são lentamente realizadas, mas isso não as tornam menos reais.

11
O Processo da Obediência: Aplicando a Análise à Experiência

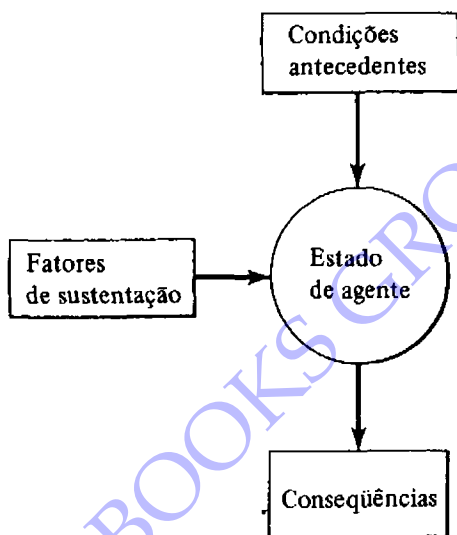
AGORA QUE o estado de agente está no centro de nossa análise (O diagrama está na página do lado.), surgem certas perguntas fundamentais. Primeiramente, sob quais condições irá uma pessoa passar do estado autônomo para o de agente? (condições antecedentes). Em segundo lugar, uma vez ocorrida a mudança, que propriedades comportamentais e psicológicas da pessoa são alteradas? (conseqüências). Por último, o que mantém uma pessoa no estado de agente? (fatores de sustentação). Aqui fazemos uma distinção entre as condições que produzem a entrada no estado e aquelas que o mantém. Vamos considerar o processo em detalhe.

Condições Antecedentes da Obediência

Primeiramente precisamos considerar as forças que agiram na pessoa antes de ela se tornar participante da experiência, forças que formaram sua orientação básica para a vida social e estabeleceram a base para a obediência.

Família

A pessoa desenvolveu-se no meio de estruturas autoritárias. Em seus primeiros anos ela foi exposta aos regulamentos dos pais, quando

foi incutido a ela um senso de respeito à autoridade do adulto. As imposições dos pais são também a fonte de obrigações morais. Contudo, quando um pai dá instruções a uma criança para esta seguir uma imposição moral, ele está, de fato, fazendo duas coisas. Primeiramente, ele

apresenta um conteúdo ético específico a ser seguido. Em segundo treina a criança a aceitar as imposições autoritárias. Assim, quando um dos pais diz, "não bata em crianças menores que você", ele estipula não uma, mas duas ordens. A primeira diz respeito à maneira como o receptor da ordem deve tratar uma criança menor (o modelo daqueles que são indefesos e inocentes); o segundo imperativo, é "e obedeça-me"! Assim, a própria origem de nossos ideais morais *é inseparável* das imposições de uma atitude obediente. Além disso, a exigência de obediência permanece como único elemento consistente entre uma variedade de ordens específicas, e assim tende a adquirir uma força prepotente em relação a qualquer conteúdo moral determinado.

Ambiente Institucional

Assim que a criança liberta-se do casulo da família, é transferida para um *sistema institucional de autoridade:* a escola. Nela, a criança não faz apenas um curso, mas aprende também como se comportar numa estrutura organizada. Suas ações são, num grau significativo, reguladas por seus professores, mas ela pode perceber que eles algumas vezes são sujeitos à disciplinas e às exigências de um diretor. O estudante observa que a arrogância não é aceita passivamente pela autoridade, mas sim severamente repreendida, e que o respeito é a única resposta apropriada e confortável à autoridade.

Os primeiros vinte anos da vida do jovem são gastos com ele comportando-se como um elemento subordinado num sistema autoritário e após deixar a escola, o jovem do sexo masculino entra ou num emprego civil ou no serviço militar. No trabalho, ele aprende que embora seja permitida a expressão de uma divergência um pouco discreta, é preciso uma postura básica de submissão para um relacionamento harmonioso com seus superiores. Não obstante, o percentual de liberdade permitido ao indivíduo, a situação é definida de forma que ele deva realizar um trabalho determinado por outra pessoa.

Embora as estruturas autoritárias estejam por necessidade presentes em todas as sociedades, avançadas ou primitivas, a sociedade moderna tem a característica adicional de ensinar os indivíduos a reagirem às autoridades *impessoais.* Uma vez que a submissão à autoridade encontra-se tanto em escalões superiores como nos inferiores, a série de pessoas que compõem a estrutura autoritária para o cidadão são todas conhecidas dele, enquanto o mundo industrial moderno força o indivíduo a submeter-se a autoridades impessoais, de forma que as respostas são dadas para algo abstrato, indicado por uma insígnia, uniforme ou título.

Recompensas

Por toda a experiência sobre autoridade, há um confronto contínuo com uma estrutura de recompensa, de forma que a submissão à autoridade seja comumente recompensada, enquanto que na omissão a

essa submissão seriam aplicadas algumas punições. Embora existam muitas formas de recompensa a submissão, a mais engenhosa é a seguinte: o indivíduo é colocado num lugar adequado na hierarquia. Assim, simultaneamente, a pessoa é motivada e perpetua a estrutura. Esta forma de recompensa, "promoção", possui uma profunda gratificação emocional para o indivíduo, mas sua característica especial é o fato de assegurar a continuidade do modelo hierárquico.

O resultado desta experiência é a *interiorização da ordem social* – isto é, a aceitação da série de axiomas pelos quais é conduzida a vida social. O axioma principal é: Faça o que o homem no poder diz. Assim como interiorizamos as regras gramaticais e podemos assim entender e produzir novas sentenças, aceitamos regras axiomáticas da vida social, o que nos permite satisfazer exigências sociais em situações novas. Em qualquer hierarquia de regras, a que exige submissão à autoridade assume uma posição superior.

Entre as condições *antecedentes*, por conseguinte, está a experiência familiar do indivíduo, o ambiente social geral formado por sistemas impessoais de autoridade e a longa experiência com uma estrutura de recompensa na qual a submissão à autoridade é recompensada e a sua negação punida. Embora sem dúvida fornecendo a formação contra a qual os hábitos de conduta da pessoa que veio à nossa experiência foram formados, essas condições estão além do controle da experimentação e não fazem iniciar imediatamente o deslocamento para o estado de agente. Vamos agora mudar para os fatores mais imediatos. Numa situação específica que leva ao estado de agente.

Condições Antecedentes Imediatas

Percepção da Autoridade. A primeira condição necessária para a transformação para o estado de agente é a percepção de uma autoridade legítima. De um ponto de vista psicológico, a autoridade significa a pessoa que é observada numa posição de controle social numa dada situação. A autoridade é observada contextualmente e não transcende necessariamente a situação na qual se encontra. Por exemplo, se o pesquisador se encontrar com o professor na rua, ele não iria exercer qualquer influência sobre este. A autoridade de um piloto sobre seus passageiros

não vai além da aeronave. A autoridade é mantida normativamente: há uma expectativa compartilhada pelas pessoas de que certas situações tenham comumente um aspecto socialmente controlável. A autoridade não precisa possuir alto *status* no sentido de "prestígio". Por exemplo: um lanterninha do cinema é uma fonte de controle social à qual comumente nos submetemos voluntariamente. O poder da autoridade não se origina das características pessoais, mas da percepção de sua posição numa estrutura social.

A questão de como a autoridade se comunica parece, a princípio, não exigir uma resposta especial. Nós invariavelmente parecemos *saber* quem está no comando. Podemos, contudo, examinar o comportamento no laboratório para tentarmos dissecar um pouco o processo.

Primeiramente, a pessoa ingressa na situação com a expectativa de que *alguém* estará no comando. Assim, o pesquisador, após apresentar-se, preenche o espaço sentido pela pessoa. Desta forma, o pesquisador não precisa afirmar sua autoridade, mas simplesmente identificá-la. Ele faz isso através de observações introdutórias e desde que esse ritual de definição própria esteja em perfeita harmonia com a expectativa da pessoa de encontrar um homem no comando, ele não será desafiado. Um fator de sustentação é a confiança e o "ar de autoridade" exibido pelo pesquisador. Assim com quando um criado possui um comportamento *diferencial,* seu patrão logo deixa transparecer uma presença de comando que transmite sutilmente seu *status* dominante da situação.

Em segundo lugar, são geralmente usadas marcas externas para dar significado à autoridade numa determinada situação. Nosso pesquisador usava um jaleco cinza, o que o ligava ao laboratório. Os uniformes da polícia, dos militares e de outros serviços públicos são os símbolos mais visíveis da autoridade. Em terceiro lugar, a pessoa nota a ausência de autoridades competentes. (Ninguém mais reclama o comando e isso ajuda a confirmação da suposição de que o pesquisador é o homem certo.) Em quarto lugar, há uma ausência de fatos visivelmente anormais (por exemplo: uma criança de cinco anos dizendo-se cientista).

É a aparência da autoridade, não a autoridade em sim, que a pessoa reage. A não ser que apareça alguma informação contraditória ou algum fato anormal, a designação própria da autoridade é quase sempre suficiente.

Entrada no Sistema Autoritário. Uma segunda condição que oca-

siona o deslocamento para o estado de agente é o ato de se definir a pessoa como parte do sistema autoritário em questão. Não é o bastante a percepção da autoridade; ela deve ser uma autoridade relevante para nós. Assim, se assistirmos a uma parada, e ouvirmos um coronel gritando "olhar à esquerda", nós não olharemos à esquerda, pois não fomos definidos como subordinados a seu comando. Sempre há uma transição do momento que estamos fora de um sistema autoritário para aquele em que estamos dentro dele. Os sistemas autoritários são freqüentemente limitados por um contexto psicológico e muitas vezes submetemos à influência de uma autoridade quando ultrapassamos o limiar físico do seu domínio. O fato de a experiência ser realizada no laboratório tem muita relação com o grau de obediência exigido. Há um sentimento de que o pesquisador "possui" o espaço e que a pessoa deve conduzir-se convenientemente, como um convidado na casa de alguém. Se a experiência fosse realizada fora do laboratório, a obediência iria diminuir bruscamente.[13]

Ainda mais importante para a presente experiência é o fato de que a entrada no domínio autoritário do pesquisador é voluntária, realizada pela livre vontade dos participantes. A conseqüência psicológica da entrada voluntária é que esta cria um senso de compromisso e obrigação que irá subseqüentemente agir como se estivesse ligando a pessoa ao seu papel.

Se as pessoas fossem forçadas a participar da experiência, iriam submeter-se à autoridade, mas os mecanismos psicológicos seriam bem diferentes do que temos observado. Geralmente, e sempre que possível, a sociedade tenta criar um sentido de entrada voluntária em suas várias instituições. Ao ingressarem no serviço militar, os recrutas fazem um juramento de lealdade, e há uma preferência maior pelos voluntários do que pelos convocados. Embora as pessoas se submetam a uma fonte de controle social sob coerção (como quando uma arma é apontada para elas), a natureza da obediência sob tais circunstâncias é limitada à vigilância direta. Quando o dono da arma vai embora, ou quando sua capacidade de ameaça é eliminada, a obediência a uma autoridade legítima, as sanções principais devido à desobediência vêm de dentro da pessoa. Elas não são dependentes da coerção, mas originam-se do senso de compromisso do indivíduo com seu papel. Nesse sentido, *há uma base interior para a sua obediência e não somente uma base externa.*

Combinação do Comando com a Função de Autoridade. A autoridade é a fonte de controle social observada num contexto específico. O contexto define o alcance dos comandos considerados apropriados à autoridade em questão. Deve haver em geral alguma ligação inteligível entre a função da pessoa que controla e a natureza dos comandos por ela emitidos. A conexão não precisa ser muito acentuada mas simplesmente fazer sentido de uma forma mais geral. Assim, numa situação militar um capitão pode dar ordens a um subordinado para que ele realize uma ação altamente perigosa, mas ele não pode ordenar a esse subordinado abraçar sua namorada. Em um caso, a ordem é ligada logicamente a função geral do militar, e no outro caso não é[14].

Na experiência sobre obediência, a pessoa age em um contexto de experiência sobre aprendizagem e vê os comandos do pesquisador significativamente coordenados com o seu papel. No contexto do laboratório, tais ordens são consideradas apropriadas de uma forma geral, contudo algumas pessoas não aceitam desenvolvimento específicos que ocorrem mais tarde.

Porque o pesquisador dá ordens em que num contexto em que ele, presume-se, conhece o assunto, sua força é aumentada. Geralmente, tem-se a sensação de que as autoridades sabem mais do que as pessoas que elas comandam; se sabem ou não, fica estabelecido que sabem. Mesmo quando um subordinado tem mais conhecimento técnico do que seu superior, ele não deve ousar o direito da autoridade ordenar, mas deve apresentar este conhecimento ao superior de forma que ele o use como desejar. Um fonte típica de tensão ocorre em sistemas autoritários quando a autoridade é incompetente ao ponto de pôr em perigo os subordinados[15].

A Ideologia Subordinante. A percepção de uma fonte legítima de controle social numa ocasião social definida é um pré-requisito necessário para a mudança para o estado de agente. Mas a legitimidade da ocasião em si depende da sua articulação com uma ideologia justificável. Quando as pessoas entram no laboratório e são mandadas agir, não exclamam com perplexidade: "Nunca ouvi falar sobre ciência. O que significa isso? Nessa situação a idéia sobre ciência e sua aceitação como um empreendimento social legítimo forneciam a justificativa ideológica subordinante. Tais instituições como negócio, igreja, governo e estabelecimento de ensino fornecem outros campos legítimos de atividade, e tam-

bém, do ponto de vista da pessoa típica, aceitas porque existem como parte do mundo no qual ela nasce e cresce. A obediência poderia ser garantida fora dessas instituições, mas ela não seria uma forma voluntária de obediência, na qual a pessoa cede ao forte sentimento de que está fazendo o certo. Além disso, se a experiência fosse realizada num cultura muito diferente da nossa digamos, entre os trobriandeses seria necessário encontrar um equivalente funcional da ciência de forma a se obterem resultados psicologicamente comparáveis. Os trobriandeses pode não acreditar em cientistas, mas eles respeitam médicos-feiticeiros. O jesuíta espanhol do século XIV, mesmo tendo evitado a ciência, abraçou a ideologia de sua igreja, e, em seu nome, e por sua preservação, realizou o massacre da inquisição sem qualquer problema de consciência.

A justificativa ideológica é vital na obtenção da obediência voluntária, pois ela permite à pessoa ver seu comportamento como que servindo a um fim desejável. Somente quando vista nesse aspecto a submissão é facilmente alcançada.

Um sistema autoritário, então, consiste de um mínimo de duas pessoas que compartilham a perspectiva de que uma delas tem o direito de preservar o comportamento da outra. Na pesquisa em questão, o pesquisador é o elemento chave num sistema que estende-se além de sua pessoa. O sistema inclui o ambiente da experiência, os equipamentos impressivos do laboratório, os aparelhos que incutem um sentido de obrigação à pessoa, o misticismo da ciência do qual a experiência é uma parte, e os amplos acordos institucionais que permitem tais atividades continuarem — isto é, o apoio social difundido que é subentendido pelo próprio fato de a experiência ser realizada e tolerada numa cidade civilizada.

O pesquisador adquire sua capacidade de influenciar o comportamento não por meio do exercício da força ou ameaça, mas por meio da posição que ocupa numa estrutura social. Há um acordo geral de que ele não somente pode influenciar o comportamento mas também deve ser capaz disto. Assim, seu poder surge num certo grau através da aquiescência daqueles que ele dirige. Uma vez inicialmente admitida essa aquiescência, seu término não acontece automaticamente ou sem um grande custo.

O Estado de Agente

Quais são as propriedades do estado de agente e suas conseqüências para a pessoa?

Deslocada para o estado de agente, a pessoa torna-se alguma coisa diferente do seu próprio eu, com novas propriedades não muito identificadas com sua personalidade normal.

Primeiramente, a série completa de atividades realizada pela pessoa torna-se dispersa pelo seu relacionamento com o pesquisador; a pessoa deseja ser competente na sua tarefa e mostrar uma boa aparência ante esta figura central. Ela dirige sua atenção para aquelas características da situação que são necessárias para um desempenho competente. Obedece às instruções, concentra-se nos requisitos técnicos para a aplicação de choques, e acha-se absorvida nas pequenas tarefas técnicas ao seu controle. A punição do aluno reduz-se a uma parte insignificante de toda a experiência, uma aparência enganosa no complexo de atividades do laboratório.

Adaptação

Aqueles que não conhecem bem a experiência podem pensar que a situação da pessoa é aquela em que ela é atacada por forças antagônicas vindas do aluno e do pesquisador. Num sentido real, contudo, ocorre na pessoa um progresso de adaptação, com uma receptividade máxima das ordens emitidas pela autoridade, enquanto os sinais do aluno são abafados e psicologicamente remotos. Aqueles que são descrentes desse efeito deveriam observar o comportamento dos indivíduos organizados numa estrutura hierárquica. O encontro presidente de uma empresa com seus subordinados é um exemplo. Os subordinados reagem com atenta consideração a cada palavra pronunciada pelo presidente. As idéias mencionadas originalmente por pessoas de baixo *status* freqüentemente não serão ouvidas, mas quando repetidas pelo presidente, serão saudadas com entusiasmo.

Não há nada especialmente malicioso nisso; isso reflete as respostas naturais à autoridade. Se explorarmos um pouco mais profundamen-

te, iremos verificar porque isso ocorre: A pessoa como autoridade, em razão da sua condição está numa posição tal que pode conceder benefícios ou inflingir privações. O patrão pode despedir ou promover; o superior militar pode enviar um homem para um combate ou dar-lhe um trabalho leve; o patriarca tribal autoriza um casamento ou ordena uma execução; assim, vemos que é altamente adaptável o atendimento das vontades da autoridade.

Por causa disso, a autoridade tende a ser vista com uma coisa maior que o indivíduo. O indivíduo geralmente vê à autoridade como uma força impessoal, cuja ordem transcende os meros desejos ou vontades humanas. Aqueles que são autoridade adquirem, para alguns, um caráter super-humano.

O fenômeno da adaptação diferencial ocorre com impressionante regularidade na próxima experiência. O aluno comporta-se como que se a pessoa não estivesse em harmonia com ele, pois os sentimentos e percepções da pessoa são dominados pela presença do pesquisador. Para muitas pessoas, o aluno torna-se simplesmente um obstáculo desagradável interferindo na obtenção de um relacionamento satisfatório delas com o pesquisador. Seus pedidos de clemência são conseqüentes somente por adicionar um certo desconforto ao que é evidentemente exigido da pessoa se ela deseja receber aprovação da figura emocional central da situação.

Redefinindo o Significado da Situação

Controle o modo no qual um homem interpreta o seu mundo, que você terá dado um grande passo no sentido de controlar o comportamento dele. É por isso que a ideologia, uma tentativa de interpretar a condição do homem, é sempre um aspecto proeminente de revoluções, guerras e outras circunstâncias nas quais os indivíduos são convocados a realizar ações extraordinárias. Os governos investem bastante em propaganda, que constitui uma forma especial de interpretação dos eventos.

Cada situação também possui um tipo de ideologia, que chamamos de "definição da situação", e que é a interpretação do significado de uma ocasião social. Ela fornece a perspectiva através da qual os elementos de uma situação adquirem coerência. Um ato olhado com outra

perspectiva pode parecer inteiramente justificável. *Há uma tendência das pessoas em aceitarem definições das ações fornecidas por autoridades legítimas.* Isto é, embora a pessoa realize a ação, ela permite que a autoridade defina seu significado.

É essa anulação ideológica a favor da autoridade que constitui a base principal da obediência. Se, apesar de tudo, o mundo ou a situação é como a autoridade definiu, segue logicamente uma certa série de ações.

O relacionamento entre a autoridade e a pessoa, por conseguinte, não pode ser visto como uma relação na qual uma figura coercitiva força uma ação de um subordinado involuntário. Como a pessoa aceita a definição da situação pela autoridade, a ação ocorre voluntariamente.

Perda da Responsabilidade

A conseqüência de maior alcance do agente é que o homem sente-se responsável para a autoridade que o comanda mas não sente nenhuma responsabilidade pelo conteúdo das ações que a autoridade prescreve. A moral não desaparece, mas adquire um enfoque radicalmente diferente; a pessoa subordinada sente-se envergonhada ou orgulhosa, dependendo de quão adequadamente ela realizou as ações exigidas pela autoridade.

O idioma fornece numerosos termos para descrever esta forma de moralidade: *lealdade, dever, disciplina.* São todos termos bastante saturados de significado moral e referem-se ao grau em que uma pessoa satisfaz suas obrigações com a autoridade. Eles não se referem a "bondade" da pessoa em si, mas à eficácia com a qual um subordinado cumpre seu papel definido socialmente. A defesa mais freqüente do indivíduo que realizou um ato odioso sob o comando da autoridade é a de que ele simplesmente cumpriu com sua obrigação. Ao afirmar sua defesa, o indivíduo não está refletindo honestamente a atitude psicológica produzida pela submissão à autoridade.

Para um homem sentir-se responsável por suas ações, ele deve compreender que o comportamento emanou de "si mesmo". Na situação que estudamos, as pessoas têm precisamente uma visão oposta de suas ações — isto é, elas vêem suas ações como que se originando dos

estímulos de uma outra pessoa. As pessoas na experiência dizem freqüentemente que "se dependesse de mim, eu não aplicaria choques no aluno".

As funções do superego deslocam-se de uma avaliação da bondade ou maldade dos atos para a avaliação do funcionamento bom ou mal de uma pessoa no sistema autoritário.[16] Como as forças inibidoras que impedem o indivíduo de agir severamente contra outros em si mesmos sofrem curto-circuito, as ações deixam de ser limitadas pela consciência.

Consideremos um indivíduo que normalmente é gentil e bondoso. Mesmo em momentos de raiva ele não se revolta contra outros que o contrariaram. Ao sentir que deve espancar uma criança travessa, ele acha a tarefa desagradável; de fato, os próprios músculos do seu braço tornam-se paralisados, e ele abandona a tarefa. Porém, ao ingressar no serviço militar ele é obrigado a lançar bombas em pessoas, e ele assim o faz. O ato não se origina do seu próprio sistema de iniciativa e, portanto, não é controlado pelas forças inibidoras do seu sistema psicológico interno. Ao crescer, o indivíduo normal aprende a controlar a expressão dos impulsos agressivos. Mas a civilização falhou, quase inteiramente, ao não conseguir incutir controles internos às ações que tem suas origens na autoridade. Por essa razão, o último constitui um perigo bem maior à sobrevivência humana.[17]

Auto-Imagem

Não é importante para as pessoas somente parecerem boas para os outros, mas devem também ser boas para si mesmas. O ideal do ego de uma pessoa pode ser uma fonte importante de regulação da inibição interna. Tentada a realizar ação cruel, ela pode avaliar as conseqüências para a sua imagem própria e abster-se do ato. Mas uma vez que uma pessoa tenha entrado no estado de agente, esse mecanismo de avaliação torna-se ausente. A ação, por não mais originar-se dos estímulos próprios, não reflete na sua imagem e assim não há conseqüências para a concepção própria. De fato, o indivíduo freqüentemente distingue uma oposição entre o que, por um lado, ele mesmo deseja e o que, por outro lado, exigem dele. Ele vê a ação mesmo que ele a realize, como estranha à sua

natureza. Por essa razão, as ações realizadas sob comando são, do ponto de vista da pessoa, virtualmente inocentes, não obstante desumanas possam ser. E é para a autoridade que a pessoa deve a confirmação de seu mérito.

Comandos e o Estado de Agente

O estado de agente constitui um potencial do qual originam-se atos específicos de obediência. Mas é necessário alguma coisa mais que o potencial – isto é, comandos específicos que servem como mecanismos de iniciação. Nós já destacamos que, de uma forma geral, os comandos dados devem ser consistentes com o papel da autoridade. Um comando consiste de duas partes principais: uma definição da ação e a exigência de que a ação seja executada. (uma exigência, por exemplo, contém uma definição de ação mas carece da insistência de sua realização.)

Os Comandos, então, levam a atos específicos de obediência. Será o estado de agente uma contribuição para a obediência? Não, ele é aquele estado de organização mental que acentua a probabilidade de obediência. A obediência é o aspecto do comportamento. Uma *pessoa* pode estar no estado de agente – isto é, numa situação de receptividade à regulação da autoridade – sem ser uma única vez comandada e não tendo, assim que obedecer.

Fatores de Sustentação

Uma vez que uma pessoa tenha ingressado no estado de agente, o que a mantém nele? Sempre que elementos são colocados em uma hierarquia, devem haver forças para mantê-los nessa condição. Se eles não existem, uma perturbação mínima poderá causar a desintegração da estrutura. Por isso, uma vez que as pessoas entram em uma hierarquia social, deve haver algum mecanismo fortalecedor para dotar a estrutura de pelo menos mínima estabilidade.

Algumas pessoas interpretam a situação experimental como aquela na qual a pessoa, de uma forma altamente racional, pode pesar os valores em conflito da situação processar os fatores de acordo com alguns cálculos mentais e basear essas ações no resultado dessa equação. Assim, a situação da pessoa é reduzida a um problema de formulação de uma decisão racional. Essa análise ignora um aspecto crucial do comportamento elucidado pelas experiências. Embora muitas pessoas tomem suas próprias decisões de que não devem aplicar mais choques ao aluno, elas são geralmente incapazes de transformar essa convicção em ação. Observando essas pessoas no laboratório, pode-se notar a intensa luta interior que elas enfrentam para livrarem-se da autoridade, enquanto laços maldefinidos, mas poderosos, as prendem ao gerador de choques. Uma pessoa diz ao pesquisador: "Ele não pode agüentar isso. Não irei matar aquele homem. Podemos escutá-lo agonizando lá dentro. Ele está gritando. Ele não pode mais agüentar isso. Embora a pessoa a nível verbal tenha resolvido não continuar, continua a agir de acordo com os comandos do pesquisador. Muitas pessoas realizam movimentos de tentativa de desobediência mas aí parecem absterem-se, como se estivessem presos a um compromisso. Vamos agora examinar as forças que prendem poderosamente uma pessoa a seu papel.

A melhor forma de começar a localizar essas forças é perguntando: por que a pessoa deve passar se quiser desistir? Que barreiras psicológicas deve derrubar para passar da sua posição diante do gerador de choques para uma condição desafiadora?

Natureza Seqüencial da Ação

A participação no laboratório é um processo dinâmico no qual cada ação influencia a próxima. O ato de obedecer é persistente; após as instruções iniciais, o pesquisador não ordena a pessoa a iniciar uma nova ação, mas simplesmente manda que ela continue fazendo o que estava fazendo. A natureza periódica das ações ordenadas à pessoa por si só cria forças de sustentação. A pessoa ao aplicar mais e mais choques dolorosos, procura justificar a si mesma o que está fazendo; uma forma de justificativa é ir até o fim, pois se ela desistir, deve dizer para si mesma: "Tudo que fiz até esse momento foi ruim, e agora estou reconhe-

cendo isso ao desistir". Mas, se ela continuar, estará tranqüila quanto ao seu comportamento passado. As ações passadas ocasionam desconforto, que é neutralizado por ações futuras.[18] Assim a pessoa é envolvida gradualmente por um comportamento destrutivo.

Obrigações Situacionais

Dar fundamento a todas as ocasiões sociais é uma etiqueta social que toma parte na regulação do comportamento. De forma a desistir da experiência, a pessoa deve quebrar a série implícita de entendimentos que faz parte da ocasião social. Ela realizou uma promessa inicial de ajudar o pesquisador, e agora deve manter esse compromisso. Embora para um estranho o ato de se recusar a aplicar choques origine-se de considerações morais, a ação passa-se na pessoa como se ele estivesse renunciando a uma obrigação com o pesquisador, e tal rejeição não é facilmente aceita. Há um outro lado do problema.

Goffman (1959) define que toda a situação social é construída através de um consenso entre os participantes. Uma das principais premissas é que uma vez que a definição de uma situação seja idealizada e concordada pelos participantes, não haverá qualquer desrespeito a ela. De fato, a ruptura da aceitação da definição por um participante tem o caráter de transgressão moral. Mas nenhum conflito é gerado sobre a questão de definição da situação de acordo com um intercâmbio social cortês.

Mais especificamente, de acordo com a análise de Goffman, "a sociedade é organizada no princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que outros o valorizem e o tratem de uma forma apropriada. . . Quando um indivíduo idealiza uma definição da situação e faz uma reivindicação implícita ou explícita de ser uma pessoa de um tipo particular, automaticamente exerce uma influência moral nos outros, obrigando-os a valorizarem-no e a tratá-lo de uma forma que as pessoas da sua classe têm o direito de esperar" (página 185).

Como recusar obediência ao pesquisador é rejeitar sua reivindicação de competência e autoridade sobre a situação, aí está envolvida uma grave impropriedade social.

A situação social é de tal forma construída que não há maneira de a pessoa parar de aplicar choques ao aluno sem voltar a definição pessoal do pesquisador. O aluno não pode desistir e ao mesmo tempo respeitar as definições da autoridade sobre sua competência pessoal. Assim, a pessoa tem que se desistir, irá parecer arrogante, rebelde e grosseira. Tais emoções, embora apareçam em menor perspectiva ao lado da violência cometida ao aluno, não obstante ajudam a prender a pessoa à obediência. Elas tingem a mente de sentimentos da pessoa, que se torna triste com a perspectiva de ter que repudiar a autoridade da experiência, com sua conseqüente ruptura de bem definida situação social, é um embaraço que muitas pessoas são incapazes de enfrentar.[19] Num esforço para evitar esse evento de desagradável, muitas pessoas acham que a alternativa menos dolorosa é a obediência.

Em encontros sociais normais, são freqüentemente tomadas precauções para evitar exatamente essas rupturas com a situação, mas a pessoa acha-se numa situação na qual mesmo um discreto exercício de tato não pode salvar o pesquisador de ser desacreditado. Somente a obediência pode preservar o *status* e a dignidade do pesquisador. Uma curiosa é que um certo grau de piedade da parte da pessoa, um desejo de não "ferir" os sentimentos do pesquisador, faz parte daquela força de sustentação inibidora da desobediência. O abandono de tal consideração pode ser tão doloroso para a pessoa quanto para a autoridade que ela desafia. Os leitores que acham que esta é uma consideração trivial deveriam realizar a seguinte experiência. Ela irá ajudá-los a sentir a força de inibição que ocorre na pessoa.

Primeiramente, procure uma pessoa pela qual você tenha um verdadeiro respeito, preferivelmente alguém mais idoso que você pelo menos uma geração, e que represente uma autoridade num domínio importante da vida. Ela pode ser um professor respeitado, um amável padre ou, sob certas circunstâncias, um de seus pais. Ela deve ser também uma pessoa a quem você se refira usando algum título, tal como professor Parsons, padre Paul, ou Dr. Charles Brown. Deve ser uma pessoa que represente para você a distância e sobriedade de uma autoridade genuína. Para entender o que significa quebrar a etiqueta do relacionamento com a autoridade, você precisa somente apresentar-se à pessoa e, em lugar de usar seu título, em de professor, doutor ou padre, dirigia-se a ele usando o seu primeiro nome, ou talvez até um apelido apropriado. Você pode saudar o Dr. Brown, por exemplo com um "Bom-Dia, Charlie!"

Ao aproximar-se dele você irá sentir ansiedade e uma forte inibi-

ção que pode impedir a conclusão da experiência com sucesso. Você pode dizer para si mesmo: "Por que devo prosseguir com essa experiência estúpida? Eu sempre tive um bom relacionamento com o Dr. Brown, o que pode agora ser posto em perigo. Por que haverei de ser arrogante com ele?

Mas que provavelmente, você não será capaz de realizar essa ação desrespeitável, mas mesmo ao tentá-la estará obtendo um maior entendimento dos sentimentos vividos por nossas pessoas em teste.

As ocasiões sociais, os próprios elementos dos quais a sociedade é construída, são unidas, portanto, pelo manejo de certas etiquetas situacionais, onde cada pessoa respeita a definição da situação apresentada por uma outra e dessa forma evita conflitos, embaraços, e rupturas desagradáveis de intercâmbio social. O aspecto mais básico dessa etiqueta não considera o conteúdo do que passa de uma pessoa para outra, mas sim a manutenção de relações estruturadas entre elas. Tais reações podem ser de igualdade ou hierarquia. Qualquer tentativa de alterar a estrutura definida será considerada com uma transgressão moral e irá provocar ansiedade, embaraço e sentimentos de desvalorização própria.[20,21]

Ansiedade

Os receios vividos pela pessoa são naturalmente em grande parte antecipados, de acordo com as apreensões obscuras do desconhecido. Tal apreensão difusa é chamada *ansiedade*.

Qual é a fonte dessa ansiedade? Ela se origina na longa história de socialização do indivíduo. Ele adquiri, no curso de sua passagem de uma criatura biológica para uma pessoa civilizada, as regras básicas da vida social. E a mais básica de todas é o respeito pela autoridade. As regras são reforçadas internamente ao se relacionarem suas possíveis violações com uma grande quantidade de afetações de ruptura e de ameaças ao ego. Os sinais emocionais observados em laboratório — tremedeira, risada de ansiedade, embaraço intenso — são evidência de violação a essas regras. A pessoa ao contemplar essa quebra, torna-se ansiosa e a sinaliza para a outra para desistir da ação proibida e assim cria uma barrei-

ra emocional através da qual ela deve passar de forma a desafiar a autoridade.

O que é extraordinário é que uma vez o "gelo tenha se quebrado" através da desobediência, toda a tensão, ansiedade e medo virtualmente evaporam-se.

INDEX BOOKS GROUPS

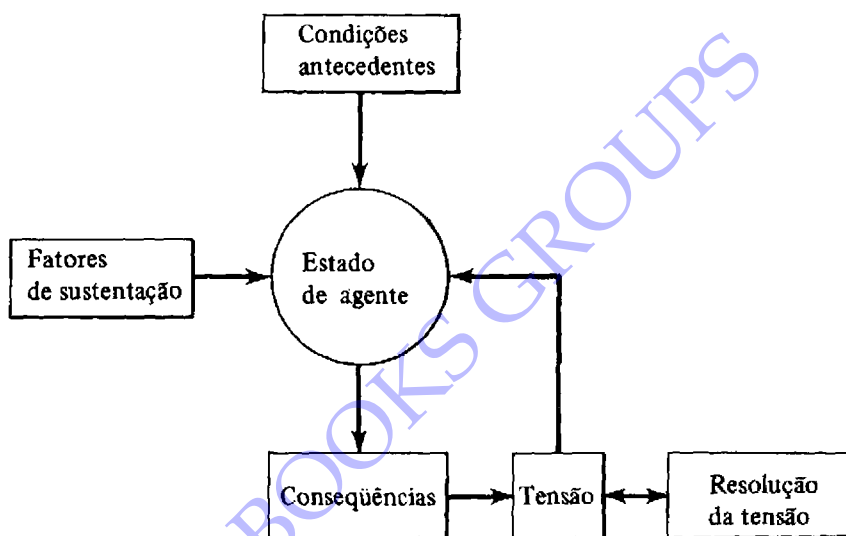
12
Tensão e Desobediência

AS PESSOAS DESOBEDECEM. Por quê? Primeiramente somos levados a dizer que elas reagem dessa forma porque não é um bom costume aplicar choque à vítima. Contudo, não é adequada uma explicação em termos de julgamento moral. A questão moral sobre a aplicação de choque à vítima indefesa permanece constante, estando a vítima perto ou longe, mas temos verificado que uma simples mudança em relações espaciais altera substancialmente a proporção das pessoas que desobedecem. Mas o que leva a pessoa à desobediência é uma forma mais geral de tensão, e precisamos entender o que significa tensão, tanto do ponto de vista humano quanto em termos do modelo teórico que guiou nossa análise.

Teoricamente, é provável o aparecimento da tensão sempre que uma entidade que pode funcionar autonomamente é induzida a uma hierarquia, porque as características de uma unidade autônoma são bem diferentes daqueles componentes projetados específica e unicamente para funcionamento em sistema. Os homens podem viver por si só ou, através da aceitação de desempenho de papéis, emergir em grandes sistemas. Mas o próprio fato da dupla capacidade requer um modelo de compromisso. Não somos especificamente criados para a completa autonomia nem para a total submissão.

É claro que qualquer entidade sofisticada projetada para viver tanto autonomamente quanto dentro de sistemas hierárquicos terão mecanismos para a dissolução da tensão, pois a não ser que tais mecanismos de dissolução existam, o sistema tenderá a acabar rapidamente. Então adicionaremos um conceito final a nosso modelo, representando a dissolução da tensão. E vamos nos permitir uma pequena fórmula, para resumir processos do comportamento que temos observados:

$$O; B > (s - r)$$
$$D; B < (s - r)$$

em que "O" representa obediência; "D" desobediência; "B" fatores de sustentação; "S" Tensão; "R" os mecanismos de dissolução da tensão. O resultado é Obediência quando os fatores de sustentação são maiores que a tensão remanescente (tensão quando reduzida pelos mecanismos de dissolução); ou então o resultado é desobediência quando a tensão remanescente excede a intensidade das forças de sustentação.

Tensão

A experiência da tensão nas pessoas mostra não o poder da autoridade, mas sua fraqueza, revelando mais tarde um aspecto extremamente importante da experiência: a transformação para o estado de agente é, para alguns, apenas parcial.

Se a submissão do indivíduo ao sistema autoritário fosse total, ele não iria sentir tensão ao cumprir ordens, não importa quão rigorosas elas fossem, pois as ações necessárias só seriam vistas sob o significado imposto pela autoridade. Cada sinal de tensão, portanto, é evidência de falha da autoridade em colocar a pessoa num estado legítimo de agente.

O sistema de autoridade empregado no laboratório é menos abrangente do que os sistemas prepotentes existentes nas estruturas totalitárias de Stálin e Hitler, nas quais os subordinados eram profundamente absorvidos em seus papéis. Resíduos de individualidades, existentes em vários graus fora da autoridade do pesquisador, mantêm os valores pessoais do professor vivos e levam à tensão, a qual, se *suficientemente forte*, pode resultar em desobediência. Nesse sentido, o estado de agente criado no laboratório é vulnerável a distúrbios, assim como uma pessoa em estado de sonolência pode ser perturbada pela ocorrência de um barulho suficientemente alto. (Durante o sono, a capacidade de uma pessoa ouvir e ver diminui sensivelmente, embora um estímulo suficientemente forte possa tirá-la desse estado. Do mesmo modo, no estado de agente os julgamentos morais de uma pessoa foram grandemente diminuídos, mas um choque suficientemente forte pode forçar a viabilidade do estado.) A situação produzida no laboratório pode ser igualada a uma leve sonolência, em comparação ao sono profundo induzido pelo sistema autoritário prepotente de um governo.

Fontes de Tensão

As fontes de tensão num experiência vão da reação autônoma primitiva por se provocar dor em outro homem até cálculos sofisticados de possíveis repercussões legais:

1. Os gritos de dor provenientes do aluno afetaram fortemente muitos participantes, cuja reação a eles é imediata, profunda e espontânea. Tais reações podem lembrar mecanismos inatos, comparáveis a dedagradável reação à fricção de um pedação de giz em vidro. Mas como o participante deve expor-se a esses estímulos com obediência, aparece a tensão;

2. Além disso, a provocação de dor num indivíduo inocente viola os valores morais e sociais presentes na pessoa. Esses valores são para algumas convicções profundamente enraizadas; e para outros refletem conhecimentos de padrões humanos de comportamentos preconizados pela sociedade;

3. Uma fonte adicional de tensão é a ameaça implícita de retaliação que a pessoa experimenta ao aplicar punição ao aluno. Algumas po-

dem sentir que estão enraivecendo tanto o aluno que este tentará vingar-se no final da experiência; outras pensam que como parte da experiência irão, de alguma forma, colocarem-se na posição do aluno, muito embora não haja nada no procedimento que sugira a ocorrência desse fato. Outras pessoas temem que estejam de alguma forma juridicamente vulneráveis por seus atos e imaginam um possível futuro processo movido pelo aluno. Todas essas formas de retaliação, potencialmente reais ou fantasiosas, geram tensão;

4. A pessoa recebe instruções do aluno, assim como do pesquisador; a instrução do aluno é de que deve parar. Essas ordens são incompatíveis com as estabelecidas pelo pesquisador; mesmo que a pessoa fosse totalmente obediente, respondesse exclusivamente a pressões provenientes da situação e não tivesse qualquer tipo de valor pessoal, ainda assim apareceria a tensão, pois ela está sendo gerada devido ao fato de a pessoa receber ordens contraditórias simultaneamente;

5. A aplicação de choques a uma vítima é incompatível com a auto-imagem de muitas pessoas. Elas não se vêem como indivíduos insensíveis capazes de ferir outra pessoa. Mesmo assim, é precisamente isso que se encontram fazendo, e a desarmonia de suas ações constitui uma poderosa fonte de tensão.

Tensão e Suas Atenuações

Qualquer detalhe que limite a proximidade psicológica entre o ato da pessoa e a conseqüência deste ato também reduz o nível de tensão. Qualquer forma de quebrar ou enfraquecer o significado vivido do ato – *Eu estou ferindo um homem* – torna o ato mais fácil de ser realizado. Assim, criando-se uma distância física entre a pessoa e a vítima, e abafando-se os gritos de dor da vítima, reduzimos a tensão. O próprio gerador de choques constitui um atenuador importante, um instrumento preciso e impressivo que cria uma descontinuidade enorme entre a facilidade do acionamento de uma de suas trinta chaves e a força de impacto na vítima. O acionamento de uma chave é preciso, científico e impessoal. Se as pessoas tivessem que esmurrar as vítimas com seus próprios punhos, seriam mais relutantes em realizar este ato. Nada é mais perigoso para a sobrevivência humana do que a autoridade má combi-

nada com os efeitos desumanos dos atenuadores. Há aqui um contraste entre o que é lógico e o que é psicológico. Numa base puramente quantitativa, é pior matar dez mil jogando-se uma bomba numa cidade do que matar um homem dando-lhe pancadas com uma pedra repetidamente. Ainda assim, o último é de longe o ato psicológico mais difícil. Distância, tempo e barreiras físicas neutralizam o senso moral. Não existe virtualmente inibição psicológica ao se bombardear a costa de um país ao se lançarem bombas Napalm de um avião a mais de cinco mil metros de altitude. Com respeito ao homem que senta em frente a um botão que irá acionar a batalha de Armageddon, apertar este botão tem a mesma força emocional de se chamar o elevador. Enquanto a tecnologia tem aumentado a vontade humana ao permitir a destruição remota de outros, a evolução não tem tido a oportunidade de construir inibidores contra esses tipos de agressão remota da mesma forma como existem poderosos e abundantes inibidores para confrontos diretos.[22]

Resolução da Tensão

Quais são os mecanismos para a resolução da tensão?

A desobediência é o meio básico pelo qual a tensão é levada a um final. Mas esta não é uma forma de ação possível a todos, e as forças de sustentação descritas anteriormente mantêm a desobediência fora do alcance das pessoas. Em razão do fato que as pessoas consideram a desobediência um extremo, de fato uma forma de ação radical nessa ocasião social, elas são capazes de ceder como meio de reduzir as tensões que são socialmente menos destruidoras. Uma vez que a tensão comece a aparecer, entram em cena mecanismos psicológicos para reduzir sua intensidade. Dada a flexibilidade individual da mente humana e sua capacidade de dissipar a tensão através de ajustamentos cognitivos, não nos surpreende esse tipo de ação.

A *fuga* é o mais primitivo desses mecanismos: a pessoa se protege das conseqüências sensitivas dos seus atos. Já descrevemos anteriormente como elas viravam suas cabeças de uma forma estranha a fim de evitar ver a vítima sofrer. Algumas pessoas lêem deliberadamente os pares de palavras em voz excessivamente alta, encobrindo assim os protestos da vítima. Essas pessoas não permitem que o estímulo associado ao sofri-

mento da vítima se aplique a elas. Uma forma menos clara do ato de fuga é conseguida ao se retirar a atenção da vítima. Isso é sempre acompanhado por restrições conscientes da atenção aos mecanismos do procedimento experimental. Desta forma, a vítima é psicologicamente eliminada como fonte de desconforto. Temos, portanto, a impressão de um pequeno funcionário, revirando papéis atarefadamente, quase nunca ciente dos que lhe acontece à volta.

Se o ato de evitar protege dos fatos desagradáveis, a negação reduz a tensão através do mecanismo intelectual de rejeição de provas aparentes de forma a se chegar a uma interpretação mais confortante do fato. Observadores da época nazista (veja Bettelhein, *The Informed Heart*) ressaltam como era generalizada a negação entre vítimas e carrascos. Os judeus que enfrentavam a morte eminente não podiam aceitar a evidência clara e óbvia de assassinatos em massa. Mesmo hoje, milhões de alemães negam que pessoas inocentes tenham sido trucidadas em larga escala por seu governo. Durante a experiência, algumas pessoas negam que os choques aplicados por elas sejam dolorosos ou que a vítima esteja de alguma forma sofrendo. Tais negações aliviam a tensão provocada pela obediência ao pesquisador, eliminando o conflito entre machucar alguém e obedecer. Mas o drama no laboratório era constrangedor, e somente uma parte das pessoas prosseguiu com base nessa hipótese (Veja o capítulo 14). (Mesmo assim, o caráter defensivo da negação é geralmente evidente, como quando uma pessoa que nega que os choques fossem dolorosos recusava-se a aplicar um choque mais forte.) Mais freqüentemente entre pessoas obediente, não encontramos negação de evento, mas sim negação da responsabilidade sobre eles.

Algumas pessoas tentam reduzir a tensão, enquanto que ao mesmo tempo trabalham dentro de regras impostas pela autoridade, ao realizarem o ato obedientemente mas "somente um pouco". Deve-se recordar que a duração de cada choque é variável, e que depende do controle de uma pessoa inexperiente. As pessoas ativam o gerador de choque por um período de 500 milissegundos, mas alguns reduzem este tempo para períodos dez vezes menores. Elas tocam as chaves rapidamente e o choque resultante soa como um 'blip' breve, em comparação com o zumbido de meio segundo. Quando entrevistados, essas pessoas dizem que 'proclamaram sua humanidade' ao aplicarem o choque o mais rapidamente possível.Tratar a tensão desta forma foi mais fácil que desafiá-la. Ela permite a expressão máxima da bondade dentro do constrangimento de um sistema opressivo. Mas há um elemento de autodesilusão

neste tipo de complacência mínima. Ela não desafia a autoridade. Ela pode diminuir mas nunca anular o exercício da vontade da autoridade e é principalmente importante como lenitivo para a consciência da pessoa.

De significância potencialmente maior são os subterfúgios que algumas pessoas usam para enfraquecer os aspectos cruéis da experiência. Algumas pessoas eram observadas indicando para as vítimas as respostas corretas ao reforçá-las quando da leitura das questões de múltipla escolha. Isto é, elas tentavam ajudar os alunos e assim evitar que eles recebessem os choques. Essas pessoas desejavam enfraquecer a experiência mas não provocar uma ruptura com a autoridade. Elas tentavam ajudar os alunos sem uma desobediência notória. Mesmo se o aluno não tirasse vantagens dessas insinuações a pessoa algumas vezes relatava ao aluno, na entrevista após a experiência, como tentara "ajudá-lo".

Algumas vezes o subterfúgio mostrava-se efetivo (como na Experiência 7, quando pessoas aplicavam choques mais fracos nos alunos do que depois relatavam). Mas na maioria das vezes isto não ajuda. A pessoa é incapaz de agir abertamente com seus sentimentos humanos, transformando-os em subterfúgios banal sem nenhuma conseqüência real. Contudo, "fazendo-se alguma coisa" mesmo se somente de significado simbólico, ajuda a se preservar uma imagem de pessoa boa.

A negação de responsabilidade pessoal, como temos comentado, é a maior conseqüência psicológica da submissão à autoridade. Ao aparecer a tensão, algumas pessoas buscam uma certeza maior de que não são responsáveis por seus atos e podem afirmar isso ativamente como uma forma de reduzir a tensão. Considere o seguinte diálogo entre uma pessoa e o pesquisador. A pessoa i sob *stress* considerável, chegou a 375 volts.

PROFESSOR: Eu acho que aconteceu alguma coisa àquele sujeito lá. Ele estava gritando com voltagem menor. O senhor não pode chegar e ver se ele está bem, por favor?

PESQUISADOR (mesma calma imparcial): *Nós nem ao menos começamos. Por favor continue, Professor.*

PROFESSOR (senta-se, suspira profundamente): *"Dia-frio, sombra, água, tinta". Responda, por favor. Você está bem aí? Você está bem?*

PESQUISADOR: Por favor continue, Professor. Continue por favor (Professor empurra a alavanca)

PROFESSOR (girando sua cadeira): *Alguma coisa aconteceu àquele homem* (girando em sentido contrário) *o próximo. "Baixo-dólar, colar, lua, tinta"* (virando-se novamente) *Alguma coisa aconteceu àquele homem. Seria melhor o senhor verificar. Ele irá responder.*
PESQUISADOR: Continue. Vá em frente, por favor. O senhor aceita a responsabilidade total?
PESQUISADOR: A responsabilidade é minha. Correto. Por favor, continue (Professor volta a sua lista, começa a ler as palavras o mais rápido possível, até chegar a 450 volts.).
PROFESSOR: Pronto.

Uma vez o pesquisador tendo garantido à pessoa que ela não é responsável por seus atos, há uma redução perceptível na tensão.

A responsabilidade pode ser rejeitada de outras formas: Ela pode ser deslocada para a vítima, que é vista como que se provocasse sua própria punição. A vítima é acusada de ter se apresentado voluntariamente para a experiência, e mais ainda, por sua estupidez e obstinação. Aqui passamos da transferência da responsabilidade para a desaprovação gratuita da vítima. O mecanismo psicológico é claro: se a vítima é uma pessoa sem importância, não há necessidade de alguém se preocupar a respeito de inflingir dor a ela.

Conversão Física

A conversão do *stress* psicológico em sintomas físicos é um fenômeno comumente observado na prática psiquiátrica. Ordinariamente, há melhoria no estado emocional do paciente quando o *stress* psíquico torna-se absorvido pelos sintomas físicos. Dentro da experiência podemos observar numerosos sinais de *stress;* transpiração, tremedeira e, em alguns exemplos, risadas de ansiedade. Tais expressões físicas não indicam somente a presença de tensão, mas também a reduzem. A tensão ao invés de se tornar desobediência, é transformada em expressão física e, dessa forma, dissipada.

Discordância

A tensão, se suficientemente poderosa, leva à desobediência, mas no início surge a discordância com referência à expressão de desacordo da pessoa com o curso da ação prescrito pelo pesquisador. Mas essa disputa verbal não significa necessariamente que a pessoa vá desobedecer ao pesquisador, pois a discordância proporciona uma função dual e de conflito. De uma forma ela pode ser o primeiro passo de uma cisão entre a pessoa e o pesquisador, um teste às intenções do pesquisador, e uma tentativa de persuadi-lo a mudar o seu curso de ação. Mas, paradoxalmente, ela pode também servir como mecanismo para redução da tensão, uma válvula que permita à pessoa desagradar sem alterar seu curso de ação.

A discordância pode ocorrer sem a ruptura de compromissos hierárquicos e assim pertence a um tipo de experiência que é qualitativamente descontínua com a obediência. Muitos indivíduos em discordância que são capazes de expressar desagrado com a autoridade ainda assim respeitam o direito da autoridade de controlar suas opiniões expressas. Enquanto em desacordo eles não estão preparados a agir por suas convicções.

Como mecanismo de redução da tensão, o desacordo é uma fonte de consolação psicológica para a pessoa com relação ao conflito moral em questão. A pessoa define-se notoriamente contra a aplicação de choques à vítima e assim estabelece uma imagem própria desejada. Ao mesmo tempo, ela mantém um relacionamento submisso com a autoridade, continuando a obedecê-la.

Os diversos mecanismos descritos aqui – ato de evitar negação, conversão física, complacência mínima, subterfúgio, a procura de apoio social, culpabilidade da vítima, e desacordo – podem ser ligados cada um a uma fonte de tensão. Assim, reações viscerais são reduzidas pelo ato de evitar; a imagem própria é protegida por atos de subterfúgio, complacência mínima, e discordância, e assim por diante. Mais criticamente, estes mecanismos devem ser vistos como seguindo a um final prevalescente: eles permitem que o relacionamento da pessoa com a autoridade permaneça intacto ao reduzirem o conflito a um nível tolerável.

Desobediência

A desobediência é o meio básico pelo qual a tensão é levada a um final. Esta implica não apenas na recusa da realização de uma ordem particular do pesquisador, mas também numa reformulação do relacionamento entre a pessoa e a autoridade.

Ela tem a marca da apreensão. A pessoa acha-se ligada a uma ordem social bem definida. Sair da regra determinada é criar, em pequena escala, uma forma de irregularidade. O futuro da interação da pessoa com o pesquisador é previsível, contato que ela mantenha o relacionamento no qual seu papel foi definido, em contraste com o caráter totalmente desconhecido presente em um relacionamento sem ruptura. Para muitas pessoas há apreensão sobre o que seguirá à desobediência, freqüentemente marcada pela fantasia da punição indefinida da autoridade. Mas assim que o curso de ação ordenado pelo pesquisador torna-se intolerável, inicia-se um processo que em algumas pessoas provocam a desobediência.

A seqüência é iniciada por uma *dúvida interna,* tensão que é a princípio uma experiência privada mas que invariavelmente assume uma *forma externa,* quando a pessoa informa ao pesquisador sobre sua apreensão ou volta sua atenção para o suprimento da vítima. A pessoa espera de alguma forma que o pesquisador chegue à mesma conclusão que ela a respeito desses fatos: que os choques não deveriam continuar a serem aplicados. Como o pesquisador não chega a este tipo de conclusão, a comunicação transforma-se em desacordo, pois a pessoa tenta persuadir a autoridade a alterar o curso da ação. Assim como a série de choques consiste no aumento da intensidade gradualmente, a presença da discordância permite um movimento gradual em direção à quebra do relacionamento com o pesquisador. A expressão inicial de desacordo, embora expressa em palavras, oferece uma base mais alta da qual parte o próximo ponto de desacordo. Idealmente, a pessoa discordante gostaria que o pesquisador deixasse de lado o assunto, para alterar o curso da experiência, e assim eliminar a necessidade de quebra do relacionamento com a autoridade. Havendo um fracasso, a discordância é transformada em ameaça de que a pessoa irá se negar a obedecer às ordens da autoridade. Finalmente, a pessoa, tendo explorado todos os outros meios acha que deve ir a fundo no seu relacionamento com o pesquisador, de forma a acabar com a aplicação de choques na vítima: ela desobedece.

Dúvida interior, exteriorização da dúvida, discordância, desobediência: este é um caminho difícil, que somente uma minoria de pessoas é capaz de seguir até o seu fim. Contudo, esta não é uma conclusão negativa, mas tem caráter de um ato afirmativo, uma desistência deliberada. É a complacência que possui a conotação passiva. O ato de desobediência requer uma mobilização de recursos interiores, e a transformação destes além da preocupação interior, além de uma mera troca de palavras educadas, para o domínio da ação. Mas o custo psíquico é considerável.

Para a maioria das pessoas, é doloroso manter a promessa de ajuda feita ao pesquisador. Enquanto a pessoa obediente transfere a responsabilidade da aplicação de choques dos alunos para o pesquisador, aqueles que desobedecem aceitam a responsabilidade da destruição da experiência. Ao desobedecer, a pessoa acredita que destruiu a experiência, atrapalhou os objetivos do cientista e provou ser inadequada a tarefa dada a ela. Mas neste mesmo momento ela nos forneceu o procedimento esperado e uma afirmação de valores humanísticos.

O preço da desobediência é um senso problemático de que alguém foi traiçoeiro. Mesmo tendo escolhido uma ação moralmente correta, a pessoa permanece perturbada pela quebra de ordem social provocada por ela, e não pode descartar totalmente o sentimento de ter desistido de algo que ele prometera cumprir. É ele, e não a pessoa obediente, que experimenta a responsabilidade de sua ação.

13
Uma Teoria Alternativa: Será a Agressão a Saída?

EXPLIQUEI O COMPORTAMENTO observado no laboratório de uma forma que me pareceu fazer mais sentido. Uma visão alternativa é que o que temos observado no laboratório é *agressão*, o fluxo de tendências destrutivas, liberadas porque a ocasião permitiu a sua expressão. Esta visão para mim parece errônea, e indicarei por quê. Mas primeiramente estabelecerei o conceito de "agressão".

Por agressão entendemos um impulso ou uma ação com a finalidade de prejudicar um outro organismo. Na visão freudiana, forças destrutivas estão presentes em todos os indivíduos, mas eles não conseguem sempre externá-las prontamente, pois sua expressão é inibida por seu superego, ou consciência. Além disso, as funções do cérebro – o lado orientado pela realidade do homem – também mantêm tendências destrutivas sob controle. (Se atacarmos sempre que estivermos aborrecidos, iremos ter momentos ruins, portanto nos retraímos.) De fato, esses instintos destrutivos são tão inaceitáveis que não estão sempre disponíveis para exame de consciência. Entretanto, eles pressionam continuamente em busca de manifestação e, no final, exteriorizam-se na violência da guerra, em prazeres sádicos, atos individuais de destruição anti-social e, em algumas circunstâncias, na autodestruição.

A experiência cria um clima no qual torna-se socialmente aceitável provocar um mal a outra pessoa; além disso, ela permite à pessoa fazer isso à guisa de avanço de uma causa socialmente valiosa: a Ciência.

Assim, o indivíduo, a nível de consciência, vê a si mesmo como um servidor de uma finalidade socialmente valiosa, mas a força que motiva a realização do ato provém do fato de que, ao aplicar choques ao aluno, ele está satisfazendo instintivamente tendências destrutivas enraizadas.

Essa visão corresponde também à interpretação típica de senso comum da obediência observada. Pois quando a experiência é descrita

pela primeira vez para pessoas comuns, elas pensam imediatamente em termos de "A fera existente no homem exteriorizando-se", sadismo, o desejo de infligir dor em outros, o desabrochar da parte negra e diabólica da alma.

Embora as tendências agressivas sejam parte e parcela essenciais da natureza humana, não têm quase nada a ver com o comportamento observado na experiência. Elas não têm também muitas coisas a ver com a obediência destrutiva dos soldados na guerra, com o piloto de aviões bombadeiros matando milhares de pessoas numa única missão, ou queimando lugarejos vietnamitas com bombas Napalm. O soldado típico mata porque recebe ordem para tal e considera seu dever cumprir as ordens. O ato de aplicar choques à vítima não nasce de necessidades destrutivas, mas do fato de que as pessoas tornam-se integradas a uma estrutura social e são incapazes de sair delas.

Suponha que o pesquisador instruiu a pessoa a beber um copo de água. Isto significa que a pessoa está com sede? Obviamente que não, pois ela simplesmente está fazendo o que lhe mandaram fazer. A essência da obediência é que a ação realizada não corresponde aos objetivos do agente, mas inicia-se nos objetivos daqueles poderosos que estão nos mais altos escalões da hierarquia social.

Existem evidências experimentais que sustentam essa questão. Aqui lembramos que na experiência as pessoas podiam escolher a intensidade do choque à vontade, e o pesquisador teve trabalho para que todas as chaves do painel fossem usadas. Embora fosse dada à pessoa total oportunidade de infligir dor ao aluno, quase todos aplicaram os choques mais fracos do painel de controle, sendo o nível médio dos choques de 3,6. Mas se os impulsos destrutivos estivessem realmente pressionando uma exteriorização, e se a pessoa justificasse o uso de níveis altos de intensidade do choque pela causa da Ciência, por que elas não fizeram a vítima sofrer?

Havia pouca, senão nenhuma, tendência nas pessoas em fazer isso. Um ou dois, no máximo, pareciam mostrar alguma satisfação ao aplicar choques à vítima. Os níveis de intensidade não eram comparáveis com aqueles obtidos quando a pessoa era obrigada a aplicar choques à vítima. Houve uma diferença em ordem de grandeza.

Do mesmo modo, podemos recorrer a estudos sobre agressão realizados por Buss (1961) e Berkowitz (1962) usando métodos parecidos com os da nossa experiência. O objetivo desses investigadores era o estudo da agressão em si. Em manipulações experimentais típicas, eles

frustravam a pessoa para ver se ela iria aplicar choque mais altos quando aborrecida. Mas o efeito dessas manipulações era minúsculo comparado com os níveis obtidos sob obediência. Quer dizer, não importa o que os pesquisadores fizessem para aborrecer, irritar ou frustrar a pessoa, elas iriam no máximo aumentar um ou dois níveis de intensidade do choque, digamos do nível 4 para o 6. Isto representa uma aumento autêntico da agressão. Mas permaneceu uma diferença de ordem de magnitude na variação· introduzida no seu comportamento dessa forma, e nas condições em que ele recebia ordens.

Ao observar as pessoas na experiência sobre obediência, pôde ser notado, com raras exceções, que esses indivíduos estavam realizando uma tarefa que era de mal gosto e geralmente desagradável mas que eles se sentiam obrigados a realizar. Muitos protestavam contra a aplicação de choques mesmo quando se encontravam incapazes de se libertar da autoridade do pesquisador. Uma vez ou outra aparecia uma pessoa que parecia deliciar-se com a tarefa de fazer a vítima gritar. Mas ela era uma excessão rara. E essa pessoa aparecia claramente como o patinho feio entre as demais.

Uma fonte adicional de evidência experimental são os estudos sobre mudança de papel (ver o capítulo 8). Em várias dessas experiências eram dadas oportunidades às pessoas de aplicar choques às vítimas, mas elas não as aproveitavam a menos que a estrutura social da situação estivesse apropriadamente organizada.

A chave para o comportamento das pessoas não está no aborrecimento ou agressão reprimidos, mas sim na natureza do relacionamento com a autoridade. Elas se sujeitaram à autoridade; elas se vêem com instrumentos para a execução de seus desejos; uma vez assim definidas, elas são incapazes de se libertar.

14
Problemas de Método

NO RACIOCÍNIO de alguns críticos, há uma imagem do homem que simplesmente não admite o tipo de comportamento observado na experiência. Pessoas comuns, declaram eles, não aplicam choques dolorosos em um indivíduo simplesmente porque recebem ordem nesse sentido. Somente nazistas e sádicos comportam-se desta forma. Nos capítulos anteriores, tentei explicar o porquê do comportamento observado em laboratório: como o indivíduo faz uma série inicial de promessas à autoridade, como o significado da ação é transformado pelo contexto no qual ela acontece, e como os fatores de sustentação impedem a pessoa de desobedecer.

Como base para crítica da experiência está um modelo alternativo da natureza humana, aquele que sustenta que se confrontadas com uma escolha entre machucar alguém e ceder à ordem da autoridade, pessoas normais rejeitam a autoridade. Alguns críticos estão duplamente convencidos de que os americanos em particular não agem desumanamente contra outros sob ordens da autoridade. A experiência é visualizada como imperfeita por não sustentar, de certa forma, essa visão. As declarações mais comuns com as quais as descobertas são abandonadas são: (1) as pessoas estudadas na experiência não eram típicas; (2) elas não acreditavam que estavam aplicando choques aos alunos; e (3) não é possível a generalização do laboratório para um universo maior. Vamos considerar cada um desses pontos.

1. *As pessoas estudadas na experiência são representantes da população em geral, ou são grupos especiais?* Começarei com um fato engraçado. Quando foram realizadas as primeiras experiências, estudantes da Universidade de Yale eram usados exclusivamente como participantes e por volta de 60 por cento deles eram inteiramente obedientes. Um colega meu desprezou imediatamente os fatos como se não tivessem importância para pessoas "comuns", declarando que estudantes da Yale

são altamente agressivos, um bando de pessoas competitivas que se agridem diante da menor provocação. Ele me assegurou que quando pessoas "comuns" fossem testadas, os resultados seriam bem diferentes. Ao mudar dos estudos guiados para séries experimentais regulares, pessoas de todas as camadas sociais de New Haven foram chamadas para serem estudadas na experiência: profissionais liberais, funcionários de escritório, pessoas desempregadas e trabalhadores da indústria. *O resultado da experiência foi o mesmo observado entre os estudantes.*

É verdade que aqueles que participaram da experiência foram voluntários, e nós devemos indagar se o procedimento de recrutamento por si mesmo influi no universo de colaboradores.

Em estudos complementares, perguntamos aos colaboradores o porquê de sua vinda ao laboratório. O maior grupo (17 por cento) disse que eram curiosos a respeito de experiências psicológicas; 8,9 por cento colocaram o dinheiro como razão principal; 8,6 por cento disseram que tinham um interesse particular pela memória; 5 por cento disseram que pensavam que poderiam aprender alguma coisa sobre si próprio. Os motivos para a vinda ao laboratório eram evidentemente diversos. Além disso, Rosenthal e Rosnow (1966) mostraram que voluntários tendem a ser menos autoritários do que aqueles que não são voluntários. Assim, se foi estabelecida alguma posição através de um efeito voluntário, foi no sentido de obter dos colaboradores maior tendência à desobediência.

Além disso, quando as experiências foram repetidas em Princeton, Munique, Roma, África do Sul e Austrália, cada um usando métodos de recrutamento diferentes e com os colaboradores tendo características diferentes daquelas dos nossos colaboradores, o grau de obediência foi, invariavelmente, de alguma forma maior do que o achado na investigação relatada nesse livro. Assim, Mantell, em Munique, obteve obediência de 85 por cento de seus colaboradores.

2. *As pessoas acreditavam que estivessem aplicando choques dolorosos ao aluno?* A existência e tensão ofereceu uma evidência do envolvimento real as pessoas no conflito experimental, e isto tem sido observado e relatado o tema todo na forma de transcritos representativos (1963), dados de escala (1965), e acontecimentos filmados (1965a).

Em todas as condições experimentais o nível de dor era considerado pela pessoa como que muito grande, e a Tabela 6 oferece esses dados para um grupo representativo de experiências. Na experiência 2, reação da voz (vítima audível mas não visível), a média de pessoas obe-

dientes foi 11,36 em uma escala de 14 pontos, e caiu na zona extremamente dolorosa da escala. Mais da metade das pessoas obedientes usaram o ponto extremo superior da escala e pelo menos uma delas indicou pelo sinal + que a designação "extremamente dolorosa" não era uma designação forte o bastante. Das 40 pessoas nessa condição, duas indicaram na escala (com marcas de 1 e 3) que não achavam que a vítima recebia choques dolorosos, e as duas foram obedientes. Essas pessoas, pelo que parece, não foram expostas com sucesso à intenção de manipulação do experimentador. Mas esse não é um problema tão simples, pois a negação de uma ação desagradável pode servir a uma função defensiva, e algumas pessoas somente visualizaram suas performances de forma favorável ao reconstruírem seus estados mentais no momento em que aplicavam os choques. A questão é: sua diferença era uma hipótese sólida ou meramente uma noção passageira entre várias outras noções?

A ampla visão quantitativa da evidência de confiança da pessoa pode ser examinada, entre outras formas, através de exame minucioso das respostas a um questionário complementar distribuído um ano após sua participação no estudo. O item 4 do questionário é produzido abaixo, juntamente com as respostas dadas.

Três quartos das pessoas (as duas primeiras categorias), por suas próprias evidências, agiram acreditando que estavam aplicando choques dolorosos. Teria sido fácil nesse ponto negar que o truque havia sido aceito. Mas somente um quinto do grupo indicou estar tendo sérias dúvidas.

Tabela 6. Estimativa de Professor quanto a dor sentida pela vítima.

Condição	[$\bar{X}$] Pessoas Obedientes	$\bar{X}$ Pessoas Desafiantes	$\bar{X}$ Total
	n	n	
Reação Indireta	13,50 (20)	13,27 (11)	13,42
Reação da Voz	11,36 (25)	11,80 (15)	11,53
Proximidade	12,69 (16)	11,79 (24)	12,15
Toque-Proximidade	12,25 (28)	11,17 (12)	11,93
Nova Linha Básica	11,40 (26)	12,25 (14)	11,70
Troca de Pessoal	11,98 (20)	12,05 (20)	12,02
Experiência em Bridgeport	11,79 (19)	11,81 (18)	11,80
Mulheres	12,88 (26)	12,07 (14)	12,60
Proximidade da Autoridade	11,67 (31)	12,39 (9)	11,83

David Rosenhan, do Swarthmore College, realizou uma réplica da experiência de forma a obter uma base de medida para seus estudos futuros. Ele organizou a entrevista. Entre outras coisas, ele estabeleceu ser o entrevistador uma pessoa independente da experiência que necessitava de um relato detalhado da experiência. A pessoa, e que explorava a questão da convicção ao ponto de perguntar, "você quer dizer realmente que não entendeu a experiência?" Com relação a critérios altamente rígidos de plena aceitação, Rosenhan relata que (de acordo com a determinação de juízes independentes), 60 por cento das pessoas aceitaram inteiramente a autenticidade da experiência. Examinando a performance dessas pessoas ele relata que 85 por cento foram inteiramente obedientes. (Deve ser observado que Rosenhan empregou pessoas mais novas do que aquelas usadas nas experiências originais, e acredito que isso tenha contribuído para uma maior grau de obediência).

Quando minhas descobertas experimentais são sujeitas a um tipo de controle estatístico comparável, elas não são alteradas em qualquer ponto substancial. Por exemplo, na experiência 2, reação da voz, das pessoas que indicaram aceitação da recepção (categorias 1 e 2), 58 por cento foram obedientes; das pertencentes à categoria 1, 60 por cento foram obedientes. Em todas as condições experimentais, esta forma de controle dos dados reduziu discretamente a proporção de pessoas obedientes em favor das que negaram. As mudanças deixam intactas as relações entre as condições e são inconseqüentes para a interpretação do significado das descobertas.

Em resumo, a maioria das pessoas aceitou a situação experimental como genuína; poucas não a aceitaram. Em cada situação experimental estimei que duas ou quatro pessoas não pensavam estar aplicando choques dolorosos à vítima, mas adotei uma regra geral de não remover nenhuma pessoa dos dados, porque a remoção seletiva das pessoas, num critério de certa forma impreciso, é o caminho mais rápido de modelarmos hipóteses inadvertidamente. Mesmo agora não pretendo dispensar aquelas porque não está claro se suas rejeições da ilusão técnica foram causas de sua obediência ou conseqüências dela. Processos cognitivos podem servir para racionalizar o comportamento que a pessoa foi compelida a ter. É simples, de fato, para ela explicar seu comportamento ao relatar que não acreditava que a vítima estivesse recebendo choques, e algumas pessoas podem ter chegado a essa posição como uma explicação *post facto*. Isso não custa nada para elas e seria um grande passo em direção da preservação de sua concepção própria positiva. Existe tam-

Tabela 7. Respostas sobre Acreditar (na aplicação de choques)

Durante a Experiência	Desfiantes	Obedientes	Total
(1) Acreditei completamente	62,5 (230)	27,9 (139)	56,1% (369)
(2) Embora com certas dúvidas, acreditei	22,6% (83)	25,9% (75)	24,0% (158)
(3) Eu não tinha certeza se o aluno recebia choques	6% (22)	6,2% (18)	6,1% (40)
(4) Embora com algumas dúvidas, achei que ele não recebia choques	7,6% (28)	16,2% (47)	11,4% (75)
(5) Eu tinha certeza que não	1,4% (5)	3,8% (11)	2,4% (16)

bém o benefício adicional de demonstração de astúcia e inteligência por terem descoberto algo cuidadosamente apresentado.

Mais importante, entretanto, é ser capaz de ver o papel da negação em todo o processo de obediência e desobediência. Negação é um ajustamento cognitivo específico entre vários que ocorrem na experiência, e ela precisa ser propriamente colocada em termos de seu funcionamento na performance de algumas pessoas (veja capítulo 12).

3. *É tão especial a situação no laboratório que nada que foi observado pode contribuir para uma visão geral da obediência na vida social em escala maior?* Não, não se alguém entender o que foi observado – isto é, quão facilmente indivíduos podem se tornar um instrumento da autoridade e como, uma vez assim definido, eles são incapazes de se livrarem dela. Os processos de obediência à autoridade, os quais tentei examinar com certo detalhamento, no capítulo 11, permancem invariáveis contanto que existam as condições básicas para sua ocorrência: isto é, que alguém estabeleça um relacionamento com uma pessoa que sinta que tenha, por causa do seu *status*, o direito de determinar o seu comportamento. Enquanto os detalhes da obediência diferem em outras situações, os processos básicos permanecem os mesmos, assim como o processo básico da combustão é o mesmo tanto para um palito de fósforo aceso quanto para um incêndio na floresta.

O problema da generalização de um para outro não consiste comparação ponto-a-ponto entre um e outro (o palito é pequeno, a floresta

é imensa etc.), mas dependem inteiramente de alguém ter chegado a um entendimento teórico correto do processo. No caso da combustão entendemos a rápida oxidação sob condições de excitação do elétron e, na obediência, a reestruturação dos processos mentais internos no estado de agente.

Há algumas pessoas que dizem que uma experiência psicológica é um evento único e, portanto, não pode ser generalizado para um universo maior.[25] Mas é mais útil reconhecer que qualquer ocasião social tem propriedades únicas, e a tarefa social do dentista é encontrar os princícipios que atuam nessa diversidade superficial.

Na oportunidade que dizemos que uma experiência psicológica compartilha suas propriedades estruturais essenciais com outra, acontecem situações compostas de inferioridade e superioridade. Em todas essas circunstâncias, a pessoa não responde tanto ao conteúdo do que é pedido mas na base do relacionamento com a pessoa que faz o pedido. De fato, onde a autoridade legítima é a fonte de ação, o relacionamento supera o conteúdo. Isto é o significado da importância da estrutura social, e é o que demonstramos nesta experiência.

Alguns críticos tentaram desprezar as descobertas ao declararem que o comportamento é legitimado pelo pesquisador, como se isto tornasse a experiência inconseqüente. Mas o comportamento é também regulado por qualquer exemplo socialmente significante de obediência, seja a obediência de um soldado, empregado ou do carrasco de uma prisão estadual. É precisamente o entendimento do comportamento dentro dessas hierarquias que a investigação pesquisa. Eichmann, mais tarde, estava empenhado numa organização social legítima e, no seu ponto de vista, realizando um trabalho profundo. Em outras palavras, esta investigação trata da obediência não dos oprimidos, que são coagidos, por punições brutais, a ceder, mas daqueles que cedem intencionalmente porque a sociedade estabelece os deveres e eles são motivados a agir de acordo com o estabelecido.

Outra questão mais específica diz respeito ao grau de paralelismo entre a obediência no laboratório e existência na Alemanha Nazista. Obviamente há diferenças enormes. Considere a disparidade na escala do tempo. A experiência no laboratório leva uma hora; a calamidade nazista levou mais de uma década. É a obediência observada no laboratório comparável em qualquer aspecto àquela existente na Alemanha Na-

zista? (E a chama de um palito de fósforo comparável ao incêndio de Chicago em 1898.) A resposta deve ser que enquanto há diferenças enormes de circunstâncias e dimensão, há um processo psicológico comum envolvido em ambos eventos.

No laboratório, através de uma série de manipulações simples, pessoas comuns não se acham como parte responsável da causa da evolução de uma ação contra outra pessoa. A forma pela qual a responsabilidade é descartada e os indivíduos se tornam agentes irrefletidos da ação é de importância geral. Pode-se achar evidência de sua ocorrência também ao se lerem os transcritos dos criminosos de guerra em Nuremberg, dos assassinos norte-americanos de MyLai, e do comandante de Andersonville. O que achamos em comum entre soldados, funcionários do partido e colaboradores obedientes é a mesma capacidade ilimitada de subjulgarem-se à autoridade e o uso de mecanismos mentais idênticos de redução da tensão ao agirem contra vítimas indefesas. Ao mesmo tempo é obviamente importante reconhecermos algumas diferenças entre a situação de nossos colaboradores e dos alemães comandados por Hitler.

A experiência é apresentada aos nossos colaboradores de forma a realçar seus valores humanos positivos: aumento do conhecimento sobre aprendizado e processos de memória. Esses objetivos são consistentes com valores culturais amplamente difundidos. A obediência é um mero instrumento ao alcance desses objetivos. Em contraste, os objetivos perseguidos pelos alemães nazistas eram por si só moralmente repreensíveis, e eram reconhecidos como tal por muitos alemães.[26]

A manutenção da obediência em nossos colaboradores é altamente dependente da natureza encontrada na ocasião social e de alguém para sua observação. Verificamos como a obediência declinou sensivelmente quando o pesquisador não estava presente. As formas de obediência que ocorreram na Alemanha eram de longe dependentes da interiorização da autoridade e eram provavelmente menos dependentes de observações constantes. Eu suponho que tais interiorizações somente podem ocorrer através de processos longos de doutrinação, de um tipo que não é possível no período de laboratório. Assim, os mecanismos de sustentação dos alemães não eram meramente ansiedade momentânea e vergonha da desobediência, mas mecanismo de punição mais interiorizados que só podem ser desenvolvidos através de relacionamentos mais longos com a autoridade.

Outras diferenças deveriam ser mencionadas pelo menos rapida-

mente: resistir ao nazismo era por si só um ato de heroísmo, não uma decisão inconseqüente, e a morte era um punição possível. Punições e ameaças estavam sempre por perto, e as próprias vítimas haviam sido inteiramente caluniadas e descritas como inválidas para a vida ou para a raça humana. Finalmente, nossos colaboradores foram informados pela autoridade de que o que eles fazendo às vítimas podia ser temporariamente doloroso mas que não ia causar um mal permanente, enquanto que os alemães diretamente envolvidos nas exterminações sabiam que não estavam somente inflingindo dor, mas também destruindo vidas humanas. Então, na análise final, o que aconteceu na Alemanha de 1933 até 1945 só pode ser totalmente entendido como a expressão de um desenvolvimento histórico único que nunca mais será exatamente repetido.

Assim mesmo a essência da obediência, como um processo psicológico, pode ser captada ao estudarmos a situação simples na qual um homem é mandado por uma autoridade legítima agir contra um terceiro indivíduo. Esta situação confrontou tanto nosso colaborador de experiência como o alemão e evocou em cada um uma série de ajustes psicológicos paralelos.

Um estudo publicado em 1972 por H. V. Dicks nos dá uma visão adicional desse problema. Dicks entrevistou antigos membros componentes do campo de concentração da SS e de unidades da Gestapo, e na conclusão de seus estudos relatou suas observações sobre as experiências a respeito da obediência. Ele acha paralelismos claros nos mecanismos psicológicos dos eus entrevistados da SS e Gestapo e dos colaboradores do laboratório:

Milgram era. . . capaz de identificar a necessidade nascente de desvalorização da vítima. . . nós reconhecemos a mesma tendência em, por exemplo, BS, BT, e GM (entrevistados nos estudos de Dick). . . igualmente impressivo para uma avaliação da atitude do "colaborador indefeso" como defesa moral foi a gravação que Millgram fez com os colaboradores que puderam depois declarar que "estavam convencidos do quão errados eram os atos que pediram para eles realizarem" e dessa forma sentirem-se virtuosos. Suas virtudes não eram efetivas pois eles foram incapazes de desafiar a autoridade. Esta descoberta nos lembra um homem completamente arrasado como PF (membro da SS) que mais tarde conseguiu sentir muita indignação a respeito do que teve que fazer.

A experiência de Milgram expôs claramente as tendências, "todas muito humanas", de conformidade e obediência à autoridade em grupo. . . Seu trabalho também indicou algumas das mesmas defesas do ego usadas subseqüentemente como justificativas pelos seus colaboradores "comuns" e pelos homens da SS. . .

Gordon W. Allport gostava de chamar a esse modelo experimental de "A Experiência Eichmann", por ele ter notado na situação do colaborador alguma coisa familiar à posição dos burocratas nazistas que, na ação de fazer seu trabalho, contribuíram para a destruição de milhões de seres humanos. Talvez o termo "experiência Eichmann" seja apropriado, mas isso não pode nos levar a não considerar a importância dessa investigação. Centrarmos somente nos nazistas, não obstante seus atos repulsivos, e considerar somente as atrocidades largamente noticiadas como relevante a esses estudos é fugir totalmente ao objetivo. Pois os estudos preocupam-se principalmente com a destruição comum e rotineira realizada por pessoas que no dia-a-dia cumprem ordens.

15
Epílogo

O DILEMA imposto pelo conflito entre consciência e autoridade faz parte da própria natureza da sociedade e estaria conosco mesmo se a Alemanha Nazista não tivesse nunca existido. Tratar do problema como se ele fosse somente um problema da história é dar-lhe uma distância ilusória.

Alguns desprezam o exemplo nazista porque vivemos numa democracia e não num estado autoritário. Mas na realidade isso não elimina o problema, pois este não é "autoritarismo" como um tipo de organização política ou uma série de atitudes psicológicas, mas a própria autoridade. O autoritarismo pode ceder à prática democrática, mas a autoridade em si não pode ser eliminada enquanto a sociedade continuar da forma como a conhecemos.[27]

Nas democracias, os homens são colocados em seus postos através de eleições populares. Contudo, uma vez empossados têm a mesma autoridade que aqueles que lá entram por outros meios. E, como vemos repetidamente, as exigências da autoridade instalada democraticamente podem também entrar em conflito com a consciência. A importação e escravização de milhões de pessoas negras, a destruição da população índia americana, o aprisionamento de americano, japoneses o uso da bomba Napalm contra civis no Vietnam, todos são programas cruéis que se originaram na autoridade de uma nação democrática, e foi respondida com a obediência esperada. Em cada caso, vozes da moralidade foram levantadas contra a ação em questão, mas a resposta típica das pessoas comuns foi obedecer às ordens.

Fiquei muito surpreso quando, ao fazer palestras sobre as experiências de obediência em escolas superiores por todo o país, encontrei jovens que ficaram aterrorizados com o comportamento dos colaboradores da experiência e proclamaram que nunca iriam comportar-se de tal forma, mas que, em questão de meses, tornaram-se militares e realizaram sem

hesitação ações piores que a aplicação de choques na vítima. Nesse aspecto, eles não são nem melhores nem piores que seres humanos de qualquer outra era que se entregam aos objetivos da autoridade e tornam-se instrumentos em seus processos destrutivos.

Obediência e A Guerra no Vietnam

CADA GERAÇÃO fica sabendo do problema da obediência por sua própria experiência histórica. Os Estados Unidos há algum tempo saíram de uma guerra cara e contestada no sudeste da Ásia.

A lista das ações desumanas praticadas por americanos comuns no conflito vietnamita é muito longa para ser documentada aqui em detalhes. Há vários livros que exploram este assunto (Taylor, 1970; Glasser 1971; Halberstam, 1965). Podemos mencionar simplesmente que nossos soldados rotineiramente incendiavam povoados, empenhavam-se em planos de ação de "zona livre de fogo", usavam extensivamente bombas Napalm, utilizavam a tecnologia mais avançada contra exércitos primitivos, arrasavam imensas áreas de terra, forçavam a evacuação dos doentes e idosos devido a planos de ajuda militares, e massacraram completamente centenas de civis desarmados.

Para o psicólogo, essas coisas não aparecem como eventos históricos impessoais, mas sim como ações praticadas por homens como nós que foram transformados pela autoridade e que assim abandonaram todo o senso de responsabilidade individual por suas ações.

Como pode acontecer que uma pessoa decente, em questão de poucos meses, esteja matando outros homens sem limitação de consciência? Vamos rever o processo.

Primeiramente, ele deve ser retirado da posição externa do sistema militar autoritário para uma posição interna do mesmo. A bem conhecida orientação de indução fornece o mecanismo formal. É imposto um juramento de obediência para reforçar o engajamento do recruta no seu novo papel.

A área de treinamento militar é fisicamente separada da comunidade para assegurar a ausência de autoridades competentes. Eram dadas recompensas ou punições de acordo com a obediência de cada um. Era gasto um período de várias semanas em treinamento básico. Embora o

objetivo ostensivo fosse oferecer ao recruta habilidades militares, seu objetivo fundamental era retirar qualquer resíduo da individualidade e egocentrismo.

As horas gastas nos campos de treinamento não têm como objetivo maior ensinar à pessoa como desfilar eficientemente numa parada militar. O objetivo é a disciplina, e dar uma forma visível de submissão do indivíduo a uma forma organizacional. Colunas e pelotões movem-se como um único homem, cada um deles correspondendo à autoridade do sargento treinador. Tais formações não consistem de indivíduos, mas de máquinas. O objetivo geral do treinamento militar é reduzir o soldado a esse estado é eliminar qualquer traço de ego, é assegurar, através de longa exposição, uma aceitação interiorizada da autoridade militar.

Antes do embarque para a zona de guerra, a autoridade tenta definir o significado da ação do soldado de forma a ligá-la a valores ideais e a objetivos maiores da sociedade. Aos recrutas é dito que aqueles que eles vão enfrentar em batalhas são inimigos de sua nação e que a não ser que sejam destruídos, todo o seu país estará em perigo. A situação é definida de forma a que ações cruéis e desumanas pareçam justificáveis. Na guerra vietnamita, um elemento adicional facilitou a ação cruel: o inimigo era de uma outra raça. Os vietnamitas eram chamados de "amarelos", como se fossem sub-humanos e assim não merecessem simpatia.

Dentro da zona de guerra, aparecem novas realidades; o soldado agora encara um adversário também treinado e doutrinado. Qualquer desorganização em termos de hierarquia constitui um perigo para a unidade, pois ela será menos efetiva em combate, e sujeita à derrota. Assim, a manutenção da disciplina torna-se um elemento de sobrevivência, e ao soldado não é dada outra chance senão obedecer.

Na prática rotineira de seus deveres, o soldado não experimenta constrangimento individual de matar, ferir ou aleijar outros, soldados ou civis. Como conseqüência dessas ações, homens, mulheres e crianças são mortas e sofrem terrivelmente, mas ele nã vê esses acontecimentos como pessoalmente relevantes. Ele está realizando a missão dada a ele.

A possibilidade de desobediência ou de falha ocorre a alguns soldados, mas na situação real na qual eles se encontram não parece ser prática. Para onde eles iriam desertar? Além disso, há punições severas para rebeldia e, finalmente, há uma estrutura internalizada, poderosa, para a obediência. O soldado não deseja parecer um covarde, desleal ou não americano. A situação foi definida de forma a que ele pudesse ver

a si mesmo como patriota, corajoso e valente somente através da submissão.

A ele é dito que está matando outros por uma causa justa. E essa definição vem das fontes mais altas – não somente do líder da tropa, nem das altas patentes no Vietnam, mas do próprio presidente. Aqueles que protestam contra a guerra dentro de casa estão indignados. Mas o soldado está trancado numa estrutura de autoridade, e aqueles que o culpam de estar realizando coisas diabólicas desafiam as próprias adaptações psicológicas que tornam a vida tolerável. Conseguir sobreviver por um dia já é tarefa difícil; não há tempo para preocupar-se com moralismo.

Para alguns, a transformação para o estado de agente é somente parcial, e os valores humanos prevalecem. Esses soldados conscienciosos, embora sejam poucos, são fontes potenciais de ruptura da união e são segregados da unidade.

Mas assim aprendemos uma lição importante no funcionamento das organizações. A falta cometida por um único indivíduo, contanto que possa ser contida, é de pouca conseqüência. Ele será substituído por outro homem. O único perigo para a organização militar é a possibilidade de que um único rebelde estimule os outros. Desta forma, ele deve ser isolado, ou severamente punido, para desencorajar a imitação.

Em várias circunstâncias a tecnologia ajuda a reduzir a tensão ao criar necessariamente atenuadores. A Napalm é jogada de cinco mil metros de altitude em civis; os alvos das armas não são os homens, mas pequenos pontos numa tela.

A guerra continua; homens comuns agindo com crueldade e severidade é que fazem com que o comportamento de nossos colaboradores na experiência pareça brincadeira. O final da guerra chega não através da desobediência de cada soldado, mas pela mudança da política governamental; os soldados abaixam suas armas quando recebem ordens para assim o fazerem.

Antes do final da guerra o comportamento humano permite uma avaliação que confirma nossa previsão. Na Guerra do Vietnam, o massacre de My Lai revelou com clareza especial o problema ao qual este livro se dedicou. Aqui está o caso de um incidente acontecido com um participante que foi entrevistado por Mike Wallace, da CBS:

P. Quantos homens à bordo de cada embarcação?

R. *Cinco. E desembarcamos próximo ao povoado. Entramos todos em forma e começamos a caminhar na direção dele. Havia um homem, um amarelo sob um telheiro, e ele estava lá, todo encolhido, e alguém gritou e disse que havia um amarelo lá.*

P. *Qual a idade do homem ? Quero dizer, ele era jovem ou idoso ?*

R. *Um velho. E o homem levantou e disse que tinha um amarelo lá, e o sargento Mitchell virou-se e disse: mate-o.*

P. *O sargento Mitchell estava comandando vocês vinte ?*

R. *Ele estava comandando todo o grupamento. Aí então, o homem atirou nele. Assim nós entramos no povoado e começamos a revistar e reunir as pessoas no centro do povoado.*

P. *Quantas pessoas vocês cercaram ?*

R. *Bem, havia umas quarenta, cinqüenta pessoas que reunimos no centro do povoado. E nós colocamos elas lá, e ficou igual uma pequena ilha, lá no centro do povoado. . . aí. . .*

P. *Que tipo de pessoas – homens, mulheres, crianças ?*

R. *Homens, mulheres, crianças.*

P. *Bebês ?*

R. *Bebês. E nós amontoamos eles. Fizemos eles agacharem e o tenente Calley chegou e disse, "você sabe o que tem que fazer com eles, não sabe?" E eu disse sim. Eu entendi que ele só queria que nós tomássemos conta deles. Ele saiu e voltou depois de dez ou quinze minutos e disse, "Por que você ainda não os matou?" E eu disse a ele que eu não pensava que ele quisesse que nós matássemos eles e sim que vigiássemos eles. Ele disse. "Não. Eu os quero mortos". Então. . .*

P. *Ele disse isso para todos vocês ou para você particularmente ?*

R. *Bem, eu estava de frente para ele. Então mais outros três, quatro sujeitos ouviram e então ele recuou um três ou quatro metros e começou a atirar e disse para eu atirar também. Então eu comecei a atirar, eu descarreguei mais ou menos quatro pentes no grupo.*

P. *Você descarregou quatro pentes de balas da sua. . .*

R. *M-16.*

P. *E há mais ou menos quantos pentes – quer dizer, quantos ?*

R. *Tinham dezessete cartuchos em cada pente.*

P. *Então você disparou sessenta e sete tiros ?*

R. *Certo.*

P. *E quantos você matou? Naquela hora?*

R. *Bem, eu atirei em automático, então eu não posso – você só varre*

a área que eles estão e então não dá para saber quantos você matou porque eles morriam logo. Eu devo ter matado dez ou quinze deles.

P. *Homens, mulheres e crianças ?*

R. *Homens, mulheres e crianças.*

P. *E bebês ?*

R. *E bebês.*

P. *OK. E da?*

R. *Então começamos a reunir mais pessoas, e já tínhamos sete ou oito pessoas. E a gente ia jogar álcool neles e, bem, nós jogamos álcool neles e lançamos uma granada de mão lá neles. E alguém veio do precipício e nos disse para os levarmos para lá; então nós levamos lá pra cima. . . e quando eles já estavam lá em cima havia umas setenta, setenta e cinco pessoas lá, todas juntas. E o Tenente Calley disse-me, ele falou, "Soldado, temos um outro trabalho para fazer". E então ele caminhou até as pessoas, e começou a empurrá-las e começou a atirar. . .*

P. *Começou a empurrá-las precipício abaixo?*

R. *Precipício abaixo. Era um fosso. Então começamos a empurrar todos, e começamos a atirar neles, então todos juntos empurramos eles, e começamos a atirar em automático neles e então. . .*

P. *Novamente homens, mulheres e crianças ?*

R. *Homens, mulheres e crianças.*

P. *E bebês ?*

R. *E bebês. E então nós começamos a atirar neles e alguém disse para mudar para tiro simples para economizar munição. Então nós mudamos para tiro simples e atiramos mais alguns cartuchos.*

P. *Por quê você fez isso ?*

R. *Por que eu fiz isso ? Porque eu senti que era obrigado a fazer isso, e me parecia assim. Em algumas horas eu achava que estava fazendo a coisa certa, porque, como eu disse, eu perdi companheiros. Eu perdi um grande companheiro, Bobby Wilson, e isso estava na minha consciência. Então, depois que eu fiz aquilo, em me senti bem, mas depois naquele mesmo dia, aquilo me incomodou.*

P. *Você é casado ?*

R. *Sim.*

P. *Filhos ?*

R. *Dois.*

P. *Quantos anos ?*

R. *O garoto tem dois anos e meio e a garotinha tem um e meio.*

P. *Obviamente, a pergunta vem à minha cabeça. . . O pai de duas criancinhas como essas. . . como pode atirar em bebês ?*

R. *Eu ainda não tinha a garotinha. Eu só tinha o garoto naquela época.*

P. *Puxa. . . como você mata bebês ?*

R. *Eu não sei. São coisas.*

P. *Quantas pessoas você imagina que foram mortas naquele dia ?*

R. *Eu diria mais ou menos trezentas e setenta.*

P. *Como você chegou a esse cálculo ?*

R. *Simplesmente olhando.*

P. *Você disse que pensa que muitas pessoas, mas você mesmo foi responsável por quantas ?*

R. *Eu não poderia saber.*

P. *Vinte e cinco ? Cinqüenta?*

R. *Eu não poderia saber. Muitas.*

P. *E quantos homens participaram realmente da matança ?*

R. *Bem, eu realmente não poderia saber disso também. Tinha outro. . . Tinha um outro pelotão lá, e. . . mas eu simplesmente não poderia dizer quantos.*

P. *Mas esses civis eram alinhados e fuzilados ? Eles não eram mortos por fogo cruzado ?*

R. *Eles não eram alinhados. . . Eles eram simplesmente empurrados no precipício, ou simplesmente sentados, agachados e fuzilados.*

P. *O que esses civis – particularmente as mulheres e crianças, os idosos – o que eles faziam? O que eles diziam para vocês?*

R. *Eles não tinham nada para falar. Eles eram simplesmente empurrados e faziam o que era mandado fazer.*

P. *Eles não estavam implorando ou dizendo "não. . . não", ou . . .*

R. *Certo, eles estavam implorando e dizendo "não, não". E as mães estavam abraçando suas crianças, e. . . mas eles continuavam no meio do fogo. Bem, nós continuávamos atirando. Eles estavam agitando os braços e implorando. . .*

(New York Times, 25 de novembro de 1969)

O soldado não foi levado a julgamento por seu papel em My Lai, pois não estava mais sob jurisdição militar no momento que o massacre tornou-se de conhecimento público.[28]

Ao ler os transcritos do episódio de My Lai, o julgamento de Eichmann, e o julgamento do tenente Henry Wirz, comandante de Andersonville,[29] os seguintes tópicos surgem.

1. Achamos uma série de pessoas realizando seus trabalhos e dominadas mais por uma perspectiva administrativa do que moral;

2. De fato, os indivíduos envolvidos fazem uma distinção entre destruir outros por dever e a expressão de sentimento pessoal. Eles experimentam um senso de moralidade num grau no qual todas as suas ações são governadas por ordens de autoridades mais elevadas;

3. Valores individuais de lealdade, dever, e disciplina advêm das necessidades técnicas da hierarquia. Eles são encarados como imperativos morais altamente pessoais pelo indivíduo, mas a nível organizacional são simplesmente pré-condições técnicas para a manutenção do sistema maior;

4. Há modificações freqüentes de linguagem, para que os atos, à nível verbal, não entrem em confronto direto com os conceitos morais verbais que fazem parte da criação de todos. O eufemismo passa a dominar a linguagem – não futilmente, mas como um meio de proteger a pessoa contra todas as implicações morais dos seus atos;

5. A responsabilidade invariavelmente sobe à cabeça do subordinado. E há, freqüentemente, muitos pedidos de "autorização". De fato, o pedido repetido de autorização é sempre um sinal prematuro onde o subordinado sente, em certo nível, que está envolvida a transgressão de uma regra moral;

6. As ações são quase sempre justificadas em termos de uma série de objetivos construtivos, e são vistas como nobres à luz de algum grande propósito ideológico. Na experiência, a ciência é beneficiada pelo ato de aplicar choque à vítima contra sua vontade; na Alemanha, o massacre dos judeus foi representado como um processo "higiênico" contra o "verme judaico" (Hilberg, 1961).

7. Há sempre algum elemento de má formação ao se censurar o curso destrutivo dos eventos, ou de torná-los tema de conversação. Assim, na Alemanha Nazista, mesmo entre aqueles mais proximamente identificados com a solução final, era considerado um ato de descortesia o comentário sobre os extermínios (Hilberg, 1961). Colaboradores na experiência sentem muito freqüentemente suas objeções como embaraçosas;

8. Quando o relacionamento entre o colaborador e a autoridade

permanece intacto, as adaptações psicológicas entram em cena para amainar a tensão do cumprimento de ordens sem princípios;

9. A obediência não toma a forma de um confronto dramático entre vontades ou filosofias opostas. Ela está envolta numa atmosfera maior onde o relacionamento social, as aspirações profissionais e as rotinas técnicas estabelecem um domínio. Tipicamente, não encontramos uma figura heróica lutando com a consciência, nem um homem patologicamente agressivo explorando cruelmente uma posição de poder, mas *um funcionário a quem foi* dado uma tarefa e que se esforça para criar uma impressão de competência no seu trabalho.

Agora vamos retornar às experiências e tentar sublinhar seus significados. O comportamento revelado nas experiências registradas aqui é um comportamento humano normal mas que revela, sob condições que mostram com certa clareza o perigo da sobrevivência humana, ser inerente à nossa concepção. E o que vimos? Não agressão, pois não há aborrecimento, sentimento de vingança, ou ódio nos que aplicam choques às vítimas. Homens aborrecem-se, agem com ódio e explodem de raiva contra outros. Mas não aqui. Alguma coisa muito mais perigosa é revelada: a capacidade do homem de abandonar sua humanidade, de fato, a inevitabilidade com que ele faz isso, ao dedicar sua personalidade a estruturas institucionais maiores.

Esta é uma falha fatal que a natureza projetou em nós, e que a longo prazo dá à nossa espécie uma modesta chance de sobrevivência.

É engraçado como as virtudes de lealdade, disciplina e sacrifício próprio que valorizamos tanto num indivíduo são as próprias características que provocam a organização de máquinas destrutivas de guerra e prendem o homem a sistemas malevolentes de autoridade.

Cada indivíduo possui uma consciência de que num grau maior ou menor serve para controlar a transferência de impulsos destrutivos para outros. Mas quando ele dedica sua pessoa a uma estrutura organizacional, uma nova criatura substitui o homem autônomo, liberto das limitações do moralismo individual, sem inibição humana, preocupado somente com as sanções da autoridade.

Qual o limite de tal obediência? Em vários pontos tentamos estabelecer uma fronteira. Colocamos os gritos da vítima; eles não foram suficientes. A vítima dizia sofrer do coração; os colaboradores continuavam a aplicar-lhe choques sob comando. A vítima implorava para que a deixassem ir, e suas respostas não eram mais registradas no painel de si-

nalização; os colaboradores continuavam a aplicar-lhe choques. No início não tínhamos planejado a necessidade de procedimentos tão drásticos para gerar desobediência, e cada passo foi adicionado somente quando tornava-se clara a ineficiência das técnicas anteriores. O esforço final para estabelecimento de um limite foi a condição de toque-proximidade. Mas o primeiro colaborador nessa condição dominou a vítima sob seu comando e chegou até o nível mais alto de choque. Um quarto desses colaboradores nessas condições agiu do mesmo modo.

Os resultados, como visto e sentido no laboratório, são perturbadores para este autor. Eles levantam a possibilidade de que não podemos confiar na natureza humana, ou – mais especificamente – no tipo de caráter produzido na sociedade democrática americana. Para se conseguir o isolamento dos cidadãos da brutalidade e do tratamento desumano através da autoridade malevolente. Uma proporção substancial de pessoas faz o que se manda que façam, desconsiderando o conteúdo do ato e sem limitações de consciência, desde que percebam que o comando venha de uma autoridade legítima.

Harold J. Laski escreveu num artigo intitulado "Os Perigos da Obediência":

> *. . . civilização significa, acima de tudo, uma aversão à aplicação de dor desnecessária. Dentro do âmbito dessa definição, aqueles de nós que aceitam ordens de autoridades sem a devida atenção não podem ainda reclamar o título de homem civilizado.*

> *. . . nossa tarefa, se não desejamos viver uma vida completamente vazia de significação e sentido, é não aceitar qualquer coisa que entre em contradição com nossa experiência básica simplesmente porque chega até nós por tradição ou convenção de autoridade. Pode ser que estejamos errados; mas nossa expressão própria é obstruída nas raízes, ao menos que as certezas de que somos indagados a aceitar coincida com as certezas de que partilhamos. Este é o motivo pelo qual a condição de liberdade em qualquer estado é sempre um ceticismo propagado e consistente dos princípio sobre os quais o poder insiste.*

Apêndice I
Problemas de Ética na Pesquisa

O OBJETIVO da investigação descrita aqui foi o de estudar a obediência e a desobediência à autoridade sob condições que permitiam cuidadoso escrutínio do fenômeno. Uma pessoa recebia ordens de um pesquisador no sentido de obedecer a uma série de ordens gradativamente mais rígidas, e nosso interesse era o de ver quando a pessoa deixaria de obedecer. Um elemento artístico era necessário para dar as condições adequadas para que se observasse o comportamento, e ilusões técnicas foram utilizadas à larga (como por exemplo o fato de que a vítima apenas parecia receber os choques). Além disso, a maior parte do que ocorreu no laboratório era o que fora descoberto, antes de ser o que fora planejado.

Para alguns críticos, contudo, o principal mal da experiência foi a experiência em si e não o fato de as pessoas obedecerem. Entre psicólogos profissionais houve uma certa polarização.[31] *A pesquisa foi a um só tempo altamente elogiada e duramente criticada. Em 1964, a Dra. Diana Baumrind atacou as experiências no* American Psychologist, *no qual mais tarde publiquei esta réplica*

. . . Numa recente edição do American Psychologist, *uma crítica levantou um certo número de questões sobre o relatório a respeito da obediência. Ela manifestou preocupação pelo bem-estar das pessoas que serviram à experiência, e conjecturou se foram tomadas medidas adequadas para proteger os participantes.*

No início, a crítica confunde o resultado imprevisto de uma experiência com os seus procedimentos básicos. Ela escreve, por exemplo, como se a produção da tensão nas nossas pessoas fosse um efeito premeditado e deliberado da manipulação experimental. Há muitos procedimentos de laboratório especificamente destinadas a criar tensão (Laza-

rus, 1964), mas a obediência, como paradigma, não foi um deles. A extrema tensão induzida em algumas pessoas foi inesperada. Antes de realizar a experiência, os procedimentos foram discutidos com muitos colegas e nenhum deles previu as reações que subseqüentemente ocorreram. A previsão de resultados não pode nunca ser uma acompanhamento invariável de uma experiência. O conhecimento aumenta porque examinamos situações cujos desfechos não são conhecidos. Um investigador que não deseje aceitar este grau de risco deve desistir da idéia da investigação científica.

Além disso, havia motivo de sobra para se esperar, antes da experiência, que as pessoas se recusassem a seguir as ordens do pesquisador além do ponto em que a vítima protesta; muitos colegas e psiquiatras foram indagados a esse respeito, e todos eles virtualmente acharam que a reação seria essa. Na verdade, para se dar início a uma experiência que cuja medida crítica é a desobediência, deve-se começar com uma crença em certos recursos espontâneos do homem que lhe possibilite vencer a pressão de uma autoridade.

É verdade que depois de um razoável número de pessoas ter sido submetida aos procedimentos, tornou-se evidente que algumas delas iriam até o último dos choques, e que algumas sentiriam tensão. Este ponto, assim me parece, é a primeira crise legítima na qual pode-se começar a conjecturar sobre abandonar ou não a experiência. Mas o excitamento momentâneo não é nenhum mal. À medida que a experiência prosseguiu não se viu indicação de que efeitos danosos nas pessoas, e à medida também que as próprias pessoas defendiam de modo veemente a experiência, julguei conveniente prosseguir com o estudo.

Não está a crítica baseada tanto na descobertas imprevistas quanto no método? As descobertas foram que algumas pessoas comportaram-se de modo que parecia ser chocantemente imoral. Se, em vez disso todas elas tivessem desistido no "choque fraco", ou aos primeiros sinais de desagrado por parte do aluno, os resultados teriam sido agradáveis, e tranqüilizadores, a quem protestaria?

Um aspecto muito importante dos procedimentos ocorreu no final da sessão. Um cuidadoso tratamento após a experiência foi oferecido a todas as pessoas. O conteúdo exato de cada experiência variava de condição para condição e com a crescente experiência de nossa parte. No mínimo, todas as pessoas recebiam a informação de que a vítima não havia recebido choques elétricos perigosos. Cada pessoa voltava a se encontrar de modo amistoso com a vítima, ilesa, e mantinha uma conver-

sa detalhada com o pesquisador. A experiência era explicada às pessoas desafiantes de um modo que apoiava sua decisão de desobedecer o pesquisador. As pessoas obedientes recebiam a garantia de que seu comportamento era perfeitamente normal e que seus sentimentos de conflito ou tensão havia sido compartilhado pelos demais participantes. As pessoas recebiam também a informação de que lhes seria entregue um relatório amplo sobre a conclusão da série de experiências. Em alguns casos, detalhes adicionais e discussões pormenorizadas eram oferecidas e algumas pessoas, individualmente.

Quando a série de experiência completou-se, as pessoas receberam um relatório escrito que fornecia os detalhes dos procedimentos da experiência e os resultados. Novamente a participação de cada uma delas era tratada de uma maneira elogiosa e seu comportamento na experiência respeitado. Todas as pessoas receberam um questionário que tinha por finalidade analisar sua participação na pesquisa, e que permitia uma nova oportunidade de manifestarem seus pensamentos e sentimentos sobre o comportamento.

As respostas ao questionário confirmaram minha impressão de que os participantes tinham um sentimento favorável em relação ao estudo. No seu aspecto quantitativo (veja a Tabela 8), 84% das pessoas afirmaram que estavam contentes por ter participado da experiência; 15% demonstraram sentimento neutro; 1,3% sentimento negativo. Para se ter certeza, esses dados devem ser interpretados cuidadosamente, mas não podem ser desconsiderados.

Além disso, quatro quintos das pessoas acharam que outras experiências deste tipo devem ser realizadas, e 74% indicaram que haviam aprendido alguma coisa de importância pessoal como resultado de sua participação no estudo.

Os procedimentos de avaliação foram conduzidos de maneira natural, e não foram estimulados por nenhuma observação de risco especial o procedimento da experiência. Em minha opinião, em nenhum momento as pessoas eram expostas a perigo e em nenhum momento correram o risco de efeitos danosos como resultado de sua participação. Se fosse de outra maneira, a experiência teria sido encerrada imediatamente.

A crítica afirma que, após ter participado da experiência, a pessoa não pode justificar seu comportamento e deve agüentar todas as conseqüências de suas ações. De um modo geral a coisa não acontece deste modo. Os mesmos mecanismos que permitem que a pessoa realize o ato,

Tabela 8. Extrato do questionário usado na seqüência do estudo sobre obediência.

Agora que li o relatório, e consideradas todas as coisas. . .	Desafiantes	Obedientes	Total
1. Estou muito contente em ter participado da experiência	40,0%	47,8%	43,5%
2. Estou contente em ter participado da experiência	43,8%	35,7%	40,2%
3. Não estou nem contente nem aborrecido por ter participado da experiência	15,3%	14,8%	15,1%
4. Estou aborrecido por ter participado da experiência	0,8%	0,7%	0,8%
5. Estou muito aborrecido por ter participado da experiência	0%	1,0%	0,5%

Nota: *Noventa e dois por cento das pessoas devolveram o questionário. As características das pessoas que não o devolveram foram comparadas com as daquelas que mandaram o questionário de volta. Elas diferiam apenas no tocante à idade: as pessoas mais jovens faziam a maioria dos que não responderam.*

obedecer em vez de desafiar o pesquisador, transcende o momento da realização da ação e continua a justificar seu comportamento. O mesmo ponto de vista que a pessoa tem enquanto realiza as ações é o ponto de vista do qual ela mais tarde vê seu comportamento, ou seja, a perspectiva de "efetuar a tarefa determinada pela pessoa que detém a autoridade".

Já que a idéia de aplicar choques na vítima é repugnante, há uma tendência entre as pessoas que ouvem falar da experiência em dizer "as pessoas não farão isso". Quando os resultados são divulgados, esta atitude é expressa como "se elas fazem isso não poderão conviver com isso daí em diante". Essas duas formas de negação das descobertas da experiência são formas igualmente impróprias de interpretação dos fatos do comportamento social humano. Muitas pessoas obedecem realmente até o fim e não há nenhuma indicação de efeitos danosos nisso.

A ausência de danos físicos é uma condição mínima da experiência; pode haver, contudo, um lado positivo importante na participação. A crítica sugere que as pessoas não recebessem nenhum benefício por participarem do estudo de obediência, mas isso é falso. Por suas afirmações e ações, as pessoas indicaram que haviam aprendido muita coisa e muitas delas sentiram-se gratificadas por terem participado de

INDEX BOOKS GROUPS

um estudo científico que consideravam de grande significado. Um ano depois de sua participação, uma delas escreveu: "Esta experiência aumentou minha crença de que o homem deve evitar fazer mal a seu semelhante mesmo correndo o risco de violar a autoridade".

Outra disse: "Para mim, a experiência ressaltou. . . a dimensão que cada pessoa deve ter para basear suas decisões, não importa quão simples elas pareçam ser. Acho que as pessoas deveriam pensar mais profundamente sobre si e sobre sua relação com o mundo e as outras pessoas. Se esta experiência servir para fazer as pessoas abandonarem a complacência, serviu a seus objetivos."

Essas afirmações são demonstrações de um posição de aprovação e compreensão por parte daqueles que participaram do estudo.

O relatório de 5 páginas enviado a todas as pessoas sobre a complementação da série de experiências foi especificamente preparado para aumentar o valor de sua experiência. Ele explicava a macroconcepção do programa experimental e também a lógica de seu plano. Descrevia os resultados de algumas experiências, discutia as causas da tensão, e tentava indicar possível significado da experiência. As pessoas responderam de modo entusiástico; muitas indicaram o desejo de participar de outras pesquisas. Este relatório foi enviado a todas as pessoas muitos anos atrás. O cuidado com o qual ele foi preparado não permite a afirmação da crítica de que o pesquisador foi indiferente aos valores que as pessoas obtiveram com sua participação.

A crítica teme que os participantes serão afastados das pesquisas psicológicas devido à intensidade da experiência associada com os procedimentos de laboratório. Minha observação pessoal é de que as pessoas reagem mais comumente com desagrado à hora vazia do laboratório, na qual são utilizados os procedimentos com cartões, e o único sentimento de sobre sair do laboratório é de que perderam tempo num exercício patentemente simples e inútil.

As pessoas que participaram da experiência sobre obediência, no geral, sentiram algo completamente diferente sobre sua participação. Elas viram a experiência como uma oportunidade de aprenderem algo de importância sobre si mesmas e, mais geralmente, sobre as condições da ação humana.

Um ano depois de terminado o programa de experiências, eu iniciei um estudo adicional. Neste estudo, um médico imparcial, acostumado no tratamento de pacientes externos, entrevistou 40 pessoas que haviam participado da experiência. O psiquiatra centrou seu exame na-

quelas pessoas que ele sentiu que seriam mais prováveis de sofrerem conseqüências em decorrência de sua participação. Seu objetivo era identificar possíveis efeitos negativos ocasionados pela experiência. Ele concluiu que, embora uma tensão extrema tivesse sido sentida por diversas pessoas, "nenhuma delas foi considerada por este entrevistador como demonstrando sinais de terem sido afetadas pela experiência. . . Cada pessoa pareceu ter conduzido sua tarefa (na experiência) de modo compatível com seus padrões de comportamento. Não foram encontradas evidências de nenhuma reação traumática." Isso deve ser levado em conta antes de se julgar a experiência.

Em princípio, a crítica acredita não ser adequado testar a obediência nesta situação, pois ela vê o assunto como não tendo alternativa razoável à obediência. Ao adotar este ponto de vista, perdeu a visão deste fato: uma proporção substancial de pessoas realmente desobedece. Com esse exemplo, a desobediência é mostrada como uma genuína possibilidade, algo que em nenhuma medida é regulada pela estrutura geral da situação experimental.

A crítica não se sente à vontade com o alto índice de obediência obtido na primeira experiência. Na condição em que ela fez a análise, 65% das pessoas obedeceram até o final. Contudo, ela não leva em conta que dentro da estrutura geral da experiência psicológica a obediência variou bastante de uma condição para outra. Em algumas variações, 90% das pessoas desobedeceram. Parece não ser apenas o resultado de uma experiência, mas a estrutura particular de elementos dentro da situação experimental que conta para as taxas de obediência e desobediência. E esses elementos foram sistematicamente variados ao longo do programa de pesquisa.

Uma preocupação com a dignidade humana baseia-se no respeito pela potencialidade de os homens agirem moralmente. A crítica sente que o pesquisador fez *a pessoa aplicar choque à vítima. Este conceito é estranho a minha visão. O pesquisador diz à pessoa para fazer alguma coisa. Mas entre a ordem e o seu efeito há uma força extraordinária, e a pessoa pode obedecer ou desobedecer. Comecei com a crença de que todas as pessoas que foram ao laboratório eram livres para aceitar ou rejeitar os comandos da autoridade. Esta visão sustenta uma concepção de dignidade humana já que ela vê em cada homem a capacidade de escolha de seu comportamento. E à medida que a experiência se desenrolava, muitas pessoas realmente escolhiam rejeitar as ordens do pesquisador, dando uma poderosa, viva afirmação dos ideais humanos.*

A experiência é criticada também porque "ela poderia facilmente provocar uma alteração na habilidade. . . da pessoa em confiar nas autoridades no futuro". . . Contudo, o pesquisador não é apenas uma autoridade; ele é uma autoridade que diz às pessoas agirem cruel e desumanamente contra outro homem. Eu consideraria isso como de máxima importância se a participação na experiência pudesse, realmente, inculcar um ceticismo deste tipo quanto à autoridade. Aqui, talvez, uma diferença filosófica emerge de modo mais claro. A crítica vê a pessoa como uma criatura passiva, completamente controlado pelo pesquisador. Eu comecei de um ponto de vista diferente. Uma pessoa que vem ao laboratório é um adulto ativo, decidido, capaz de aceitar ou rejeitar as prescrições de ações a ele dirigidas. A crítica vê o efeito da experiência como minando a confiança das pessoas na autoridade. Eu a encaro como uma experiência potencialmente valiosa já que torna as pessoas conscientes do problema da submissão indiscriminada à autoridade.

Outra crítica apareceu na peça de Dannie Abse, Os Cães de Pavlov, *que surgiu em Londres em 1971 e que usa a experiência sobre obediência como seu tema dramático central. No clímax da peça, Kurtz, o personagem principal da peça, repudia o pesquisador por que este o trata como uma cobaia. Na apresentação da peça, Abse condena em especial as ilusões empregadas na experiência, chamando-as de "porcarias" "fraudulentas", "frustrantes". Ao mesmo tempo, ele aparentemente admira a qualidade dramática da experiência. E ele permitiu que minha réplica aparecesse no prefácio do livro. Eu escrevi a ele:*

Sinto que você foi muito cruel em sua linguagem quando condenou a utilização de ilusão na experiência que realizei. Como um dramaturgo, você certamente entende que a ilusão pode servir como uma função reveladora e, em verdade, a essência do teatro está no uso benigno do artifício.

Ao se ver uma peça teatral, pode-se acusar o autor de ter mentido, trapaceado e defraudado a audiência, pois ele apresenta pessoas velhas que, depois de retirarem a maquilagem, são na verdade pessoas jovens; homens aparece como médicos etc. etc. Mas esta afirmação de "porcarias", "frustração", "fraude" seria tola pois não leva em conta como aquelas pessoas que foram expostas às ilusões do teatro se sentem. A verdade é que a audiência aceita a necessidade da ilusão como preço do entretenimento, do enriquecimento intelectual e por todos

os outros benefícios da experiência teatral. E é sua aceitação desses procedimentos que lhe dá a garantia dos artifício usados.

Por isso não vou dizer que você mentiu, trapaceou e defraudou sua audiência. Mas defenderia o mesmo direito para a experiência. A informação falsa é usada na experiência; a ilusão é usada quando necessária a fim de se criar a base para a revelação de certas verdades difíceis de serem ditas; e esses procedimentos são justificados por apenas uma razão: eles são, no fim, aceitos e endossados por aqueles que a eles são expostos. . .

. . . Quando a experiência foi explicada às pessoas, elas responderam a ela de modo positivo, e a maioria sentiu que foi uma hora bem empregada. Se tivesse sido diferente, se as pessoas terminassem a hora com sentimentos recriminatórios de contrariedade, a experiência não poderia ter continuado.

Este julgamento baseia-se, primeiro, nas numerosas conversações que tenho mantido com as pessoas imediatamente depois de sua participação na experiência. Tais conversas podem revelar um bom relacionamento, mas o que mostraram mesmo foi como as pessoas eram amigáveis em vez de hostis, curiosas em lugar de denunciatórias, e de modo algum diminuídas pela experiência. Esta foi minha impressão geral e mais tarde esta visão foi sustentada por procedimentos formais empreendidos para avaliar a reação das pessoas à experiência.

A justificação moral central para permitir um procedimento do tipo usado em minha experiência é que é julgado aceitável por aqueles que participaram dela. Além disso, foi a ressalva deste fato durante todo o tempo que constituiu a principal garantia moral para a continuação das experiências.

Este fato é crucial para qualquer avaliação da experiência a partir de um ponto de vista ético.

Imaginem uma experiência na qual o dedo mínimo da pessoas fosse rotineiramente cortado ao longo da hora que passassem no laboratório. Não apenas esta experiência é repreensível, mas ao cabo de algumas horas o estudo seria paralisado, quando os participantes, ultrajados, fariam reclamaçãoes à administração da universidade, e medidas legais seriam tomadas para deter o pesquisador. Quando uma pessoa é violentada, sabe disso, e reagirá de maneira adequada contra a fonte deste tratamento.

A crítica à experiência de que ela não leva em conta a reação tolerante dos participantes é falsa. Isto se aplica particularmente à crítica

centrada no uso de ilusões técnicas (ou "decepção", como os críticos preferem dizer), que não consegue relacionar este detalhe ao fato central de que as pessoas acham o aparelho aceitável. Novamente, o participante, e não uma pessoa de fora, deve sera última fonte de julgamento.

Enquanto algumas pessoas imaginam o pesquisador agindo em termos de engodo, manipulação e sofisma, ou seja, como você deve certamente apreciar, é possível também vê-lo como um dramaturgo criando cenas de poder revelador, e que faz os participantes nelas atuarem. Assim, talvez não estejamos muito distante um do outro no tipo de trabalho que fazemos. Admito que existe uma grande diferença no que aquelas pessoas expostas às suas ilusões teatrais esperam ver, enquanto que as pessoas com as quais eu lido não estão prevenidas. Contudo, se é antiético procurarem-se verdades através do uso da minha dramaturgia, não pode ser respondido de maneira abstrata. Depende inteiramente da resposta das pessoas que foram expostas a estes procedimentos.

Outro ponto: as pessoas obedientes não se culpam por aplicarem choques à vítima, pois o ato em si não se origina nelas. Origina-se na autoridade, e o pior que a pessoa obediente diz a seu próprio respeito é que devia aprender a resistir à autoridade de maneira mais efetiva no futuro.

Que a experiência tenha estimulado isso em algumas pessoas é, a meu ver, uma conseqüência satisfatória da pesquisa. Um caso ilustrativo é dado pela experiência de um rapaz que participou numa das etapas, em Princeton, realizada em 1964. Ele era totalmente obediente. A 27 de outubro de 1970 ele escreveu a mim:

"A participação na 'experiência do choque'. . . teve um grande impacto na minha vida. . .

"Quando participei, em 1964, embora eu acreditasse que estava machucando alguém, não tinha consciência alguma de por que eu fazia aquilo. Poucas pessoas entendem porque, ao agirem segundo sua vontade e quando estão humildemente submetida à autoridade. . . Permitir que eu compreendesse que eu estava submetido às ordens da autoridade para fazer algo de bom me deixaria assustado comigo mesmo. . . Estou plenamente preparado para ir para a prisão se não receber o status *de que me recuso a participar de guerras por motivo de consciência. Mesmo assim, seria o único caminho que eu poderia tomar para ser fiel ao que eu acredito. Minha única esperança é de que os membros do meu júri ajam, igualmente, segundo suas consciências. . ."*

Ele indagou se algum outro participante havia reagido de maneira

similar e se, em minha opinião, a participação no estudo poderia ter este efeito.

Eu respondi:

"A experiência lida, na verdade, com o dilema que as pessoas encaram quando são confrontadas com ordens conflitantes da autoridade e da consciência, e fico feliz que sua participação no estudo tenha levado você a uma consideração pessoal mais profunda a respeito desses temas. Diversos participantes informaram que a sensibilidade deles para os problemas da submissão à autoridade ficou aguçada como resultado da experiência que tiveram no estudo. Se a experiência aumentou sua consciência do problema da submissão indiscriminada à autoridade, desempenhou um importante papel. Se você acredita intensamente que é errado matar outras pessoas a serviço do seu país, então você certamente deve pressionar vigorosamente para receber o status *dessa condição, e tenha esperança de que sua sinceridade sobre o assunto será reconhecida."*

Poucos meses depois ele escreveu novamente, primeiro para dizer que o júri não ficara muito impressionado sobre o efeito da sua participação na experiênca, mas que conseguira o status *de oposição à guerra por motivo de consciência. Ele escreve:*

"A entrevista não diminui minha forte crença sobre o grande impacto da experiência na minha vida. . .

". . . O senhor descobriu uma das mais importantes causas de todos os problemas do mundo. . . Estou feliz por ter podido lhe dar parte da informação necessária para esta descoberta. Estou satisfeito por ter agido, ao me recusar a servir nas Forças Armadas, de um modo como as pessoas devem agir se desejam ver esses problemas resolvidos.

"Com sinceros agradecimentos por sua contribuição à minha vida. . ."

Num mundo em que a ação é freqüentemente encoberta com ambigüidade, eu contudo me sinto constrangido em dar maior atenção a este homem, que realmente participou do estudo, do que à crítica distante. Porque moralismo desestruturado não é a questão, mas apenas a resposta humana daqueles que participaram da experiência. E esta resposta não apenas endossa os procedimentos empregados mas que de modo insistente pede uma investigação mais profunda sobre os problemas da obediência e desobediência.

Ao longo dos anos, diversas declarações sobre a experiência apareceram na imprensa:

O Dr. Milton Erikson, um renomado psicólogo clínico, escreveu:

O trabalho pioneiro [de Milgram] neste campo é atacado como antiético, irresponsável, não informativo ou qualquer outra acusação esperada, simplesmente porque as pessoas gostam de fechar os olhos aos comportamentos indesejáveis, preferindo investigar a memória, esquecendo palavras sem sentido. . .

Milgram está dando uma contribuição grave e significativa ao nosso conhecimento a respeito do comportamento humano. . . Quando o estudo inicial de Milgram apareceu, ele já estava bem consciente de que uma área da investigação científica lhe abriria a porta da reprovação e condenação. . . Realizar estudos deste tipo requer homens fortes com grande fé científica e uma vontade de descobrir que ao próprio homem, e não "ao demônio", pertence a responsabilidade e o controle dessas ações desumanas.

(Internacional Journal of Psychiatry, *outubro de 1968, pp. 278-279.)*

O Dr. Amitai Etzioni, professor de Sociologia na Universidade de Colúmbia, escreveu:

. . . A experiência de Milgram parece para mim uma das melhores levadas a cabo nesta geração. Ela mostra que a freqüentemente citada oposição entre estudo humanístico significante, interessado e pesquisa quantitativa acurada, empírica, é falsa: as duas perspectivas podem ser combinadas em benefício de ambas. . .

(Internacional Journal of Psychiatry, *outubro de 1968, pp. 278-79.)*

O professor Herbert Kelman escrevera um cuidadoso artigo sobre problemas éticos de pesquisa experimental intitulado: "O Uso do Homem em Assuntos do Homem: O Problema da Decepção nas Experiências da Psicologia Social". E o Dr. Thomas Crawford, psicólogo social em Berkeley, escreveu:

Kelman toma a posição de que as manipulações experimentais são legítimas desde que sirvam para aumentar a liberdade de escolha da pessoa. . . Eu considero que a pesquisa de Milgram. . . está precisamente objetivando a consecução da admirável meta que Kelman coloca diante de nós. Mal conseguimos ler o estudo sem nos tornarmos sensíveis a conflitos análogos em nossas próprias vidas.

("Em defesa da pesquisa sobre Obediência: Uma Extensão da Ética de Kelman." Em A Psicologia Social da Pesquisa Psicológica, *editada por Arthur G. Miller. Nova York: The Free Press, 1972.)*

O Dr. Alan Elms, da Universidade da Califórnia, em Davis, escreveu:

Milgram, ao explorar as condições que produzem a obediência destrutiva, e os processos psicológicos que levam à tentativa de abdicação da responsabilidade, parece a mim ter feito uma das mais significantes pesquisas da psicologia moderna.

(De: Psicologia Social e Relação Social, *Little, Brown and Company, 1972.)*

Apêndice II: Exemplos Individuais

A FIM DE aumentar nosso conhecimento sobre por que as pessoas obedecem e outras desafiam o pesquisador, um número de testes individuais foi dado para algumas pessoas. Para ver se as pessoas obedientes e as desobedientes diferem no seu conceito de responsabilidade, as pessoas das quatro primeiras condições experimentais foram colocadas diante de um "relógio de responsabilidade". Ele consistia de um disco que as pessoas poderiam dividir em três segmentos com o auxílio de três hastes móveis presas no centro do disco. A pessoa, depois de participar da experiência, recebia a seguinte incumbência: dividir "pedaços de tora" proporcionais à responsabilidade dos três participantes na experiência (pesquisador, professor e aluno). Nós perguntávamos: "Como cada um de nós é responsável diante do fato de que esta pessoa recebeu choques elétricos contra sua vontade?" O pesquisador lia os resultados diretamente na parte traseira do disco, que é dividido em 360 graus.

No geral, as pessoas não tinham muita dificuldade em realizar a tarefa. E os resultados das primeiras 118 pessoas a quem o teste foi aplicado aparecem na Tabela 9.

A maior descoberta é que as pessoas desafiantes vêem-se como as principais responsáveis pelo sofrimento do aluno, dando-lhes 48 por cento da responsabilidade total a si mesmas e 39 por cento ao pesquisador. A balança pende um pouco para as pessoas obedientes, que não se vêem mais responsáveis do que o pesquisador e, na verdade, desejam

Tabela 9. Determinação de responsabilidade pelas pessoas desafiantes e obedientes

	n	Pesquisador	Professor	Aluno
Pessoad Desobdientes	61	38,8%	48,4%	12,8%
Pessoas Obedientes	57	38,4%	36,3%	25,3%

aceitar um pouco menos da responsabilidade. Uma diferença maior ocorre na designação de responsabilidade por seu próprio sofrimento, em comparação com a porcentagem designada pelas pessoas desafiantes. Quando indagadas sobre esta questão, elas dizem que o aluno foi voluntário para a experiência e não conseguiu aprender os quesitos de forma muito eficiente.

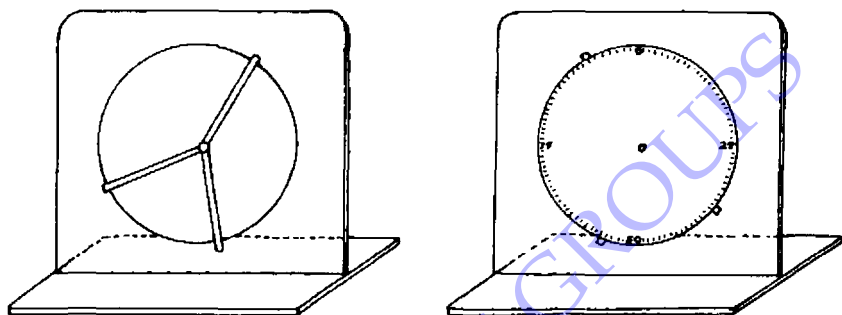



Fig. 20. *Relógio de responsabilidade*

Assim, as pessoas desafiantes, mais freqüentemente do que as obedientes, atribuem a principal responsabilidade a si próprias. E elas atribuem menos responsabilidade ao aluno. Logicamente, essas medidas foram conseguidas depois da participação de cada um, e não sabemos se constituem uma predisposição permanente das pessoas obedientes e das desafiantes, ou se isso não passou de ajuste de pensamento post facto.

O Dr. Alan Elms aplicou um certo número de testes psicológicos acerca de vinte pessoas obedientes e vinte pessoas desafiantes que haviam participado das séries de proximidade. Sua maior descoberta é que existe uma relação entre obediência na experiência e os pontos da escala F. *Esta é uma escala desenvolvida por Adorno e seus associados para medir tendências fascistas (1950), e Elms descobriu que aquelas pessoas que tinham obedecido mostravam um maior grau de autoritarismo (uma contagem de* F *maior) do aquelas que se recusaram a obedecer. Isto parece um tanto tautológico, mas Elms explica:*

. . . A relação entre obediência e alguns elementos de autoritarismo parece muito forte; e deve-se lembrar que a medida de obe-

INDEX BOOKS GROUPS

> *diência é uma medida de real submissão à autoridade, não apenas o que uma pessoa diz é passível de ser feito. Muito da pesquisa sobre autoritarismo. . . foi feito na base de respostas por escrito, o que não é necessariamente transformado em comportamento. Mas aqui temos ou as pessoas obedecendo ou recusando-se a cumprir ordens de autoridade, numa situação real e perturbadora. . . Assim sendo, o que parece é que aqueles pesquisadores do final dos anos 40 tivessem alguma coisa, alguma coisa que pudesse ser traduzida de tendências abstratas em comportamento autoritário real: submetendo o homem que estiver sob as ordens, punindo o subordinado mais fraco. (página 133) (A. C. Elms,* Psicologia e Relação Social, 1972.*)*

A relação entre a medida na escala F *e a participação na experiência, embora sugestiva, não é muito forte, devendo-se isso em parte, eu penso, à imperfeição da aferição por escrito. É difícil relacionar o desempenho com a personalidade porque nós realmente não sabemos muito sobre como medir a personalidade.*

Foi feito outro esforço ainda no sentido de se descobrirem correlatos de obediência. Isto foi feito pelo Dr. Lawrence Kohlberg, um colega meu da Universidade de Yale. O Dr. Kohlberg desenvolvera uma escala de desenvolvimento moral que é baseada na teoria de que as pessoas passam por um estágio de julgamentos morais à medida que amadurecem. Usando um grupo de 34 formandos de Yale que haviam participado do estudo-piloto, ele descobriu que aqueles que rompiam com a experiência achavam-se num estágio mais elevado de desenvolvimento moral do que aqueles que permaneciam obedientes. Novamente as descobertas são sugestivas, embora não muito fortes (Kohberg, 1965).

Eu havia coletado também algumas informações sobre as pessoas imediatamente depois de sua participação na experiência. As descobertas, embora genericamente fracas, apontavam nas seguintes direções. Os Republicanos e democratas não eram diferentes em níveis de obediência de modo significante; os católicos eram mais obedientes do que os judeus e os protestantes. Os mais educados eram mais desafiantes do que os menos educados. Aqueles que desempenham profissões como direito, medicina e pedagogia mostraram um desafio maior do que os que trabalham em áreas técnicas, como engenharia e ciência física. Quanto maior o tempo que as pessoas tenham passado no serviço militar, maior sua obediência – exceto que os ex-oficiais eram menos obedientes do que

aqueles que serviram como soldados, independente do tempo de serviço. Essas foram as descobertas feitas com as pessoas que participaram das quatro primeiras condições experimentais (as séries de proximidade).

Muitas dessas descobertas foram "por água abaixo" quando outras condições experimentais foram acrescentadas, por motivos que para mim ficaram um tanto misteriosas. (É verdade, logicamente, que o significado da obediência e da desobediência muda de uma condição para a outra.) Minha reação geral foi conjecturar como haviam poucas correlatas de obediência e desobediência e como são pouco relacionadas com o comportamento observado. Estou certo de que há uma complexa base de personalidade para a obediência e desobediência. Mas sei que ainda não a descobrimos.

Em qualquer caso seria um erro acreditar que qualquer qualidade temperamental isolada é associada com a desobediência ou dizer, de um modo superficial, que as pessoas boas e gentis desobedecem e que as cruéis obedecem. Há muito pontos neste processo no qual vários componentes da personalidade podem desempenhar papéis complicados para permitir generalizações levianas. Além disso, a disposição que uma pessoa traz para a experiência é provavelmente menos importante como causa do seu comportamento do que podem supor os leitores. Porque a psicologia social deste século revela uma lição maior: freqüentemente, não é tanto o tipo de pessoa que um homem é, mas sim o tipo de situação em que ele se encontra, que determina como ele age.

Notas

1. *Série preliminar e regular.* Os pré-testes revelaram que o procedimento de se lerem as palavras e de aplicar o choque necessitava de alguma prática antes que pudesse ser feito de maneira regular. E conseqüência disso, imediatamente antes da série regular, o professor lia uma série de dez palavras para o aluno. Havia três palavras neutras na série de treino (ou seja, palavras que o aluno respondia corretamente), de forma a que os choques fossem aplicados em sete casos, com o máximo de 105 volts (choque moderado). Quase todas as pessoas dominaram o procedimento ao acabarem esta série preliminar.

   As pessoas recebiam então uma segunda lista e recebiam a instrução de que o procedimento era o mesmo da lista anterior; o pesquisador acrescentava, contudo:

   Quando chegarem ao final da lista, repitam-na e continuem aplicando os choques, até que o aluno tenha decorado todos os pares corretamente.

   O pesquisador instruía o professor a:

   Comece com o choque de 15 volts e aumente o nível de intensidade gradualmente cada vez que o aluno der uma resposta errada.
2. Nenhuma pessoa que chegasse ao 30º choque recusava-se a continuar usando-o.
3. David Mark Mantell, "O Potencial de Violência na Alemanha", *Journal of Social Issues,* vol. 27, nº 4 (4 de novembro, 1971), pp. 101-12.
4. Na última década os efeitos da proximidade física no comportamento foram submetidos a um exame crítico. Ver, por exemplo, Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta* (Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves).
5. Recentemente, fiquei sabendo que outros pesquisadores (Sheri-

dan e King, 1972) repetiram as experiências da obediência mas com uma diferença: em lugar de vítima humana usaram uma vítima genuína, um filhote de cachorro, que realmente recebia os choques elétricos e que realmente latia, uivava e corria e quando recebia o choque. Homens e mulheres foram usados como professores e os autores acharam que as mulheres eram mais submissas do que os homens. E escreveram: "Sem exceção, as mulheres atendiam às instruções para aplicar choque no cachorrinho até o final da escala de choques". Ver também Kilham e Mann, 1972.

6. Isso é apoiado pelo exame nos dados sobre o nervosismo relatado. Na conclusão de sua participação, cada pessoa indicava numa escala quanto ficara tensa ou nervosa no ponto de tensão máxima. Esses dados referem-se a vinte e uma condições experimentais, incluindo a presente, e as mulheres obedientes relatam maior tensão do que qualquer um dos vinte grupos masculinos obedientes. Isso pode ser devido ao fato de que as mulheres ficaram mais nervosas do que os homens ou simplesmente porque elas se sentiram com maior liberdade de relatar o ocorrido. Em qualquer caso, para as mulheres obedientes, a tensão relatada excedeu a de qualquer das vinte condições. Contudo, não é verdade em relação às mulheres desafiantes. O relato dessas quanto a nervosismo resultou na metade de casos dos homens desafiantes.

7. Ver o estudo de Hofling e associados sobre a omissão das enfermeiras em questionarem os médicos sobre superdoses de medicamentos. Charle K. Hofling, E. Brotzman, S. Dalrymple, N. Graves, C. Pierce "Um Estudo Experimental sobre as Relações Médico-Enfermeira", *The Journal of Nervous and Mental Disease*, Vol. 143, nº 2 (1966), pp. 171-80.

8. A afirmação de que o conteúdo da ordem pode em si ser mais responsável pelos efeitos não é gratuita. Diversos estudos de psicologia social demonstram os efeitos que a igualdade, sem a presença de uma autoridade específica, podem exercer sobre uma pessoa (Asch, 1951; Milgram, 1964).

9. A conformidade é, como de Tocqueville astutamente observou, é o mecanismo regulador lógico das relações democráticas entre os homens. "Democrático" no sentido que a pressão que coloca no alvo não objetiva fazê-lo melhor ou pior do que os que exercem a pressão, mas meramente para torná-lo igual.

A obediência surge e perpetua desigualdades nas relações hu-

manas e assim, em sua última expressão, é o mecanismo regulador ideal do fascismo. É apenas lógico que uma filosofia de governo que tem a desigualdade humana como sua pedra de toque também eleve a obediência como uma virtude absoluta. O comportamento obediente é iniciado no contexto de uma estrutura social hierarquizada e tem como resultado a diferenciação do comportamento entre superior e subordinado. Não é por acaso que o símbolo do Terceiro Reich era sua ênfase tanto no conceito de grupos inferiores e superiores quanto na obediência rápida, impressiva e orgulhosa, com o bater de botas e a pronta execução das ordens.

10. Eu simplifiquei demais. Embora seja verdade que a natureza é rica em organizações hierárquicas, não é por isso que os homens precisarão agir assim todo o tempo. Uma célula do cérebro isolada não pode viver fora do sistema do órgão a que pertence. Mas a relativa auto-suficiência da pessoa a libera da total dependência de sistemas sociais maiores. Ele tem a capacidade tanto de ingressar em tais sistemas, através do desempenho de certo papéis, ou de se afastar deles. Esta capacidade de funcionamento dual dá à espécie uma capacidade máxima de adaptação. Garante a força, segurança e eficiência que advém das organizações, juntamente com a resposta flexível e o potencial inovador de cada um. Do ponto de vista da sobrevivência da espécie, é o melhor que existe.

11. Estudiosos do desenvolvimento infantil há muito reconheceram que "a primeira relação social é a de reconhecer e aceitar as sugestões de autoridade" (English, 1961, página 24). As condições iniciais da total dependência dão à criança pouca escolha neste particular. E a autoridade geralmente se apresenta à criança de modo bom e útil. Contudo, já foi observado que na idade de dois ou três anos a criança inicia um período de negativismo desenfreado no qual ela desafia a autoridade em virtualmente todas as coisas, rejeitando até as ordens mais benéficas. Stodgill (1936) relata que de todos os problemas de comportamento no ajustamento social, os pais colocam a desobediência como o mais sério. Freqüentemente, existe conflito intenso entre a criança e os pais nesta fase, e o processo de amadurecimento, estimulado pelos pais, normalmente leva a criança a um comportamento mais condescendente. *A interminável desobediência da criança, embora se constitua em grande parte como uma rejeição da autoridade e uma afirmação de*

si, difere da desobediência do adulto no fato de que ela se manifesta sem nenhuma concepção de responsabilidade individual por parte da criança. Ao contrário, as formas de desobediência que vamos avaliar no adulto são uma forma indiscriminada, puramente expressa de desafio que não se baseia em preocupações morais.

12. O problema técnico de como a autoridade comunica sua legitimidade é um assunto sério. Considere que quando um jovem recebe uma carta que diz ser da junta de julgamento do serviço público. Qual a prova existente de que tudo aquilo não é simplesmente uma grande brincadeira? E se quisermos levar isso mais longe, qual a prova de que quando os rapazes se apresentam num campo indicado pela junta aquele homem de cáqui realmente tem o direito de tomar conta da vida deles? Talvez tudo isso seja uma grande peça realizada por um contingente de atores desempregados. A autoridade genuína, que reconhece a facilidade com que a aparência de autoridade pode ser criada, deve ser muito vigilante quanto à autoridade impostora, e as penalidades contra falsa autoridade são severas.
13. Imagine um pesquisador indo de uma casa à outra, num bairro residencial, e, com permissão, realizando suas experiências na sala de estar de todas as casas. Sua aura de autoridade seria mais fraca sem a presença do laboratório, que dá firmeza à sua posição.
14. Para o conceito de "zona de indiferença", ver Herbert A. Simon, *Comportamento Administrativo: Um Estudo dos Processos de Tomada de Decisão em Organizações Administrativas.* Nova York: The Free Press, 1965.
15. *O Motim no Caine*, de Herman Wouk (1952), ilustra esta situação muito bem. Uma autoridade pode muito bem ser estúpida. Muitas pessoas de autoridade agem excessivamente bem mesmo sendo incompetentes. O problema surge apenas quando uma autoridade, tirando vantagem de sua posição, força seus subordinados mais competentes a fazer alguma coisa errada. As autoridades estúpidas podem às vezes ser muito eficientes e até amadas por seus subordinados, desde que dêem responsabilidade aos subordinados competentes. *O Motim no Caine*, ilustra mais dois pontos. Primeiro, como é difícil desafiar a autoridade mesmo quando ela é incompetente. Somente depois de grande tensão interna e rebelião Willie e Keith assumem o comando do *Caine*, embora ele estivesse a caminho de afundar devido à incompetência de Queeg. Se-

gundo, apesar de parecer ser virtualmente necessário a ocorrência do motim, a ligação aos princípios de autoridade era tão profunda que o autor, através de Greenwald, numa dramática reviravolta dos fatos, questionou a base moral do motim.

16. Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921), Freud ressaltou que uma pessoa anula as funções do seu superego permitindo que o líder tenha total direito de decidir o que é bom ou mau.
17. Koestler observa em sua brilhante análise da hierarquia social: "Tenho forçado repetidas vezes que os impulsos egoístas do homem constituem muito menos um perigo histórico do que suas tendências gregárias. Para colocar isso de um modo mais simples: a pessoa cede a um excesso de arrogância incorre nas penalidades da sociedade – ela é banida, ela se livra da hierarquia. A pessoa que age de modo oposto torna-se mais ligada à sociedade; entra no âmago da igreja, partido ou seja lá que outro holocausto social ela renda sua identidade." Arthur Koestler, "*O Fantasma da Máquina* (Nova York: The McMillan Company, 1967), parte II", "Desordem", p. 246.
18. Uma consistente interpretação com a teoria da dissonância cognitiva, ver L. Festinger, 1957.
19. Ver Erving Goffman, "Embaraço e Organização Social", *The American Journal of Sociology*, Vol. 62 (novembro 1956), pp. 264-71. Ver também Andre Modigliani, "Embaraço e Embaraçabilidade", *Sociometria*, Vol. 31, Nº 3 (setembro 1968), pp. 313-26; e "Embaraço, Adorno e Contato Visual: Testando uma Teoria de Embaraço", *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 17, Nº 1 (1971), pp. 15-24.
20. Se o embaraço e a vergonha são forças importantes para manter o sujeito em seu papel obediente, devemos encontrar uma sensível queda na obediência quando as pré-condições para a ocorrência dessas emoções são eliminadas. Isto é precisamente o que ocorreu na Experiência 7, quando o pesquisador saiu do laboratório e deus suas ordens por telefone. Muito da obediência demonstrada pelas pessoas foi extirpada diante da condição frente a frente. Alguns tipos de obediência – digamos, a obediência de um soldado enviado numa missão solitária atrás das linhas inimigas – requer uma exposição demorada à autoridade em questão e uma congruência entre os valores do subordinado e de sua autoridade.

    Tanto os estudos de Garfinkel quanto a presente experiência

indicaram que a estrutura supostamente existe na vida social necessitava ser rompida se fosse ocorrer a desobediência. O mesmo desajeitamento, embaraço e dificuldade em ser desobediente ocorre nas demonstrações de Garfinkel (1964), nas quais as pessoas eram solicitadas a violar suposições da vida diária.

21. É a falha em manter a transformação num estado de agente e um entendimento inadequado das forças que sustentam as pessoas que contam para a quase total incapacidade de se predizer o comportamento em questão. Os que julgam a situação pensam que é a pessoa comum, com toda a sua capacidade moral operando, quando predizem sua ruptura na experiência. Não levam em conta pelo menos a fundamental reorganização da vida mental da pessoa que ocorre com o fito de ela ingressar num sistema de autoridade.

    O modo mais rápido de se corrigir a previsão errada das pessoas que não conhecem o resultado da experiência é dizer a elas: "O conteúdo da ação não é nem a metade tão importante quanto você pensa; a relação entre os agentes é duas vezes mais importante. Baseia sua previsão não no que os participantes dizem ou fazem mas como se relacionam em termos de estrutura social".

    Há outra razão pela qual as pessoas não prevêem corretamente o comportamento. A sociedade promove a ideologia de que as ações de uma pessoa depende do seu caráter. Esta ideologia tem o efeito pragmático de estimular as pessoas a agirem *como se* elas sozinhas controlassem seu comportamento. Isto é, contudo, uma visão destorcida dos determinantes da ação humana e não permite uma antevisão acurada.

22. Korad Lorenz descreve o distúrbio dos mecanismos inibidores surgido pela interposição de ferramentas e armas. "O mesmo princípio se aplica, até em grau maior, ao uso das modernas armas com controle remoto. O homem que pressiona um botão está tão protegido contra ver, ouvir ou qualquer outra emoção relacionada com as conseqüências de seu gesto que pode executá-lo com impunidade — mesmo com a força da imaginação." Konrad Lorenz, *Sobre Agressão* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1966), p. 234.

23. Ver N. J. Lerner "Avaliação de Uma Vítima por Um Observador: Justiça, Culpa e Percepção Verídica", *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 20, Nº 2 (1971), pp. 127-35.

24. Em Princeton: D. Rosenhan, Obediência e Rebelião: Observações

sobre o paradigma de Milgram em três partes. Em elaboração.

Em Munique: D. M. Mantell "O Potencial de Violência na Alemanha". *Journal of Social Issues,* Vol. 27 nº 4 (1971) sobre o paradigma de Milgram em três partes. Em elaboração.

Em Roma: Leonardo Ancona e Roseta Pareyson "Contributto allo studie della agressione: La Dinamica dela obbedienza distruttova", Archva di psicologia neurologia e psichiatria, Anna XXIX (1968), fasc. IV.

Na Austrália: W. Kilham e L. Mann "Nível de Obediência Destrutiva como uma Função dos Papéis de Transmissor e Executor no Paradigma de Obediência de Milgram." No prelo (1973) *Journal of Personality abd Social Psychology.*

25. Ver M. I. Orne e C. C. Holland, por exemplo, e minha resposta a eles em: A. G. Miller (ed.) *A Psicologia Social e a Pesquisa Psicológica.* Nova York: The Free Press, 1972.

26. Mas não devemos ser ingênuos neste ponto. Todos vimos como o governo, com o seu controle do sistema de propaganda, invariavelmente retrata seus objetivos em termos moralmente favoráveis; como, em nosso país, a destruição de homens, mulheres e crianças no Vietnam foi justificada com a referência de se salvar o Mundo Livre etc. Vemos também como facilmente os pronunciamentos são aceitos como objetivos legitimadores As ditaduras tentam persuadir as massas justificando seus programas em termos de valores estabelecidos. Mesmo Hitler não dizia que destruiria os judeus devido ao ódio, mas devido ao seu desejo de purificar a raça ariana e criar uma civilização mais elevada e livre de vermes enfraquecedores.

27. Bierstedt ressalta corretamente que o fenômeno da autoridade é mais fundamental do que o do governo: ". . . O problema da autoridade repousa no fundo de uma teoria adequada da estrutura social. . . mesmo o governo, num certo sentido, não é meramente um fenômeno político, mas primeira e fundamentalmente um fenômeno social, e . . . a matriz da qual surge o governo possui uma ordem e uma estrutura. Se a anarquia é o contrário de governo, então a anomia é contrário de sociedade. Autoridade, em outras palavras, não é de modo algum um fenômeno puramente político no estreito sentido da palavra. Porque ela não está apenas na organização política da sociedade, mas em toda a sua organização, onde aparece a autoridade. Cada associação na sociedade, não im-

porta se pequena ou temporária, tem sua estrutura própria de autoridade." Bierstadt, pp. 68-69.

28. Mas o argumento de "ordens superiores" foi dado pelo tenente William Calley, que comandou o pelotão que realizou a ação.

O promotor militar recusou o argumento de ordens superiores de Calley. O promotor não refutou o princípio de que um soldado deve cumprir ordens, mas acusou Calley de sair sem ordens e, por conseguinte, acusou-o de responsável pelo massacre. Calley foi considerado culpado.

A reação do público norte-americano ao julgamento de Calley foi estudada por Kelman e Laerence (1972) e suas descobertas não são tranqüilizadoras. Cinqüenta e um por cento da amostra que indicaram que seguiriam ordens se recebessem instruções para matar todos os habitantes da aldeia vietnamita. Kelman conclui:

"Logicamente que nem todos acham as ordens de autoridades aparentemente legítimas compelidoras. Nem todas as pessoas que participaram da experiência de Milgram aplicaram choques nas vítimas com os níveis mais elevados. Nem todos os soldados sob as ordens de Calley seguiram suas instruções no sentido de manter civis desarmados. Aqueles que resistiram nessas circunstâncias conseguiram aparentemente manter o princípio de causa e responsabilidade pessoais que usamos de um modo geral em nosso dia-a-dia.

"Contudo, nossos dados sugerem que muitos norte-americanos sentem que não têm direito de resistir às ordens da autoridade. Vêem as ações de Calley em My Lai como normais, até mesmo desejáveis, porque (pensam) que ele as executou à autoridade legítima."

Precisamos indagar por que as pessoas que responderam a Kelman se vêem complacentes com a autoridade militar no episódio de My Lai (quando poucas pessoas – se é que alguma – teria previsto submissão à autoridade do pesquisador).

Primeiro, a resposta da entrevista, dada enquanto o país estava em guerra, refletia atitudes com relação à guerra em si e indicava um apoio geral à política do governo. Se as perguntas tivessem sido formuladas em tempo de paz, uma proporção maior teria previsto desobediência. A resposta expressou também solidariedade com um soldado norte-americano que a maioria dos norte-americanos achou que não deveria ir a julgamento. Segundo,

levantar o problema de obediência num contexto militar coloca-o num lugar que é muito familiar à pessoa mediana: sabe-se que um soldado deve obedecer às ordens e a resposta da pessoa é dada a partir do que ouviu falar, e com base no conhecimento que tem do contexto militar. Contudo, isso não presume qualquer entendimento dos princípios gerais da obediência, que só podem ser demonstrados pela sua correta aplicação num contexto novo. As pessoas entendem que os soldados massacram, mas não conseguem ver que uma ação como esta, rotineiramente praticada, é o resultado lógico de processos que estão em atuação de forma menos visível em toda a sociedade organizada. Finalmente, a resposta indica o grau em que o povo norte-americano associou o ponto de vista da autoridade na avaliação da Guerra do Vietnam. Todo o povo foi maciçamente doutrinado pela propaganda governamental (que, a nível da sociedade, é o meio pelo qual uma definição oficial da situação é divulgada). Neste sentido, as pessoas que responderam a Kelman não estão completamente fora do sistema de autoridade que deveriam comentar, mas já tinham sido influenciados por ele.

29. Henry Wirz, *Julgamento de Henry Wirz* (Comandante em Andersonville), Câmara dos Deputados, 40º Congresso, 2ª Seção, Ed. Doc. Nº 23. (Carta do Secretário de Guerra Interino em resposta à resolução da Câmara, a 16 de abril de 1866, transmitindo um resumo do julgamento de Henry Wirz. 17 de dezembro de 1867. (com ordens para ser impresso).

30. Pareceria que o argumento anarquista de desmantelamento universal das instituições políticas é uma solução poderosa para problema da autoridade. Mas os problemas do anarquismo são igualmente insolúveis. Primeiro, enquanto a existência da autoridade às vezes conduz à execução de atos cruéis e imorais, a ausência torna as pessoas vítimas de tais atos, que são praticados por aqueles que estão melhor organizados. Se os Estados Unidos abandonassem todas as formas de autoridade política o resultado seria inteiramente previsível. Logo nos tornaríamos vítimas de nossa própria desorganização, porque sociedades melhor organizadas imediatamente perceberiam isso e agiriam aproveitando as oportunidades que a fraqueza cria.

Além disso, seria uma simplificação leviana para se apresentar o retrato do sujeito nobre numa contínua luta contra a autoridade má. A verdade óbvia é que muita da sua nobreza, os valores

maiores que ele tem para se opor à autoridade má, são derivados, eles mesmos, da autoridade. E para cada pessoa que realiza atos perversos por causa da autoridade, há uma outra pessoa que é impedida de fazer isso.

31. Ver Jay Katz, *Experimentações com Seres Humanos: A Autoridade do Investigador, Sujeito, Profissionais e Estado no Processo de Experimentação Humana,* Nova York: Russell Sage Foundation, (1972). Este livro de pesquisas de 1.159 páginas contém comentários sobre as presentes experiências de Baumrind, Elms, Kelman, Ring e Milgram. Inclui também a palavra do Dr. Paul Errera, que entrevistou alguns participantes da experiência (página 400). Cuidadosas discussões de assuntos éticos desta pesquisa podem ser encontradas em A. Miller, *A Psicologia Social da Pesquisa Psicológica*, e em A. Elms, *Psicologia Social e Relação Social.*

Referências Bibliográficas

Abse, D. The Dogs of Pavlov. London: Valentine, Mitchell & Co., Ltd, no prelo.

Adorno, T.; Frenkel-Brunswik, Else; Levinson, D. J., e Stanford, R. N. *The Authoritarian Personality.* Nova York: Harper & Row, 1950.

Arendt, H. *Eichmann in Jerusalém: A Report on the Banality of Evil.* Nova York. Viking Press, 1963.

Asch, J. E. "Effects of Group Pressure upon the Modification and Distortion of Judgement." In H. Guetzkow (ed.), *Groups, Leadership, and Men.* Pittsburgh: Carnegie Press, 1951.

Ashby, W. R. *An Introduction to Cybernetics.* Londres: Chapman and Hall Ltd., 1956.

Baumrind, D. "Some Thougths on Ethics of Research: After Reading Milgram's 'Behavioral Study of Obedience.'" *American Psychologist,* Vol 19 (1964), pp. 421-23.

Berkowitz, L. *Aggression: A Social Psychological Analysis,* Nova York: McGraw-Hill, 1962.

Bettelheim, B. *The Informed Heart.* Nova York: The Free Press, 1960.

Bierstedt, R. "The Problem of Authority." Capítulo 3 *in Freedom and Control in Modern Society.* Nova York: Van Nostrand, 1954, pp. 67-81.

Block, J. e J. "An Interpersonal Experiment on Reactions to Authority." *Human Relations,* Vol. 5 (1952), pp. 91-98.

Buss, A. H. *The Psychology of Aggression.* Nova York: John Wiley, 1961.

Cannon, W. B. *The Wisdom of the Body.* Nova York: W. W. Norton, 1932.

Cartwright, D. (ed.). *Studies in Social Power.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 1959.

Comfort, A. *Authority and Delinquency in the Modern State: A Crimi-*

nological Approach to the Problem of Power. Londres Routledge and K. Paul, 1950.

Crawford, T. "In Defense of Obedience Research: An Extension of the Kelman Ethic." In A. G. Miller (ed.), *The Social Psychology of Psychological Research.* Nova York: The Free Press, 1972, pp. 179-86.

Dicks, H. V. *Licensed Mass Murder: A Socio-Psychological Study of Some S.S. Killers.* Nova York: Basic Brooks, 1972.

Elms, A. C. "Acts of Submission." Capítulo 4 of *Social Psychology and Social Relevance.* Boston: Little, Brown, 1972.

English, H. B. *Dynamics of Child Development.* Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1961.

Erikson, M. "The Inhumanity of Ordinary People." *International Journal of Psychiatry,* Vol. 6 (1968), pp. 278-79.

Etzioni, A. "A Model of Significant Research." *International Journal of Psychiatry,* Vol. 6 (1968), pp. 279-80.

Feinberg, I. "Sex Differences in Resistance to Group Pressure." Unpublished master's thesis, Swarthmore College, Swarthmore, Pa.

Festinger, L. *A Theory of Cognitive Dissonance.* Nova York: Harper & Row, 1957.

Frank, J. D. "Experimental Studies of Personal Pressure and Resistance." *Journal of Genetic Psychology,* Vol. 30 (1944), pp. 23-64.

French, J. R. P. "A Formal Theory of Social Power." *Psychological Review,* Vol. 63 (1956), pp. 181-94.

——; Morrison, H. W., and Levinger, G. "Coercive Power and Forces Affecting Conformity." *Journal of Abnormal Social Psychology,* Vol. 61 (1960), pp. 93-101.

——, e Raven, B. H. "The Bases of Social Power." In D. Cartwright (ed.), *Studies in Social Power.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 1959, pp. 150-67.

Freud, S. *Totem and Taboo.* Traduzido por J. Strachey. Nova York: W. W. Norton, 1950.

——. "Thoughts for the Times on War and Death." In J. Strachey (ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud,* Vol. 14. Londres: The Hogarth Press, 1957, pp. 273-302.

——. *Group Psychology and the Analysis of the Ego.* Traduzido por J. Strachey. London: Hogarth, 1922; Nova York: Bantam Books, 1960. (original alemão, 1921.)

Fromm, E. *Escape from Freedom.* Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1941.

Garfinkel, H. "Studies of the Routine Grounds of Everyday Activities." *Social Problems,* Vol. 11 (Inverno, 1964), pp. 225-50.

Glasser, R. J. *365 Days.* Nova York: George Braziller, 1971.

Goffman, E. *The Presentation of Self in Everyday Life.* Nova York: Doubleday Anchor Books, 1959.

——. "Embarrassment and Social Organization." *The American Journal of Sociology,* Vol. 62 (novembro 1956), pp. 264-71.

Halberstam, David. *Making of a Quagmire.* Nova York: Random House, 1965.

Hall, E. T. *The Hidden Dimension.* Nova York: Doubleday, 1966.

Hillberg, R. *The Destruction of the European Jews.* Chicago: Quadrangle Books, 1961.

Hobbes, Thomas. *Leviathan* Oxford: Oxford University Press, 1909. Reprodução da edição de 1651.

Hofling, C. K.; Brotzman, E.; Dalrymple, S.; Graves, N., e Pierce, C. "An Experimental Study of Nurse-Physician Relations." *The Journal of Nervous and Mental Disease.* Vol. 143, Nº 2 (1966), pp. 171-80.

Homans, G. C. *Social Behavior: Its Elementary Forms.* Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1961.

Katz, J. *Experimentation with Human Beings: The Authority of the Investigator, Subject, Professions, ad State in the Human Experimentation Process.* Nova York: Russell Sage Foundation, 1972.

Kelman, H. "Human Use of Human Subjects: The Problem of Decep- in Social Psychological Experiments." *Psychological Bulletin,* Vol. 67 (1967), pp. 1-11.

——, e Lawrence, L. "Assignment of Responsibility in the Case of Lt. Calley: Preliminary Report on a National Survey." *Journal of Social Issues,* Vol. 28, Nº 1 (1972).

Kierkegaard, S. *Fear and Trembling.* Edição inglesa. Princeton: Princeton University Press, 1941.

Kilham, W. e Mann, L. "Level of Destructive Obedience as a Function of Transmittor and Executant Roles in the Milgram Obedience Paradigm." *Journal of Personality and Social Psycology,* no prelo.

Koestler, Arthur. *The Ghost in the Machine.* Nova York: Macmillan, 1967.

Kohlberg, L. "Development of Moral Character and Moral Ideology."

In Hoffman, M. L., and Hoffman, L. W. (eds.), *Review of Child Development Research.* Vol.I. Nova York: Russell Sage Foundation, 1964, pp. 383-431.

——. "Relationships Between the Development of Moral Judgment and Moral Conduct." Artigo apresenado no Simpósio Sobre Conceitos Cognitivos e de Comportamento no Estudo de Internacionalização na Sociedade para Pesquisa no Desenvolvimento da Criança, Minneapolis, Minnessota, 26 de março de 1956.

Laski, H. J. "The Dangers of Obedience." *Harper's Monthly Magazine,* Vol. 159 (1919), pp. 1-10.

Lazarus, R. "A Laboratory Approach to the Dynamics of Psycological Stress." *American Psychologist,* Vol. 19 (1964), pp. 400-411.

Leavitt, s. "The Andersonville Trial." In Bennet Cerf (ed.), *Four Contemporary American Plays.* Nova York: Random House, 1961.

Lerner, M. J. "Observer's Evaluation of a Victim: Justice, Guilt, and Veridical Perception." *Journal of Personality and Social Psychology,* Vol. 20, Nº 2 (1971), pp. 127-35.

Lewin, K. *Field Theory in Social Science.* Nova York: Harper & Row, 1951.

Lippett, R. "Field Theory and Experiment in Social Psychology: Autocratic and Democratic Group Atmosphere." *American Journal of Sociology,* Vol. 45, pp. 25-49.

Lorenz, K. *On Aggression.* Translated by M. K. Wilson. Nova York: Bantam Books, 1963.

Mantell, D. M. "The Potential for Violence in Germany." *Journal of Social Issues,* Vol. 27, Nº 4 (1971), pp. 101-12.

Marler, P. *Mechanisms of Animal Behavior.* Nova York: John Willey & Sons, 1967.

Milgram, S. "Behavioral Study of Obedience." *Journal of Abnormal Psychology,* Vol. 67 (1963), pp. 371-78.

——. "Dynamics of Obedience: Experiments in Social Psychology." Mimeographed report, National Science Foundation, 25 de janeirio de 1961.

——. "Group Pressure and Action Against a Person ." *Journal of Abnormal Social Psychology,* Vol. 69 (1964), pp. 137-43.

——. "Issues in the Study of Obedience: A Reply to Baumrind." *American Psychologist,* Vol. 19 (1964), pp. 848-52.

——. "Liberating Effects of Group Pressure." *Journal of Personality and Social Psychology,* Vol. 1 (1965), pp. 127-34.

——. *Obedience* (a filmed experiment). Distribuído por the New York, University Film Library. Copyright 1965.

——. "Some Conditions of Obedience and Disobedience to Aythority." *Human Relations,* Vol. 18, Nº 1 (1965), pp. 57-76.

——. "Interpreting Obedience: Error and Evidence; A Reply to Orne and Holland." In A. G. Miller (ed.), *The Social Psychology of Psychological Research.* Nova York: The Free Press, 1972.

Miller, A. (ed.). *The Social Psychology of Psychological Research.* Nova York: The Free Press, 1972.

Miller, N. "Experimental Sutdies of Conflict." In M. J. Hunt (ed.), *Personallity and Behavior Disorders.* Nova York: Ronald Press, 1944, pp. 431-65.

Modigliani, A. "Embarrassment and Embarrassability." *Sociometry,* Vol. 31, Nº 3 (Setembro de 1968), pp. 313-26.

——. "Embarrassment, Facework, and Eye Contact: Testing a Theory of Embarrassment." *Journal of Personality and Social Psychology,* Vol 17, Nº 1 (1971) pp. 15-24.

Orne, M. T., and Holland, C. C. "On the Ecological Validity of Laboratory Deceptions." *International Journal of Psychiatry,* Vol. 6, Nº 4 (1968), pp. 282-93.

Orwell, G. *Selected Essays.* Londres: Penguin Books, 1957.

Raven, B. H. "Social Influence and Power." In I. D. Steiner and M. Fishbein (eds.), *Current Studies in Social Psychology.* Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1965.

——, e French, J. R. P. "Group Support, Legitimate Power, and Social Influence." *Journal of Personality,* Vol. 26 (1958), pp. 400-409.

Rescher, N. *The Logic of Commands.* Nova York: Dover Publications, 1966.

Rosenhan, D. "Some Origins of Concerns for Others." In P. H. Mussen, J. Langer, and M. Covington (eds.), *Trends and Issues in Developmental Psychology.* Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1969, pp. 134-53.

——. *Obedience and Rebellion: Observations on the Milgram Three-Party Paradigm.* Em preparo.

Rosenthal, R., e Rosnow, R. L. "Volunteer Subjects and the Results of Opinion Change Studies." *Psychological Reports,* Vol. 19 (1966), p. 1183.

Scott, J. P. *Aggression.* Chicago: University of Chicago Press, 1958.

Sheridan, C. L., e King, R. G. "Obedience to Authority with an Au-

thentic Victim." Proceedings, Eightieth Annual Convention, *American Psychological Association.* 1972, pp. 165-66.

Sherif, M. *The Psychology of Social Norms.* Nova York: Harper & Row, 1936.

Shier, W. L.. *The Rise and Fall of the Third Reich.* Nova York: Simon & Schuster, 1960.

Sidis, B. *The Psychology of Suggestion.* Nova York: Appleton, 1898.

Simon, H. A. *Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organizations.* Nova York: The Free Press, 1965.

Snow, C. P. "Either-Or." *Progressive,* Fevereiro de 1961, p. 24.

Sophocles. *Antigone.* Traduzido por J. J. Chapman. Boston: Houghton Mifflin Co., 1930.

Stogdill, R. M. "The Measurement of Attitudes Toward Parental Control and the Social Adjustment of Children." *Journal of Applied Psychology,* Vol. 20 (1936), 259-67.

Taylor, T. *Nuremberg and Vietnam: An American Tragedy.* Chicago: Quadrangle Books, 1970.

Tinbergen, N. *Social Behavior in Animals.* London: Butler and Tanner, Ltd., 1953.

Thoreau, Henry David. *Walden and Civil Disobedience.* Editado por Sherman Paul. Boston: Houghton Mifflin, 1957.

Tocqueville, Alexis de. *Democracy in America.* London: Oxford University Press, 1965.

Tolstoy, L. *Tolstoy's Writings on Civil Disobedience and Non-violence.* Nova York: New American Library, 1968.

Weber, M. *Theory of Social and Economic Organization.* Oxford: Oxford University Press, 1947.

Wouk, H. *The Caine Mutiny.* Garden City: Doubleday and Company, 1952.

Outras Obras Consultadas

Adams, J. Stacy e Romney, A. Kimball. "A Functional Analysis of Authority." *Psychological Review,* Vol. 66, Nº 4 (Julho de 1959), pp. 234-51.

Aronfreed, Justin. *Conduct and Conscience: The Socialization of Internalized Control over Behavior.* Nova York: Academic Press, 1968.

Berkowitz, Leonard, e Lundy, R. "Personality Characteristics Related to Susceptibility to Influence by Peers or Authority Figures." *Journal of Personality,* Vol. 25 (1957), pp. 306-106.

Binet, A. *La Suggestibilité.* Paris: Schleicher, 1900.

Cohn, Norman. *Warrant for Genocide.* Nova York: Harper & Row, 1967.

DeGrazia, Sebastian. "What Authority Is Not." *The American Political Science Review,* Vol. 3 (June 1959).

Eatherly, Claude. *Burning Conscience: The Case of the Hiroshima Pilot Told in His Letters to Gunther Anders.* Nova York: Monthy Review Press, 1961.

Elkins, Stanley M. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intelectual Life.* Chicago: The University of Chicago Press, 1959.

Friedlander, Saul. *Kurt Gerstein: The Ambiguity of Good.* Nova York: Alfred A. Knopf, 1969.

Friederich, C. J. *Authority.* Cambridge: Harvard University Press, 1958.

Gamson, William. *Power and Discontent.* Homewood, Ill.: The Dorsey Press, 1968.

Gaylin, W. *In the Service of Their Country: War Resisters in Prison.* Nova York: The Viking Press, 1970.

Goldhammer, H. and Shils, E. "Types of Power and Status." *American Journal of Sociology,* Vol. 45 (1939), pp. 171-78.

Gurr, Ted Robert. *Why Men Rebel.* Princeton: Princeton University Press, 1970.

Hallie, Philip P. *The Paradox of Cruelty.* Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1969.

Hammer, Richard. *The Court Martial of Lt. Calley*. Nova York: Coward, McCann, & Geoghegan, 1971.

Heydecker, J. J., e Leeb, J. *The Nuremberg Trial.* Cleveland e Nova York: World Publishing Company, 1962.

Howton, F.William. *Functionaries.* Chicago: Quadrangle Books, 1969.

Huntington, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations.* Nova York: Vintage Books, 1964.

Lasswell, H. D., and Kaplan, A. *Power and Society*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1950.

Lauman, Edward O.; Siegel, Paul M., e Hodge, Robert W. (eds.). *The Logic of Social Hierarchies.* Chicago: Markham Publishing Co., 1970.

Neuman, , Franz. *The Democratic and the Authoritariam State: Essays in Political and Legal Theory.* Edited by Herbert Marcuse. Nova York: The Free Press, 1957.

Parsons, T. *The Social System.* Nova York: The Free Press, 1951.

Reich, Wilhelm. *The Mass Psychology of Fascism.* Nova York: Orgone Institute Press, 1946.

Ring, K.; Wallston, K., e Corey, M. "Mode of Debriefing as Factor Affecting Subjective Reaction to a Milgram-Type Obedience Experiment: An Ethical Inquiry." *Representative Research in Social Psychology.* Vol. 1 (1970), pp. 67-88.

Rokeach, M. "Authority, Authoritarianism, and Conformity." In I. A Berg and B. M. Bass (eds.), *Conformity and Deviation.* Nova York: Harper & Row, 1961, pp. 230-57.

Russell, Bertrand, *Authority and the Individual.* Boston: Beacon Press, 1949. Sack, John. *Lt. Calley: His Own Story*. Nova York: The Viking Press, 1970. Speer, Albert. *Inside the Third Reich: Memoirs.* Nova York: Macmillan, 1970.

Tilker, II. A. "Socially Responsible Behavior as a Function of Observer Responsibility and Victim Feedback." *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 14, Nº 2 (Fevereiro de 1970), pp. 95-100.

Von Mises, Ludwig. *Bureaucracy*. New Haven, Conn.: Yale University Press 1944.

Whyte, L. L., Wilson, A. G., e Wilson, D. (eds.). *Hierarchical Structures.* Nova York: American Elsevier Publishing, 1969.

Wolfe, D. M. "Power and Authority in the Family." In D. Cartwright (ed.), *Studies in Social Power.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 1959, pp. 99-117.

INDEX BOOKS GROUPS

LEIA:

Como Vencer a Depressão
Wina Sturgeon

Extensões da Mente
Targ / Puthoff

Viagem Através da Loucura
Mary Barnes / Joseph Berke

Cerimônias da Destruição
Eduardo Kalina

O Discurso Vivo
André Green

A Programação de Candy Jones
Donald Bain

A Criança Mágica
Joseph Chilton Pearce

A Essência da Vida
Harold J. Morowitz

Como Enfrentar a Vida
Ari Kiev

A Reprodução
Pierre Bourdier

O que existe a respeito da obediência à autoridade que consegue criar uma situação na qual uma pessoa comanda outra para danificar e até destruir um terceiro, inocente, e desincumbir-se destes comandos impassível, submissa e rotineiramente? O que faz uma pessoa quando lhe é solicitado algo que estabelece um conflito com a sua consciência?

Em *Obediência à Autoridade: uma Visão Experimental*, Stanley Milgram apresenta um relato desanimador de suas experiências em relação à obediência à autoridade. Pessoas são instruídas para administrar choques elétricos de potência crescente a uma vítima que protesta. Ocorrem reações tanto naquele que obedece quanto no outro que desafia, e o autor explora as condições que levam à obediência cega e as que inspiram ao desafio.

Para os que acreditam na primazia da democracia, dos valores humanitários, as descobertas do Dr. Milgram são uma desilusão. Quanto aos que pensam ser necessário não somente julgar o homem mas também compreendê-lo, suas experiências lançam uma luz radiante e inquisidora sobre um aspecto obscuro da natureza humana.

Capa de Jader Marques Filho

STANLEY MILGRAM é professor de Psicologia do Centro de Graduação da Universidade da Cidade de Nova Iorque. Em 1960 recebeu o título de Ph. D (Doutor em Filosofia) na cadeira de Psicologia Social da Universidade de Harvard. Após passar três anos como professor assistente de Psicologia em Yale, retornou a Harvard para quatro anos de pesquisa e ensino até a sua posição atual. Seus estudos têm sido traduzidos para o francês, alemão, italiano, hebraico e espanhol, e reimpressos em mais de cem antologias.

Em 1964 recebeu o prêmio anual de sociopsicologia da Associação Americana para o Avanço da Ciência pelas suas pesquisas quanto a obediência à autoridade.

Em 1972 foi premiado com a Fraternidade Guggenheim e também com a medalha de prata (documentário) do Festival Internacional de Cinema e Televisão de Nova Iorque pela sua colaboração no filme *The City and the Self*.

OBEDIÊNCIA À AUTORIDADE

"As experiências de Stanley Milgram no campo da obediência à autoridade malévola parecem-me as mais importantes na pesquisa da Psicologia Social nesta geração. Em parte porque esta geração continua a verificar seus resultados em escala trágica, embora pareça sempre estar surpresa. Mesmo se tiver acompanhado de perto o fator obediência desde o princípio, muita coisa neste livro lhe será novo. Novas experiências, novas discussões verbalizadas quanto a alguns assuntos, e o mais importante, a explicação e a pesquisa ampla dos resultados de Stanley Milgram. É uma explicação que transforma a obediência de mero fenômeno a uma gama de ações que se seguem às necessidades centrais de uma organização social. A qualidade da exposição do livro é tal que o qualifica tanto como literatura como ciência." — Roger Brown, Professor de Psicologia Social da Universidade de Harvard.

"O livro de Milgram, *Obediência à Autoridade* é uma contribuição importante para o nosso conhecimento do comportamento do homem. Este livro coloca Milgram em um dos principais lugares entre os cientistas sociais de sua geração." — Jerome S. Bruner, da Universidade de Oxford.

Francisco Alves
qualidade há mais de um século